



a sephallus

Volume VI - Número 11
novembro de 2010
a abril de 2011



Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Revista do Núcleo Sephora
de Pesquisa sobre o Moderno
e o Contemporâneo / UFRJ

ISSN 1809 - 709 X

aSEPHallus

Revista eletrônica do NÚCLEO SEPHORA
de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo
ISSN 1809-709X
Volume VI, N. 11 –nov./2010 a abr/2011

EDITORA:

Tania Coelho dos Santos
Coordenadora do Núcleo SEPHORA de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

EDITORES ASSOCIADOS:

Serge Maurice Cottet
Prof. Dr. Titular do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII
(Paris/França)

Ana Lydia Bezerra Santiago
Profa. Dra. Adjunta do Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação, da
Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Adriana Rubistein
Professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Buenos Aires (Buenos
Aires/Argentina)

CONSELHO EDITORIAL:

Alberto Murta
Prof. Dr. Adjunto da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Espírito
Santo/UFES (Vitória/ES)

Ana Beatriz Freire
Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal
do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Angélica Rachid Bastos Grinberg
Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de
Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal
do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Daniela Sheinckman Chatelard

Profa. Dra. Adjunta da Pós-graduação em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Universidade de Brasília/UNB (Brasília/Distrito Federal)

Fernanda Costa Moura

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Geral e Experimental da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Hebe Tizio

Profa. Dra. da Faculdade de Educação, da Universidade de Barcelona (Barcelona/Espanha)

Heloísa Caldas

Profa. Dra. do Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Iika Franco Ferrari

Profa. Dra. do Mestrado em Psicologia, da Faculdade de Psicologia, da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC-MG (Belo Horizonte/MG)

Jésus Santiago

Prof. Dr. Adjunto do Mestrado em Filosofia e Psicanálise, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

José Luis Gaglianone

Profissional autônomo

Doutor pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Leny Magalhães Mrech

Livre-docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade de São Paulo/USP (São Paulo/São Paulo)

Marcela Cruz de Castro Decourt

Profissional autônomo

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ (Rio de Janeiro/RJ)

Márcia Maria Rosa Vieira

Coordenadora da Especialização em Psicologia da Faculdade de Psicologia, do Centro Universitário do Leste de Minas Gerais/UNILESTE (Belo Horizonte/MG)

Márcia Mello de Lima

Profa. Dra. Adjunta do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise, do Instituto de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ (Rio de Janeiro/RJ)

Marcus André Vieira

Prof. Dr. Adjunto do Programa de Pós Graduação em Psicologia Clínica, da Faculdade de Psicologia, do Departamento de Psicologia Clínica, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/PUC-RJ (Rio de Janeiro/RJ)

Maria Angélica Teixeira

Profa. Dra. do Curso de Especialização em Teoria Psicanalítica, da Faculdade de Psicologia, da Universidade Federal da Bahia/UFBA (Salvador/BA)

Maria Cristina da Cunha Antunes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ)

Marie-Hélène Brousse

Profa. Dra. Maître de conférence, do Département de Psychanalyse da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

Ram Avraham Mandil

Prof. do Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG (Belo Horizonte/MG)

Rosa Guedes Lopes

Profa. Dra. da Faculdade de Psicologia da Universidade Estácio de Sá/UNESA (Rio de Janeiro/RJ).

Sérgio Chagas de Laia

Prof. Dr. Titular da Faculdade de Ciências Humanas, da Fundação Mineira de Educação e Cultura/FUMEC (Belo Horizonte/MG)

Sílvia Elena Tendlarz

Doutora pelo Département de Psychanalyse, da Universidade de Paris VIII (Paris/França)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Ana Lydia Bezerra Santiago
Andréa Martello

COMISSÃO EXECUTIVA

Fabiana Mendes
Marcela Cruz de Castro Decourt
Rosa Guedes Lopes

EQUIPE DE TRADUÇÃO

Catarina Coelho dos Santos (inglês e francês)

REVISÃO TÉCNICA

Tania Coelho dos Santos

REVISÃO DE PORTUGUÊS

Catarina Coelho dos Santos

REVISÃO FINAL

Rosa Guedes Lopes

Fabiana Mendes

Lúcia Helena C. dos Santos Cunha

Flávia L. Garcia de Oliveira

PROJETO GRÁFICO

Vianapole Design e Comunicação Ltda.

FICHA CATALOGRÁFICA:

aSEPHallus / Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. - VOLUME VI, n. 11, (nov. 2010 a abr./2011). – Rio de Janeiro : Ed. Sephora, 2005- .

Semestral.

Modo de acesso: http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_11/index.htm

ISSN 1809-709X

1. Psicanálise – Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo.

CDD 150.195

LINHA EDITORIAL

A revista aSEPHALLUS é uma publicação temática, semestral, de trabalhos originais nacionais ou estrangeiros que se enquadrem em alguma das seguintes categorias: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos a atualidade na área de teoria, clínica e política da psicanálise de orientação lacaniana.

PERIÓDICO INDEXADO NA BASE DE DADOS:

- QUALIS (Nacional B3) – www.periodicos.capes.gov.br
- INDEX-PSI - www.bvs-psi.org.br

- LILACS/BIREME – Literatura Latino-Americana e do Caribe das Ciências da Saúde, da Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e da Organização Mundial da Saúde - www.bvs.br

Esta revista é divulgada por meio eletrônico para todas as bibliotecas da Rede Brasileira de Bibliotecas da Área de Psicologia – ReBAP: <http://www.bvs-psi.org.br/rebap/telas/bibliotecas.htm>

Publicação financiada com recursos da FAPERJ.

HOME PAGE: <http://www.nucleosephora.com/asephallus>

NOMINATA:

O Conselho Editorial da REVISTA aSEPHallus agradece a contribuição dos seguintes professores doutores na qualidade de pareceristas:

Alberto Murta - UFES
Anderson de Souza Sant' Anna - FUNDAÇÃO JOÃO CABRAL-MG
Antônio Márcio Ribeiro Teixeira – UFMG
Fernanda Costa Moura - UFRJ
Fernanda Otoni de Barros - UFMG
Glacy Gorski - UFPB
Heloísa Caldas - UERJ
Ilka Franco Ferrari – PUC-MG
José Luís Gaglianone - PARIS VIII (França)
Leny Magalhães Mrech -USP
Lúcia Grossi dos Santos – FUMEC-MG
Márcia Maria Vieira Rosa – CEFEM-MG
Marcus André Vieira – PUC-RJ
Maria Cecília Galletti Ferretti - USP
Ram Avhram Mandil - Letras/UFMG
Serge Maurice Cottet - PARIS VIII (França)
Sérgio Chagas de Laia – FUMEC-UFMG



aSEPHallus

Revista eletrônica do Núcleo SEPHORA
de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo
Volume IV, N. 11 – nov./2010 a abr./2011

Sumário

<u>Editorial</u>	pág 14
Psicanálise aplicada e desinserção no laço social Tania Coelho dos Santos	
<u>Artigo 1</u>	pág 17
A dimensão real da inserção social na ordem simbólica Tania Coelho dos Santos	
<u>Artigo 2</u>	pág 32
Psicanálise e laço social: interferências do paradigma clínico do sonho no tratamento do sintoma Jésus Santiago	
<u>Artigo 3 / Secção clínica</u>	pág 46
A violência enlouquecida de nossos tempos: considerações a partir da psicanálise de orientação lacaniana Sérgio Laia	
<u>Artigo 4</u>	pág 63
Da inserção em saúde mental Antonio Teixeira (Relator)	

- Artigo 5.....pág 74
Sujeito dividido, proliferação de objetos e desinserção social: os laços sociais e o discurso capitalista na cultura contemporânea
Leny Magalhães Mrech
Monica Rahme
- Artigo 6 / Seção clínica.....pág 86
A droga ou a vida
Analícea Calmon
- Artigo 7 / Seção clínica.....pág 98
O grupo como estratégia de (des)inserção em adolescentes institucionalizados
Maria Jose Gontijo Salum
- Artigo 8 / Seção clínica.....pág 108
Desinserção fundamental e laço social
Fernanda Otoni de Barros-Brisset
- Artigo 9.....pág 122
A vizinhança e o mathema dos quatro discursos
José Luís Longo
Marta Regina de Leão D'Agord
- Artigo 10.....pág 138
A clínica psicanalítica em instituições públicas de saúde
Claudia Maria de Sousa Palma
- Artigo 11.....pág 161
O Homem dos Lobos: análise de um caso paradigmático de incerteza diagnóstica. Como o estudo do caso pode contribuir para o diagnóstico na clínica psicanalítica da atualidade?
Sabrina Gomes Camargo
- Artigo 12.....pág 177
A desinserção do campo da subjetividade na experiência de trabalho de profissionais de saúde
Lúcia Helena Carvalho dos Santos Cunha

<u>Artigo 13</u>	pág 193
As indicações freudianas para a formação dos analistas e a clínica com a população de baixa renda	
Valeria Wanda da Silva Fonseca	
<u>Atualidades 1</u>	pág 202
Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a [des]inserção	
Tania Coelho dos Santos	
Jésus Santiago	
<u>Atualidades 2</u>	pág 219
Relatório do GT/37: Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a desinserção social	
Tania Coelho dos Santos	
Jésus Santiago	
<u>Resenha 1</u>	pág 224
Metamorfoses: família, escola e violência	
Ednei Soares	
<u>Resenha 2</u>	pág 228
O desejo pelo parceiro-máquina	
Erly Alexandrino da Silva Neto	



aSEPHallus

Revista eletrônica do Núcleo SEPHORA
de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo
Volume IV, N. 11 – nov./2010 a abr./2011

Contents

<u>Editorial</u>	pág 14
Applied psychoanalysis and disinsertion in the social bond Psychanalyse appliquée et disinsertion dans le lien social Tania Coelho dos Santos	
<u>Article 1</u>	pág 17
The real dimension of social insertion in the symbolic rule La dimension réelle de l'insertion socialie dans l'ordre symbolique Tania Coelho dos Santos	
<u>Article 2</u>	pág 32
Psychoanalysis and the social bond: interference of the dream clinical paradigm in the symptom treatment Psychanalyse et lien social:interférence du paradigme clinique dans le traitement du symptôme Jésus Santiago	
<u>Article 3/Clinical section</u>	pág 46
Crazy violence in our times: issues from psychoanalysis of lacanian orientation La violence de nos jours: quelques considérations de la psychanalyse d'orientation lacanienne Sérgio Laia	

<u>Article 4</u>	pág 63
Insertion in mental health L'insertion dans la santé mentale Antonio Teixeira (Relator)	
<u>Article 5</u>	pág 74
Split subject, multiplication of objects and social detachment: social ties and the capitalist discourse in contemporary culture Sujet divisé, prolifération d'objets et désinsertion sociale: les liens sociaux et le discours capitaliste dans la culture contemporaine. Leny Magalhães Mrech Monica Rahme	
<u>Article 6/Clinical section</u>	pág 86
Drugs or life La drogue ou la vie Analícea Calmon	
<u>Article 7/Clinical section</u>	pág 98
The group as a strategy for (des)insertion in institutionalized adolescents Le groupe en tant que stratégie pour la (dés)insertion des adolescents dans les institutions Maria Jose Gontijo Salum	
<u>Article 8/Clinical section</u>	pág 108
Fundamental detachment and social bond Désinsertion fondamentale et lien social Fernanda Otoni de Barros-Brisset	
<u>Article 9</u>	pág 122
The neighbourhood and the mathema of four discourses Le voisinage et le mathème des quatre discours José Luís Longo Marta Regina de Leão D'Agord	
<u>Article 10</u>	pág 138
Psychoanalytic clinic in public healthcare institutions La clinique psychanalytique dans des institutions publiques de santé Claudia Maria de Sousa Palma	

- Article 11.....pág 161
The Wolf Man: an analysis of a paradigm case of diagnosis uncertainty.
How can the study of the case contribute to diagnosis in today's
psychoanalytical clinic.
L'Homme aux Loups: l'analyse d'un cas paradigmatique d'incertitude
de diagnostic. Comment l'étude de cas peut-elle donner une
contribution au diagnostic dans la clinique psychanalytique actuelle?
Sabrina Gomes Camargo
- Article 12.....pág 177
The consequences of denying unconscious subjectivity in the work
experience of health professionals
Les conséquences du déni de la subjectivité inconsciente dans
l'expérience de travail des professionnels de la santé
Lúcia Helena Carvalho dos Santos Cunha
- Article 13.....pág 193
Freud's guidelines for the education of analysts and the clinic for lower
income population
Les indications freudiennes pour la formation des analystes et la
clinique avec les pauvres
Valeria Wanda da Silva Fonseca
- Updates 1.....pág 202
Psychoanalysis and the social bond: training, production and speeches
on the [des] insertion
La psychanalyse et le lien social: formation, production et discours sur
l'[dés]insertion
Tania Coelho dos Santos
Jésus Santiago
- Updates 2.....pág 219
Rapport du GT/37 : Psychanalyse et le lien social: formation,
production et discours sur la desinsertion sociale
Report GT/37: Psychoanalysis and the social bond: training,
production and speeches on the social desinsertion
Tania Coelho dos Santos
Jésus Santiago

Book review 1.....pág 224

Metamorphosis: family, school and violence

Métamorphoses: famille, école et violence

Ednei Soares

Book review 2.....pág 228

The desire for a partner-machine

Le désir d'un partenaire-machine

Erly Alexandrino da Silva Neto

Psicanálise aplicada e desinserção no laço social

Tania Coelho dos Santos

A aSEPHallus 11 é um número muito especial. Ele reúne artigos produzidos ao longo dos dois anos de colaboração numa pesquisa entre psicanalistas de orientação lacaniana e que exercem a função de professores universitários. Esta cooperação sucedeu o encontro do Grupo de Trabalho intitulado: Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções na desinserção social. Nosso GT reuniu-se em Fortaleza, durante o XIII Simpósio da ANPEPP, sob minha coordenação e a de Jésus Santiago. Além da produção individual de muitos artigos em revistas especializadas - e da colaboração efetiva em livros, bancas de tese, mesas redondas em simpósios e congressos - registramos aqui algumas das conclusões de cada um.

A leitura dos artigos de meus colegas me estimulou a aprofundar o tema. Somente escrevi meu artigo, depois deste esforço de elaboração das diferentes perspectivas. Por esta razão, no lugar de resenhar cada uma das contribuições como costume fazer, decidi apresentar este número destacando os aspectos mais polêmicos do tema. Essencialmente, eu me questionava: o que é que legitima a ação do analista nos impasses sociais? Para responder esta pergunta tive que interrogar qual é a teoria da constituição do sujeito e do laço social que abraçamos depois do último ensino de Lacan. Depois desta atualização dos pressupostos epistemológicos me perguntei: como definir a operação analítica?

Este par de conceitos – inserção e desinserção social - é pertinente e necessário ao campo psicanalítico? Não seria ele cativo, demasiado cativo, de uma percepção sociológica do laço social fundada na oposição entre a idéia do indivíduo como uma mônada e da exterioridade absoluta da determinação social? Com Lacan, começamos por pensar a constituição do sujeito como alienação ao significante que lhe vem do Outro, do simbólico, do campo da fala e da linguagem. Existe nesta formulação uma espécie de dicotomia sujeito/Outro, pois o significante interpreta, recalca originariamente a causa real que mergulha no inconsciente incognoscível. A tese da primazia do simbólico na constituição do sujeito, neste tempo do ensino de Lacan, se paga com uma perda irremediável da singularidade de cada um. No segundo tempo do ensino de Lacan, aprendemos a pensar o

sujeito a partir da operação de separação do Outro. Com o objeto *a*, temos uma concepção topológica do laço entre o sujeito e o Outro que promove aquilo que eles têm em comum: o furo por onde a libido se infiltra no campo da fala e da linguagem. Esta teorização não se desvencilha completamente da ideia de que há um gozo absoluto que é impossível, inconcebível e não aparelhável pelo simbólico. Por esta razão, o complexo de castração e o de Édipo permanecem como ferramentas essenciais para a abordagem da inserção do sujeito no campo do Outro. Vale destacar, todavia, que neste momento Lacan promove a ideia do objeto possível, do encontro contingente, do mais-de-gozar em jogo no laço entre o sujeito e Outro. Em lugar de uma dicotomia sujeito/Outro, temos o modelo de uma parceria. Também o lugar do analista neste tempo do seu ensino é o do objeto *a*, causa do desejo. O analista instala-se e legitima seu ato, no lugar do que é comum ao sujeito e ao Outro. Os sintomas, os discursos e os laços sociais são tomados como equivalentes.

E em seu último ensino? É o fim da primazia do simbólico. Lacan redefine os registros – real, imaginário e simbólico – como autônomos. É o fim da tese de que o significante mestre, o Nome-do-Pai, seja um sintoma coletivo. Este ponto de vista afirma, como princípio, que não há relação sexual. Toda relação é inventada, é uma suplência imaginária entre o real e o simbólico. Promoção da singularidade do fantasma de cada um? Diferentemente da concepção do laço social fundada na ideia de que o objeto *a* é comum ao sujeito e ao Outro, o ponto de vista baseado no *sinthoma* promove a ideia de que, para cada um, o enodamento entre os registros (simbólico, imaginário e real) é absolutamente inédito. Deste ponto de vista, cada um se insere no simbólico ao seu modo. No último ensino de Lacan, partimos da desinserção generalizada e concluímos pela inserção singularizada para cada um. Desse ponto de vista, vale perguntar o que é que legitima a intervenção do analista? De acordo com Miller, o lugar do analista no último ensino de Lacan não se define mais pelo lugar do objeto *a*. O analista é um *sinthoma*. Ele se sustenta do não sentido, ele não se explica, não se sabe o que é que o motiva. Ele é muito mais da ordem do semblante de traumatismo, do acontecimento de corpo. Podemos nos basear no laço analítico para redefinir o laço social? Parece que sim e, nesse sentido, a ordem simbólica não existe. Só existe o *sinthoma* de cada um, a ordem simbólica singularizada.

No que se refere à orientação lacaniana, há questões que me embaraçam. Tem cabimento demonizar, por exemplo, uma certa ordem simbólica, a nossa, blasfemando contra, por exemplo, o discurso da ciência? Quantos

discursos da ciência circulam nas sociedades ocidentais? São coerentes entre si? Estão orquestrados? Ou aparelham-se contingentemente? Se os circuitos pulsionais são escritos no momento do encontro com uma língua, numa certa família, num determinado momento histórico de uma dada civilização, como distinguir o que é do sujeito e o que pertence ao Outro particular que é o parceiro de cada um? Como julgar se isso que se produz - graças ao acaso dos encontros e desencontros - está mais inserido ou menos inserido na ordem simbólica que o engendrou? Tendo a concluir que a idéia mesma de ordem simbólica, do ponto de vista das pulsões, é bastante discutível. O que torna a idéia mesma de inserção ou de desinserção bastante carente de fundamento. Embora seja indiscutível que os ideais democráticos de nossa civilização tendem a incitar um gosto acentuado pela homogeneização do uso e do usufruto dos corpos, a clínica muitas vezes nos mostra que a relação de cada um com as ideologias hegemônicas é mediada pela sua forma singular de gozar de sua vida. Eu chegaria a dizer que o *sinthoma* é uma defesa contra toda tentativa de indivíduos ou grupos de coletivizar o gozo. É preciso muito cuidado para não generalizarmos um discurso que nos defenda dos discursos hegemônicos. Talvez seja melhor deixar que cada um invente sua forma de usar o que os discursos que circulam numa dada sociedade lhe oferecem para viver melhor. Toda oposição maniqueísta entre sujeito e civilização, pode levar a produzir analistas reivindicantes: histéricos ou paranóicos.

A dimensão real da inserção social na ordem simbólica

Tania Coelho dos Santos

Pós-doutorado no Departamento de Psicanálise de Paris VIII
Professor Associado, nível II no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/UFRJ
Pesquisadora do CNPQ nível 1 C
Presidente da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo
Psicanalista da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de Psicanálise
taniacs@openlink.com.br

Resumo

Eu me pergunto se esse par de conceitos – inserção e desinserção - é pertinente e necessário ao campo psicanalítico. A perspectiva sociológica parte da oposição entre a idéia do indivíduo como uma mônada e da exterioridade absoluta da determinação social. De acordo com o último ensino de Lacan, somos todos desinseridos. Todo sinthoma é um modo singular de gozo e o Outro é o Outro de cada um. Diferentemente da concepção do laço social fundada na idéia de que o objeto a é comum ao sujeito e ao Outro, o ponto de vista baseado no sinthoma promove a idéia de que cada enodamento entre os registros é absolutamente inédito. Deste ponto de vista, cada um se insere no simbólico ao seu modo. Partimos da desinserção generalizada e concluímos pela inserção singularizada para cada um.

Palavras-chave: psicanálise, inserção, desinserção, sinthoma, gozo, laço social.

Inserção e desinserção

Eu me pergunto se esse par de conceitos é pertinente e necessário ao campo psicanalítico. Não seria ele cativo, demasiado cativo, de uma percepção sociológica do laço social, aquela que parte da oposição entre a idéia do indivíduo como uma mônada e da exterioridade absoluta da determinação social? A importância desta percepção sociológica talvez tenha se acentuado graças ao avanço dos movimentos sociais democráticos que reivindicam a universalização do usufruto da saúde, educação, cultura e lazer. Juntamente com estas justas reivindicações cresce inevitavelmente o

anseio pela homogeneização dos costumes, valores, usos e modos de usufruto do corpo. Razões derivadas do controle dos gastos públicos com a saúde e as pensões por invalidez e morte nos impõem uma crescente intolerância com os comportamento de risco cárdio-vascular, tais como: tabagismo, o alcoolismo, a obesidade. A dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a precariedade de bens materiais que dela resulta também tende a ser encarada como um entre outros tantos sinais de uma suposta escassez de regulação das pulsões pelo princípio do prazer. Crescem as ações afirmativas que visam reeducar os hábitos para combater a pobreza. O que dizer das intervenções de especialistas sobre as causas das síndromes do pânico, das depressões, das adições às drogas ou do consumismo? Cresce a convicção de que todo gozo sem lei precisa ser sujeitado à regulação pelos discursos pedagógico, médico ou psiquiátrico. À medida que estendemos os direitos ao amparo previdenciário público ou aos planos de saúde compartilhados, cresce a socialização do risco de vida. Freud um dia afirmou que a pulsão sexual é a expressão do direito que todo indivíduo tem de morrer à sua própria maneira¹. Hoje este risco não é mais percebido como pertencendo ao arbítrio de um sujeito isolado. Ele afeta toda a sociedade que paga o preço das redes de proteção social.

Da psicologia individual e psicologia social

Freud, diferentemente do todo o pensamento sociológico, afirmou que em consequência do inconsciente a psicologia individual é uma psicologia social². Lacan - diferentemente dos psicanalistas pós-freudianos orientados pela suposta primazia das relações mãe-bebê - esclareceu esta tese afirmando que a constituição do sujeito do inconsciente se deve aos efeitos do campo da fala e da linguagem. Em seu primeiro ensino afirmou a primazia do simbólico (linguagem) sobre os outros registros, isto é, imaginário (corpo/mundo) e real (pulsões). É a ordem simbólica que nos faz homens, isto é, só podemos sê-lo alienados por meio dela, inseridos nela. Este ponto de vista será muito mais tarde substituído pela tese da autonomia dos registros. Lacan adotará uma perspectiva que privilegia o modo singular como se estabelece o enodamento entre eles. A nova perspectiva nos permite escapar à universalização do modo neurótico de enodamento dos registros que dirige seu primeiro ensino e que fundava-se no pressuposto da supremacia da função do Nome-do-Pai. Este último foi definido como o operador simbólico que, ao se impor ao imaginário e ao real, engendraria o desejo inconsciente submetido ao recalçamento e o sintoma como formação de compromisso ou retorno do recalçado. A psicose

resultaria da forclusão do Nome-do-Pai, que deixa o inconsciente a céu aberto. Em seu último ensino, ele admite que há outros modos de enodar os registros diferentes daquele que a metáfora paterna permite orquestrar. Introduz o termo *sinthoma* para designar o que uma mulher é para um homem. A obra do escritor James Joyce, merece ser designada com este termo uma vez que o autor enodaria os registros com o seu nome próprio e não com o Nome-do-Pai e a sexualidade inconsciente. Sintoma e *sinthoma* descreveriam assim dois modos distintos de saber fazer com a pulsão.

Partindo da autonomia dos registros, afirma-se um ponto de vista que radicaliza o princípio da desinserção. O sintoma ou o *sinthoma* seriam o modo particular de enodamento dos registros e a condição do advento de um sujeito ou de um ser falante. No momento de conceber esse artigo fui levada a constatar que o tema da inserção social é um embaraço para os psicanalistas de orientação lacaniana. Eu me pergunto: é mais correto partir do pressuposto de que o ser falante nasce inserido na ordem simbólica ou de que nasce desinserido desta?

Fui levada de volta à comparação freudiana do laço social entre os homens com a relação entre os porcos-espinhos³, pois ela é uma das bússolas de nossa psicologia social. Perto demais uns dos outros, nos espetamos; longe demais, sentimos frio. Para Freud, o laço social nasce da dessexualização das pulsões eróticas (Freud, 1923, p. 61). As razões que desencorajam as fulgurantes exigências da sexualidade humana são a interdição do incesto e o insucesso do parricídio. Em consequência destas duas poderosas renúncias pulsionais, o sujeito civilizado é permanentemente assediado pelo risco da defusão pulsional que desencadearia a liberação da pulsão de morte. Esta configuração das relações entre indivíduo e civilização, a meu ver, deixa entrever o sonho no paraíso autocrático da solidão numa ilha deserta ou o do gozo sem lei da tirania sobre os outros homens. Estas ficções merecem ser relidas à luz do tema da inserção e da desinserção estrutural do sujeito humano. Seria Freud um partidário da desinserção radical de todo ser humano da ordem simbólica? O ponto de vista freudiano das relações entre indivíduo e civilização é radicalmente dicotômico? Mais ou menos. No "Projeto..." (1950 [1895]), ele argumenta que o desespero é a fonte de todos os motivos morais. Em "Totem e Tabu" (1912-13), a tese freudiana é a de que a civilização origina-se com o parricídio. Este crime de autoria coletiva teria se perpetuado como consciência inconsciente de culpa, supereu enraizado no isso que, em cada indivíduo, motiva o laço social.

Distinguir as diferentes formalizações lacanianas da abordagem freudiana do real é essencial à teorização da finalidade da experiência analítica e,

igualmente, à extensão de nossa prática aos impasses do laço social. Neste sentido, muitas vezes fico surpresa como o elevado grau de consenso que reconheço habitar as abordagens psicanalíticas tanto do traumático quanto do mal-estar. Desde Freud, repetimos as variantes da tese do porco espinho: “amar ao próximo como a ti mesmo” é um mandamento impossível. Pode-se compreender esta tese ressaltando que a natureza do homem é egoísta e que sua disposição para a sublimação não é tão elevada. Com a formalização do objeto *a*, a abordagem de Lacan enfatiza o ponto de separação entre o sujeito e Outro. O objeto *a* é o que existe em comum entre o sujeito e o Outro, a extimidade do gozo. Destaca que o real que habitaria o mais íntimo de nós mesmos habita também o coração do Outro. Não é dizível, nem amável, nem cognoscível. Porém, o real não é o individual, nem o singular, pois é “isso” (Id) que é comum ao sujeito e ao Outro. O núcleo do inconsciente, seu umbigo, é a Coisa em si ou a causa em si, irremediavelmente perdida, sujeitada ao recalçamento originário. Vale recordar que Lacan remete a causa deste mal-estar na civilização à particularidade do imperativo moral kantiano que, desde o advento da modernidade, nos exige a universalização do laço fraterno. Lacan esclarece que o avesso desta elevação inédita da exigência moral paga-se com o crescimento nas profundezas de um novo gosto pelo mal. Traduzindo em linguagem freudiana: quanto mais exigimos a dessexualização das pulsões, mais aumenta o risco da defusão pulsional e da irrupção da pulsão de morte.

Com Lacan, mais uma vez, podemos ver mais claramente esta questão. Temos a tese de que a estrutura do laço social é equivalente a de um discurso ou de um sintoma. Esta proposta nos encaminha para a seguinte conclusão: cada discurso é uma forma particular de laço social, uma defesa contra o real. O parricídio e o incesto são os dois nomes do real excluído da civilização. Como a estrutura de todos os discursos é equivalente ao sintoma, então, os laços sociais são soluções de compromisso entre o desejo de um e a censura de todos, isto é, da civilização. Observe-se que nosso campo teórico sobre o laço social, permanece marcado por uma visão dicotômica, opositiva, conflitiva das relações entre a pulsão e a ordem simbólica e seus equivalentes: linguagem, cultura e civilização. Esta perspectiva dicotômica, rigorosamente freudiana, domina o eixo da teoria da constituição da sexualidade fundada no complexo de Édipo, na interdição paterna e no recalçamento do desejo incestuoso. Embora, seja preciso reconhecer que a formalização do objeto *a* é um passo significativo no sentido de reduzir esta oposição.

Fundamentos de uma teoria da civilização: recalque ou sublimação?

A teoria da constituição do sujeito fundada no recalque, difere da perspectiva, igualmente freudiana, de que nem toda a sexualidade perversa e polimorfa originária fica submetida ao recalque. Uma parte da libido das pulsões parciais retorna ao próprio eu, tomando-o como objeto (narcisismo), ou é invertida no destino oposto, ensejando as formações reativas que constituem o caráter (Freud, 1915, p. 147-148). Entretanto, a dimensão mais promissora da teoria, a meu ver, é a da sublimação, definida como uma “mudança no âmbito da própria pulsão”⁴ (Freud, 1914, p. 11). Sobre a sublimação, Lacan avançará no *Seminário VII* que consiste em “elevator o objeto à dignidade da Coisa” (Lacan, 1959-60, p. 140-141), de tal modo que, diferentemente do recalque, não se trata neste caso de recalcar o real mas, sim, de deixar entrevê-lo. Para Freud, a idealização do objeto ou a supervalorização sexual do objeto é um destino da pulsão que se associa à operação de recalque. A sublimação é outra coisa. É uma mudança mais enigmática no âmbito da própria pulsão e, diferentemente de tudo que se associa ao recalque ou às formações reativas, implica numa mutação do gozo pulsional. Não se trata nem de conservar o gozo pulsional por meio das formações reativas que fundam os traços de caráter, nem de continuar a gozar inconscientemente do desejo de um objeto que foi recalado pela censura. Por estas razões, eu acredito que a sublimação freudiana corresponde muito melhor à definição lacaniana da pulsão de morte: “vontade de destruição direta e de recomeço com novos custos” (Lacan, 1959-60). As mutações do gozo, em jogo na criação e na invenção descrevem, talvez, uma outra via para pensar como se daria a relação entre a pulsão e a ordem simbólica. Podemos investigar se esta outra teoria é mais compatível com a topologia borromeana. Por hipótese, esta outra teoria poderia estar na base da distinção entre duas maneiras de enodar o real, o simbólico e o imaginário, que encontramos no último ensino de Lacan: sintoma (formação de compromisso, sexualidade e inconsciente) e *sinthoma* (eu/sublimação). Parto da afirmação de que no lugar da pulsão de morte, concepção fundada na energética freudiana, Lacan teria introduzido o real (Lacan, 1975-76, p. 129-130).

Para aprofundar esta problemática, é preciso revisitar nossas convicções sobre as relações entre a pulsão e a linguagem ou entre a pulsão e a civilização. Volto à seguinte questão: existe pulsão fora da civilização? Se não fôssemos civilizados, seríamos animais pulsionais? Se a pulsão (*Trieb*) é um *Grundbegriff*, um conceito fundamental, é porque ele se diferencia do

instinto (*Instinkt*). O que nos diferencia dos animais que se organizam instintivamente é o fato de que somos seres humanos, por definição, porque fomos inseridos na civilização. Freud nos legou uma abordagem da sexualidade fundada no paradoxo de um encontro como satisfação irrepetível. A tentativa alucinatória de repetição da lembrança desta primeira experiência só pode terminar com o desencadeamento traumático de uma experiência de dor. Deste mau encontro fica a lição. Alucinar é supor a identidade entre a lembrança do objeto e um objeto qualquer que se oferece à percepção. Alucinar é diferente de reencontrar o objeto pelo recurso à identidade de pensamento (Freud, 1950 [1895]). Esta teorização poderia nos levar a conceber uma espécie de naturalização do objeto em jogo nas relações mãe-bebê. Quanto mais não seja, porque a teoria do objeto das pulsões parciais pode induzir a esta simplificação. Uma vez que a temporalidade do inconsciente é retroativa, o falo como metáfora de todos os objetos parciais da experiência dita pré-genital – que os eleva à condição de equivalentes simbólicos – somente entra em função na posterioridade dos efeitos do recalçamento secundário. Logo, há o risco de não percebermos de imediato que a estrutura do objeto sexual é lógica e não perceptual. É nas vias do pensamento e não da percepção que o objeto deve ser buscado, Freud ensina. Parafraseando Lacan, nada do que se encontra é da ordem do que se busca (Lacan, 1959-60, p. 23).

Lacan formalizou a descoberta freudiana do real em jogo no campo do desejo com a topologia do objeto *a*. Por isto prossigo em minha argumentação com Lacan. A sexualidade humana, privada do instinto da espécie, organiza-se como um desejo sexual que não é individual, pois se engendra na dependência do desejo do Outro. A necessidade, primeiramente capturada nas vias da demanda do Outro, é sujeitada ao significante. O desejo é estruturado como desejo do desejo do Outro, em consequência da pulsão. O que é a pulsão? Eu a definiria como a potência que se desencadeia no encontro entre um corpo e o Outro da linguagem, suporte da civilização. Vale recordar o comentário de Lacan:

“Não escapa a Freud que a felicidade é, para nós, o que deve ser proposto como termo de toda busca por mais ética que seja [...] para essa felicidade, diz-nos Freud, não há nada absolutamente preparado, nem no macrocosmo nem no microcosmo” (Lacan, 1959-60, p. 23).

O encontro de cada um com sua espécie é sem GPS. O primeiro encontro, traumático e satisfatório, é um acontecimento que define uma modalidade de inserção de um sujeito na ordem simbólica. Esta modalidade inscreve-se

como um circuito pulsional, isto é, como uma significação que circunscreve uma forma singular de encontro com a satisfação da necessidade. Resta dizer que essa inserção do sujeito na ordem simbólica é sempre bastante precária, mal fundada e necessariamente engendradora graças a um mal entendido. Por essa razão, a modalidade singular deste circuito pulsional está pronta para fabricar novos encontros, bem como desencontros traumáticos. Pode-se até dizer que tanto faz, encontros e desencontros fundam-se igualmente no mal entendido essencial entre o sujeito e seu parceiro, isto é, o Outro de uma dada civilização. Pode-se falar com justiça de uma solidão essencial do sujeito, encerrado, fixado, à sua forma inaugural e única de usufruir do próprio corpo e do laço com o Outro da civilização. Mas pode-se, com igual justiça, acolher com surpresa a potência de aparelhamento e de desaparelhamento destas máquinas pulsionais que somos nós. Se isto é verdade, o que dizer das civilizações? Haveria civilizações mais permeáveis à singularidade de cada um e civilizações mais fechadas às modalidades de circuito pulsional? Uma dada civilização, promove mais o laço por meio de um sintoma (formação de compromisso) ou de um *sinthoma* (sublimação)?

Foi preciso, neste ponto, fazer uma revisão as teses freudianas acerca do que é que permite o aparelhamento. Quais são as condições psíquicas para que haja laço social? Encontramos em Freud uma teoria que é dependente do primado do recalçamento. Logo, é uma teoria do laço social como sintoma, isto é formação de compromisso, consenso social baseado num mal entendido essencial. Assim, parece que seria preciso que um certo numero de indivíduos coloque um objeto (suposto o mesmo para alguns) no lugar de seu ideal ou do seu gozo (Freud, 1921, p. 133). Pode-se afirmar, em contrapartida, que esse processo leva necessariamente a rebaixar algum objeto à condição de indesejável e excluído. A fraternidade se paga por meio de um consenso quanto ao que elegemos como luxo e, igualmente, quanto ao que dejetamos como lixo. Diante dessa configuração sintomática do laço social, caberia perguntar: haveria civilizações mais abertas à diversidade de grupos e à pluralidade dos laços sociais? Ou será que à medida que a pluralidade cresce, aumenta a segregação e a intolerância?

Qual é a teoria do laço social mais apropriada à perspectiva borromeana?

Ao introduzir o registro do real, Lacan o deixou do lado de fora da experiência analítica. Tomava o real tal como Freud concebia a pulsão de

morte: como tudo aquilo que se opõe ao laço analítico e ao laço social. Para abordar o único real que poderia interessar ao psicanalista tomou a via de Hegel, equacionando-o ao *logos*, à razão. No ponto de partida de Lacan encontramos a afirmação hegeliana no prefácio à *Fenomenologia do Espírito*: “tudo que é real é racional e tudo que é racional é real”. Nesta época, o real é estruturado pelo simbólico, pela linguagem. Dizendo de outro modo, o real na experiência analítica é o inconsciente como discurso do Outro.

O inconsciente é uma invenção freudiana. Com a mediação da interpretação dos sonhos e de toda uma fina psicopatologia da vida cotidiana, Freud decifrou o enigma dos sintomas histéricos. Lacan concebeu o inconsciente como lugar do Outro, mas esse Outro não é exatamente o mesmo ao longo de seu ensino. As nuances deste conceito sofrem um vivo deslocamento ao mesmo tempo em que se redefine a dimensão do real. Primeiramente, o Outro é o lugar da verdade, constituído pelos efeitos da fala e que se distingue da comunicação. Depois, o Outro figura como o lugar do código/mensagem. O Outro como tesouro de significantes, é o dicionário dos usos da linguagem. No nível fonológico, o Outro é uma bateria significativa completa. Existe ainda o Outro barrado - $S(\mathbb{A})$ -, Outro inconsistente, uma vez que a verdade e a demonstração são coisas distintas. A inconsistência do Outro (\mathbb{A}), Outro que não existe, corresponde à formalização do objeto *a*. Desde então o Outro é uma estrutura topológica, folheada pela repetição pulsional e que enseja a emergência do objeto *a* como mais-de-gozar, concepção de estrutura que integra-se à repetição pulsional. O real de que fala Lacan nessa época, redefine-se graças à formalização do objeto *a*. Esse conceito lhe permite ir do grande Outro (A) ao pequeno outro (*a*), demonstrando a relação íntima e extima entre o significante e o real.

Neste período do ensino de Lacan, o objeto *a* é uma formalização do real que atravessa a fronteira entre o gozo (pulsão/repetição) e o Outro (inconsciente/sentido). Ele é uma infração à exterioridade absoluta da Coisa (*das Ding*) em relação ao campo do Outro. O objeto *a* integra-se ao campo significativo por meio do fator libidinal, que é o mais-de-gozar (*Merlust*). O objeto *a*, graças a sua estrutura topológica, pode funcionar como equivalente do gozo. Ele não é parte do grande Outro (A). É um resíduo. Ao mesmo tempo, o que o grande Outro tem de mais íntimo (um furo) é o que ele tem de mais exterior ao seu conjunto de significantes. Essa topologia é uma revolução na nossa concepção das relações do sujeito como efeito do significante, ao grande Outro. O objeto é uma borda estruturada

topologicamente, que permite redefinir o significante como meio de gozo. Desde então, eu me arriscaria a defender, o Outro, a linguagem, a civilização não são o oposto da pulsão e sim seus parceiros.

Em seu último ensino, esta formalização do real como objeto *a* não é mais suficiente. O objeto *a*, talvez, seja a formalização do objeto que orienta as pulsões sexuais e sua pertinência limita-se aos sintomas cuja estrutura funda-se no primado da castração e do Édipo. Dizendo de Outro modo, ele seria relativo àquilo que se escreve como encontro ou desencontro entre o sujeito e o Outro. O real diz respeito muito mais ao que não se escreve, não se formaliza, não é comum ao sujeito e ao Outro. O real lacaniano equivale à dimensão do traumatismo em Freud. Com o axioma, “não há relação sexual”, o real deve ser abordado como sem lei. Não há saber no real. Não existe nenhuma medida comum entre o real e o simbólico. Por esta razão, todo sentido se reduz ao semblante, algo que é *imaginariamente simbólico*, um discurso. O que vem a ser o traumatismo inassimilável à dimensão do objeto *a*? Depois dos anos 70, o real no ensino de Lacan se faz representar por meio da tensão dialética entre a *lalíngua* (*lalangue*) e a linguagem. *Lalíngua* presentifica o gozo da dispersão do significante. Trata-se dos significantes puros, isolados, não encadeados na linguagem articulada. *Lalíngua* comporta uma dimensão que é irreduzivelmente diacrônica, pois ela é essencialmente aluvionária. É feita de “aluviões que se acumulam, dos mal-entendidos, das criações languageiras, de cada um” (Miller, 1996, p. 11, tradução minha). Penso que Lacan nos oferece uma outra perspectiva da pulsão como energia em estado livre, não ligada em representações articuladas, que corresponde ao que Freud chamou de processo primário. *Lalíngua* são os processos primários dominados pelo autoerotismo. Trata-se do inconsciente real, onde o significante se apresenta como bobagem, tropeço sem sentido, que é muito mais da ordem do erro do que do lapso.

Logo, no último ensino de Lacan, nem tudo que é real é racional. Porque não há relação sexual, o gozo não pode ser escrito, formalizado, nem mesmo pelo objeto *a*. Em contrapartida, tudo que experimentamos como gozo, é o gozo contingente com o objeto *a*. A natureza do discurso é, justamente, a de ser um semblante, uma defesa contra o real. O semblante funde, mistura a razão com a sensibilidade. O semblante por excelência é o fantasma – tela que protege e janela que se abre para o real do jeito de cada um. É o modo como cada um subjetiva o real, o gozo, a causa, a pulsão. O real, no último ensino de Lacan não é um sentido incognoscível, originariamente recalçado que se opõe ao Outro do simbólico, é o fora do sentido absoluto. Todo sentido é uma invenção – uma defesa, mas também

uma semblantização do real – que persiste disjunto do simbólico e do imaginário.

Não resta dúvida que afirmar que não há relação sexual é outra maneira de tratar o tema da disjunção entre o real e a civilização. A semblantização do real, nesta nova perspectiva, não é necessariamente da ordem do recalçamento. Ao contrário, eu ousaria defender a tese de que toda semblantização é uma sublimação direta e que pode não passar pela castração ou pelo mito do Édipo. Talvez o fantasma, como o modo de cada um gozar do inconsciente, resulte mais diretamente do destino sublimatório das pulsões do que do recalçamento. Poderíamos abordar o fantasma de cada um como uma solução, uma invenção de um modo inédito de inserção na ordem simbólica.

Em seu curso de 2009/2010, intitulado “Perspectivas dos Escritos e dos Outros Escritos de Lacan”, Jacques-Alain Miller retoma algumas reflexões sobre o último ensino de Lacan. Ele nos recorda que o ponto de vista baseado no *sinthoma* privilegia o modo de gozar em sua singularidade. O conceito de *sinthoma* é desestruturante, ele apaga as fronteiras entre o sintoma e o fantasma. O *sinthoma*, na medida em que ele é o que cada um tem de mais singular, não se parece com ninguém, está fora do que é comum. É singular e incomparável, intraduzível, é a língua inventada por um sozinho. O *sinthoma* é um acontecimento de corpo, cujo estatuto mais profundo é o real sem sentido. O laço analítico visa, em cada um, o gozo próprio do *sinthoma*, na medida em que ele exclui o sentido. A exploração do inconsciente encontra no gozo sem sentido um impasse irredutível para o deciframento. Por essa razão, Lacan qualifica o *sinthoma* como acontecimento de corpo. Ele é substancial, tem consistência de gozo. Em lugar da tese, “lá onde isso fala, isso goza”, a orientação para o *sinthoma* acentua que “isso goza, lá onde isso não fala e não faz sentido”.

Podemos concluir que começamos a pensar a constituição do sujeito como laço simbólico ao significante que ele encontra no campo do Outro. Existe aí certa dicotomia, pois o significante interpreta, recalca a verdadeira causa que mergulha no inconsciente incognoscível. Depois, com o objeto *a*, temos uma concepção de laço entre o sujeito e o Outro baseada naquilo que eles têm em comum. A natureza do objeto é lógica. É uma falha, um furo no campo dos significantes, mas é também uma consistência, uma substância gozante. No pano de fundo desta teorização existe a idéia de que há um gozo absoluto que é impossível, inconcebível e não aparelhável. Todavia, o que Lacan promove é muito mais a idéia do objeto possível, do encontro contingente, do mais-de-gozar em jogo no laço entre o sujeito e Outro. Em

lugar de uma dicotomia temos o modelo de uma parceria. Também o lugar do analista neste tempo do seu ensino é o do objeto *a*, causa do desejo, lugar do que é comum ao sujeito e ao Outro.

E em seu último ensino? Que lugar ocupa o analista? Podemos nos basear neste tipo de laço para redefinir todo laço social? O que é o psicanalista em sua relação ao *sinthoma*? De acordo com Miller, o lugar do analista no último ensino de Lacan não se define mais pelo lugar do objeto *a*. O analista é um *sinthoma* (Coelho dos santos, 2007, p. 57-72). Ele se sustenta do não sentido, ele não se explica, não se sabe o que é que o motiva. Ele é muito mais da ordem do semblante de traumatismo, do acontecimento de corpo. Como entender este novo lugar sem passar por uma comparação com o analista no lugar do grande Outro e o analista no lugar do pequeno outro (objeto *a*)? O primeiro é o lugar do par código/mensagem, tesouro dos significantes, bateria fonológica. É o analista intérprete, encarnação do inconsciente como discurso do Outro. É talvez o analista apropriado para a civilização que promove a crença no Outro consistente, no qual o Nome-do-Pai funciona como ideal ou sintoma coletivo e que a descoberta do sentido inconsciente, recalcado tem efeito de verdade. O segundo, o objeto *a*, foi introduzido por meio dos objetos parciais, mas progressivamente foi reduzido à forma topológica que a repetição contorna na busca da satisfação. É o analista que encarna a parcialidade e a contingência do gozo possível. Pode-se pensar que se trata do analista apropriado à civilização em que o Nome-do-Pai está em declínio e que o laço social tende a se produzir compartilhando o objeto do gozo. Mais além do objeto *a*, a concepção do analista como um parceiro traumático encarnaria, acredito eu, o desencontro, a não relação sexual, o autismo do gozo. Esta outra concepção do lugar do analista seria a mais apropriada para uma época que teima em homogeneizar os indivíduos, que distingue os indivíduos em incluídos e excluídos, a pretexto de combater a desinserção?

Como analisar o *sinthoma* se, em sua última definição, ele é um modo singular de gozo, um funcionamento positivo do gozo, um dispositivo de gozo, que não é passível de ser interpretado? Se ele é um acontecimento traumático de corpo, já é uma resposta. Miller avança neste terreno sugerindo que no dispositivo analítico e sob transferência, existe uma chance de que essa lalíngua se articule aos significantes oferecidos pelo analista para interpretá-la, encadeá-la, colocá-la em discurso. Miller acrescenta que se trata-se aí da tensão interna ao dispositivo analítico entre o mais real no *sinthoma* – que graças à debilidade do aparelho psíquico,

sempre se apresenta fora-do-sentido - e a magia da interpretação que permite reduzi-lo e submetê-lo ao sentido.

Se tomamos a via sugerida por Miller, radicalizamos o ponto de vista da desinserção para todo ser falante. Somos todos desinseridos. Todo *sinthoma* é um modo singular de gozo e o Outro é o Outro de cada um. Diferentemente da concepção do laço social fundada na idéia de que o objeto *a* é comum ao sujeito e ao Outro, o ponto de vista baseado no *sinthoma* promove a idéia de que cada enodamento entre os registros é absolutamente inédito. Deste ponto de vista, cada um se insere no simbólico ao seu modo. Partimos da desinserção generalizada e concluimos pela inserção singularizada para cada um.

No que se refere à orientação lacaniana, há questões que me embarçam. Tem cabimento demonizar, por exemplo, uma certa ordem simbólica comparando-a com outra? Se os circuitos pulsionais são escritos no momento do encontro com uma língua, numa certa família, num determinado momento histórico de uma dada civilização, como distinguir o que é do sujeito e o que pertence ao Outro particular que é o parceiro de cada um? Como julgar se isso que se produz - graças ao acaso dos encontros e desencontros - está mais inserido ou menos inserido na ordem simbólica que o engendrou? Tendo a concluir que a idéia mesma de ordem simbólica, do ponto de vista das pulsões, é bastante discutível. O que torna a idéia mesma de inserção ou de desinserção bastante carente de fundamento. Embora seja indiscutível que os ideais democráticos de nossa civilização tendem a incitar um gosto acentuado pela homogeneização do uso e do usufruto dos corpos, a clínica muitas vezes nos mostra que a relação de cada um com as ideologias hegemônicas é mediada pela sua forma singular de gozar de sua vida. Eu chegaria a dizer que o *sinthoma* é uma defesa contra toda tentativa de indivíduos ou grupos de coletivizar o gozo. Se isso é uma conclusão aceitável, é preciso muito cuidado para não generalizarmos um discurso que nos defenda dos discursos hegemônicos. Como analistas, talvez seja melhor deixar que cada um invente sua forma de usar o que os discursos que circulam numa dada sociedade lhe oferecem para viver melhor. Toda oposição maniqueísta entre sujeito e civilização, pode levar a produzir analistas reivindicantes: histéricos ou paranóicos.

Notas

- 1- "Trata-se de instintos componentes, cuja função é garantir que o organismo seguirá seu próprio caminho para a morte, e afastar todos os modos possíveis de retornar à existência inorgânica que não sejam imanentes ao próprio organismo" (Freud, 1920, p. 56-57).
- 2- "O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto" (Freud, 1921, p. 91).
- 3- "De acordo com o famoso símile schopenhaueriano dos porcos-espinhos que se congelam, nenhum deles pode tolerar uma aproximação demasiado íntima com o próximo" (Freud, 1921, p. 128).
- 4- "A sublimação é um processo que diz respeito à libido objetal e consiste no fato da libido se dirigir no sentido de uma finalidade diferente e afastada da finalidade da satisfação sexual; nesse processo a tônica recai na deflexão da sexualidade. A idealização é um processo que diz respeito ao objeto; por ela, esse objeto é engrandecido, sem qualquer alteração em sua natureza" (Freud, 1914, p. 11).

Referências bibliográficas

- COELHO DOS SANTOS, T. (2007) "O psicanalista é um sintoma", in Latusa, n. 11, Rio de Janeiro: Editora Contracapa, 2007, p. 57-72.
- FREUD, S. (1950 [1895]) "Projeto para uma Psicologia Científica", in Obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, Vol. I, 1976.
- FREUD, S. (1912-13) "Totem e tabu", in Obras completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, Vol. XIII, 1976.
- FREUD S. (1914) "Sobre o narcisismo: uma introdução", in Obras Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, Vol. XV, 1976.
- FREUD, S. (1915) "Os instintos e suas vicissitudes", in Obras Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, vol. XV, 1976.
- FREUD, S. (1920) "Além do Princípio do Prazer", in Obras Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII, 1976.
- FREUD, S. (1921) "Psicologia de grupo e análise do ego", in Obras Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, vol. XVIII, 1976.

FREUD, S. (1923/ 1976) "O Ego e o Id", in Obras Completas de Sigmund Freud, Rio de Janeiro: Imago, vol. XIX.

LACAN, J. (1959/60) O seminário, livro 7: a ética da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1986.

LACAN, J. (1975/76) Le seminaire, livre XXIII: le sinthome. Paris: Seuil, 2005.

MILLER, J.-A. "Le monologue de l'apparole", in La Cause Freudienne. Paris: Diffusion Navarin, n. 34, 1996 p. 7-18.

Resumos

The real dimension of social insertion in the symbolic rule

I wonder if this pair of concepts - integration and detachment - is relevant and necessary to the psychoanalytic field. The sociological perspective of the opposition between the idea of the individual as a monad and the absolute exteriority of social determination. According to the last teaching of Lacan, we are all disinserted. All sinthome is a unique way of enjoyment and the Other, the Other is one of each. Unlike the concept of the social bond based on the idea that the object is common to the subject and the Other, the point of view based on sinthome promotes the idea that any link between outlooks is absolutely unheard of. From this point of view, each one fits into the symbolic field in its own way. We start from the generalized detachment and conclude by inserting each one in his singular way.

Key words: psychoanalysis, insertion, disinsertion, social bond, synthoma.

La dimension réelle de l'insertion sociale dans l'ordre symbolique

Je me demande si ce duo de concepts – insertion et désinsertion – est pertinent et nécessaire au champ psychanalytique. Le biais sociologique part de l'opposition entre l'idée de l'individu comme une monade et de l'exteriorité absolue de la détermination sociale. Selon le dernier enseignement de Lacan, nous sommes tous désinsérés. Tout sinthome est un mode singulier de jouissance et l'Autre, c'est l'Autre de chacun. Différemment de la conception du lien social cadrée sur l'idée selon laquelle l'objet a est commun au sujet et à l'Autre, le point de vue fondé sur le sinthome propage l'idée de l'inéditisme de chaque lien entre les registres. De ce point de vue, chacun s'insère dans le symbolique à sa façon. Nous partons de la désinsertion générale pour arriver à l'insertion singularisée de chacun.

Mot clés: psychanalyse, insertion, desinsertion, synthome, jouissance, lieu social.

Citação/Citation: COELHO DOS SANTOS, T. A dimensão real da desinserção na ordem simbólica. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 19/01/2010 / 01/19/2010.

Aceito/Accepted: 25/04/2010 / 04/25/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Psicanálise e laço social: interferências do paradigma clínico do sonho no tratamento do sintoma

Jésus Santiago

Doutor pelo Departamento de Psicanálise de Paris-VIII

Pós-doutorado em Teoria Psicanalítica / UFRJ

Professor Adjunto da Faculdade de Psicologia / UFMG

Psicanalista

AME da Escola Brasileira de Psicanálise

e da Associação Mundial de Psicanálise

santiago.bhe@terra.com.br

Resumo

O interesse do texto é mostrar que as relações entre a psicanálise e o laço social devem ser concebidas pelo que se configura como o destino último do sintoma no transcurso do tratamento. No fundo, a expressão mais acabada desse destino do sintoma é o advento de uma nova forma de laço social, uma forma de discurso, a saber: o discurso do analista. Nesse sentido, a tese que se busca expor neste artigo é a de que o âmago das relações da psicanálise com o laço social diz respeito muito mais àquilo que é o produto último da psicanálise do que, por exemplo, às diferentes formas de aplicação terapêutica da psicanálise. Interessa-se assim, interrogar as relações da psicanálise com o laço social a partir do que é o sumo de sua própria invenção como discurso – a figura do analista e sua relação com a experiência do inconsciente – e não pelos momentos em que ela se apresenta no mundo como objeto das demandas sociais da civilização.

Palavras-chave: social, público, privado, sonho, inconsciente, sintoma.

É sabido que, no último ensino de Lacan, o sintoma é considerado um conceito único, um conceito fundamental em torno do qual todos os outros sofreriam uma espécie de sobredeterminação. Evidentemente que uma tal focalização no sintoma acarreta inúmeras conseqüências, pois esta se deduz da oposição entre o que seria uma clínica propriamente estrutural e uma clínica do sintoma. Passar da estrutura ao sintoma acarreta implicações não somente com relação à questão diagnóstica, mas também na maneira em que se capta uma certa posição subjetiva, do que aparece como demanda do tratamento. Muda principalmente, o problema do final de um tratamento, considerando que o final, calcado no sintoma, desloca-se de um enfoque sob a égide do *'regime do saber'* para outro, concernente ao *'regime de verdade'* (Miller, 2010, p. 65-75).

O destino do sintoma

Certamente, uma via de abordagem das relações entre a psicanálise e o laço social é tratar o que se configura como o destino último do sintoma no transcurso do tratamento. Admitir que o sintoma sofre mudanças ao longo do tratamento supõe levar em conta o princípio de que, na clínica do sintoma, essas mudanças esbarram sempre com algo que não muda. Como me refiro, mais adiante, se existe a face do sintoma passível de sofrer mudanças ao longo do tratamento, existe também sua face imutável e impermeável aos instrumentos dos quais a psicanálise lança mão no âmbito do tratamento. Ao valer-me da expressão de destino do sintoma quero, portanto, interrogar-me sobre as relações entre a psicanálise e o laço social. É fato que, sob a ótica do ensino de Lacan, a finalidade última da psicanálise é a passagem de analisante a analista. Nesses termos, a finalidade do tratamento analítico é o advento de uma nova forma de laço social, uma forma de discurso, a saber: o discurso do analista.

A tese que busco expor neste artigo é a de que o âmago das relações da psicanálise com o laço social diz respeito muito mais àquilo que é o produto último da psicanálise do que, por exemplo, às diferentes formas de aplicação terapêutica da psicanálise. Interessa-me, assim, interrogar as relações da psicanálise com o laço social a partir do que é o sumo de sua própria invenção como discurso – a figura do analista – e não pelos momentos em que ela se apresenta no mundo como objeto das demandas sociais da civilização. Nesse sentido, o campo da saúde mental se define por meio de práticas que nada têm a ver com o tratamento que a psicanálise confere ao sintoma. As práticas da saúde mental são distintas do que visa o discurso analítico na medida em que padecem das exigências do Estado contemporâneo e, de alguma maneira, suas ações implicam ter que lidar e corresponder com essas demandas do Estado (Miller, 2007-08).

Linguagem pública e linguagem privada

Afirmar que o analista opera segundo a modalidade de um discurso, nesse caso o discurso do analista, supõe levar em conta a maneira como a psicanálise concebe as relações entre a linguagem como experiência pública e a linguagem como experiência privada. Éric Laurent esclarece que a linguagem privada define suas unidades significantes a partir dos dados do sentido e das experiências corporais provenientes das representações mentais. Por outro lado, se a linguagem é pública o

sentido de suas unidades significantes emerge das convenções do Outro, das metáforas depositadas em um momento dado da civilização. O ponto de vista da psicanálise sugere uma topologia particular do que é a experiência de passagem do privado ao público que não se contenta, de modo algum, com a mera disjunção entre esses dois domínios (Laurent, 2004, p. 116).

Importa salientar que a experiência do íntimo, do subjetivo, presente, por exemplo, na experiência de gozo particular da fantasia, não se inscreve inteiramente no campo da linguagem privada e nem tampouco apenas no âmbito do público. Se as formações do inconsciente se apresentam, como é o caso do sonho, como algo da ordem de um conteúdo mental representacional latente, ou seja, referido ao campo da enunciação, isto não quer dizer que não tenham relação com a finalidade própria da psicanálise enquanto discurso. A formulação que emerge aqui é a de que se o saber analítico constrói a partir do campo da enunciação, isto não quer dizer que a psicanálise se mostre restrita ao domínio da linguagem privada. Importa salientar os inúmeros exemplos dos sonhos em que Freud, ao longo da sua obra, recorre a esta dimensão da enunciação. Pode-se perguntar, inclusive, acerca da extensão e do alcance do valor de verdade que Freud confere à enunciação, principalmente, quando ele afirma que o analista é alguém que se forma a partir da interpretação de seus próprios sonhos.

linguagem privada	linguagem pública
conteúdo latente	conteúdo manifesto
enunciação	enunciado
verdade	saber

Signo das mutações subjetivas

É próprio da clínica psicanalítica tratar o sintoma por intermédio do que se coloca como esse fator chave da *enunciação*, particularmente, pelo que neste campo se expressa por meio das formações do inconsciente. Sabe-se da importância que os sonhos e sua interpretação adquirem no âmbito da invenção do aparato clínico psicanalítico, até então inédito, aparato que Freud inaugura no início do século XX. Quem pode desconhecer que o *sonho da injeção de Irma* constitui o momento fecundo que inaugura o surgimento da posição ética do psicanalista encarnada por Freud? Basta ainda considerar a preponderância dos sonhos nas construções dos grandes relatos clínicos da obra de Freud, notadamente, no caso Dora, no Homem dos Ratos e no Homem dos Lobos.

Questiono, em especial, as relações que os sonhos e sua interpretação mantêm com a incidência transformadora do tratamento psicanalítico sobre o sintoma. Vale lembrar, a propósito, a frequência com que se constata, no ensino dos AE, a presença de um sonho memorável como referência marcante de que o trabalho analítico promoveu a passagem do psicanalisante à sua autorização como psicanalista. Cabe inclusive perguntar se o andamento do tratamento analítico não acarretaria, no momento de seu desfecho, uma redução do sentido conferido aos sonhos. É o caso de referir-se, assim, ao modo como o sonho se apresenta como um elemento decisivo em algum momento da formação analítica – por exemplo, o momento da emergência de uma situação de angústia – ou, mesmo, como índice de dissolução de alguma identificação. Há, também, os sonhos memoráveis que, muitas vezes, acontecem antes do tratamento analítico ou os que sinalizam e circunscrevem a insistência repetitiva do sujeito.

Várias são as questões que surgem a partir da formulação dessa interferência singular do sonho na formação do analista. Não há dúvida de que tal relação causal é mais evidente no caso do sintoma e de suas transformações no decurso do tratamento analítico. Enfim, o trabalho de interpretação dos sonhos constitui-se, na experiência da análise, numa espécie de signo das fixações e mutações das formações sintomáticas de um sujeito. É como se os sonhos constituíssem uma espécie de marcadores destas mutações. Assim, se explica, portanto, o meu interesse em indagar sobre a diferença substancial entre o sonho e o sintoma, embora ambos sejam, efetivamente, formações do inconsciente. Aliás, trata-se de um problema que, ao longo obra de Freud, de diversas maneiras, não cessa de ser retomado.

Sinn e Bedeutung do sintoma

Parece-me esclarecedor, no entanto, abordar essa distinção entre o sonho e o sintoma pelo viés da indicação, proposta por Lacan na “Conferência em Genebra sobre o sintoma” (1975, p. 10), de que Freud trata o sintoma como uma formação do inconsciente segundo duas vertentes, o *Sinn* (sentido) e a *Bedeutung* (termo cuja tradução se mostra difícil, nas línguas latinas, pois equivale tanto a ‘significação’ quanto a ‘referência’) (Lacan, 1975, p. 11). Segundo Lacan, essa dupla vertente do sintoma faz-se presente na obra de Freud, de modo explícito, nas “Conferências Introdutórias à Psicanálise”, particularmente na “Conferência 17 – O sentido do sintoma” (Freud, 1916-17, p. 305) – e na “Conferência 23 – Os caminhos de formação dos sintomas” (1916-17, p. 419). *Sinn e Bedeutung* são duas vias para

tratar as relações de igualdade entre o ‘nome’ e a ‘coisa’ numa dada proposição. No caso do *Sinn*, sobressai na proposição a dimensão do sentido e, no caso da *Bedeutung*, destaca-se a referência ou a coisa. Logo, *Sinn* e a *Bedeutung* não se confundem, pois se a primeira vertente resulta do efeito de sentido, do que se determina com base no significado, a segunda, diz respeito à relação com o real. Logo, sob o título “O sentido do sintoma”, Freud explicita que é por meio do sentido que o sintoma revela sua face interpretável. Como formação do inconsciente, é o sentido do sintoma que também delimita aquilo que J.-A. Miller (1995, p. 419) passou a denominar de ‘inconsciente-interpreté’ ou ainda de ‘inconsciente transferencial’.

Sintoma, fantasia e fixação

Por outro lado, na segunda conferência – “Os caminhos de formação dos sintomas” – , Freud discute a *Bedeutung* do sintoma, ou seja, que a referência do sintoma se ancora nas fixações libidinais mais precoces do sujeito. Nesse particular, cabe ressaltar que a fantasia se faz presente, pois é ela que desempenha um papel de abertura, de janela para o real em jogo no sintoma. Não há como desconhecer que o trabalho analítico sobre o real do sintoma passa, necessariamente, pela lógica de construção da fantasia.

Aliás, é preciso assinalar que num primeiro momento dessa elaboração, presente nessas duas “Conferências Introdutórias”, Freud entrevê uma equivalência simplória entre a realidade e a fantasia (1916-17, p. 428). Pouco a pouco, esclarece, então, que a fantasia se configura como uma tela, como um véu diante do que é verdadeiramente, segundo ele, o real – isto é, a fixação libidinal (1916-17, p. 433). A *Bedeutung* do sintoma depreende-se das fixações de gozo, cujo substrato é sempre o encontro traumático do sujeito com algum excesso libidinal. Esta vertente da *Bedeutung* configura-se, assim, como a principal fonte do que se opõe ao ao “inconsciente-intérprete” (Miller, 1995, p. 419), a saber, o inconsciente real:

[INVESTIMENTO LIBIDINAL REGRESSIVO]



É nesse sentido que, na “Conferência 17”, Freud (1916-17) lança mão de duas vinhetas clínicas, para mostrar que o sentido dos sintomas remonta sempre à “realidade sexual” do sujeito, realidade que, no fundo, é fantasística e cuja origem consiste em alguma referência a uma experiência anterior. Nesses exemplos, fica nítido o quanto a vinculação entre o sentido e o libidinal se apresentam de um modo articulado nas formações sintomáticas. A *Bedeutung* é concebida como uma vivência anterior, que assume, para o sujeito, um valor traumático. É por essa razão, também, que, na “Conferência 23”, Freud (1916-17) se ocupa plenamente com a questão do trauma e seus efeitos sobre o inconsciente. E deduz daí o princípio de que, sob cada sintoma neurótico, há sempre um trauma, bem como o de que toda neurose contém uma fixação dessa índole.

Ainda assim, Freud introduz outro princípio concernente ao sentido dos sintomas – ou seja, o de que o sentido destes aparece sempre como algo desconhecido para o sujeito, princípio que se traduz na afirmação taxativa de que, para que um sintoma se produza é preciso que este seja inconsciente (Freud, 1916-17, p. 305). A tese é, pois, a de que não se formam sintomas a partir de processos conscientes. Isto quer dizer que o sintoma é concebido como uma mensagem $s(A)$ que se articula na própria estrutura significante do sujeito e, ao mesmo tempo, está dirigida ao Outro (A). O sintoma não apenas é uma significação, senão também uma relação entre uma significação e a cadeia significante inconsciente.

$$s(A) \text{ -----} > A$$

Por consequência, o sentido do sintoma é considerado como a parte interpretável do sintoma, ou seja, se o sintoma é mensagem dirigida ao Outro, ele é, por sua vez, interpretável pelo Outro.

Dizer que a formação de um sintoma se baseia na enunciação inconsciente do sujeito contraria, totalmente, a tentativa contemporânea do discurso da ciência de fundar uma linguagem universal do sintoma – o *Manual Estatístico de Diagnóstico (DSM)*. Postular que a fonte do sintoma são mensagens que emanam da estrutura significante do sujeito do inconsciente implica admitir que ele se escreve de um modo profundamente *anti-universal*. Ainda que se possa organizar em tipos, o sintoma manifesta-se sempre, para cada sujeito, como um processo de escritura, fundamentalmente, singular. É por isso que a operação de redução do sentido dos sintomas, ao longo da análise, pode confluir no *sinthoma*, à medida que se extrai dessa escritura uma lei singular que regula o funcionamento de um modo particular de gozo.

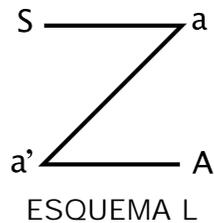
Ao longo da primeira conferência acima destacada, nota-se o tom otimista de Freud no tocante à operação interpretativa do sintoma. É o sintoma visto pelo lado da sua dinâmica substitutiva no interior da estrutura simbólica. O que se afirma, então, como uma dedução do princípio, referido anteriormente, de que o sintoma desaparece quando se consegue tornar consciente o seu sentido (Freud, 1916-17, p. 329).

À proporção que avança nessa elaboração, no transcorrer da “Conferência 23”, impõe-se, para ele, a importância decisiva do fator econômico da libido. Proposto o princípio de que tornar consciente o sentido do sintoma favorece sua resolução, Freud é levado, mais tarde, a admitir que “não é exatamente assim”. O princípio é excelente, porém os próprios sintomas não sabem disso.

Um substituto do que se intercepta

Isso quer dizer que, ao encarar o fator econômico das fixações libidinais, Freud privilegia, de um modo radicalmente distinto, o lado da estática do sintoma – algo que se opõe à chegada do sentido na consciência. Diante disso, na “Conferência 19: Resistência e repressão” –, ele busca desvendar o fator que explica essa resistência inconsciente. E obtém, como uma pista de resposta, uma evidência clínica aparentemente paradoxal: “Os neuróticos sofrem de seus sintomas, no entanto, não dão mostras de querer curá-los” (1916-17, p. 338). É esse núcleo não interpretável do sintoma que coloca, em primeiro plano, a reação terapêutica negativa. Exatamente nesse ponto intervém aquilo a que se referiu antes como condição inconsciente [*Unbewusstheit*] inerente à formação do sintoma. Um sintoma floresce apenas a partir do inconsciente – ou seja, emerge em decorrência de um sentido que quer se expressar, sem que no entanto tal objetivo possa alcançar algum êxito.

Portanto, sob a ótica do gozo, o sintoma se define como uma verdade que é impermeável ao saber, ou seja, ao deciframento. Ainda que seu sentido possa ser interpretado, há no sintoma um gozo que resiste ao trabalho de decifração. É o que permite a Freud formular, de maneira inédita, que “a formação dos sintomas é um substituto de algo diverso que está interceptado” (Freud, 1916-17, p. 330). Deve-se destacar, a propósito, que o termo “interceptado” é fundamental. O próprio Lacan valeu-se dessa formulação do sintoma, para propor o Esquema L como um “querer dizer” que se apresenta como um material simbólico, “interceptado”, obstruído por algo diverso, que é a instância imaginária:



Freud revela-se tão satisfeito com essa concepção do sintoma, que chega a repeti-la: “[...] um substituto do que se intercepta”.

O sintoma não é o sonho

Neste ponto, coloca-se a hipótese da clínica diferencial do sintoma e do sonho, pois, ainda que apresentem semelhanças, ambos revelam também diferenças. O uso frequente, na obra de Freud, das expressões *Traumbildung* (formação do sonho) e *Traumarbeit* (trabalho do sonho) como termos equivalentes explicita que a componente trabalho é essencial na formação do sonho. É o trabalho de formação que aproxima o sonho do sintoma e faz dele a base de inclusão prática analítica do sintoma. Entretanto Freud não se cansa de repetir, ao longo de sua obra, que o sintoma não é sonho. É preciso, assim, levar em conta as razões pelas quais ele insiste neste ponto relativo à clínica diferencial entre o sonho e o sintoma.

Nesta clínica diferencial, o aspecto que sobressai é o recalque - motor essencial do sonho - que é, nada mais nada menos, que uma condição prévia para a formação do sintoma. Segundo Miller (1997), apenas o sintoma introduz o sujeito no âmbito do mais íntimo de sua vida sexual; os sonhos, pelo contrário, permanecem como uma opacidade subjetiva permanente no que, em última instância, modifica o corpo. Freud propõe, textualmente, que

“a intenção pré-consciente que age quando da formação do sonho visa somente a preservar o sono, a não deixar nada penetrar na consciência que seja suscetível de perturbá-la; ainda que não se oponha ao desejo [querer dizer] inconsciente, optando por um ‘não, ao contrário’” (Freud, 1916-17, p. 412).

Para ele, o sonho se permite ser mais tolerante com o desejo inconsciente, visto que a situação do sono é menos ameaçadora. O estado do sono, em si barra o acesso do desejo à realidade.

Ao contrário do que ocorre na formação do sonho, é dessa modificação na vida libidinal corporal que é preciso dar-se conta na formação do sintoma. Em consequência, a diferença entre o sonho e o sintoma, assinala Freud, consiste em que “os sintomas servem sempre ao mesmo propósito da satisfação sexual” (Freud, 1916-17, p. 113). Como se vê, ele não questiona qual é o uso possível do sintoma, pois é sempre o mesmo: a satisfação sexual, ou, no limite, servir de substituto à satisfação que falta na vida. É, nesse ponto, que Freud concebe a *Versagung*, frustração como um dito, um veto, no sentido de um “dizer não” ao desejo inconsciente (Miller, 1996, 474).

Nesses termos, torna-se patente a definição do sintoma como um meio de gozo, o que leva em consideração, como consequência, seu caráter de formação de compromisso entre o gozo e a defesa. A observação de Freud é de que, no sintoma, se trata de obter a satisfação e de, ao mesmo tempo, defender-se dela. Desse nexos entre o gozo e a defesa deduz-se a hipótese clínica de que, no gozo, há algo excessivo que obriga o sujeito a defender-se do gozo que ele próprio busca. Lacan capta esse funcionamento paradoxal do sintoma como modo de gozo, ao distinguir o significante e o gozo, considerando que o primeiro age, negativizando o segundo. O poder repressor manifesta-se pela linguagem e o Nome-do-Pai é linguagem. Resta, assim, o mais-gozar, o ganho de prazer, o *Lustgewinn*.

Tudo o que Freud formula ao longo das “Conferências 17 e 23” prepara o terreno para se poder responder à questão de como os homens adoecem, problema que é tratado na primeira delas. Nessa conferência, formula o postulado de que “a realidade não é a única que funciona como barreira” (1916-17, p. 429). Cada vez que a frustração tem lugar, a libido regride e busca uma nova modalidade de satisfação; nesse momento, porém, depara com um veto interno. Quais são os verdadeiros poderes do que se constitui como veto à aspiração libidinal? Essa é a porta de entrada para o desenvolvimento da elaboração de Freud durante os anos 1920.

O “querer dizer” nas formações do inconsciente

Retoma-se, então, a questão do por que, entre as diversas formações do inconsciente, o sintoma se apresenta como uma formação diferenciada. Há razões internas à própria concepção da direção do tratamento analítico que levam a destacar o sintoma da série de formações do inconsciente – a saber, lapso, ato falho, chiste, sonho e sintoma.

O primeiro aspecto a ser levado em conta é a intenção de significação, ou o que vem sendo referido, neste texto, com frequência, em termos coloquiais, como um “querer dizer”. Com relação ao lapso, não há um “querer dizer” prévio e distinto, como ocorre, por exemplo, no sonho. Fala-se de lapso quando se configura a interferência de outro “querer dizer”, como se um outro houvesse falado e essa outra suposta intenção pudesse provocar o fracasso do primeiro “querer dizer”. No chiste, ao contrário do que se caracteriza no lapso, há um triunfo tão significativo e excessivo do “querer dizer”, que é o outro que se apropria dele, obtendo um ganho de prazer maior que o próprio autor da produção inconsciente. Por outro lado, o ato falho é um equivalente do lapso no plano da ação – ou seja, concerne a uma “intenção de fazer”, que se apresenta falha em decorrência de estar atravessada por uma interferência.

Quanto ao sonho, admite-se que o ponto de partida é, também, um “querer dizer” que veicula um desejo inconsciente, porém, nesse caso, apresenta-se substituído por outro “querer dizer”, que, por sua vez, se mostra velado, ou, mesmo disfarçado. O sonho e o sintoma assemelham-se, pois, na medida em que ambos, por meio de um trabalho complexo de formação, consistem na substituição de um desejo inconsciente. O trabalho do sonho (*Traumarbeit*) corresponde aos mecanismos que se interpõem entre um presumível “querer dizer” e os produtos, expressos pelo material onírico, pelos quais ele se traduz. O sonho é, portanto, a consumação de um trabalho, pleno de transformações, que, no sentido inverso, a interpretação estará em condições de efetivar.

Em contraposição ao sonho, o “querer dizer”, no âmbito do sintoma, se apresenta de uma maneira bastante discreta. É quase como se ele estivesse ausente. Sabe-se que, em seu estado selvagem, fora do trabalho da transferência, o sintoma pode passar despercebido para o sujeito, notadamente no contexto da neurose obsessiva. Em compensação, no caso do sintoma conversivo histérico, esse “querer dizer” exprime-se de tal maneira, que é muito difícil não se dar conta dele. Tomando como exemplo o Homem dos Ratos, Freud assinala que o sintoma obsessivo apenas adquire o envoltório formal na relação transferencial com o analista. Diante disso, pode-se conjecturar que a inclusão do sintoma no circuito da palavra torna o “querer dizer” mais evidente e, portanto, mais suscetível ao trabalho analítico. É somente a partir disso que o sujeito pode interrogar o que quer dizer seu sintoma. Antes de Freud, ninguém pôde se perguntar sobre o “querer dizer” do sintoma, isto é, não houve qualquer consideração científica a respeito do sentido deste para seu portador. Como se vê, a localização do “querer dizer” do sintoma é algo que implica

a edificação do inconsciente e de suas formações, bem como a possibilidade de distingui-lo destas últimas.

É evidente que a emergência do “querer dizer” em função do sintoma é algo que envolve grande complexidade, exige tempo e, muitas vezes, permanece como um imponderável do sujeito. Não é algo que se faz de uma vez por todas e tampouco para todos os sintomas. Ao afirmar a importância do “querer dizer” do sintoma, Lacan formula uma proposição que nem sempre encontra seu justo valor: o sintoma é um fenômeno de crença; o que constitui o sintoma é que se crê nele (*on y croie*), como se tratasse de uma entidade que pode dizer algo. (Lacan, 1974-75, lição do dia 21/01/1975). Importa ressaltar, nesse ponto, a convicção de que se poderia pensar que o sintoma se impõe por si mesmo, tornando-se indispensável qualquer tipo de crença nele. Se o “querer dizer” do sintoma é mais discreto que aquele que aparece no sonho, por outro lado, quando ele se faz presente, concretiza-se a crença de que representa uma via de revelação dos impasses da existência do sujeito. Em suma, a decifração dos sonhos é, certamente, um dos instrumentos que o analista possui para pôr em cena o “querer dizer” do sintoma.

Repetição e acontecimento

J.-A. Miller questiona-se se é caso de conceber o sonho como inteiramente reduzido a esse registro do “querer-dizer” próprio ao sujeito da enunciação (Miller, 1997, p. 507). Com efeito, é caso de formular a pergunta: um sonho pode se transformar em sintoma? Conjecturo que, quando um sonho se repete sistematicamente é possível, então, considerá-lo como um sintoma. Tome-se, por exemplo, o caso de determinado sujeito que, ao longo de sua experiência de análise, vivencia um sonho de conteúdo sexual aflitivo que, além de se repetir de tempos em tempos, era tido como profundamente inadmissível e perturbador. Que dizer, nesse contexto, do lapso ou do ato falho? Se uma dessas manifestações se repete com frequência, talvez se possa tomá-la como um sintoma. E o chiste? É provável que a atividade de um homem com relação ao chiste se torne um sintoma, à medida que ele busca, quase compulsivamente, fazer os outros rirem. Tudo isso indica que, para o analista, o essencial do sintoma é a repetição. Esse fator repetitivo do sintoma opõe-se ao aspecto fugaz das outras quatro formações do inconsciente mencionadas.

Como se trata da concepção do tratamento analítico do sintoma, porém, é preciso dar lugar às exceções. Em outros termos, deve-se considerar que pode haver sintomas que não apresentam essa pregnância do fator repetitivo. É o que se

confirma em um caso que tive oportunidade de supervisionar, durante um tempo significativo, em que a presença de um fenômeno elementar se manifestou apenas uma única vez. Essa manifestação única foi, no entanto, suficiente para fazer com que fosse avaliado como um sintoma psicótico. E, além disso, ninguém pode afirmar que tal sintoma não vai se repetir posteriormente. Não há como evitar em psicanálise, quando se fala de sintoma, se está sempre voltado para o horizonte da repetição. Em suma, é com base na clínica diferencial do *inconsciente-acontecimento* e do *inconsciente-repetição* que se compreende por que, em dado momento, Lacan se refere ao *etecétera* do sintoma. Um sintoma deve sempre repetir-se e adquirir sentido clínico em contraste com o relâmpago e a surpresa próprios a outras formações do inconsciente.

Referências bibliográficas

FREUD, S. (1916-17) "Conferências introdutórias sobre psicanálise" (O sentido dos sintomas), in Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVI, 1976, p. 305-322.

FREUD, S. (1916-17) "Conferências introdutórias sobre psicanálise" (Fixações em trauma – o inconsciente), in Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVI, 1976, p. 323-336.

FREUD, S. (1916-17) "Conferências introdutórias sobre psicanálise" (Resistência e repressão), in Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVI, 1976, p. 337-354.

FREUD, S. (1916-17) "Conferências introdutórias sobre psicanálise" (Os caminhos da formação dos sintomas), in Edição Standard das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, Vol. XVI, 1976, p. 419-439.

LACAN, J. (1975). "Conferência em Genebra sobre o sintoma", in: *Opção Lacaniana*, n. 23. São Paulo: Eólia, dezembro, 1998, p. 6-16.

LACAN, J. (1974-1975). *Le Séminaire*, livre XXII: R.S.I. Inédit. Leçon du 21 janvier.

LAURENT, Eric. (2004). "Du langage publique au langage privé, topologie du passage", in *La Cause freudienne*. Paris: Navarin Editeur, outubro, 2004, n. 58, p. 455-488.

MILLER, J.-A. (1995) "El inconsciente intérprete", in *Introducción a la Clínica Lacaniana*. Barcelona: RBA Libros, 2006, p. 395-424.

MILLER, J.-A. (1996) "Seminario sobre las vías de formación de los síntomas", in Introducción a la Clínica Lacaniana. Barcelona: RBA Libros, 2006, p. 507-511.

MILLER, J.-A. (1997) "Síntoma, saber, sentido y real", in Introducción a la Clínica Lacaniana. Barcelona: RBA Libros, 2006, p. 507-511.

MILLER, J.-A. (2010). "Haveria passe?", in Opção Lacaniana, n. 59. São Paulo: Eólia, março, 2011, p. 65-75.

MILLER, Jacques-Alain. (2007-08). A orientação lacaniana. Todo mundo é louco. Curso ministrado no Departamento de Psicanálise da Universidade de Paris-VIII. Inédito. Aula 5, de 12/12/2007.

Resumos

Psychoanalysis and the social bond: interference of the dream clinical paradigm in the symptom treatment

The text proposal is to demonstrate that the relation between psychoanalysis and social bond must be seen as something which configures as the symptom's final destiny during treatment. Truly, the greater expression of this symptom's final destiny is the establishment of a new form of social bond, a speech form, known as the analyst's speech. Accordingly, the thesis the article looks for exposing is that the central point in psychoanalysis relations towards the social bond relates much more to what the final objective in psychoanalysis than to, for example, the different forms of psychoanalysis therapeutic applications. It is interesting, then, to question the psychoanalysis relations with the social bond from its very own creation as a speech - the analyst figure in your relation with the unconscious experience - and not by the moments it is presents as an object of the civilization social demands.

Key words: Social, public, private, dream, unconscious, symptom.

Psychanalyse et lien social:interférence du paradigme clinique dans le traitement du symptôme

Le but du texte est de montrer que les relations entre la psychanalyse et le lien social doivent être conçues par ce qui se démontre l'ultime destin du symptôme dans le cours du traitement. Finalement l'expression la plus achevée de ce destin du symptôme est l'avènement d'une nouvelle forme de lien social, une forme de discours, a savoir, le discours de l'analyste. Dans ce sens, la thèse que nous cherchons a exposer dans ce travail et la suivante : le noyau des relations de la psychanalyse avec le lien social a rapport bien plus avec ce qui est l'ultime produit de la psychanalyse que par exemple a ses différentes possibilités d'application

thérapeutique. Il est ainsi intéressant d'investiguer les relations de la psychanalyse avec le lien social à partir de ce qui est l'essentiel de sa propre invention en tant que discours – l'image de l'analyste et sa relation avec l'expérience de l'inconscient – et non pas dans les moments où elle se présente au monde comme l'objet des demandes sociales de la civilisation.

Mot clés: social, public, privé, rêve, inconscient, symptôme

Citação/Citation: SANTIAGO, J. Psicanálise e laço social: interferências do paradigma clínico do sonho no tratamento do sintoma. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 04/08/2010 / 08/04/2010.

Aceito/Accepted: 25/10/2010 / 10/25/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

A violência enlouquecida de nossos tempos: considerações a partir da psicanálise de orientação lacaniana¹

Sérgio Laia

Analista Membro da Escola (AME) pela Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e Associação Mundial de Psicanálise (AMP)
Professor de Psicanálise da Universidade FUMEC (Fundação de Educação e Cultura do Estado de Minas Gerais)
Pesquisador com Bolsa de Produtividade 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Pesquisador do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade FUMEC (ProPIC-FUMEC)
Doutor em Letras e Especialização em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
E-mail: laia.bhe@terra.com.br

Resumo

Tomando como base a psicanálise de orientação lacaniana, este texto aborda o que caracteriza a violência em nossos dias e discute como psicanalistas dessa orientação podem lidar com esse problema. Uma pesquisa sobre os efeitos da demissão do pai e do domínio materno nas famílias contemporâneas, bem como um caso de um adolescente infrator são as referências empíricas para a elucidação dessa temática.

Palavras-chave: violência, adolescência, paternidade, maternidade, ato.

O termo violência não é frequente nos *Escritos* e nas aulas do *Seminário* de Lacan, especialmente se o considerarmos em uma perspectiva conceitual. Ou seja, pode-se encontrar, certamente, Lacan utilizando a palavra "violência" em seu ensino, mas sem conferir-lhe um estatuto de conceito psicanalítico. Com Freud é assim também, ainda que tenha produzido elaborações importantes sobre o mal-estar da civilização e sobre a guerra.

Com outros psicanalistas que vieram depois de Freud e antes de Lacan, os chamados "pós-freudianos", não me parece tampouco haver uma conceitualização sobre a violência, embora alguns, como Anna Freud e Melanie Klein ou educadores influenciados pela psicanálise como August Aichhorn, tenham trabalhado com crianças e jovens classificados de "delinquentes" (muitos deles vítimas dos horrores da guerra ou do

abandono de suas famílias)². Nesse contexto, se há um termo que ganhou peso conceitual na psicanálise e tem relação com a violência, é o termo “agressividade” que, sem dúvida, foi concebido de modos diferentes a partir de Freud até Lacan. Mas “agressividade”, em nossos tempos, ressoa como uma palavra ainda muito limitada para se ler e lidar com as proporções com que a violência nos invade.

A dimensão enlouquecida que a violência tomou em nossos tempos, sua insistência, nos leva a incluí-la em nossas elaborações conceituais e a lidar com ela. A concepção psicanalítica da “agressividade” é ainda frutífera, particularmente se a tomamos como Lacan pode trabalhá-la.³ Mas também considero importante dar-lhe, se posso dizer assim, um *upgrade*, para que ela possa servir a nossas contribuições a propósito da violência hoje e para que a psicanálise não seja desprezada pelas estratégias atuais de combate à violência. Trata-se, então, de utilizar o termo “violência” para nos fazermos escutar, embora essa possibilidade de uma participação no combate contemporâneo sobre a violência não deva implicar a perda de nossos princípios e o abandono de nossos conceitos.

A violência “insolúvel” e o “nosso” insolúvel

A violência enlouquecida de nossos tempos não se apresenta diretamente em nossa prática de consultório. Ela se apresenta a nós, psicanalistas, certamente nas convocações que nos faz o Outro social. Somos convocados para ajudá-lo a enfrentar isso que, sob a forma de atos violentos, se lhe impõe muitas vezes como um “problema insolúvel”. Não sustento, nem considero uma posição sustentável por nenhum psicanalista, que a psicanálise de orientação lacaniana vá solucionar o problema da violência do mundo. Mas, ao mesmo tempo, o futuro da psicanálise não me parece afastado do que podemos dizer sobre a violência e inclusive de nossas intervenções a propósito dos atos violentos.

Não é psicanalítico, se assim posso dizer, sobretudo na orientação lacaniana, tratar o insolúvel como se fosse solúvel. Freud (1913), nós sabemos, fez de um crime o próprio princípio da cultura – e não foi um crime qualquer, mas um parricídio. Convocado a responder à questão do porque a guerra, a explicar porque os homens matam-se uns aos outros, Freud (1933) desenvolveu uma perspectiva da guerra como interminável, embora dizê-la interminável não é o mesmo que considerá-la justificável. Lacan, por sua vez, localizou a função constituinte da agressividade em relação ao outro e, mais ao final de seu ensino, não somente antecipou o

progresso da segregação e do racismo em nossos tempos, como também afirmou que a função constituinte da linguagem para os seres humanos não os afasta de alguma coisa que a linguagem segrega, ou seja, não consegue processar, representar, simbolizar.⁴

Por fim, a psicanálise pós-freudiana, quando se propôs a ampliar os espaços de aplicação das descobertas clínicas e a solucionar problemas gerados pela violência e a segregação, terminou fazendo a descoberta freudiana muitas vezes tomar o rumo oposto, ou seja, de uma normalização que esmaga as diferenças e se impõe como válida para todos (Laia, 2010).

Se a violência, inclusive em sua apresentação atual como “enlouquecida”, é localizada muitas vezes como “insolúvel” pelo Outro social, sustento que a psicanálise de orientação lacaniana possa ler seriamente esse “insolúvel”. Trata-se de inventar uma posição que ao mesmo tempo poderá responder a isso sem desmentir o real que esse “diagnóstico” de “insolúvel” me parece ressaltar, embora nem sempre da melhor maneira. Trata-se, então, de bem dizê-lo porque, talvez devido ao aspecto maldito da violência, o diagnóstico sobre sua insolubilidade é um “mal-dito”, ou seja, não consegue dizer muito bem alguma coisa, não consegue abordá-la precisamente, nem examiná-la de modo rigoroso.

Lacan ensina-nos que tomar um problema seriamente não é apenas fazê-lo com seriedade, mas sobretudo colocá-lo em série, desdobrar os encadeamentos que ele faz funcionar ou aqueles de onde provêm. Trata-se então de lidar com a insolubilidade da violência considerando-a como se fosse um precipitado, um resto que não se dissolveu, nem vai se dissolver, nessa solução para o mal-estar chamada “cultura”. Nesse contexto, a orientação lacaniana de tratamento da violência enlouquecida de nossos tempos é diferente das propostas que buscam idealisticamente resgatar as crianças e jovens extraviados para o “bom caminho”, seja este caminho balizado pela religião, a comunidade, o trabalho ou a política. Ao mesmo tempo, o rumo que se pode desdobrar da orientação lacaniana é também diferente de tratar a insolubilidade da violência com a força que se propõe, por exemplo, eliminá-la dos espaços em que ela se apresenta, confiná-la simplesmente nas prisões ou nas periferias das cidades, tomando-a como o contrário do humano e sempre respondendo-lhe com outra violência que, como vemos tantas vezes, acaba por gerar ainda mais violência.

A violência é coisa humana: por mais animalesca e hedionda que seja, continua sendo humana. Pode-se abordá-la, a partir da psicanálise de orientação lacaniana, como um dizer extremo, um dizer-limite porque muito envolvido com atos que se impõem quando as palavras falham. Embora

seja um dizer, ocorre diante de um precipício demarcado por uma ausência de referenciais e que muitas vezes se abre diante dos sujeitos tragando-os sem muitas chances de defesa. Nesse contexto, os atos violentos literalmente se precipitam como se fossem “legítimas defesas”. É muito frequente que, ao se perguntar a um jovem infrator sobre o que o fez atuar tão violentamente, ele responda algo assim: “não sei, aconteceu de repente, do nada, pintou pra mim e, quando eu vi, já estava feito”.

Lacan nos oferece o matema da fantasia para cingir esse tipo de apagamento do sujeito diante de alguma coisa que se lhe impõe: $\$ \diamond a$. Mas a violência enlouquecida de nossos tempos me parece exigir de nós um giro nesse matema. É, contudo, um giro que não lhe implica uma mudança completa, tampouco seu abandono. Trata-se, ao contrário, de um giro que o esclarece, mostrando ainda mais o que está em jogo na fantasia. Lacan (1963) inclusive já o havia feito no escrito em que conjugou a moralidade de Kant com a perversidade de Sade: $a \rightarrow \$ -$ o sujeito barrado (\$) surge no campo do Outro por uma operação em que tenta livrar-se da barra que marca sua castração oferecendo-se como um instrumento, um objeto (a) de uma vontade de gozo que não deixa de lhe ser obscura.

Um ato violento, precipitando-se como um dizer-limite, mostra-se muitas vezes impermeável a uma conversação, a uma disposição para compreendê-lo, a uma escuta interessada em descobrir seus motivos. Esse tipo de ato, nas circunstâncias abordadas neste texto, costuma também angustiar muito o Outro social e se impõe quando o sujeito barrado (\$) fica na posição de objeto (a), reage e, porque se articula a algo enigmático para esse sujeito, a única resposta que este encontra depois para justificar seu ato violento é: “de repente... do nada... pintou”.

Com uma grande frequência, os jovens infratores não encontram palavras para seus atos e, se as encontram, são palavras que tendem simplesmente a repetir as cenas da infração tentando descrevê-las objetivamente ou que procuram dizer o que esses jovens supõem querer escutar seus ouvintes, inclusive para justificá-los como seus “carrascos” e, assim, em suas fantasias, fixarem-se como instrumentos de um gozo que lhes toma, obscuramente, seus corpos. Por isso, a perspectiva contemporânea de que tudo deve ser dito, de que falar é sempre bom e saudável ou os projetos socioeducativos atuais de restauração de uma “autoestima” graças à prática de atividades laborais ou artísticas nem sempre conseguem os resultados mais interessantes junto a esses jovens, embora possam funcionar, em alguns casos, para inseri-los em atividades sociais mais dignas que a vida do crime.

A violência enlouquecida de nossos tempos costuma exigir-nos uma presença que possa suportar o insuportável que ela impõe e – isso é o mais difícil – que possa suportá-la sem o recurso ao sacrifício, a um ideal e à força. Não é simples suportar esse horror e tampouco se pode suportá-lo o tempo todo. Por isso, Lacan, sensível ao abismo aberto pelo encontro com um resto insolúvel, oferece-nos uma dupla e paradoxal orientação: em sua clínica, um psicanalista lida com “o real impossível de suportar” (Lacan, 1977, p. 11) e, ao mesmo tempo, “tem horror de seu ato” (1980). Lacan também ensina-nos que esse insuportável e esse horror não são enfrentados sem que um analista os descubra, ele mesmo, em sua própria experiência analítica, em sua análise pessoal, seja nos modos como essa satisfação pulsional chamada gozo lhe toca o corpo, seja em seus impasses como analisante para separar-se de seu analista e “tornar-se psicanalista de sua própria experiência” (1967, p. 243).

A partir da psicanálise de orientação lacaniana, trata-se então de suportar – sem o recurso ao sacrifício, ao ideal e à força – o insuportável e o horror provocados pela violência, porque não se trata somente de tomar o ato violento como um dizer-limite, mas também a partir de uma posição-limite. Um psicanalista para Lacan se localiza em uma posição-limite porque não se produz sem o encontro com algo residual, com um resto inassimilável e que se depurou de seu trabalho como analisante. O sacrifício, o ideal e a força, contudo, são modos subjetivos para se tratar o insuportável. Por sua vez, a psicanálise de orientação lacaniana convoca-nos a tratá-lo para além da nossa posição subjetiva. Nesse mais além da posição subjetiva, encontra-se a posição do analista como objeto a. Trata-se, então, do mesmo objeto que provoca os atos violentos e no qual a substância gozo se condensa. Contudo, é também diferente das circunstâncias em que a violência se impõe como presença do Outro obscuro. O percurso por uma análise pessoal e pelas supervisões de sua prática clínica permite a um psicanalista encontrar outros tipos de descarga, diferentes da violência, para o insuportável do gozo condensado na violência. Esse percurso permite a um psicanalista encontrar um estilo singular de lidar com o insuportável sem conferir-lhe a forma do Outro obscuro convocado pelos atos violentos.

Se destaco a importância da análise pessoal para que alguém possa fazer frente ao que se precipita nos atos violentos, também sei que essa via não será percorrida por todos aqueles que de fato vão trabalhar, por exemplo, com jovens esmagados por seus próprios atos violentos. Tampouco sustento que o trabalho a ser posto em prática com esses jovens seja necessariamente um tratamento psicanalítico. Mas parece-me determinante

que, nesse tipo de trabalho, haja psicanalistas para orientá-lo além da via do sacrifício, da perspectiva dos ideais e do uso brutal da força.

Wesley, o terrível⁵

Ele se apresentava como o “cabeça” de uma gangue reconhecida não apenas por suas infrações, mas, ao contrário e paradoxalmente, por sua desorganização, sua falta de rumo e pelo fato de seus membros inclusive matarem uns aos outros. Tratava-se, então, de uma gangue muito visada pelas gangues rivais. Ele fez fama, então, como “o matador”, “o cara que está disposto a tudo”. Ao mesmo tempo, esse jovem tão terrível e tão “macho” gostava de colocar sua mãe acima de tudo: “mãe”, costumava dizer, “é uma só, lhe devo minha vida e os cuidados – portanto, tenho com ela uma dívida impagável e somente poderei pagá-la morrendo”. Esse tipo de declaração ressoa os versos de uma canção difundida em 2003 por um grupo brasileiro de rap, constituído por prisioneiros de uma penitenciária em São Paulo e chamado *Detentos do Rap*: “amor... só de mãe, o resto é ódio puro”. Com suas histórias muitas vezes reduzidas ao laço com a mãe, muitos jovens vão encontrar, na infração e na violência, perspectivas para uma separação e que, entretanto, vão apenas aliená-los ainda mais nesse tipo de “cárcere privado” tramado pelo domínio materno e pela demissão do pai na “transmissão de uma constituição subjetiva” que marca suas vidas⁶.

Na história de Wesley, segundo suas palavras, o pai vive “bêbado” e “não ajuda nada em casa”. Restou-lhe, então, a vida do crime como um modo de viver e ainda de cuidar da mãe doente que, ao longo de tanto tempo, lhe fora tão dedicada. Por sua vez, a mãe o reconhece de uma maneira muito peculiar: diante dos sete processos judiciais a que Wesley deve responder, relacionados ao porte ilegal de arma, a assaltos e a suspeita de homicídio, sua mãe o defende como se fosse inocente enquanto que, no seu cotidiano com o filho, não confia em suas palavras, não acredita nele.

Após começar a frequentar um atelier do Programa “Fica Vivo”!⁷, Wesley é detido pela polícia. Sendo menor de idade, vai ser transferido para um “Centro de Internação Provisória” (CEIP), segundo a recomendação de uma juíza para que siga uma medida judicial de proteção socioeducativa caracterizada por um “regime de semiliberdade”. Assim, Wesley é privado parcialmente de sua liberdade: é internado em uma instituição socioeducativa, mas lhe é permitido desenvolver algumas atividades educativas e de trabalho fora desse estabelecimento. Embora afastado por esse regime, conseguirá, contudo, fugir algumas vezes de onde o devia

cumprir e chegará inclusive a atuar em novos homicídios. Após a primeira dessas fugas, o coordenador da oficina onde Wesley estava inscrito antes de se encontrar no regime de semiliberdade o informa que um profissional do “Fica Vivo!” começará a acompanhar seu caso na Justiça. Por sua vez, esse jovem lhe diz que, somente quando matar ainda três novas pessoas, ficará tranquilo, inclusive para que a polícia possa matá-lo. Nota-se, então, a decisão desse jovem de pagar sua dívida com a mãe entregando a seus “carrascos” a libra de carne que toma a forma do seu próprio corpo. Ao mesmo tempo, Wesley também responde dizendo-lhe o quanto gostava de saber que o “Fica Vivo!” se interessava por seu caso: adorava que alguém pudesse se interessar por sua morte, servindo-lhe como uma espécie de “testemunha ocular” de sua desgraça.

Encontrando-se uma vez mais em um regime de semiliberdade, Wesley – embora sempre disposto a fugir e a “gozar” a Justiça como um modo paradoxal de fazer-se olhado e escutado – decide pedir ao profissional do “Fica Vivo!” para lhe escrever uma carta à juíza que se encarregava de seu caso. Não lhe agradava ficar nesse regime e vislumbrava que, se pudesse trocá-lo, talvez desse outro rumo à sua vida. E lhe pede para que essa carta fosse escrita dizendo-lhe: “uma palavra muda tudo”.

Embora seja surpreendente escutar algo assim de um jovem como Wesley e embora o profissional do “Fica Vivo!” se dispusesse a encaminhar tal carta à juíza, Wesley não consegue esperar pela resposta. Sua urgência subjetiva não lhe permite esperar pela palavra que parece começar a buscar. Uma vez mais, vai fugir para, outra vez, terminar detido pela polícia. Na sua volta à instituição destinada ao regime de semiliberdade, Wesley vai dizer o seguinte ao profissional do “Fica Vivo!”: “se eu quiser fugir, fujo, e de qualquer lugar”. Mas, desta vez, ele recebe desse mesmo profissional uma resposta que localizo mais além dos ideais da justiça e da compulsão a transgressão, mais além do sacrifício do sujeito, dos ideais do aparato judicial e da força da polícia. Trata-se de uma resposta em que se pode encontrar um tom psicanalítico, um estilo lacaniano de intervenção porque convoca a responsabilidade de um sujeito por seu próprio modo de gozar. De fato, em seus atos violentos, Wesley dispõe seu corpo em um trajeto onde Freud e Lacan nos mostram a presença de uma satisfação pulsional acéfala, a presença de um gozo que não leva em conta essa “cabeça” que um sujeito poderia ser com relação ao que ele faz ainda que sem saber disso conscientemente. Por isso, Wesley não se localiza exatamente como um sujeito de seus atos violentos e consegue situá-los apenas em termos obscuros como “...de repente, ...do nada, ...pintou”. Na montagem

pulsional de sua economia libidinal, ele vai aparecer muitas vezes de modo esmagado, como se não estivesse ali, como se não tivesse nada a ver com seu modo de gozo. É o que também acontece na sua “função” como o “cabeça” de uma gangue que, de fato, é totalmente desorganizada e, por isso, “descabeçada”, sem poder contar com alguém que lhe dê um rumo. Frente ao impulso e à insistente decisão transgressiva de Wesley para fugir, o profissional do “Fica Vivo!” responde-lhe o seguinte: “A questão não é fugir ou não fugir, mas ficar ou não – cabe a você a palavra final”.

Com essa intervenção, tenta-se abordar o insuportável que toma o corpo de Wesley sem simplesmente se tentar descartar ou, ao contrário, sem aumentar ainda mais o terrível que se impõe em sua vida, isto é, não são feitas concessões a esse jovem porque ele, por exemplo, seria alguém “sem sorte”, nem ele confrontado a uma violência ainda maior. Portanto, diferente do que muitas vezes tende a ocorrer nos meios jurídicos e sobretudo na ação da polícia, trata-se de uma intervenção que não procura desmentir o real insuportável que toma o corpo de Wesley e o impulsiona a atuar. Sabe-se que esse sujeito foi abandonado por um pai que se desviou do caminho do ato que é perpassado por um bem-dizer, um pai que não ofereceu a seu filho os pontos cardiais nesse caminho porque, segundo Wesley, esse pai vive “bêbado” e “sem fazer nada”: o modo como tal pai escolhe o objeto oral na sua adição alcóolica e seu descompromisso com o fazer o impedem de ser uma presença capaz de se tornar vetor da conjugação do desejo e da lei na vida de Wesley porque, tomado pelo vício e pela inação, ele não consegue dedicar-se a sua mulher, nem intervir no modo pelo qual ela encarna o “desejo da mãe” para o filho.

Em tais circunstâncias, como pude também constatar numa pesquisa pautada em 101 casos inscritos no Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM)⁸, um sujeito pode fazer-se prisioneiro do “amor materno” para se defender do que se lhe apresenta como “ódio puro”. Nessa escolha forçada entre o “domínio materno” e “ódio puro”, arma-se a operação de alienação onde muitos jovens infratores gravemente envolvidos com a violência urbana tentam subjetivar-se. Trata-se de uma alienação porque essas duas alternativas são de fato as duas faces de uma só moeda: o pagamento da dívida à mãe não se faz muitas vezes sem a morte do filho e essa morte, segundo Lacan já nos ensinava em 1938, é o retorno à “imagem materna” corporificada, por exemplo, na terra que “acolhe” os mortos⁹ - nesse retorno, nota-se o quanto o “amor materno” não se encontra sempre tão longe do que se impõe como “puro ódio”. Assim, tampouco é sem razão que a via criminal adotada por esses

jovens tenda a operar uma espécie de separação selvagem e, certamente, malograda, do domínio materno: com suas liberdades protegidas pela Justiça, semifechados em instituições socioeducativas ou completamente envolvidos em suas gangues, eles tentam alijar-se de suas mães pagando-lhes – com os “saldos” dos atos infratores – a “dívida” que os fizeram perseverar na precária existência de suas constituições subjetivas, mas ao mesmo tempo provocam o “ódio puro” com os atos terríveis que praticam e, em muitas circunstâncias, são somente suas mães que tendem a aparecer como parceiras dos recursos educativos e sócio-jurídicos que tentam livrá-los da vida do crime.

Terrivelmente esmagado na sua constituição subjetiva a ponto de se localizar muito mais como se fosse somente um objeto, sem poder contar muito com a transmissão de recursos para lidar com essa causalidade do real nomeada por ele como “...de repente... do nada... pintou”, Wesley recorrerá, assim como muitos outros jovens infratores tomados por atos violentos, a um modo paradoxal de se fazer sujeito impondo-se, não sem silenciosamente dividir-se e angustiar-se, como “o terrível”. Nesse contexto, para abordar Wesley, é preciso oferecer-lhe outra versão do amor ao mesmo tempo diferente do “amor materno” e do “ódio puro”, mas que não lhe pode ser menos terrível. Essa “terribilidade”, se posso assim, tem que se apresentar como uma palavra envolvida com seu modo de gozo. É o que lhe diz, então, o profissional do “Fica Vivo!”, talvez ainda mais terrivelmente que a célebre sentença de Hamlet: “a questão não é fugir ou não fugir, mas ficar ou não – cabe a você a palavra final”.

Wesley, o pai

Após apresentar a Wesley a terrível responsabilidade envolvida na dimensão do ato, o profissional do “Fica Vivo!” indica-lhe também que, caso sinta sua falta, saberá onde encontrá-lo. Três semanas mais tarde, a mãe de Wesley procura esse profissional a pedido de seu filho dizendo-lhe: “ele quer que você o tire de onde ele está”. Nessa retomada de contato, Wesley fala que, em breve, vai se tornar pai. Mas também sustenta que não lhe interessa que seu filho seja cuidado pela jovem que é a mãe porque já não tem mais nenhum laço com ela. Diz-se decidido a ficar com a criança após seu nascimento e não deixar jamais que a mãe o veja. Encontramos nessa “decisão” outro modo de esse sujeito postergar sua separação do domínio materno, uma vez que passa a vislumbrar como se pudesse substituir integralmente, como pai, a função de uma mãe diante de seu recém-nascido. Além dessa perspectiva, parece-me ainda possível indicar a

extensão do domínio materno nessa “decisão” de Wesley porque, em outras circunstâncias semelhantes, muitos jovens que se tornam pais e dispensam as mães de seus filhos acabam entregando-os ao cuidado das avós.

Uma nova intervenção do profissional do “Fica Vivo!” se apresenta, então, em dois tempos. Primeiro, pergunta a Wesley se vai fazer do filho um fugitivo igual ao pai. Nos termos lacanianos da “Nota sobre a criança” (Lacan, 1969), essa pergunta me parece sustentar o seguinte: o que você quer transmitir ao filho é a fuga? Em seguida, lhe diz também: “o importante não é desfazer-se da mãe, mas localizá-la em seu lugar, inclusive porque você sabe muito bem não só o que é uma vida atravessada pela fuga, mas também como uma mãe sem o pai tende a ser um risco para o filho”.

Lamentavelmente, não sabemos os efeitos que essa intervenção em dois tempos teve sobre o provável exercício da paternidade por Wesley. Contudo, ao permitir-se evocar sua futura posição como pai, esse jovem me parece não apenas demonstrar uma confiança maior no profissional do “Fica Vivo!” que o escutava, como também passa a falar de temas em que ele estava muito mais tomado como sujeito e não se encontrava mais esmagado como se fosse um objeto. Cingir, então, a posição subjetiva de alguém que se encontrava obscurecido pela presença do objeto me parece ser uma orientação, a partir do ensino de Lacan, para o trabalho com jovens infratores impelidos a atos violentos em que eles, de modo malgrado, tentam aceder a uma separação frente à dimensão do pai e ao domínio materno que marcam suas constituições subjetivas.

Uma mudança ou simplesmente tudo muda para retornar ao mesmo lugar?

O profissional do “Fica Vivo!” consegue transferir Wesley para outra instituição. Quando já se encontrava nesse outro lugar, uma “guerra” explodiu na favela onde vivia Wesley, uma “guerra” entre sua gangue e uma outra. Novamente, ele se vê impulsionado a fugir e chega a dizer isso ao profissional do “Fica Vivo!”. Coloca-se como o único que poderia resolver esse terrível conflito. Após perguntar-lhe se era de fato o único capaz de resolver algo assim e confrontado, uma vez mais, com a tendência de Wesley para fugir, esse profissional lhe apresenta outra intervenção terrível: “Você sabe que pode fugir de onde quiser, não é esse o problema – a verdadeira saída é saber por que você não deseja ficar”.

Wesley tenta, todavia, o argumento de que é perigoso ficar ali porque seus inimigos sabem onde ele se encontrava. O profissional do “Fica Vivo!” o escuta sem fazer-lhe outra intervenção e tampouco vai mencionar, na nova instituição, essa ameaça de Wesley fugir. A “guerra” se torna mais intensa e a gangue de Wesley chega a propor-lhe um plano para tirá-lo de onde ele estava em regime de semiliberdade. Mas esse jovem decide pedir à mãe que vá procurar de novo o profissional do “Fica Vivo!”. Ela se faz então de mensageira das seguintes palavras de seu filho: “Ele não quer mais viver fugindo”.

Segundo me informou recentemente, respondendo uma mensagem eletrônica, Bernardo Mecherif Carneiro¹⁰, a escolha de Wesley por não fugir foi bancada, embora não se possa considerar que ele tenha efetivamente cumprido o regime de semiliberdade até o final. Não houve uma conclusão efetiva da medida socioeducativa, mas não exatamente por uma decisão de Wesley. Foi a juíza responsável pelo seu caso que o considerou um “caso insolúvel” e preferiu, então, liberá-lo do regime de semiliberdade que lhe havia destinado. Sabe-se que, em liberdade, voltou para sua gangue, mas deixou de ser o “cabeça” que de fato não conseguia definir-lhe um rumo e proteger-lhe para assumir, a partir de então, uma função de liderança no tráfico de drogas que já praticava.

Pode-se dizer que a passagem de Wesley pelo regime de semiliberdade e seu confronto com as intervenções do profissional do “Fica Vivo!” produziram o que Lacan nomeou como uma “canalhice”? No *Seminário 17*, o pesado termo “canalhice” vai designar a operação pela qual “alguém quer ser o Outro, [...] o grande Outro de alguém, ali onde se esboçam as figuras onde seu desejo será capturado” (1969-70, p. 68). Sem dúvida, ser o chefe de uma gangue, sobretudo a partir de uma maneira mais organizada do que lhe ocorria antes, no caso de Wesley, é um modo dese apresentar como se fosse o grande Outro. Sabe-se, inclusive por pesquisas oriundas do campo da sociologia e não somente a partir de experiências da ação lacaniana junto a jovens envolvidos com o tráfico de drogas, que os líderes das gangues envolvidas com esse tipo ilegal de mercado tendem a aparecer como “modelos de identidade” para muitas crianças e adolescentes perdidos na busca por um rumo para suas vidas, desejos e corpos, transtornados frente à precariedade da transmissão subjetiva recebida de suas famílias¹¹. Nesse contexto, Wesley talvez terá saído do esmagamento de sua posição subjetiva para impor-se como o Outro que se faz desejável para aqueles invadidos por seu domínio.

Mas a mudança de estar na posição de objeto para o lugar do Outro encarnado não é exatamente uma mudança. Parafraseando a fórmula de Lampedusa¹², trata-se de uma mudança que faz tudo voltar para o mesmo lugar de sempre porque, de fato, o domínio da mãe não se impõe sem que ela faça o Outro para seu filho capturando-lhe o desejo. Por isso, embora o lugar de Wesley como um chefe de gangue diferente do que já havia sido o localize em uma posição provavelmente mais viril, ele continua prisioneiro desse “cárcere privado” chamado “domínio materno”. Seu novo lugar de Outro não está assim tão longe do lugar da mãe.

Contudo, a passagem pelo “Fica Vivo!”, onde pode aproximar-se um pouco de sua posição subjetiva, não me pareceu dirigi-lo exatamente rumo a provável canalhice em que acabou envolvido. Sem dúvida, teria sido necessário sustentar ainda mais o processo de busca por sua posição subjetiva empreendido a partir de algumas intervenções do profissional desse Programa: para um sujeito tão esmagado por seus atos, fez-lhe falta localizar melhor sua relação com o que lhe “pintava”, aparecia “de repente... do nada”. Talvez também seu destino fosse ainda diferente se não tivesse que confrontar-se com a desistência do seu caso por parte da juíza... Se a autoridade judicial não deixa de ser, para muitos jovens tomados por atos violentos, um recurso diante da demissão experimentada por parte de seus pais, a desistência da juíza pode ter-lhe evocado o abandono do pai. Nessa repetição do que poderia lhe oferecer alguns parâmetros para seus atos, Wesley volta a insistir nesse modo malgrado de separação pela via da transgressão violenta. O fato de seguir nessa via provavelmente de modo mais organizado não o torna menos prisioneiro de um cárcere, ainda mais terrível. Trata-se de um cárcere sem dúvida muito mais dominado pela figura desse “senhor absoluto” chamado Morte e no qual Lacan nos ensinou a detectar os traços terríveis dessa máscara que a experiência psicanalítica encontra muitas vezes sob algumas formas da “imagem materna”.

Notas

1. Este texto vale-se de uma pesquisa empreendida em 2008 e 2009, com o apoio da Fundação de Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (proPIC) da Universidade FUMEC (Fundação de Educação e Cultura do Estado de Minas Gerais). Ele é também o resultado de duas apresentações, realizadas em 25 de fevereiro e 13 de julho de 2011, graças aos convites feitos, respectivamente, pela Delegação da Cidade do México da Nueva Escuela Lacaniana (NEL-México) e pelo Mestrado de

Psicanálise sustentado pelo Instituto Clínico de Buenos Aires (ICBA) na Universidad Nacional de San Martín. Assim, ao mesmo tempo retoma-se agora o que foi pesquisado, o que foi apresentado nessas duas exposições e se aproveita o que foi então discutido para dar lugar a um texto com algumas diferenças em relação às suas duas versões orais feitas na Cidade do México e em Buenos Aires. Trata-se, ainda, de uma oportunidade não só para, mais uma vez, agradecer os dois convites, mas também reconhecer como eles fizeram avançar as questões trabalhadas neste texto. Na Cidade do México, buscou-se desenvolver um tema importante para nossa atualidade e que poderia interessar a um público constituído não apenas por psicanalistas e que se faz presente nas atividades que a NEL-México organiza, com o apoio da Universidad Autónoma de la Ciudad del México no âmbito do Programa intitulado “Cultura, Direito e Psicanálise a partir das perspectivas dos movimentos Sociais do Século XXI”. A exposição no México contou com uma interessante apresentação inicial sustentada por Viviana Berger, focalizada em uma leitura sobre a violência urbana a partir da psicanálise de orientação lacaniana e destacou a psicanálise em extensão, mas não sem considerar a experiência psicanalítica proveniente da clínica. Em Buenos Aires, por sua vez, o ponto de partida foi o curso de Adela Fryd sobre “ninõs amos” (as “crianças-amos”), expressão com que essa psicanalista destaca o domínio que, particularmente em nossa atualidade, as crianças exercem em suas famílias e que é um resultado do efeito da fragilidade da função paterna e da presença avassaladora da mãe; portanto, em Buenos Aires, a exposição destacou a presença dos “ninõs amos” em situações caracterizadas pela violência urbana – embora essas situações sejam socialmente e economicamente muito diferentes dos exemplos clínico-psicanalíticos trabalhados por Adela Fryd, nota-se que elas também podem ser abordadas a partir do que a pesquisa científica empreendida nos anos 2008-2009 chamou de “demissão do pai” e “domínio materno”.

2. Para Anna Freud, é interessante consultar suas considerações sobre “o mentir” e “o roubar”, assim como suas elaborações sobre os temas “Insociabilidade, delinquência, criminalidade como categorias de diagnóstico da infância”, “Deficiências da socialização” e “Transição dos modelos familiares aos modelos comunitários” em: FREUD, Anna. *Infância normal e patológica* (1965). Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976, p. 102-105, 147-162. Para uma perspectiva histórico-crítica da “educação psicanalítica” pretendida por Anna Freud, ver: HOUSIER, F. *Anna Freud et son école: créativité et controverses*. Paris: Campagne Première/Un Parcours, 2010; LACADÉE, Philippe. *Anna Freud et son école: une histoire mouvementée*, in *La Cause freudienne*. Paris, n.76, 2010, p.232-233. De Melanie Klein, minhas referências são os artigos “Tendências criminosas em crianças normais” (1927) e “Sobre a criminalidade” (1934), que podem ser encontrados em: KLEIN, Melanie. *Amor, culpa e reparação e outros trabalhos* (1921-1945). Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 197-213, 296-300. Finalmente, para a experiência pedagógica de Aichhorn iluminada a partir da psicanálise freudiana, há o livro: AICHORN, August. *Jeunes en souffrance* (1925). Paris. Les Éditions du Champ social, 2000.

3. Para a concepção lacaniana da “agressividade”, pode-se citar, entre muitas referências, especialmente: LACAN, Jacques. *L’agressivité en psychanalyse* (1948), in *Écrits*. Paris: Seuil, 1966, p.101-124. Não menos importantes para o tema desenvolvido neste texto são: LACAN, J. *Introduction théorique aux fonctions de la psychanalyse en criminologie* (1951), in *Écrits*. Paris: Seuil, 1966, p.125-150; LACAN, J. *Premises à tout développement possible de la criminologie* (1950), in *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001, p.121-126.
4. Para a função constituinte da agressividade em relação ao outro, consultar os escritos de Lacan citados acima, na nota 2, dedicada a esse termo. A propósito das considerações mais tardias de Lacan sobre a linguagem, a segregação e o racismo, há elaborações importantes em “Alocução sobre as psicoses da criança” (1967), “Radiofonia” (1970), “Televisão” (1974), in LACAN, Jacques. *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001, p. 361-372, 403-448 e 509-546.
5. Ao longo desta parte do texto e ainda depois dela, quando ditos do jovem Wesley ou intervenções relacionadas ao seu caso são citados, estarei seguindo um trabalho apresentado no dia 3 de agosto de 2007 no XV Encontro Internacional do Campo Freudiano e III Encontro Americano, por Bernardo Carneiro Micherif (relator), Ana Lydia Santiago, Bruna Albuquerque, Elaine Maciel e Marina Colares. Esse duplo Encontro aconteceu em Belo Horizonte de 3 a 5 de agosto de 2007. O título desse trabalho, que não foi publicado, é: “Liberdade, embora tardia ou da violência ao tratamento da dívida à mãe”.
6. Para a noção de “transmissão de uma constituição subjetiva” valho-me de: LACAN, Jacques. “Note sur l’enfant” (1969), in *Autres écrits* Paris: Seuil, 2001, p.373-374.
7. “Fica Vivo!” é um Programa sustentado pela Secretaria de Estado da Defesa Social do Estado de Minas Gerais, destinado ao controle de homicídios em lugares urbanos onde há um elevado índice de criminalidade. Seu nome convoca os jovens envolvidos com a violência urbana a não se enveredarem pelas soluções mortíferas da vida do crime, mas também se vale do uso que eles fazem do termo “vivo” para qualificar alguém que não faz bobagens e que, portanto, é “esperto”. Esse Programa, entre outros recursos, conta com oficinas, coordenadas por pessoas oriundas desses lugares e que já têm as habilidades que se pretende desenvolver nessas oficinas. Ao mesmo tempo, está articulado a profissionais vinculados aos campos do Direito, da Educação, da Psicologia e da Sociologia. Este Programa tem recebido muitas contribuições de psicanalistas de orientação lacaniana e vários profissionais que nele trabalham seguem as atividades promovidas, em Belo Horizonte, pela Seção Minas Gerais da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP-MG) e pelo Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais (IPSM-MG). Para um breve percurso nas propostas deste interessante Programa: FÁRIA, Ludimilla Féres. Uma política de transmissão a céu aberto, in *Curinga*, revista da Seção Minas Gerais da Escola Brasileira de Psicanálise, n. 22, junho de 2006, p. 183-187.
8. Trata-se da pesquisa “A demissão do pai e o domínio materno: incidências sobre a violência urbana”, já evocada na nota introdutória deste texto. Ela se desenvolveu nos anos 2008 e 2009 e, em sua

parte empírica, contou com os casos inscritos no PPCAAM, projeto sustentado pela Secretaria da Defesa Social do Estado de Minas Gerais. O recolhimento dos dados sobre esses casos foi feito por Marco Antônio Cunha Oliveira e Rosemary Maria Silveira Costa que, então, eram estudantes de Psicologia aprovados, sob minha coordenação, com bolsas, respectivamente, da Fundação de Apoio à Pesquisa no Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e do Programa de Pesquisa e Iniciação Científica (ProPIC) da Universidade FUMEC (Fundação de Educação e Cultura do Estado de Minas Gerais).

9. A articulação entre a morte e o retorno a imago materna é preciosamente abordado nas considerações lacanianas sobre o "complexo do desmame": LACAN, Jaques. *Les complexes familiaux dans la formation de l'individu* (1938), in *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001, p. 30-36.
10. Bernardo Mecherif Carneiro, relator do trabalho do qual pude extrair o caso de Wesley, foi também o profissional do "Fica Vivo!" que acompanhou então esse jovem. Gentilmente, ele me apresentou, em uma mensagem eletrônica, alguns dados sobre o destino de Wesley. Agradeço-lhe por essa gentileza.
11. A partir da sociologia: ZALUAR, Alba. *Nem líderes, nem heróis*, in ZALUAR, Alba (org). *Violência e educação*. São Paulo: Cortez Editora, 1992, p. 19-35; ZALUAR, Alba. *Teleguiados e chefes: juventude e crime*, in RIZZINI ... [et alí]. *A criança no Brasil hoje: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993, p.191-212. Para as experiências da ação laciana junto a jovens envolvidos em atos violentos, além dos dados obtidos na já mencionada pesquisa "A dimensão do pai e o domínio materno: incidências sobre a violência urbana", cito a instigante tese de doutorado de Christiane da Mota Zeitoune, dirigida por Tania Coelho dos Santos: *A clínica psicanalítica do ato infracional: os impasses da sexualidade na adolescência*. Tese do Programa de Pós-Graduação e Psicanálise. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2010.
12. LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi Di. *O gattopardo* (1955). Rio de Janeiro: Record, 2000. A frase literal dessa novela, pronunciada por Falconeri é a seguinte: "si vogliamo che tutto rimanga como è, bisogna che tutto cambi" (se queremos que tudo permaneça como está, é necessário que se mude tudo").

Referências bibliográficas

FREUD, S. (1913) Totem e tabu, in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.13-192.

FREUD, S. (1933) Por que a guerra?, in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1976, p.245-259.

LACAN, J. Kant avec Sade (1963), in *Écrits*. Paris: Seuil, 1966, p.765-790.

LACAN, J. (1967) Proposition du 9 octobre sur le psychanalyste de l'École, in *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001.

LACAN, J. (1969) Note sur l'enfant, in *Autres écrits*. Paris: Seuil, 2001, p.373-374.

LACAN, J. Le séminaire, livre XVIII: l'envers de la psychanalyse (1969-1970). Paris: Seuil, 1991, p.68

LACAN, J. (1977) Ouverture de la Section Clinique, in *Ornicar? Bulletin périodique du Champ Freudien*, n.9, avril 1977.

LACAN, J. (1980) Lettre au Journal *Le Monde*, in *Annuaire et textes statutaires*. Paris: École de la Cause freudienne, 1982.

LAIA, S. (2010) A psicanálise aplicada à terapêutica e a política da psicanálise hoje, in *Revista aSEPHallus*, vol. V, n. 10, maio a outubro de 2010 (acesso em dezembro de 2010). Disponível em: http://www.nucleosephora.com/asephallus/numero_10/artigo_08_revista10.html

Resumos

Crazy violence in our times: issues from psychoanalysis of lacanian orientation

Based on Psychoanalysis of Lacanian Orientation, this text concerns what characterizes violence nowadays and discusses how psychoanalysts from this orientation can deal with this problem. To elucidate this approach, a study of a case about a teenager involved with infraction and a research about father's demission and mother's domain in contemporary families are used as empirical references.

Key words: violence, teenage, fatherhood, motherhood, act.

La violence de nos jours: quelques considérations de la psychanalyse d'orientation lacanienne

Fondé sur la Psychanalyse d'Orientation lacanienne, ce texte vise discerner les caractéristiques de la violence de nos jours et discuter de la façon dont les psychanalystes de cette orientation peuvent répondre à ce problème. Une recherche sur les effets de la démission du père et du domaine maternel chez les familles contemporaines et un cas sur un adolescent infracteur sont les ressources empiriques pour élucider ce thème.

Mot clés: violence, adolescence, paternité, maternité, acte.

Citação/Citation: LAIA, S. A violência enlouquecida de nossos tempos: considerações a partir da psicanálise de orientação lacaniana. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011.

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 19/01/2010 / 01/19/2010.

Aceito/Accepted: 25/04/2010 / 04/25/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Da inserção em saúde mental

Antonio Teixeira (Relator)¹

Médico psiquiatra

Psicanalista

Mestre em Filosofia contemporânea / UFMG

Doutor em Psicanálise / Paris VIII

Professor associado FAFICH-UFMG

Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da Associação Mundial de

Psicanálise

Autor de *A Soberania do Inútil* (São Paulo: Anna Blume, 2007)

e-mail: amrteixeira@uol.com.br

Resumo

O trabalho aborda criticamente os mecanismos de inclusão propostos pelos dispositivos de saúde mental, que trazem soluções previamente definidas ao paciente. Visa-se estabelecer, com o termo inserção, uma relação orientada pelos meios possíveis de negociação do sujeito com Outro social, em cujo saldo se manifesta não apenas uma transformação do modo anterior de vínculo do paciente, como também uma modificação essencial da parte do Outro com o qual o sujeito vem compor, ilustrada na discussão de dois casos clínicos.

Palavras chave: Outro, inserção, saúde mental, psicanálise lacaniana.

“Why, look you now, how unworthy a thing you make of me? You would play upon me; you would seem to know my stops; you would pluck out the heart of my mystery; you would sound me from my lowest note tho the top of my compass; and there is much musick, you make it speak. Sblood, do you think, I am easier to be played on than a pipe? Call me what instrument you will, though you can fet me, you cannot play upon me.”

Hamlet, act III, scene 2

Pois veja só que coisa mais insignificante você me considera! Em mim você quer tocar; pretende conhecer demais os meus registros; pensa poder dedilhar o coração do meu mistério. Há muita música, uma voz excelente, neste pequeno instrumento, e você é incapaz de

fazê-lo falar. Pelo sangue de Cristo!, acha que eu sou mais fácil de tocar do que uma flauta? Pode me chamar do instrumento que quiser – pode me dedilhar quanto quiser, que não vai me arrancar o menor som...

Hamlet, Ato III, Cena 2

Ao comentar, a propósito do nascimento do asilo, o célebre gesto em que Pinel desacorrentava os loucos, Foucault não se privaria de nos indicar, sob esse simulacro de libertação, o movimento que faria da alienação mental objeto de um programa estatal de controle através de sua inclusão. Se a cura do louco, para Pinel, consistia na sua estabilização em um tipo social aprovado e reconhecido, era porque a perspectiva de sua conformação se encontrava no horizonte do tratamento. No lugar, portanto, da exclusão gerada no início da era clássica, que visava o confinamento indiferenciado daqueles que se desviavam da norma social, o sequestro do século XIX almejava à normalização dos indivíduos pela inclusão nos grupos, formando-se assim uma rede institucional de controle intra-estatal (Foucault, 1972, p. 113). Se este século assistiu ao surgimento das ciências do homem, foi na medida em que nele se gerou um saber – ou um poder epistemológico, para utilizar o termo de Foucault - mediante a prática de observação, de registro e de comparação dos comportamentos humanos que objetivava, em última instância, à classificação dos indivíduos nos grupos sociais definidos pelo Estado (Idem, p. 125).

Se a possibilidade, portanto, de se engendrar uma organização classificatória da loucura derivou da forma de sua inclusão no regime asilar, o poder médico que a delimitaria se valeu, nesse momento, de sua autoridade ao estabelecer tais tipificações. O poder médico limita a loucura não porque a conhece, mas porque a domina (Foucault, 1972, p. 497). Isso não impediu, todavia, que a figura de uma objetividade nascente, na percepção da loucura, no asilo viesse a ser determinada. Pois sejam quais tenham sido os seus propósitos, o fato é que o dispositivo asilar gerado nas sociedades disciplinares do século XIX foi palco, pela primeira vez, de uma experiência controlada da doença mental, a qual deu lugar à constituição de um saber cujo objeto seriam os tipos clínicos que ali passaram a ser definidos.

Quando falamos, por conseguinte, de inclusão do assim chamado doente mental, temos em mente o corolário atual desse processo de localização do enfermo num tipo clínico através do qual o saber terapêutico, a serviço do Estado ou de outro tipo de poder, pode exercer sobre ele algum tipo de controle. Totalmente diverso, em nosso entender, vem a ser o processo de inserção, cuja semântica a experiência, que hoje exercemos, da psicanálise aplicada nas instituições, permite-nos finalmente habilitar: a inserção, diferentemente da inclusão, é um termo que passa a significar, a nossos olhos, um vínculo absolutamente distinto desse modo de relação ao Outro calcado nos mecanismos de submissão ao poder. Sua visada implica antes, por essência, uma relação definida pelos meios possíveis de negociação do sujeito com o Outro, em cujo saldo se manifesta não apenas uma transformação do modo anterior de vínculo, como também uma modificação essencial tanto da parte do sujeito quanto da parte do Outro com o qual esse sujeito vem compor.

Propomos, então, apresentar a conversação de dois casos clínicos que nos parecem paradigmáticos para ilustrar essa diferença entre a inclusão normativa e a inserção calcada na construção do caso clínico. O primeiro caso é o de um paciente a que chamaremos de Gabriel, nascido em junho de 1990 e que já veio ao mundo marcado, se podemos dizer assim, por uma desinserção traumática. Nasceu de um parto demorado, complicado por um quadro de hipóxia que obrigou a sua retirada com o fórceps, cujas seqüelas logo se fizeram notar: segundo a mãe, era uma criança diferente das demais, chorava muito, não firmava o pescoço e levou longo tempo para andar e para falar. O pai, por não aceitar seu problema, isentava-se de ir procurar-lhe um tratamento. Somente aos quatro anos de idade começou a frequentar uma instituição especializada para crianças excepcionais (APAE), aonde permaneceu até os quatorze anos. A equipe responsável relatava comportamento constante de fuga e atitudes de solilóquio; consta que nessa ocasião fazia uso de medicação neuroléptica (haloperidol, clorpromazina) e timo-reguladora (carbamazepina).

Em 2004, quando Gabriel tinha quatorze anos, seus pais se separaram e o irmão que o acompanhava nas atividades da vida diária mudou-se de cidade para trabalhar. Houve um agravamento nítido das condutas de fuga e de agressão a terceiros, o que tornou difícil sua permanência na APAE. Ele ficaria então, a partir de 2005, sob os cuidados da mãe, por sua vez acometida de

esclerose múltipla e que, sem meios para lidar com seu comportamento, mantinha-o trancado dentro de casa.

Após um breve período, Gabriel compareceria ao Centro de Saúde Mental de sua cidade, manifestando intensa raiva de sua mãe, que o mantinha em cativeiro, chegando mesmo a agredi-la com uma faca. Chegou escoltado por policiais, extremamente agressivo e agitado, sendo necessário seis homens para contê-lo, mesmo sob sedação medicamentosa. Nesse momento, dizia ouvir a voz de um padre que lhe dava ordens verbais. Apesar de todos os esforços para mantê-lo em acompanhamento no Centro de Saúde Mental, a família solicitava sua internação psiquiátrica, alegando o risco de seu comportamento violento. Seu comportamento de fugas e agressões exigia a presença constante de um ou dois funcionários por perto. Os funcionários se revezavam na tentativa de propor estratégias e atividades para Gabriel ali permanecer, realizavam-se visitas domiciliares freqüentes, mas nada sortia efeito.

Finalmente, em janeiro de 2006, após agredir o pai, a família exigiu sua internação no hospital psiquiátrico. O pai, tomado de cólera, nessa ocasião, afirmava que “não aceitaria outra solução”. Gabriel foi então internado num hospital psiquiátrico, ali permanecendo durante dois meses sem que nenhuma evolução favorável se apresentasse. Chegou ao Centro de Saúde Mental após a alta, muito sedado e machucado, com marcas de contenção nos pulsos e tornozelos, várias queimaduras de cigarro, quebrando todos os vidros que encontrava pela frente e agredindo funcionários com os quais tinha estabelecido um vínculo mais próximo. Derrubava ou tentava enforcar o técnico de referência, não permanecia nas consultas médicas, agitava e tentava pular em cima do médico, não aceitava a mediação pela fala e tentava impor suas demandas com a força. Somente após isso sua família percebeu que a exclusão de Gabriel, via inclusão hospitalar, não seria a solução final esperada e passou a aceitar o tratamento em serviço aberto.

Conseguiu-se então contratar, com apoio da prefeitura, um acompanhante terapêutico para Gabriel. Este passou a acompanhá-lo nas diversas atividades do projeto terapêutico, embora Gabriel continuasse agressivo e manifestando comportamento de fuga. Acolhendo as queixas da mãe, debilitada por sua doença e sem condições de zelar por Gabriel, o conselho Tutelar interveio solicitando uma maior participação do pai no processo. Uma modificação então

se produziu: Gabriel passou a circular nos diversos espaços do serviço e a negociar com os membros da equipe, formulando outras demandas. Percebendo-se acolhido, passou a também acolher e a ficar mais tranquilo. Na semana do dia 18 de maio, data em que comemora o movimento de luta antimanicomial, por ocasião de uma visita ao fórum, Gabriel fez uma demanda pessoal ao juiz da cidade, solicitando que, em nome da lei, ele interviesse proibindo seu pai de agredir sua mãe. Sua fala foi validada e sua demanda recebeu a atenção devida do juiz.

Impossível não perceber, nos efeitos dessa condução clínica, que o processo de inserção de Gabriel se encontra necessariamente atravessado por uma modificação essencial do encaixe que ele mantinha, em sua relação com o Outro. Foi preciso esperar a falência da inclusão hospitalar, que na verdade respondia à demanda de exclusão, por parte de sua família, que dele queria distância, para que o processo de sua possível inserção no tecido social pudesse finalmente se produzir. No lugar, portanto, em que a inclusão se produzia na forma de um saber terapêutico imposto desde o hospital, como sítio privilegiado de uma experiência controlada da loucura, o processo de inserção abre caminho à tentativa de se produzir novos encaixes do sujeito com o Outro, sem a garantia de um saber a priori. A figura de autoridade do médico psiquiatra, representante do saber disciplinar imposto ao doente mental via inclusão asilar, cede lugar à presença do acompanhante terapêutico, que parece de fato criar uma possibilidade de inserção para Gabriel. Alheio aos protocolos ou *guidelines* pelos quais suspira o poder médico em sua vontade de tratar a loucura no enquadre de uma experiência controlada, o acompanhante terapêutico, ao exercer no melhor sentido o ofício de secretariar o alienado, dá início ao processo de inserção de Gabriel, à medida que se encontra às voltas com os constantes e imprevisíveis processos de negociação do paciente com a realidade.

Mas esse processo de inserção em nada se confunde com a tática histórica do assistencialismo que, de certo modo, dá permanência ao discurso de inclusão representado pelo mestre contra o qual ela protesta, geralmente encarnado no poder médico presente nas práticas de controle disciplinar. O assistencialismo histórico, que proclama a igualdade dos sujeitos contra a autoridade hierárquica do saber médico, nas instituições de saúde mental, termina quase sempre caindo nos embaraços inevitáveis das relações especulares. Ao se afirmar em posição de igualdade para com o paciente, numa posição de

identificação especular com o doente mental como figura do Outro carente, o assistencialista histórico impossibilita o processo de inserção, na medida em que se torna parceiro de um encaixe sintomático que somente se desfaz no momento da exaustão; eis que, então, se vê reconvocada, no seu mesmíssimo lugar de exceção, a figura de autoridade do mestre contra o qual inicialmente se insurgiu. Senão vejamos, mediante o que foi extraído numa conversação clínica, os impasses que essa parceria produz.

Referimo-nos ao caso de Eliseu, cuja conversação foi solicitada em razão dos problemas gerados pela relação entre esse paciente e o corpo técnico que dele se ocupava. De acordo com informações extraídas de um relatório datado de 2002, Eliseu, que naquele momento contava com 30 anos de idade, era descrito como um homem solteiro com curso primário incompleto, que ganhava a vida como servente de pedreiro. Sendo filho caçula de uma família cujo pai, que sofria de hanseníase, já havia falecido, residia então com sua mãe. Seus pais, segundo as palavras do paciente, “batiam gato”, expressão que designa a atitude do sujeito pedinte, geralmente atribuída aos pacientes hansenianos. Por ser a mãe uma alcoolista crônica que vivia caída pelas ruas, Eliseu foi criado pelas irmãs, que deles se ocuparam até irem morar com os tios, que o rejeitavam por ser “preto e feio”, segundo seu relato. Foi um momento devastador para ele, que marcou sua condição de sujeito abandonado.

Seu primeiro episódio de desencadeamento psicótico ocorreu aos 16 anos de idade, época em que fazia uso abusivo de bebida alcoólica. Tal episódio foi descrito pela mãe como um quadro de intensa agitação, com comportamento delirante, seguido de desmaio. Iniciou seu tratamento psiquiátrico em um dos Centros de Atendimento Psicossocial (CAPS) de seu município em 1997, num momento em que apresentava atitudes de reivindicação constantes referidas a seu pedido de aposentadoria por invalidez, sob efeito de bebidas alcoólicas. Manifestava pensamento delirante de cunho persecutório, assim como comportamento de errância e incúria agravados pela precariedade de sua condição sócio-econômica. Comparecia ao serviço ora conduzido pela mãe, ora pela irmã, ora pela polícia, e às vezes espontaneamente, mas sempre em estado de embriaguez. No ano de 2001, quando foi encaminhado para tratamento intensivo no CAPS de sua cidade, o psiquiatra que sempre o atendia em crise tornou-se seu médico de referência. Foi nesse período que o serviço que o atendia passou a adotar uma estratégia assistencialista,

chegando seu psiquiatra a assumir o cargo de curador provisório do paciente, diante da indisponibilidade de um familiar que o fizesse.

Em 2003 Ihe foi alugado um quarto através do Serviço, na proximidade do centro de atendimento, com a finalidade de dele fazer uma Residência Terapêutica. A situação se manteve estável por alguns meses, até que ele voltou a se embriagar e a usar drogas, colocando a perder todos os projetos de assistência. O serviço passou, então, a adotar medidas de cunho disciplinar, tais como não autorizar sua entrada quando ele se encontrasse drogado ou alcoolizado, mas todas as medidas fracassavam por sua falta de adesão. O único laço que ele constituía parecia ser com a bebida. Mesmo dispondo de uma residência, continuava a errar pelas ruas, pedindo dinheiro e se expondo ao risco de ser roubado e maltratado. A equipe, levada à exaustão, agora se referia a Eliseu como a um saco sem fundo; suas demandas pareciam não ter fim.

A partir desse momento, colocou-se a necessidade de se organizar uma estrutura de rede, com vistas a distribuir melhor a carga de atendimento. Sua curatela foi então transferida para sua irmã, com quem passou a habitar, o que não deixou de produzir uma certa estabilização. Essa irmã manifestava uma postura maternal que parecia convir a sua atitude de constante demanda, mas em que pese essa relativa melhora, ainda assim Eliseu permanecia em seu comportamento de pedinte errante, sempre à espera de algo que Ihe causasse a impressão de estar sendo cuidado.

Verificou-se, assim, na relação em que Eliseu se determina no domínio da linguagem, algo que foi prosaicamente traduzido, em uma das reuniões da equipe, pelo termo "pidão". Trata-se, efetivamente, de uma relação sem limite, que se estende na lista infinita do ato de demandar, na qual, por sua vez, se transmite uma função inicialmente atribuída a seu pai, portador de hanseníase, que passava sua vida a "bater gato". "Pedir", para Eliseu, é um verbo quase intransitivo. Pouco importa o objeto que ele pede, o que conta é conjugar o "pedir". Não é casual, por conseguinte, que ele ponha a perder tudo que adquiriu com o árduo socorro da equipe, pois é a partir dessa perda que ele retorna ao lugar do sujeito pedinte, único predicado que Ihe foi transmitido por seus pais.

Seja qual for, no entanto, o grau de dificuldade que esse caso por si só encerra, interessa-nos ainda considerar em que sentido a posição quase transitivista, assumida pela equipe, veio multiplicar os impasses de sua condução. Ao buscar “compreender” o paciente, para alcançar as motivações de suas dificuldades, no lugar de criar um lugar vazio de compreensão no qual o próprio paciente viria oferecer as suas coordenadas, alguns atores do corpo técnico acabavam adotando uma atitude pautada pela identificação imaginária, muito freqüente na assim chamada perspectiva igualitária que acompanha os mais bem intencionados movimentos de reforma psiquiátrica. Isso desemboca no campo especular da intersubjetividade igualitária em que terapeuta e paciente se vêem atrelados numa relação de parceria simétrica, conforme ficou patente no relato de seu terapeuta: ao se fazer parceiro de um sujeito indefinidamente demandante, ele tornou-se o provedor sem limite de um pedido de auxílio sem ponto de basta. O terapeuta passou, assim, a dar permanência a uma situação da qual virou parte integrante, impedindo-o de romper com o mecanismo que, a princípio, pretendia-se modificar.

Nada nos autoriza, portanto, a falar aqui de “inserção”, tal como aqui entendemos esse termo, por melhores que sejam as intenções que motivam esse modo de condução clínica. Trata-se antes de um movimento de inclusão assistencial que pode assumir as mais variadas formas, desde a assunção da curatela à disponibilização de uma residência, mas que deixa intocada a dialética que o sujeito mantém com o Outro social. Pareceu-nos, por conseguinte, sintomático, por ocasião de uma segunda conversação de retorno, que o posterior deslocamento de serviço do paciente, motivado por questões de distribuição territorial dos atendimentos, em vez de ser percebido como um problema, tenha produzido um sentimento de alívio na equipe que, como foi dito, viu-se levada a um estado de exaustão. A parceira especular não poderia ter outro tipo de consequência. Foi-nos dito que Eliseu agora encontrava-se “desterritorializado”, e que nas raras aparições que faz no CAPS, está sempre alcoolizado em seu atendimento pelo plantão.

O fato, pois, é que Eliseu voltou a se portar como um pedinte sujo pelas ruas, o que nos levou mesmo a perguntar se estar nessa condição permanente não teria sido a melhor solução que ele encontrou. Mas embora houvesse quem chegasse a dizer que talvez ser pedinte seja o único laço que Eliseu consegue fazer, será que é preciso ser um pedinte tão miserável?

Tudo que se pode dizer é que se foi esse, para ele, o caminho escolhido – ser um pedinte da cidade -, ainda assim é preciso que as intervenções sejam construídas pela rede que o próprio paciente compõe, e não por um ou outro serviço específico definido por disposições burocráticas. O problema é saber como responder, a um Eliseu pedinte, de um lugar distinto do provedor. Pois, por mais que a dimensão imaginária dessa parceria seja uma condição inicial para que se dê o acolhimento, no sentido em que talvez seja o único elo possível de se fazer com ele no começo, é preciso se emancipar dessa condição, produzindo outro modo de relação com a equipe.

Por outro lado, se o que mais parecia incomodar a equipe era o estado de intensa miséria de Eliseu, a tentativa igualitária de lhe oferecer as condições dignas de um cidadão estava fadada ao fracasso. Ele sempre retorna ao estado anterior de miserável pedinte, levando a equipe à exaustão. Mas o fato é que lhe foram ofertados produtos que ele próprio não demandava, que diziam mais respeito a uma demanda da equipe com relação à condição em que ela queria encontrar o paciente. E, efetivamente, Eliseu jamais pedira ser tratado em condições sociais de cidadania, como constantemente lhe oferta a equipe. Eliseu é, antes de tudo, um pedinte concreto que exige e quer se manter como pedinte: ele não quer ser um cidadão emancipado dessa condição, como sonha o discurso igualitário.

Aventou-se então que uma resposta possível da equipe seria a de recebê-lo, sem deixar se intimidar pela exigência de suas demandas. Receber o Eliseu sem lhe ofertar os direitos do homem, que condiz com o discurso igualitário, ouvindo o que ele tem a pedir, mas, sobretudo, fazendo-lhe ver que ele tem que aprender a pedir, que o pedir não é uma simples exigência que dispensa qualquer forma de consideração do Outro.

À guisa de conclusão, verificou-se a necessidade de retomada da discussão clínica, em outro momento, para examinar as questões apontadas, ultrapassando a particularidade do caso. Foi colocada a necessidade de se tentar conceber um laço de solidariedade que não caia no eixo especular do discurso igualitário, construído no modo de identificação imaginária com a figura do semelhante, tentativa essa que nos conduz a interpelar o próprio eixo de orientação dos serviços de atenção à Saúde Mental.

Nota

1. Esse relatório se realizou a partir de pesquisa coordenada por mim e elaborada pela, hoje extinta, equipe Clinicaps. Seus resultados foram apresentados a convite da comissão de organização do III Encontro do Reseau Internacional de Psychanalyse Appliquée, realizado em Bruxelas em setembro de 2008. Desse trabalho são co-autores Aline Aguiar Mendes, Anamáris Pinto, Cláudia Maria Generoso, Cristiana Miranda Ferreira, Maria Inês Meirelles Junca, Renata Dinardi Rezende de Andrade, Simone de Fátima Gonçalves e Wellerson Durães de Alkmin.

Referências bibliográficas

FOUCAULT, M. (1972). *Histoire de de la folie à l'âge classique*. Paris: Gallimard, 1996.

SHAKESPEARE, W. *The complete works of William Shakespeare*. London: Atlantis, 1980.

Resumos

Insertion in mental health

The work is a critical approach of the including mechanisms offered by mental health dispositives, which seek to provide defined solutions to the patient. Our aim is to establish as insertion a relationship oriented by the possible ways of dealing with the social Other, whose balance is reflected not only by a transformation of the previous mode of attachment of the patient, but also a essential modification regarding the Other with which the subject composes, as noted in the discussion of two clinical cases.

Key words: Other, insertion, mental health, lacanian psychoanalysis.

L'insertion dans la santé mentale

Ce travail fait une approche critique des mécanismes d'inclusion proposés par les dispositifs de santé mentale, qui apportent au patient des solutions définies au préalable. On vise établir, avec le terme de l'insertion, une relation orientée par les moyens possibles de négociation du sujet avec l'Autre social dans laquelle se manifeste non seulement une transformation du mode par lequel le patient établissait des liens auparavant, masi aussi comme un changement essentiel de la part de l' Autre avec lequel le sujet vient s'entendre, illustrée dans la discussion de deux cas cliniques.

Mot clés: Autre, insertion, santé mentale, psychanalyse lacanienne.

Citação/Citation: TEIXEIRA, A. Da inserção em saúde mental. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 21/03/2010 / 03/21/2010.

Aceito/Accepted: 04/06/2010 / 06/04/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Sujeito dividido, proliferação de objetos e desinserção social: os laços sociais e o discurso capitalista na cultura contemporânea

Leny Magalhães Mrech

Livre Docente da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa de Psicanálise e Educação da FEUSP

Autora do livro *Psicanálise e Educação: Novos Operadores de Leitura*
(editora Cengage)

Organizadora do livro *O Impacto da Psicanálise na Educação* (Editora
Avercamp)

e-mail: lenymrech@uol.com.br

Monica Rahme

Doutora em Educação pela FE-USP

Professora do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS/UFOP)

e-mail: monicarahme@hotmail.com

Resumo

Há na cultura atual, a cultura comercial de que nos fala Lacan no *Seminário 16*, uma proliferação de objetos que interfere nos laços sociais a partir do discurso do capitalista. O sujeito dividido se vê assim diante de novas posições e de novos laços sociais, nos quais as latusas e o mais-de-gozar ocupam lugar estratégico. Os diferentes níveis de inserção social fazem com que as discussões relativas à desinserção social ocupem um lugar fundamental e revelem as diferentes formas de os sujeitos cindidos serem desinseridos dos contextos sociais.

Palavras-chave: psicanálise, sujeito dividido, latusas, mais-de-gozar, desinserção social.

Introdução

Para Bauman (2008), encontramos-nos em plena “revolução consumista”, período em que se passou de uma sociedade de produtores para uma sociedade de consumidores, cujo valor supremo se encontra na perspectiva de ter uma “vida feliz”. Para Lacan (2008), vivemos a passagem da mais-valia ao mais-de gozar – ou seja, passamos de um mundo direcionado para a produção para outro, voltado para o consumo. O mais-de-gozar aparece sob a forma de um excesso, da busca de um a mais. De um consumo

contínuo. Na visão do autor, trata-se de uma concepção de sociedade que promete o gozo de forma constante.

Bauman (2008) identifica também a sociedade capitalista centrando-se na busca da felicidade, que é outro nome para o mais-de-gozar na cultura atual. Esse se caracteriza por uma felicidade instantânea e perpétua, marcada pela urgência do “aqui” e do “agora” por abominar qualquer idéia que presentifique o sofrimento e a infelicidade. Por outro lado, o autor (2001) assinala que o trabalho encontra-se tão imobilizado nesse contexto quanto no passado:

“Hoje, o capital viaja leve – apenas com a bagagem de mão, que inclui nada mais que pasta, telefone celular e computador portátil. Pode saltar em quase qualquer ponto do caminho, e não precisa demorar-se em nenhum lugar além do tempo que durar sua satisfação. O trabalho, porém, permanece tão imobilizado quanto no passado” (Bauman, 2008, p. 70).

Quando Lacan (1972) introduz o matema do discurso do capitalista, preserva o lado direito do algoritmo, mantendo-o tal qual no discurso do mestre e inverte o lado esquerdo, considerado o lado do sujeito. A seta que sai diretamente do objeto *a*, mais-de-gozar, em direção ao sujeito barrado (\$) na posição de agente indica que o objeto-mercadoria torna-se o que causa o desejo do sujeito. Nesse sentido, o sujeito é um semblante de amo, pois é o objeto de fato o sustentador desse discurso, o que indica um apagamento do sujeito diante do objeto. Trata-se de objetos acessíveis, cuja oferta pressupõe a promessa de uma satisfação “garantida” ao sujeito.

$$\begin{array}{ccccccc} \downarrow & \$ & \curvearrowright & \nearrow & S2 & \downarrow & \\ \downarrow & S1 & \nearrow & // & \curvearrowright & a & \downarrow \end{array}$$

Nesse matema, o saber (S2) é transformado em mercadoria, passando a valer de acordo com o que se pode vender e comprar. Isto leva Lacan (1968-69) a pensar que estamos vivendo uma nova etapa do mercado: o mercado de saber.

Essa variação se torna referência na análise do valor pago ao sujeito pelo seu trabalho, como aponta Lima (2009):

“Como consequência, a verdade passa a ser capaz de ser ‘toda dita’. O saber é transformado em informação. O não-saber [sobre o real do gozo] passa a equivaler à falta de informação.” (Lima, 2009, p. 147).

Nesse contexto, mantém-se a igualdade de acesso aos objetos constantemente criados, em uma roda viva que mascara, ao mesmo tempo em que torna patente, a insatisfação do sujeito.

Os mercados comuns e os processos de segregação

No fim dos anos 1960, em sua “Proposição de 9 de outubro de 1967”, Lacan já percebera a pungência com a qual emergiam os mercados comuns, assinalando que nosso “futuro de mercados comuns” encontraria “seu equilíbrio numa aplicação cada vez mais dura dos processos de segregação” (Lacan, 1967, p. 263).

Analisando essa afirmação a luz da formulação posterior dos quatro discursos, Brousse (2003) salienta que podemos articular o mercado comum, tal como designado por Lacan na “Proposição...”, ao elemento S1, entendido como o que comanda, como indicamos anteriormente.

Nesse sentido, nada deve interromper a livre circulação dos produtos nem bloquear o avanço do capital e nada se deve interpor à conquista de novos nichos de mercados, processo que ocorre – e é importante de se observar – acompanhado de uma pluralização ascendente dos grupos sociais ditos minoritários.

Mas tal proposta não quer dizer que haja um real interesse por lutas e movimentos sociais de natureza macro. É importante observar que se o capital se interessa por esses agrupamentos, é apenas para transformar os participantes em nichos de mercado, ou seja, eles permanecem em um processo de desinserção social com a proposta da sociedade capitalista de apenas inseri-lo como consumidores.

Como revela Lacan (1967), outro fator importante no capitalismo diz respeito ao monopólio da verdade, que passa a ser conferido à ciência, por meio de suas descobertas e produções que são agora absorvidas no plano da crença, e não, naquele da crítica. Trata-se de uma conclamação a um *universal* que produz – no campo das políticas, das técnicas e da economia – o que poderia ser traduzido como a imposição de uma mesma verdade

para todos. Mitsumori (2005, p. 51) comenta: "O ideal do mestre moderno é que nada da particularidade subjetiva apareça para se contrapor a esse projeto de homogeneização".

Assim, a ciência, reduzida ao objetivo de encontrar respostas para driblar a insatisfação do sujeito, sem considerar sua condição de sujeito barrado, acaba deixando de fazer perguntas que seriam centrais para a implicação desse mesmo sujeito no mundo e nas suas condições estruturais de existência. Com isso, ganham espaço no mercado fórmulas que pretendem recheiar um cardápio contra o mal-estar ou qualquer outra manifestação que venha a prejudicar os ideais contemporâneos de bem-estar. Koltai (2004) ressalta, nesse sentido, que o discurso da ciência veicula a idéia de que tudo é possível, inclusive a tentativa de eliminar o estranho, o diferente, o estrangeiro.

Os efeitos nos laços sociais na atualidade: o processo de desinserção social

A adoção generalizada de tais encaminhamentos afeta as formas de estabelecimento do laço social na atualidade, norteadas pelas práticas relacionadas com a medicina e todo aparato *psi*, as instâncias de intervenção social, o que se passa nas escolas e nos inúmeros dispositivos de natureza educacional. Afeta, sobretudo, nas questões rotineiras que perfazem o cotidiano das pessoas e que encontram nas informações medianas dadas à população a respeito das descobertas científicas e na oferta diária de novos objetos (facilmente descartáveis e substituíveis), saídas aparentemente eficazes para os constantes impasses do viver.

Desse modo, torna-se mais fácil e menos angustiante identificar-se a um nome científico do que possa traduzir a possível "anormalidade" de um sentimento, comportamento ou manifestação, seja ela física, psíquica ou emocional. Trata-se de um processo que visa prevenir o mais cedo possível o que possa ser previamente lido como indício de distúrbios, como lembra Mitsumori (2005), com o intuito de preservar não apenas o indivíduo, mas todo o tecido social. E, assim, o que não funciona – o fracasso, a falta e a precariedade, por exemplo – precisa ser descartado e colocado cada vez mais à deriva, à margem.

Prima-se pela eficiência técnica e pelo saber bem aplicado, visando resultados que não ocasionem perdas, sejam elas de energia, tempo, dinheiro ou qualquer outra forma de investimento. Como sintetiza

Demuyck (2009), para que as coisas andem, é preciso retirar tudo o que se mostra inconveniente.

Diante desse cenário, a nova ética contemporânea é, segundo Miller e Laurent (1996-97), a dos Comitês de Ética, que funcionam como sintoma da ascensão do objeto a ao zênite da civilização. São instâncias que tentam restaurar o sentido moral do *grande Outro* na atualidade, garantindo de algum modo uma “ordem social”, ao mesmo tempo em que não traduzem diretamente para os sujeitos quais são de fato as esferas responsáveis por decisões e encaminhamentos do que se passa no funcionamento desse dito social. A febre da avaliação é um fenômeno que revela a servidão voluntária dos sujeitos a esses processos. Eles se submetem sem saber ao certo quais são os critérios que os avaliam.

Desse modo, diante da discussão acerca de laço social e *discurso capitalista*, talvez, possamos indicar tratar-se aí de um laço particularizado nos limites desse discurso e por ele profundamente marcado, fato que altera as relações em jogo na existência (relações pessoais, sociais, de trabalho, etc.), bem como o funcionamento dos outros discursos.

A modificação do lugar idealizado ocupado pelo *grande Outro* na cultura, a profusão das *latusas*¹, a substituição dos mecanismos mais rígidos de controle por mecanismos difusos, mas não menos eficientes e precisos, e o avanço da dimensão técnica da ciência, tudo isso afeta os contornos do laço social, atingindo diretamente o sujeito em seus diferentes vínculos e rupturas com esse social.

Para discutir os efeitos dessas questões sobre os sujeitos em sua relação com as formas de laço social presentes na atualidade, o termo “desinserção” tem sido empregado pela École de la Cause Freudienne (Associação Mundial de Psicanálise) com o objetivo de demarcar movimentos de sujeitos que, por razões variadas, participam de modo peculiar da dinâmica social, deixando evidente sua não adaptação aos significantes-mestres (S1) que regem de modo hegemônico o funcionamento do sistema social.

Por estar desconectado dos significantes-mestre que regem a contemporaneidade, o “desinserido” não desliza na engrenagem que articula S1, S2, produção e verdade, ficando à margem do funcionamento social.

Segundo Chiriaco (2009), a “desinserção” pode se manifestar de modos muito distintos: desde crises extremas em que se evidencia uma ruptura do sujeito com o *grande Outro* até formas mais discretas de errância subjetiva,

pois, na agitação do mundo moderno, o fio tênue do laço social em vias de se romper pode facilmente passar despercebido.

As atitudes e os comportamentos do “desinserido” evidenciam sua não-aderência à lógica civilizatória homogeneizante e sua recusa em ingressar nos equipamentos vinculados à gestão do social. Diante de sua não-aderência, o mestre contemporâneo pode tentar inseri-lo a todo custo, valendo-se até mesmo de métodos coercitivos (Gueguén, 2009), presentes em estratégias que conduzem a uma integração aparentemente voluntária ao sistema e significativamente distante dos métodos utilizados no passado, como o recurso às normas rígidas e às estruturas institucionais totalizantes.

Embora o conceito de “desinserção” tenha sua origem no campo da Sociologia e se aplique à nomeação de fenômenos habitualmente conhecidos como sendo da ordem de uma exclusão social, sua apropriação pelo campo psicanalítico tem como foco a dimensão subjetiva e, mais propriamente, os modos como o sujeito se inscreve, com seu próprio sintoma, no tecido social. Desse modo, o “desinserido” pode ser considerado como aquele que provoca questões para a perspectiva de um “sistema social harmônico”, tal como vimos discutindo, operando como o *intruso*, o estranho, o estrangeiro à ordem social instituída.

Se o termo “desinserção” pode remeter a noções, como fracasso escolar, loucura, delinquência infanto-juvenil e passagem ao ato, dentre outras denominações passíveis de indicar uma não-correspondência ao ideal social, para a psicanálise trata-se justamente de ir na direção inversa resgatando o que é próprio ao sujeito e que se encontra diluído nessas categorizações.

Como assinala Cottet (2009), o “desinserido” é estrangeiro às nomeações que lhe são propostas e esse é um dos pontos centrais dessa discussão a partir da psicanálise, considerando que, se o trabalho do psicanalista pode favorecer ao sujeito encontrar um lugar no mundo, isso não pode ocorrer senão secundariamente às intenções de uma análise (Gueguén, 2009).

Cottet (2009) nos lembra de que, apesar de a discussão acerca da “desinserção” referir-se-a questões da atualidade, podemos encontrar em “A psiquiatria inglesa e a guerra”, de Lacan (1947), uma relevante interlocução com essa temática. Nesse artigo, Lacan analisa o trabalho de reeducação realizado com recrutas do exército inglês, durante a Segunda Guerra Mundial, por uma equipe composta de psiquiatras e outros profissionais, dentre os quais se encontrava Wilfred Bion (1897-1979). Esses recrutas eram considerados inadaptados para a tarefa que lhes tinha sido solicitada pelo Estado, pois apresentavam problemas denominados

desajustamento social, delinquência, depressão e confusão mental, dentre outros.

Aos olhos de Lacan (1947), apesar das intervenções realizadas por essa equipe com os recrutas se orientarem por uma lógica reeducadora, essas não visavam a sua reinserção pelo ideal. O tratamento proposto valia-se de dispositivos de trabalho por meio dos quais os sujeitos podiam compor grupos a partir de interesses comuns, permitindo-lhes que estabelecessem um sentimento de grupo entre si. Esse trabalho operava, assim, aliando uma possibilidade de integração do sujeito ao grupo a partir de seu próprio sintoma – que se evidenciava nas escolhas feitas em torno do grupo e do trabalho a ser realizado – e da escuta analítica produzida durante esse processo. A esse respeito, Lacan (1947, p. 114) ressalta que “o médico deveria servir-se da inércia fingida do psicanalista e se apoiar no único controle de fato que lhe era facultado, o de manter o grupo ao alcance de seu verbo”.

Comentando essa intervenção, Laurent (2007) assinala que Bion e sua equipe observaram nesse grupo de recrutas “doentes do ideal” o que era tratável e intentaram, com a constituição de “mini-ideais de grupos” formados a partir do delineamento de uma tarefa, suprimir a “paixão narcísica” que os tornava “rechaçados do ideal”. Assim agindo, era possível oferecer um tratamento a partir do qual esses sujeitos poderiam “escolher, de maneira mais ética, o que fazer na vida” (Laurent, 2007, p. 144).

Relacionando esses apontamentos ao que abordamos anteriormente a respeito da “desinserção”, é importante enfatizar que, diante de um momento de grave crise social, no qual esses recrutas representavam aqueles que não aderiam a uma meta imposta pelo sistema e pela sociedade, uma saída foi encontrada no interior de um serviço do exército, permitindo que a dimensão subjetiva fosse considerada na abordagem proposta.

Três anos depois desse trabalho, Lacan (1950) apresenta a comunicação “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”², na qual discute o conceito de coletividade, argumentando que a sociedade exige dos indivíduos uma “integração vertical extremamente complexa e elevada da colaboração social, necessária à sua produção”, ao mesmo tempo em que “propõe aos sujeitos [...] ideais individuais que tendem a se reduzir a um plano de assimilação cada vez mais horizontal” (Lacan, 1950, p. 146).

Lacan assinala a contradição desse movimento em um contexto no qual os ideais referentes à liberdade individual – e, poderíamos acrescentar, aos

valores relativos à autonomia e à capacidade de fazer escolhas em nome próprio – encontram-se altamente cultivados, ao mesmo tempo em que os indivíduos se descobrem “enquadrados” quanto ao que “‘pensam, sentem, fazem e amam’, pois vivenciam exatamente as mesmas coisas nas mesmas horas, em porções do espaço estritamente equivalentes” (Lacan, 1950, p. 146).

Comentando esse texto, Cottet (2009) ressalta que Lacan já discutia naquele momento (fim da década de 1940 até os anos cinquenta) a eminência de uma identificação alienante, anunciando sua crítica ao conformismo presente no emergente consumo em massa, o que vemos radicalizar-se no contexto atual de nossa civilização, como indicamos anteriormente.

Conclusão

A sociedade atual foi revista sistematicamente por Lacan ao longo da sua obra. No artigo sobre os “Complexos familiares”, Lacan já abordava o declínio do pai na cultura contemporânea, identificando as características básicas da passagem da sociedade verticalizada para a sociedade horizontalizada: uma tentativa de homogeneização com proposta de um *para todos* em relação à saúde e à educação. Esse aspecto é fundamental porque quando a sociedade capitalista tenta se orientar para o sujeito ela o faz, principalmente por meio de políticas públicas, em uma orientação para o universal, em que o sujeito tende a perder toda a sua singularidade.

Se, no passado, a desinserção social passava por um processo de verticalização no qual os sujeitos tinham que se pautar por ideais, atualmente, no processo de horizontalização, há uma desinserção social que se encontra, geralmente, implícita nos efeitos das práticas do *para todos*. Essas propostas são visíveis em expressões, tais como: “Seja como os demais, haja como os demais, sinta como os demais”. Isso faz com que a singularidade de cada sujeito seja deixada de lado em um processo de homogeneização, como aponta Lacan, tornando-se o sujeito um consumidor pautado apenas por um excesso, por um *mais-de-gozar*.

As diferentes formas como as questões acima enfocadas incidem na constituição dos laços sociais e na formulação de práticas profissionais e institucionais são nosso ponto de maior interesse nessa discussão, visto que este artigo versa exatamente sobre sujeitos que não correspondem aos ideais tradicionalmente propostos pela cultura, mas possuem sua história de vida, seu percurso e, certamente, outras formas de laço estabelecidas, o

que pode vir a restringir ou a ampliar as possibilidades de o sujeito encontrar saídas mais autorais para sua vida.

Notas

1. Latusa: Lacan nomeia *latusa* como “pequenos objetos a”, encontrados “no pavimento de todas as esquinas, atrás de todas as vitrines, na proliferação desses objetos feitos para causar o desejo.” (Lacan, 1969-70, p. 152)
2. Comunicação apresentada em colaboração com Michel Cénac.

Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. (2001) *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (2008) *Vida para o consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

BROUSSE, Marie-Hélène. (2003) “Marchés communs et ségrégation”, in *Mental: Revue Internationale de Santé Mentale et Psychanalyse Appliquée*. Paris, n. 13, décembre/2003, p. 37-45.

CHIRIACO, Sonia. (2009) “Une cure pour rapiécer le langage”, in *La cause freudienne – Nouvelle revue de Psychanalyse*, Paris, n. 72, nov./2009, p. 11-14.

COTTET, Serge. (2009) “Désinsertion: le sans nom”, in *Lettre mensuelle*, Paris, n. 274, janv./2009, p. 6-9.

DEMUYNCK, Joost. (2009) “Une boussole pour aujourd’hui”, in *Lettre Mensuelle*, n. 274, janv./2009, p. 10-12.

GUÉGUEN, Pierre-Gilles. (2009) “Nous sommes tous désinsérés”, in *Lettre Mensuelle*, Paris, n. 277, avril/2009, p. 19-21.

KOLTAI, Caterina. (2004) “O estranho, o diferente, o fora do discurso”, in *Anais do Colóquio Ética na inclusão*. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2004, p. 51-58.

LACAN, Jacques. (1947) *Complexos Familiares na formação do indivíduo*, in *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 29-90.

_____. (1947) “A psiquiatria inglesa e a guerra”, in *Outros escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 106-126.

_____. (1950) "Introdução teórica às funções da Psicanálise em criminologia", in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 127-151.

_____. (1967) "Proposição de 9 de outubro de 1967 sobre o psicanalista da Escola", in *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 248-264.

_____. (1968-69) *O Seminário: Livro 16, de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

_____. (1969-70) *O Seminário: Livro 17, O avesso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. (1972) "Du discours psychanalytique". Conférence à l'Université de Milan, le 12 mai 1972. Disponível em: <http://pagesperso-orange.fr/espace.freud/topos/psych/psysem/italie.htm>. Acesso em 17 set. 2009.

_____. (1973) "Televisão", in *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 508-543.

LAURENT, Éric. (2007) *A sociedade do sintoma: a psicanálise hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

LIMA, Nádia Laguárdia de. (2009) *A escrita virtual na adolescência: os blogs como um tratamento do real da puberdade, analisados a partir da função do romance*. 2009. 394f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MILLER, Jacques-Allain; LAURENT, Eric. (1996-97) *L'Autre qui n'existe pas et ses comités d'éthique: Séminaire inédite*, mimeo.

MITSUMORI, Nanci. (2005) *Matizes da educação inclusiva: Um diálogo Psicanálise–Educação*. 2005. 208 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Resumos

Split subject, multiplication of objects and social detachment: social ties and the capitalist discourse in contemporary culture

There is on nowadays culture, a commercial culture told to us by Lacan at the *Seminar 16*, a proliferation of objects from the capitalist discourse that interfere on social bonds. The divided subject therefore sees himself facing new positions and new social bonds, on which the *lathouse* and the *plus-de-jour* have a strategic placing. Different levels of social integration make discussions related to social detachment occupying a fundamental place and reveal different forms of split subjects being detached from social contexts.

Key words: psychoanalysis; divided subject; *lathouse*; *plus-de-jour*; social detachment.

Sujet divisé, prolifération d'objets et désinsertion sociale: les liens sociaux et le discours capitaliste dans la culture contemporaine.

Il existe de nos jours, dans la culture du commerce dont nous parle Lacan dans son *Séminaire 16*, une prolifération d'objets intervient dans le lien social à partir du discours du capitalisme. Le sujet divisé se voit ainsi devant de nouvelles positions et de nouveaux liens sociaux dans lesquels les *lathouses* et le plus de jouir prennent une place stratégique. Les différents niveaux d'insertion sociale font en sorte que les discussions au sujet de la désinsertion sociale prennent une place fondamentale et révèlent quelles sont les différentes manières par lesquelles les sujets partagés se désinsèrent des contextes sociaux.

Mot clés: psychanalyse, sujet partagé, *lathouse*, plus-de-jouir, désinsertion sociale.

Citação/Citation: MRECH, L.M.; RHAME, M. Sujeito dividido, proliferação de objetos e desinserção social: os laços sociais e o discurso capitalista na cultura contemporânea. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 12/12/2010 / 12/12/2010.

Aceito/Accepted: 25/02/2010 / 02/125/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

A droga ou a vida^{1, 2}

Analícea Calmon

Psicóloga

Psicanalista

Membro da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e da Associação Mundial de Psicanálise (AMP)

Coordenadora do núcleo de investigação Psicanálise e Criança – Carrossel – do Instituto de Psicanálise da Bahia

Doutora em Teoria Psicanalítica / UFRJ

analicea@bol.com.br

Resumo

Entendemos que só é possível abordar o objeto droga no campo da psicanálise aceitando a sua (des)inserção no âmbito da relação conflituosa do sujeito com a realidade. Para Lacan, as relações que acontecem entre o simbólico e o imaginário, definidas como realidade, fundamentam o que a experiência psicanalítica chamou de laços, os quais promovem inserções e situam o sujeito como resposta do real. Um adolescente, que se enuncia como dependente químico em depressão, relata, sob transferência, um impasse entre duas aparentes relações de parceria: uma com a droga e outra com a vida. A posição de objeto, em alguns momentos assumida por este sujeito, bem como a sua relação com o objeto droga, serão examinadas e discutidas neste artigo, o que evidencia a possibilidade de uma aproximação da toxicomania com um trabalho que visa fazer chegar o bem-dizer ali onde impera o empuxo ao gozo.

Palavras-chave: psicanálise, droga, sujeito, objeto, ato, laço social.

Para tratar da questão do ato no campo da psicanálise torna-se imprescindível iniciar com uma menção a seu termo na língua latina, *agieren*, proposto por Freud como ponto de partida para todas as modalidades de ato pensadas desde o início de sua elaboração. A palavra latina, que em nossa língua se traduz por *agir*, foi proposta para caracterizar o fato através do qual o sujeito experimenta as suas fantasias e desejos recalçados com um sentimento de atualidade tanto mais vivo quanto desconheça sua origem e seu caráter repetitivo. Esta foi a perspectiva que originou o conceito de *atuação*, formulado a partir da expressão *acting out*, de origem inglesa, pelo que se justifica esta menção especial, considerando que o que levou Freud a introduzir o conceito de ato

no campo da linguagem foi justamente a incidência clínica da repetição, sob a forma de atuação, na transferência. Isto se deveu ao fato dele ter percebido, no cotidiano de sua clínica, atitudes ou enunciados repetitivos de seus pacientes, em lugar de recordações através da fala.

Duas tentativas de suicídio, relatadas sob transferência, nos remetem a uma revisita ao conceito de ato e suas respectivas modalidades no campo da psicanálise. Para tanto, será utilizada como referência a oscilação entre as posições de sujeito e objeto em um adolescente que, na primeira entrevista, se enuncia como um dependente químico em depressão. Se consideramos a toxicomania como uma das novas formas do sintoma, vemos através desse exemplo que esta não está fora do consultório de um analista, o que possibilita pensá-la como um efeito de discurso.

A posição de objeto, em alguns momentos assumida por este adolescente, será examinada e discutida neste artigo, bem como sua relação com o objeto droga, considerando que “a natureza plástica da relação do homem com os objetos de satisfação, [...] abre, sem dúvida, a possibilidade de uma aproximação analítica da toxicomania”. (Santiago, 2001, p. 29). Essa consideração parece útil para examinar as modalidades do ato que aqui nos interessam e suas respectivas repercussões em um trabalho clínico que visa fazer chegar o bem-dizer ali onde impera o empuxo ao gozo.

Sabemos que, no trabalho de transferência, a atuação é sempre sinal de que a condução do tratamento está sob impasse, o que evidencia um momento bastante delicado, já que esta substituição da palavra pelo ato revela uma “transferência selvagem” na medida em que toma o lugar de uma representação simbólica.

Nos dicionários da língua portuguesa, “impasse” significa uma situação difícil, da qual parece impossível haver uma saída favorável. É justamente isso que acontece no momento em que o discurso de um sujeito em análise se interrompe dando lugar a algum tipo de atuação, o que exige do analista uma intervenção conveniente.

No campo da psicanálise a palavra impasse é amplamente explorada. Por um lado porque se opõe ao *passé*, representando um obstáculo na direção do tratamento. Por outro lado, tal como vemos no *Seminário 20*, Lacan utiliza a expressão “impasse da formalização” para designar o único modo possível de inscrição do real (Lacan, 1972-73, p. 125).

Para falar de inscrição do real, Lacan emprega, no *Seminário 19*: ...ou pior, o modelo do discurso cujo conceito começou a ser desenvolvido em seu escrito de 1965, “A ciência e a verdade”, e depois em 1969, no *Seminário*

17: o avesso da *psicanálise*. Lacan formaliza matematicamente a conjugação dos quatro discursos (o do mestre, o da histérica, o da universidade e o do analista) ao modelo dos quantificadores lógicos que será usado no ano seguinte para falar da sexuação. Com estes instrumentos, Lacan nos ensina que o acesso ao real é o simbólico. Alguns argumentos a este respeito podem ser destacados na Lição 6 do *Seminário 19*. Um deles é que “nada toma sentido senão pelas relações de um discurso com um outro discurso” (1971-72, p. 76) porque “é próprio de um novo discurso renovar o que se perde no redemoinho dos discursos antigos, justamente o sentido” (idem, p. 79). Estas citações denotam um modo de dizer que os discursos fazem laço.

O discurso destacado entre os que foram citados, para tratar aqui da relação do simbólico com o real, é o do analista, no qual este, em posição de semblante de objeto (*a*), ocupa o lugar de agente e se dirige a um sujeito (\$) que, estando em lugar do outro que trabalha, produz significantes (S1) para com estes construir um saber (S2) no lugar da verdade. E “quando um discurso como o discurso analítico emerge”, diz Lacan, o que ele propõe aos analistas “é ter pulso forte para sustentar o complô da verdade” (1971-72, p. 80). Porém os complôs da verdade, continua Lacan, não levam a nada. E não é por acaso que ele diz isso, pois ao mesmo tempo que fala das relações dos discursos, observa que existem coisas que constituem “o limite do que pode resistir ao avanço da articulação de um discurso” (idem, p. 81). A isso, que podemos entender como impasse de formalização, ele chamou de real e concluiu que todas essas relações e articulações de que falou, que acontecem no registro simbólico, são consideradas efeitos do real.

Este é o fundamento do que a experiência psicanalítica descobre no sentido das relações que chamou de laços, as quais promovem inserções e situam o sujeito como resposta do real. Foi dessa experiência que extraímos um impasse entre duas aparentes relações de parceria: uma com o objeto droga, que nada mais é que a resposta do consumo, e a outra com a existência, que não é outra coisa senão a consideração do sujeito como ser no nível de um furo. Digo aparentes parcerias porque o ato de se drogar, verdadeiramente, corresponde mais à solidão do que propriamente a uma parceria. De qualquer forma, quando o adolescente de quem estamos falando, percebe a incompatibilidade entre as “parcerias”, busca uma análise. Sabe-se que a relação com o objeto droga, por si só, implica uma gama de problemas que se refletem em nosso campo de trabalho, tanto do

ponto de vista da insuficiência conceitual, quanto do ponto de vista do desafio operacional.

Em primeiro lugar é necessário considerar que, quando se fala dos objetos a na experiência analítica, se está tratando da presença do corpo no discurso do analisando. Isto não é diferente quando se trata do objeto droga, ainda que este seja extraído da cena do mundo. Se no campo da psicanálise a toxicomania é considerada um efeito do discurso é porque a relação do sujeito com o consumo não tem o consumo como causa. A causa seria uma incógnita, sendo a droga uma resposta a esse lugar enigmático. Por estas razões se torna impossível conceber a droga como um mero objeto da realidade externa. Para argumentar este ponto de vista, podemos nos servir de uma citação de Lacan no *Seminário 7*, que é a seguinte:

“Temos aqui, da mesma forma, a noção de uma profunda subjetivação do mundo exterior – alguma coisa tria, criva de tal maneira que a realidade só é entrevista pelo homem, pelo menos em estado natural, espontâneo, de uma forma profundamente escolhida. O homem lida com peças escolhidas da realidade” (Lacan, 1959-60, p. 63).

Esta citação se complementa com o enunciado: “a droga do toxicômano atesta uma profunda subjetivação, já que sua realidade não é captada na manifestação espontânea de um objeto de necessidade mas sim na forma de uma escolha forçada” (Santiago, 2001, p. 27).

Este forçamento não é senão a troca de um regime de satisfação pulsional por um objeto real. Aquí está, portanto, o corpo, como uma espécie de objeto *a*, como lugar de incorporação desses objetos extraídos da cena do mundo. Estas considerações nos permitem entender um comentário de Miller (2005) sobre o *Seminário 10*, de Lacan, no qual está colocado que o objeto da angústia que se presentifica está identificado com órgãos do sujeito aparecendo como uma extração corporal na forma de *substâncias episódicas*. Estas substâncias episódicas são irredutíveis à simbolização, evidenciando assim o fracasso da metáfora paterna e receberam de Lacan a designação de aparelhos de gozo, que podemos compreender como produtos que se fazem de semblantes do objeto que falta e que são ao mesmo tempo produtores de gozo. Nesse sentido, são pouco suscetíveis de provocar uma demanda de tratamento, já que em princípio segregam o inconsciente.

Sempre que se escreve sobre psicanálise está posto que é necessário que haja angústia para que um movimento de demanda seja feito. Apesar do

objeto droga não ser um objeto angustiante, conforme demonstram os argumentos colocados pelo adolescente, a presença da angústia se fez notar, considerando que ele não foi ao consultório levado pela família, como acontece em muitos casos dessa natureza. Foi “pelos próprios pés” e, além disso, seus pais, a princípio, não souberam de sua iniciativa. Reconheceu que a experiência desregrada com a droga fez com que perdesse a noiva. Nessa época estava, pelo mesmo motivo, a ponto de perder o ano letivo. Nestas circunstâncias se contextualiza o movimento de “ida com os próprios pés”. Luis, como vou chamá-lo, estudava numa faculdade particular e tinha direito a uma bolsa de estudos. A iminência de perder o ano estava vinculada à iminência de perder a bolsa, pois a reprovação o deixaria sem o direito concedido, além de chegar ao conhecimento dos pais o fato dele ser um usuário de drogas. Desse modo, ao buscar uma análise, ele também vislumbrava que a analista pudesse lhe conceder um atestado de que ele estava frequentando reuniões de N.A. (Narcóticos Anônimos) à noite, como parte de seu tratamento, o que lhe impedia de frequentar as aulas, que eram noturnas. Este atestado seria levado ao reitor da universidade e valeria, segundo suas conjecturas, como argumento para reverter o processo de eliminação da bolsa estudantil, o que, conseqüentemente, preservaria seus pais. Naturalmente, o pedido não foi atendido.

Continuando seu discurso, Luis relatou que devido a tantas perdas como consequência do uso compulsivo de álcool, maconha e cocaína, optou por sair da cena da vida através de um plano de suicídio que falhou.

“O que foi que falhou?”, interrogou a analista.

“A mangueira se despreendeu do tubo, impedindo a passagem de monóxido de carbono”, respondeu o jovem, que logo a seguir passou a relatar o plano: colocou uma mangueira em um terminal do carro do pai, por onde sai monóxido de carbono. Entrou no carro e fechou os vidros, só deixando um pedacinho aberto, por onde introduziu a outra extremidade da mangueira. Ingeriu uma quantidade de comprimidos e se fechou no carro, o que deveria lhe causar asfixia e fazer explodir o carro.

Se o plano falhou porque a mangueira se despreendeu é sinal de que não estava bem presa. Portanto, a falha já estava instalada, mesmo antes desse plano do ato suicida. Segundo suas palavras, o plano falhou porque a mangueira se despreendeu. Segundo Lacan, “só existe causa para o que manca” (Lacan, 1964, p. 27) e, entre a causa e o que ela afeta, há sempre uma hiância por onde a neurose se conforma ao real. Essa hiância é o que Freud, em 1900, descobriu na produção onírica e chamou de *umbigo dos sonhos*. O que chama a atenção nos sonhos, assim como nas demais

formações do inconsciente, é o modo de tropeço como aparecem, o que fez com que Freud desde o início percebesse que ali havia outra coisa que queria se realizar. No *Seminário 11*, Lacan, seguindo essa perspectiva freudiana, responde a uma pergunta de Miller afirmando que o inconsciente não é ôntico e sim ético. A ontologia, como sabemos, é um ramo da filosofia que se ocupa das questões do ser e, para Lacan, o inconsciente não é da ordem do ser e sim do querer ser. Neste sentido está unido ao desejo, que é o paradigma da ética da psicanálise. É desta forma que o inconsciente pode ser entendido como ético, dotado de um querer ser e que opera na dimensão do *não realizado*.

Regidos por esta lógica, podemos ler a falha do plano suicida em nosso jovem, considerando a surpresa com a qual ele próprio se sente atravessado, principalmente por não conseguir discernir se o que aconteceu estaria mais além ou mais aquém de suas expectativas. Se trata de uma descontinuidade no nível do gozo, na qual alguma coisa se manifesta como vacilação impedindo o total declínio da função paterna, conforme Lacan no *Seminário 17*. A respeito do inconsciente, continua Lacan no *Seminário 11*, se trata do “sujeito enquanto alienado na sua história, no nível em que a síncope do discurso se conjuga com seu desejo” (1964, p. 31). Este é o campo no qual Lacan insere sua reflexão sobre o ato, a qual expõe em seu 15º seminário – *O ato psicanalítico* – considerando que o peso do ato é determinante para o estatuto do inconsciente que, segundo seu ângulo de abordagem, não é um estatuto existente desde sempre. Concordando com Freud, Lacan nos diz que não é possível falar de uma relação imediata com a realidade objetiva e exterior quando o que está em jogo nessa relação é o sujeito do inconsciente.

Em psicanálise, diz Graciela Brodsky ao comentar o ato analítico e sua relação com o inconsciente, “tudo depende de uma questão de perspectiva, vale dizer, trabalhamos com um objeto cujo estatuto muda conforme o modo que o olhamos” (2004, p. 34). A partir disso entendemos que só é possível abordar o objeto droga no campo da psicanálise aceitando a sua (des)inserção no âmbito dessa construção axiomática acerca da relação conflituosa do sujeito com a realidade.

Com relação ao ato de se drogar, por exemplo, o que está em causa, então, é a relação com o impossível, pois é da marca real do impossível que os objetos padecem, o que foi observado por Freud desde o início de sua obra, quando enunciou que a satisfação é sempre de natureza alucinatória. Recordando um trecho da tese de doutorado de Jésus Santiago: “esse artefato atua segundo o registro preciso de um símbolo” que tem apenas

um objetivo: dar sentido à falha do pai, o que constitui “o verdadeiro não dito do ato toxicomaniaco” (Santiago, 2001, p. 175), já que para a psicanálise não há droga na natureza. Está aí colocada outra modalidade de ato para ser pensada no campo da psicanálise e que suscita a seguinte interrogação: de que espécie é então este ato, dito suicida, planejado por Luis? Uma atuação ou uma passagem ao ato? O que tem sido possível articular da teoria com o caso, faz pensar o plano suicida muito mais como uma encenação da fantasia, que está na vertente da atuação, do que como uma passagem ao ato. E se quiséssemos pensá-lo como um ato toxicomaniaco, em que vertente o inseriríamos? Em primeiro lugar, seja qual for a modalidade, é preciso pensá-lo numa vertente mais além dos efeitos da significação, ou seja, no campo do gozo.

Diante do exposto a respeito da idéia de atuação, é possível perceber que a mesma está mais próxima de Freud e dos pós-freudianos, ao menos em sua origem conceitual, e implica um proceso de substituição repetitiva daquilo que não pode ser dito. Então, para pensar nestas versões do ato no campo da psicanálise de orientação lacaniana, cabe introduzir a concepção de ato verdadeiramente proposta por Lacan que é aquela que tem sentido de corte e que se situa em um território que permite distinguir, em uma lógica temporal, um antes e um depois, considerando uma mudança de posição do sujeito.

Uma reflexão ética sobre o que se pode entender por “ato toxicomaniaco”, é feita, menos com um objetivo conceitual e mais como uma visada operatória. Sem dúvida cabe dizer que a expressão está colocada entre aspas porque não temos a comodidade de outorgar-lhe um estatuto conceitual. De toda forma, é possível pensá-lo como uma modalidade ou versão do ato utilizada para apreender determinada realidade e é assim que Lacan, no *Seminário 11*, nos traz a idéia de conceito. Façamos, então, uma pequena caminhada nessa trilha. Tomando como ponto de partida os textos de Freud, percebemos que neles o método de intoxicação surge como resultado de uma supressão do dispêndio psíquico causada pelo relaxamento das pressões da repressão. Para Lacan a realidade do desaparecimento, da supressão, indica uma passagem por baixo do discurso em pauta. Para formular esse modo de conceber, ele se vale do exemplo freudiano de *Signorelli* onde, num episódio de esquecimento, o inconsciente se manifesta como aquilo que vacila em um corte do discurso “em que o sujeito se saca em algum ponto inesperado”. (Lacan, 1964, p. 32) É na origem desse princípio axiomático que se pode pensar no uso da droga

como uma construção substitutiva, que não tem nada a ver com a repressão ou recalque e sim com uma defesa contra o gozo.

Assim, o ato toxicomaniaco pode ser entendido como “uma tentativa de lidar com os efeitos insuportáveis do retorno do recalado por uma via distinta daquela do sintoma” (Santiago, 2001, p. 12). O sujeito se vale de um objeto que, com base no desenvolvimento teórico de Lacan, é possível equivaler ao *gadget*³, que é, justamente, o objeto droga, que vai funcionar como uma prótese reparadora dos efeitos do gozo. O propósito explorado nessa circunstância é, então, o da natureza da relação do sujeito com o objeto, em um sentido lato e em um sentido estrito, o da relação do adolescente com o objeto droga.

A equivalência entre a droga e o *gadget* pode ser obtida recorrendo aos discursos propostos por Lacan através dos quais se pode entender o valor de gozo impregnado em tais objetos. A toxicomania, por este prisma, pode ser considerada efeito de discurso, enquanto que a droga é vista como um modo de tratamento do gozo com relação ao corpo. Na condição de efeito de discurso é possível falar da toxicomania como uma nova forma de sintoma e desse modo fazer certo paralelo com a atuação, entendendo-a como uma conduta assumida pelo sujeito e dirigida a alguém para ser decifrada. Pode acontecer tanto no dispositivo analítico quanto fora dele, tal como Freud exemplificou muito bem no relato em que uma de suas pacientes, aos dezoito anos, passeava abraçada com uma dama, de quem se dizia enamorada, expondo-se ao olhar do pai, como afronta. Temos aí uma forma de submissão, como objeto, ao olhar do Outro, assinalando um falso real no lugar do impossível de dizer, ou seja, quando o real emerge o sujeito é empuxado ao ato porque o real não se articula totalmente no simbólico. Nosso jovem, de certa forma, também se expõe ao olhar do pai, quando pretende apresentar-lhe seu carro explodido.

Sabemos que o paradigma da atuação é o da entrada em cena, o que se opõe ao paradigma de outra versão do ato, a passagem ao ato, que é a saída de cena. A expressão “passagem ao ato” vem do campo da psiquiatria e sua inserção no campo da psicanálise mantém suas referências de origem: suicídio e homicídio.

Encontramos um bom exemplo de passagem ao ato em Freud, na continuação da história citada anteriormente, quando a joven de dezoito anos, ao desafiar o pai, não suportou a intensidade da angústia proveniente da divisão subjetiva provocada por seu olhar, ao mesmo tempo que ouviu da dama, com quem passeava, o propósito de separar-se dela. Como efeito

desse real emergente, se jogou nos trilhos ferroviários com a intenção de, deixando-se esmagar pelas rodas do trem, sair de cena.

Com base nestas considerações, se pretende discutir em que posição Luis se situa quando resolve planejar sua saída de cena através de dois atos suicidas. O primeiro, já relatado e o segundo, ocorrido no intervalo entre a quarta e a quinta entrevista, portanto, sob transferência. Nessa oportunidade Luis chega ao consultório dizendo: “Hoje, quase que você não ia me ver; em meu lugar, receberia um envelope com dinheiro”; ou seja, um objeto. Mas quem vem é o sujeito e relata que, ao mesmo tempo em que iniciava o trabalho analítico, planejava outro suicídio e desta vez, com uma arma que havia encomendado. Porém, antes de consumir o ato, chamou um amigo para conversar e algo que escutou deste amigo o fez recuar de seu propósito.

A essa altura já havia ocorrido uma prisão por flagrante de porte de maconha, o que resultou na revelação a seus pais de seu vício, até então ignorado por eles. Tal ignorância nos chama atenção, visto que, segundo o relato de Luis, seus pais lhe permitiam o uso do álcool desde os 10 anos de idade. Diante desses fatos podemos fazer certa equivalência dos atos de Luis com as duas passagens do clássico caso freudiano da jovem homossexual. O primeiro ato foi o de se deixar ser preso por porte de drogas, o que o submetia à condição de toxicômano perante os pais. O segundo foi justamente o de tentar, com a ajuda de uma arma, sair da cena em função da angústia possivelmente causada pela legitimidade, diante do Outro, desta posição revelada. Mais um projeto fracassado... E desta vez podemos pressupor que o que fez fracassar o projeto do ato suicida foi a confiança na palavra, sinalizando a transferência.

O fato é que em nenhuma das duas tentativas Luis saiu de cena. Nas primeiras entrevistas dizia haver chegado à conclusão de que sua opção pela droga o faria perder a vida. Mais uma vez lembrando Jesús Santiago (2001), uma constatação da lei do pai estaria sendo paga pelo sujeito com a ruína de seu próprio corpo. Luis dizia haver resolvido optar pela vida em detrimento da droga, passando por fortes crises de abstinência. É justamente nesse período que, oscilando entre as posições de objeto e sujeito, decide largar as duas parcerias, planejando a segunda tentativa na qual, como vimos, “o tiro saiu pela culatra”.

Esse percurso aponta, não simplesmente para uma distinção conceitual entre atuação e passagem ao ato, mas principalmente para uma distinção entre o “ato do toxicomaniaco” e a “passagem ao ato”, incluindo também uma menção ao sintoma, tanto na vertente do retorno do recalcado quanto

na de representante do objeto pulsional, conforme Freud. Podemos concluir que o que faz irrupção aí é um “fazer” que não deve ser confundido com uma “passagem ao ato” e, podemos dizer também, com o sintoma. Esse fazer, como vimos, comporta uma série de funções que podem significar respostas a uma causa enigmática. Uma delas, que é a que o caso de Luis parece apontar, é a de reinventar, sob transferência, a função do pai.

Notas

1. Artigo publicado originalmente sob o título “La droga o la vida”, na revista *Psicoanálisis con Adolescentes*, compilada por Johnny Gavlovski E. e Raquel Cors Ulloa, da coleção Mundo Psicoanalítico. Venezuela: Editorial Pomaire, 2008. Traduzido e revisado pela autora.
2. O tema desse artigo se articula à pesquisa de doutorado no PPGTP, em curso na época, intitulada “Intervenções do analista: do descbrimento à invenção”, orientada pela Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos e defendida em 2009. A pesquisa foi incentivada financeiramente por uma bolsa concedida pelo Programa Institucional de Capacitação Docente da Universidade Federal da Bahia - UFBA.
3. *Gadget*: palavra da língua inglesa que significa equipamento que tem uma função específica, prática e útil no cotidiano. São comumente chamados *gadgets* dispositivos eletrônicos portáteis. Lacan, no *Seminário 20*, qualificou de *gadgets* os instrumentos engendrados pelo discurso da ciência, referindo-se a eles como objetos de consumo produzidos e ofertados pela lógica capitalista, como objetos de gozo.

Referências bibliográficas

- BRODSKY, G. (2004) *Short story. Os princípios do ato analítico*. Tradução Vera Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria.
- CALMON, A. (1989) Atuação (acting out) e passagem ao ato, in Folha no. 31. Revista da Clínica Freudiana. Salvador: Fator Editora.
- CALMON, A. (2007) Ato analítico e passagem ao ato, in NASCIMENTO, E.M.V e GONZALES, R.C.F. (Orgs.). *Psicanálise e os desafios da clínica na contemporaneidade*. Salvador: EDUFBA, 2007.
- FREUD, S. (1906) “A Psicopatologia da Vida Cotidiana”, in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., vol. VI, 1980, p. 13-347.
- FREUD, S. (1920) “A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher”, in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., vol. XVIII, 1980, p. 183-212.
- FREUD, S. (1921) “Além do princípio de prazer”, in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., Vol. XVIII, 1980, p. 13-85.

- LACAN, J. (1954-55) *El Seminario, libro 2: el yo em la teoria de Freud y em la técnica psicoanalítica*. Buenos Aires: Ediciones Paidós; 1ª reimpressão; 1984.
- LACAN, J. (1959-60) *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- LACAN, J. (1962-63) *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- LACAN, J. (1964) *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- LACAN, J. (1967-68) *O Seminário, livro 15: o ato psicanalítico. Notas de curso. Versão brasileira inédita*.
- LACAN, J. (1969-70) *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.
- LACAN, J. (1971-72) *O Seminário, livro 19: ...ou pior*. Traduzido pela equipe de psicanalistas do Espaço Moebius. Publicação não comercial; Salvador/Bahia, 2003.
- LACAN, J. (1972-73) *O Seminário, livro 20: mais ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- LACAN, J. (1945) "O tempo lógico e a asserção de certeza antecipada" (1945), in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p.197 -213.
- LACAN, J. (1965) "A ciência e a verdade", in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 869 - 892.
- LACAN, J. (1969) "O ato psicanalítico: resumo do seminário de 1967-1968", in *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 371-379.
- MILLER, J.-A. (2004) "Introdução à leitura do seminário da angústia de Jacques Lacan", in *Opção Lacaniana*. São Paulo: Eólia, n. 43, maio 2005, p. 7-81.
- SANTIAGO, J. (2001) *A droga do toxicômano: uma parceria cínica na era da ciência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- TARRAB, M. (2004) "Mais além do consumo", in *Curinga*. Escola Brasileira de Psicanálise/MG, tradução: Ilka Ferrari, revisão: Márcia Mezêncio, 2004.

Resumos

Drugs or life

We take for granted that the only possible approach to the drug object in the field of psychoanalysis is by accepting its (dis)insertion in the scope of the conflicted relationship between subject and reality. According to Lacan, the relationships operating between the symbolic and the imaginary, defined as reality, establish what the psychoanalytical experience calls ties, which promotes insertions and places the subject as a response to the reality. A teenager, who defines himself as a depressed drug addict, described, under transference, an impasse between two apparent partnership

relations: one with the drug itself; the other one with life. The object's standpoint, which in certain moments is assumed by this subject, as well as his relationship with the object drug, will be examined and discussed in this article, which brings about the possibility of leading the drug addiction problem closer to a task that aims to deliver the well-saying, right there where the drive for satisfaction reigns.

Key words: psychoanalysis, drug, subject, object, act, social tie.

La drogue ou la vie

Nous avons établi qu'il n'est possible d'approcher l'objet drogue dans le champ psychanalytique qu'en acceptant sa (dés)insertion du contexte de la relation tourmentée du sujet avec la réalité. Pour Lacan, les relations qui ont lieu entre le symbolique et l'imaginaire, réalité par convention, ont fondé ce que l'expérience psychanalytique a nommé liens, qui donnent lieu à des insertions et situent le sujet en tant que réponse du réel. Un adolescent qui s'annonce comme un toxicomane en dépression rapporte, sous l'effet du transfert, une impasse dans la relation entre ses deux partenaires possibles: la drogue ou la vie. La position d'objet prise en certains moments par ce sujet, autant que sa relation avec l'objet drogue seront examinées et discutées dans ce texte, mettant en évidence la possibilité d'une approche de la toxicomanie à un travail qui vise apporter le bien-dire là où règne la pousse à la jouissance.

Mot clés: psychanalyse, drogue, sujet, objet, acte, lien social.

Citação/Citation: CALMON, A. A droga ou a vida. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 09/01/2010 / 01/09/2010.

Aceito/Accepted: 15/04/2010 / 04/15/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

O grupo como estratégia de (des)inserção em adolescentes institucionalizados

Maria Jose Gontijo Salum
Doutora em Teoria Psicanalítica / UFRJ
Professora adjunta da PUC-MG
Membro da Escola Brasileira de Psicanálise
Diretora de Ensino do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais
e-mail: mgontijo.bhr@terra.com.br

Resumo

O artigo desenvolve o tema da inserção e da desinserção em psicanálise, tomando como exemplo uma situação institucional: alguns adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa passaram a apresentar um sintoma em grupo – eles “entortavam” o corpo. Com este exemplo o texto pretendeu demonstrar a incidência do coletivo para o ser falante e sua importância no trabalho com a psicanálise.

Palavras-chave: psicanálise, identificação, sintoma, grupo, adolescentes, responsabilidade.

Este artigo pretende desenvolver o tema da “clínica e pragmática da (des)inserção em psicanálise”¹, especificamente, visando contribuir para a reflexão acerca da aplicação da psicanálise no contexto das instituições.

Inicialmente, contaremos com a contribuição de Jacques-Alain Miller através do artigo “Sobre o desejo de inserção e outros temas I”, no qual ele aborda o desejo de inserir-se como uma maneira de demonstrar a radicalidade do social para o ser falante. Segundo ele, isso decorre da incidência do Outro para o sujeito. Recorremos, também, ao texto do mesmo autor, “Rumo ao Pipol 4”, no qual propõe uma clínica e uma pragmática da desinserção em psicanálise. Neste artigo, ele parte das situações subjetivas de desconexão social, chamadas por ele de desinserção. Miller observa que os psicanalistas de orientação lacaniana, ao avançarem na formulação dos fundamentos psicanalíticos da desinserção, poderão contribuir para a clínica dos sintomas contemporâneos. Todavia, ele adverte que, diante desses casos, não se trata de oferecer um tratamento ou cura, mas uma pragmática.

Para estabelecer os parâmetros dessa pragmática, Miller retoma os conceitos de psicanálise pura e aplicada. Ao falar da aplicação da psicanálise à terapêutica, ele afirma a importância dos efeitos analíticos nos contextos institucionais. Segundo ele, estes efeitos são produzidos a partir da instalação do discurso analítico pelo analista, independente do *setting*, melhor dizendo, do enquadramento do consultório. Dessa forma, o psicanalista pode produzir efeitos fora do *setting* analítico tradicional, quando se coloca como um objeto nômade, circulando em diferentes contextos, inclusive institucionais. A psicanálise é comparada, por Miller, a uma instalação portátil, podendo o discurso analítico ser instalado nas mais distintas circunstâncias.

Para desenvolvermos o tema deste artigo, tomaremos como exemplo uma situação institucional discutida no Núcleo de Psicanálise e Direito do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais (IPSM-MG).² Na ocasião, tivemos a oportunidade de desenvolver, teoricamente, o que fora trazido como um problema institucional: alguns adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa³, numa instituição, passaram a apresentar uma espécie de sintoma no corpo. Assim, a instituição teve que se haver com fenômenos grupais produzidos em seu interior – vários adolescentes estavam “entortando”, numa espécie de contágio, assim como nos desmaios produzidos pelas garotas de um pensionato, em decorrência da identificação histórica, como Freud (1921) descreveu em “Psicologia de grupo e análise do ego”.

O sintoma dos adolescentes, apresentado em grupo, pareceu-me apropriado para discutir o problema da clínica e pragmática da (des)inserção, como faremos a seguir. Além de produzirem o sintoma, os adolescentes passaram a se dividir em grupos distintos dentro da instituição: os que “entortavam” e os que não “entortavam”.

Mesmo que Freud e Lacan tenham discorrido sobre a incidência do social como fundamental para a constituição do sujeito, equivocadamente, a psicanálise tem sido identificada como uma abordagem que desconsidera o problema do coletivo. Freud (1921), na introdução do artigo citado acima, afirma que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, psicologia de grupo. Para justificar esta afirmação, ele desenvolveu as três formas de identificação: a identificação ao pai, a identificação histórica, e a identificação ao sintoma.

O problema da identificação para o ser falante foi abordado em vários momentos do ensino de Jacques Lacan. Em seu *Seminário: livro 11 - os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, Lacan (1964) afirma que o

sujeito advém como separação de sua alienação, necessária, ao Outro. Neste *Seminário*, ele afirma que, para que a separação se instaure, é necessária a alienação, pois os significantes que orientam o sujeito e dos quais ele deve se separar advém do Outro.

No nosso entendimento, o sintoma no corpo, o “entortamento”, pode estar relacionado à entrada dos adolescentes na instituição, ou seja, pode ser uma tentativa deles se incluírem, através da identificação histórica. Para desenvolver este argumento, nos pareceu apropriado retomarmos algumas contribuições sobre o coletivo em psicanálise.

Assim, recorreremos, também, ao texto de Éric Laurent (2000) “Sete problemas de lógica coletiva segundo o ensinamento de Jacques Lacan”. Isso se justifica porque, tal como Ram Mandil ressaltou em seu comentário⁴, o problema institucional do “entortamento” dos adolescentes permite-nos localizar a vertente pela qual a psicanálise aborda o problema do coletivo. Dois aspectos do coletivo foram destacados por Ram Mandil: a relação ao desejo do Outro presente na identificação histórica que desencadeia o contágio, quer dizer, a causalidade psíquica desse sintoma enquanto relacionado ao inconsciente como discurso do Outro. Ram Mandil, também, lembrou que o grupo pode ter a função de defesa frente ao Outro.

Assim, tentaremos contribuir para a clínica da (des)inserção em psicanálise, a partir dos efeitos do coletivo sobre o sujeito. Especificamente, considerando o “entortamento” um dos efeitos da institucionalização para os adolescentes que entraram na instituição para cumprirem medida socioeducativa.

A psicanálise e o problema do coletivo

Laurent, no artigo citado, faz um percurso sobre a lógica do coletivo para a psicanálise. Destacaremos a frase que iniciou o texto apresentado por Cássia Machado e Raquel Guimarães no Núcleo de Psicanálise e Direito do IPISM-MG⁵: “é preciso que os adolescentes consintam em viver juntos [...] fazer grupo pode ser um caminho...”. No meu entender, ela resume o que constitui o problema institucional discutido. Em última instância, este problema diz respeito não somente a esta situação específica, mas ao problema da execução da medida socioeducativa para cada um dos adolescentes.

Sabemos da dificuldade que concerne à relação do sujeito ao campo da alteridade, seja seu semelhante, seja seu Outro. Por isso, abordar o problema da inserção traz como correlato a desinserção e vice-versa. Os

adolescentes, ao entrarem na instituição, apresentam, com seu sintoma coletivo, índices que indicam esta dificuldade. Pode-se considerar que, diante desta dificuldade, eles tentam se incluir através do sintoma no corpo. Tudo indica que esse sintoma estaria relacionado a uma dificuldade de entrada na instituição, ou melhor, ao cumprimento da medida socioeducativa nesse espaço e à responsabilidade que ela preconiza.

Como viver junto numa instituição: o grupo como defesa

Os adolescentes aos quais estamos nos referindo, em cumprimento de uma medida socioeducativa, passaram a viver juntos numa instituição que, apesar do nome oficial de Unidade é geralmente nomeada por eles mesmos de casa. Ou seja, um grupo artificial passa a ser colocado no mesmo lugar do primeiro grupo onde devemos nos inserir, a família. Compartilhamos uma casa, inicialmente, no âmbito da família. Portanto, o problema que se quer ressaltar se recoloca: como viver junto numa instituição, especialmente, para cumprir uma medida socioeducativa. Ressalto isso porque o exemplo que Freud tomou para ilustrar a identificação histórica é o de um sintoma produzido numa instituição - um pensionato. Dessa forma, torna-se pertinente o questionamento sobre as consequências de um grupo artificial - a instituição executora da medida socioeducativa - para os sujeitos que nela entram.

Uma medida socioeducativa, além da responsabilização jurídica pelo ato infracional cometido, preconiza uma função educativa. Com esta finalidade ela pretende exercer, para o adolescente, uma função correlata às outras instituições sociais que se ocupam deste mesmo objetivo educativo: a família, a escola, o grupo social. Estas instituições são formas sociais do Outro, aos quais devemos nos inserir, através da identificação.

Aos adolescentes em conflito com a lei, é esperado que eles entrem na instituição para que, a partir do cumprimento da medida socioeducativa e da responsabilização preconizada por ela, outra forma de laço social possa ser possível. Cabe-nos aqui uma precisão: isso poderá ser ocorrer, desde que o adolescente esteja inserido na instituição. Para melhor definir a inserção, recorreremos ao texto de Antonio Teixeira (2008), no qual ele afirma que há uma diferença entre ser incluído e ser inserido. Na inclusão está presente um exercício de controle. A inserção, por sua vez:

“é um termo que passa a significar, a nossos olhos, um vínculo absolutamente distinto desse modo de relação ao Outro calcado nos mecanismos de submissão ao poder. Sua visada implica

antes, por essência, uma relação definida pelos meios possíveis de negociação do sujeito com o Outro, em cujo saldo se manifesta não apenas uma transformação do modo anterior de vínculo, como também uma modificação essencial tanto da parte do sujeito quanto da parte do Outro com o qual esse sujeito vem compor” (Teixeira, 2008).

Muitos desses adolescentes chegam às unidades socioeducativas com a experiência de formação de grupos, ou até mesmo *gangues*, para se defenderem das situações que dizem de um impossível de suportar que lhes acometeu na adolescência. A prática de atos infracionais realizadas, em sua grande maioria, em grupos, se configura como saída desse impossível. Não é de se estranhar que, dentro da instituição, utilizem da mesma estratégia coletiva.

O problema dos agrupamentos é que se trata de uma estratégia que não promove a inserção, mas perpetua a segregação. O próprio sintoma do “entortamento” demonstra isso.

O grupo e o imperativo de gozo

O artigo de Éric Laurent (2000), citado anteriormente, traz algumas contribuições para o problema do coletivo em psicanálise, como ressaltado em seu título. Na primeira delas, nomeada por ele de “o supereu, a civilização e a personalidade”, ele nos lembra que o título do texto freudiano, “Psicologia de grupo”, no original alemão é psicologia das massas e tinha como pano de fundo uma profecia para o futuro da Europa - a massa como forma de organização política. Segundo Laurent (2000), Freud partiu da fascinação coletiva para tentar destacar um nó que opera tanto no nível coletivo, quanto no subjetivo. Para ele, as pesquisas empreendidas por Freud, criticadas de sociológicas, traziam a marca de seu interesse pela instância do supereu – instância paradoxal porque correlaciona o ideal herdado a partir do Édipo e a exaltação ao gozo do isso. Diante da incidência do supereu o sujeito se reduz ao objeto: ouço!, gozo!. Laurent (2000) também lembra que Freud estudou a hipnose para ilustrar o laço do objeto com o traço significante. Na hipnose fica condensado o ponto do significante ideal onde se marca o sujeito como a.

Como a histérica do pensionato, que recebe a carta e desmaia seguida pelas colegas que desmaiam a seguir, os adolescentes “entortam” após um deles dar início ao sintoma, em situações as mais diversas. Mas, o “entortamento” acontece diante do olhar do outro. Para explicar o contágio, eles dizem: “é

só olhar que começa". Cada um "entorta" depois de ver um colega "entortar" e também cada um produz esse sintoma diante do olhar do outro. Pode-se considerar que se trata de um modo de cair como objeto do olhar do outro. Pode-se dizer que, diante da dificuldade de serem responsáveis por sua posição de sujeito (Lacan, 1966, p. 870), os adolescentes caem como objeto diante do olhar do Outro.

O grupo e a identificação ao semelhante

Em outra contribuição de Laurent (2000) em seu texto, nomeada "lógica coletiva e lógica do sujeito: a mediação do cálculo", ele lembra que, após a Segunda Guerra, Lacan retomou suas teorizações das relações do indivíduo com o Outro, a partir de um conjunto de reflexões sobre a causalidade psíquica. Três textos são considerados por Laurent como análises de uma lógica coletiva: "Acerca da causalidade psíquica", "O número treze e a forma lógica da suspeita" e "O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada".

No primeiro, Laurent (2000) destaca que Lacan ressaltou a articulação lógica do sujeito e da causa com o conceito de imago, através do qual analisou a identificação. No segundo, ele afirma que Lacan teria ressaltado as relações do indivíduo no agrupamento, antes que o sujeito seja especificado. No terceiro, segundo Laurent (2000) aparece a dimensão lógica do tempo precipitando a conclusão acerca do eu, pela asserção da certeza. Laurent (2000) lembra que os prisioneiros do sofisma citado por Lacan no texto "O tempo lógico..." devem concluir quem são e obter a conquista da saída a partir da visão do que o outro é. Quer dizer, a conclusão de si implica numa conclusão que passa pela identificação do outro. Da mesma forma, no relato sobre a conversa com os adolescentes, a propósito do "entortamento", eles acabam por se perguntarem o que é preciso fazer para sair da instituição, como podem concluir o cumprimento da medida socioeducativa e fazem referência aos colegas que saíram.

A produção nos pequenos grupos

Outra contribuição do artigo de Laurent (2000) que nos interessa destacar é "a pragmática do grupo e o mais-um". De acordo com ele, Lacan formalizou o cartel a partir de suas considerações sobre a psiquiatria inglesa e a guerra. Ainda segundo Laurent, após estas considerações, Lacan passou a falar da identificação horizontal ao grupo, independente da identificação vertical ao líder, como até então a psicanálise tratava, a partir do texto

freudiano “Psicologia de grupo...”. Inicia-se, assim, uma nova forma de contribuição da psicanálise lacaniana à teoria dos grupos. O dispositivo do cartel foi, dessa forma, formulado: um pequeno grupo, onde cada um trabalha com o objetivo de um produto próprio de cada um.

Numa situação institucional, como a que estamos comentando, as contribuições sobre o dispositivo do cartel são bem-vindas, pois refletem a possibilidade do trabalho no coletivo. Esta situação institucional talvez nos mostre que, para possibilitar a inserção, que é de cada um, seja indicado não desconsiderar a importância do grupo para estes adolescentes. Um trabalho preliminar poderia propiciar uma reflexão sobre a dimensão do coletivo. Podemos mesmo pensar na pertinência das tarefas em grupo, tendo como finalidade uma produção de cada um.

Os afetos nos grupos: a presença da pulsão de morte

Na contribuição “o afeto social, a Outra – coisa”, Laurent (2000) acrescenta que Lacan, além de considerar a relação do grupo ao líder, como Freud o fizera, e ao mais-um do cartel, considera a relação do grupo com *das Ding*, a Outra coisa. Nos grupos é preciso ter em conta os afetos: o desejo, o tédio, a clausura, a revolta, a vigília, o pânico. Estes afetos estão presentes nas organizações coletivas.

Em sua “Psicologia de grupo...”, Freud (1921) isolou o afeto do pânico, relacionando-o à angústia diante da perda do líder, observa Laurent (2000). Os laços entre os semelhantes desaparecem com a perda do líder. Ao comentar o pânico no exemplo de Freud, Laurent afirma que Lacan considerou que este afeto desvelava a desagregação que sedimentava o grupo. Nas situações de desagregação, através do ódio e da agressividade, revela-se a pulsão de morte presente no resto da operação de identificação ao Outro - a presença do estranho. No caso dos adolescentes, a agressividade aparece em relação aos demais adolescentes, aqueles que não entortam.

Laurent destaca o tédio como o afeto decisivo na relação com o tempo. Ele apresenta três formas de tédio ligadas a diferentes angústias na relação com o tempo. Primeiramente, o tempo que custa a passar, devido a um elemento determinado; em segundo, o tempo que custa a passar devido a um elemento indeterminado; e um tédio profundo, como relação ao Outro como tal.

No caso dos adolescentes, o segundo tipo de tédio nos parece especial. Ao “entortarem”, podem estar demonstrando a angústia frente ao tempo indeterminado de espera para o desligamento da instituição. Não existe um tempo pré-determinado para o cumprimento de uma medida socioeducativa, como há no cumprimento de uma pena por um crime. Talvez os adolescentes constituam uma consistência imaginária, através do sintoma no corpo para dar conta da medida que parece ter, para eles, um estatuto de real. Principalmente, quando consideramos o índice da responsabilidade para o cumprimento da medida. Trata-se de um conceito problemático, que não possui uma definição *a priori* em nenhuma legislação. Assim, tudo indica que promover a inserção, que é de cada um, é algo que pode ser correlacionado à construção da responsabilidade: são formas de responder ao Outro, de construir um laço social, que implica, também, em articular, nesta operação, o gozo de cada um.

Por um lado, trata-se de uma tarefa subjetiva de cada um. Mas ela não se realiza, numa instituição socioeducativa, caso não seja considerada as formas com que esse Outro se institui para o sujeito: seja o outro institucional, seja o grupo de adolescentes, a família, a escola. Esta situação institucional nos ilustrou isso: na convivência numa instituição, o Outro, em suas diferentes versões deve ser considerado. Lembremos que, nos dizeres de Miller (2008), a psicanálise leva em conta a radicalidade do social para o ser falante. Por isso, na situação que estamos tratando, parece-nos que é necessário ter em conta a incidência do coletivo na forma como eles respondem. Os adolescentes apresentam uma saída em grupo e ela deve ser levada em consideração no trabalho que a psicanálise pode exercer nesse espaço; mesmo quando sabemos que a psicanálise busca operar com cada sujeito.

Notas

1. Tema do Grupo de Trabalho (GT) da Associação Nacional de Pesquisa e Pós - Graduação em Psicologia (Anpepp), “Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a (des)inserção”, coordenado por Tania Coelho dos Santos e Jesús Santiago.
2. No dia 17 de setembro de 2010, Cássia Machado Porto e Raquel Guimarães Lara - respectivamente, técnica e diretora da instituição - apresentaram um relato que foi comentado por Ram Mandil. Na sequência, no dia 25 de outubro de 2010, apresentei um desenvolvimento teórico do que fora anteriormente discutido. O

presente artigo parte da intervenção realizada por mim nesta ocasião.

3. Medida socioeducativa e a maneira como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) responsabiliza os adolescentes que cometeram algum ato infracional. São seis as medidas socioeducativas previstas: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, semiliberdade e internação.
4. Comentário apresentado na atividade citada na nota n. 2, no Núcleo de Psicanálise e Direito do IPSM-MG.
5. Conforme a nota n. 2.

Referencias bibliográficas:

FREUD, S. (1921/ 1959) "Psicologia de grupo e a análise do ego", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago Editora, Vol. XVIII, p. 89 – 179.

LACAN, J. (1964) O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, 2ª ed., p. 193-204.

LACAN, J. (1966) "A ciência e a verdade", IN Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 869-892.

LAURENT, E. (2000) "Sete problemas de lógica coletiva na experiência da psicanálise segundo o ensinamento de Lacan", in Opção lacaniana – Revista Brasileira Internacional de Psicanálise n. 26/27. São Paulo. Edições Eólia, abr / 2000, p. 17-34.

MILLER, J-A. (2007) "Rumo ao PIPOL 4", in *Correio* – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, n. 60: Clínica e pragmática. Escola Brasileira de Psicanálise, mar/2008, p. 7 – 14.

MILLER, J-A. (2008) "Sobre o desejo de inserção e outros temas I", in *Correio* – Revista da Escola Brasileira de Psicanálise, n. 62: Sobre o desejo de inserção. Escola Brasileira de Psicanálise, mar / 2009, p. 5 – 17.

TEIXEIRA, A. (Relator) (2008) "Da inserção em saúde mental", in aSEPHallus, Revista eletrônica do Núcleo Sephora. Vol. VI, n. 11, nov/2010 a abr/2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus.

Resumos

The group as a strategy for (des)insertion in institutionalized adolescents

This article expands on the theme of insertion and disinsertion in psychoanalysis, using an institutional situation as an example: some adolescents, in keeping with their socio-educational measures, begin to present a group symptom – they "bend" the body. Through this example, this paper intends to demonstrate the collective incidence for the speaker as well as its importance in the area of psychoanalysis.

Key words: psychoanalysis, identification, symptom, group, adolescents, responsibility.

Le groupe en tant que stratégie pour la (dés)insertion des adolescents dans les institutions

L'article développe le thème de l'insertion et désinsertion en psychanalyse, en prenant comme exemple une situation passée dans une institution: quelques adolescents internés pour des activités criminelles présentes un symptôme en groupe, ils «tordent» le corps. Avec cet exemple, le texte veut démontrer l'incidence du collectif pour l'être parlant et son importance dans le travail avec la psychanalyse.

Mot clés: psychanalyse, identification, symptôme, groupe, adolescents, responsabilité.

Citação/Citation: SALUM, M.J.G. O grupo como estratégia de (des)inserção em adolescentes institucionalizados. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 20/08/2010 / 08/20/2010.

Aceito/Accepted: 19/11/2010 / 11/19/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Desinserção fundamental e laço social

Fernanda Otoni de Barros-Brisset
Psicanalista praticante
Mestre em Psicologia Social/UFMG
Doutora em Sociologia e Política/UFMG
Professora do Curso de Psicologia/PUC-MG
Membro da Escola Brasileira de Psicanálise e da
Associação Mundial de Psicanálise
Coordenadora do Programa PAI-PJ/TJMG
fernanda.otoni@terra.com.br

Resumo

Ao falar da desinserção, este artigo procurou colocar em relevo o fato de que em cada um há um resto que não se insere em nenhuma normatividade; eis o que faz de todos anormais. Todo mundo delira, mas é justamente por esse pedaço que causa em cada um sua desinserção ao social é que somos chamados a responder. Uma vinheta extraída da experiência no PAI-PJ do TJMG vira ilustrar esse argumento.

Palavras-chave: psicanálise, desinserção, lei, fora-da-lei, laço social.

Às vezes, muitas vezes, as políticas públicas de inclusão, tão em moda em nossa época, terão que considerar o ponto de exceção que inclui o sujeito na ordem das coisas, pois sua desinserção pode ser uma solução, um modo de vida. Jean Genet soube bem dizer o mal, o obscuro, esse indizível que o habitava e agitava-se em seus escritos seja na prisão ou mesmo fora dela. Esse desvio da norma, sua exceção, foi o que deu causa a seu estilo literário. Dar voz à sua desinserção foi justamente o que lhe fez viver.

Analisemos, por exemplo, a entrada dos loucos e infratores nas políticas públicas de assistência em saúde mental, principalmente aqueles que atravessam um momento considerado 'grave'. A emergência desses casos nem sempre se faz sem ruídos e estranheza. Nesses momentos, fundamentalmente, o sujeito não responde às ofertas disponíveis na sacola da assistência em saúde mental, apresentando grande sofrimento, isolamento, episódios de agressividade, bem como observa-se uma reiterada recusa das ofertas do Outro. Esta situação, via de regra, configura uma redução dos recursos de sociabilidade e coloca muitas dificuldades no

projeto de inserção (horizonte ideológico da política em saúde mental). É discurso corrente, nesses momentos, a sentença de que o lugar apropriado para essas pessoas é a prisão, o manicômio judiciário ou qualquer outro que esteja orientado pela política de controle e de segurança máxima.

Eis aí um impasse, um problema embaraçoso para os projetos de “inclusão” no atual modelo de assistência social e em saúde mental. Situações como essas interrogam o dispositivo, destacam seus furos, alojados que estão lá onde a oferta não os alcança. São casos onde eclode a angústia intensa e também causam muita angústia, pois o lugar da referência simbólica, não raro, resta vazio.

Então, uma pergunta: como um dispositivo de “inclusão”, como é qualificada a política atual de assistência em saúde mental substitutiva aos manicômios, pode acolher e dar lugar em seu dispositivo de rede ao que ali cessa de não se inserir? O acolhimento dos loucos infratores na rede de assistência, em momento grave, parece aqui exemplar.

Consideraremos, no desenvolvimento desse artigo, que a impossível “inserção” se faz quando a rede encontra-se aberta para suportar e conviver com o traço que cada um traz de estranho, de indomesticável, de singular. A contribuição da experiência analítica considera que para acontecer uma inserção razoável, de um sujeito qualquer, numa certa comunidade, e aqui, destacaremos aquela acolhida pelo guarda-chuva das políticas de assistência em saúde mental, será preciso considerar a desinserção fundamental que o constitui e isso se faz ainda mais evidente em situações de intenso sofrimento e grave desalojamento do Outro Social¹.

Tomemos por chave de leitura o que indica o *Seminário X*, sobre a angústia, com o destaque para o seguinte trecho:

“[...] este lugar [...] o chamaremos por seu nome – é isso que se chama *Heim* [casa, lar, asilo]. [...] se esta palavra tem algum sentido na experiência humana, é o da casa do homem. Dêem à palavra casa todas as ressonâncias que quiserem, inclusive astrológicas. *O homem encontra sua casa em um ponto situado no Outro* para além da imagem de que somos feitos [...]. *Esse lugar representa a ausência em que estamos.*” (Lacan, 1962-63, p. 57-58. Grifo nosso).

E me parece que esse funcionamento pode ser verificado desde os primeiros registros do encontro impossível entre os seres falantes, na fundação do que designamos por humanidade. A desinserção inaugura o princípio, está na origem da ordem das coisas.

O pecado original da desinserção

O que é original, segundo os textos bíblicos, é a marca que cada um carrega desde o nascimento, como resposta ao fato de Adão e Eva terem desejado e comido o fruto dito proibido. Por se determinar segundo uma ordem outra, manifestamente fora da lei, eles foram banidos do paraíso, como resposta à flagrante desinserção dos homens à ordem das coisas. Uma certa substância se agita no sujeito e revela seu desalojamento das propostas civilizatórias, o condena a carregar o traço singular de sua desinserção à toda e qualquer ordem presumida. Eis aí o que podemos conceber como a fonte do pecado. O paraíso não existe e cada um está condenado à responder neste mundo, a partir de sua desinserção, sua causa e seu pecado original.

O pecado e o crime são a expressão, dadas as coordenadas sociológicas de uma época, de um ato fora da lei, divina ou dos homens, ou seja, um ato que se desvia da ordem estabelecida entre aqueles que se encontram enlaçados em torno de certa referência de ordem social. Trata-se de um ato que traz à cena pública certo desacordo do sujeito com a ordem das coisas. O crime, quando é uma resposta ao real, revela que nada nessa ordem é natural. Se existe uma ordem social, sua possibilidade é efeito de um assentimento subjetivo às normas que estão dispostas para o arranjo do campo social, regulando o que em cada um se agita como fora da lei.

“Nada é mais humano que o crime” se consentimos que a humanidade é uma resposta ao inumano que agita a fonte do ser. Com o crime o sujeito faz um retorno à fonte e seu ato é um não às soluções civilizadas. O inumano, esse resíduo que não se inscreve, insiste como um resto irreduzível ao qual a experiência humana tenta fazer borda. Diante do encontro com o real, esse resto pode aparecer na cena da vida.

O crime como resposta ao real se serve do húmus que habita e se agita na fonte do ser, apresentando na cena pública a verdade que a civilização não pode desfazer: na verdade há o gozo! Muitas podem ser as respostas diante do encontro do sujeito com o real, com o impossível, com o que não está escrito, mas que irrompe desvelando o desamparo primordial. Mas quando a resposta é um crime, ali é o gozo que se mostra desafiando as soluções e as identificações sociais.

Qual foi a resposta da civilização a isso? Diante do que não cessa, oferta-se a lei que regra o gozo! São Paulo, todos conhecem a máxima, diz que apenas conheceu o pecado por meio da lei. A lei, ao demarcar o campo do possível por exclusão, indica o campo do impossível. Quando a lei se

inscreve, oferece uma via para regular o gozo, uma regra para fazer limite ao gozo todo.

Temos aqui uma via para orientar o fora da lei, uma subtração na vertente do puro gozo. Quando a lei faz borda ao gozo, localiza esse continente. Cada sociedade apresenta as modalidades pelas quais se orientam para civilizar a pulsão, demarcando as fronteiras e os territórios que orientam o fora da lei numa época.

Concordamos com Lacan quando afirma que o crime e o criminoso não podem ser concebidos fora de sua referência sociológica (Lacan, 1950a, p. 128). Dito de outra maneira: após um crime, a lei estabelece a punição, um modo do humano de reintegrar-se à ordem viva ao responder por seu ato fora da lei. A lei humaniza! É Lacan quem diz que

“toda sociedade, por fim, manifesta a relação do crime com a lei, através do castigo cuja realização, sejam quais forem suas modalidades, exige um assentimento subjetivo. [...] Este assentimento subjetivo é necessário à própria significação da punição” (Lacan, 1950a, p. 128).

Isso quer dizer que é importante que o sujeito localize o que de seu gozo ali se apresenta, localize o detalhe que o deserta, deserda, que o desinsere da casa do Outro e por esse furo isso escapa à lei; trata-se da responsabilidade. “Supondo-se que o homem se faça reconhecer pelos seus semelhantes pelos atos cuja responsabilidade ele assume” (Lacan, 1950b, p. 127).

Mas as relações de cada sociedade com o crime e o castigo apresentam o modo de convivência desejável orientado pelos ideais de sua época e a concepção de homem que a concerne, apontando o modo de resposta que designa em cada um as coordenadas de laço social. Por isso a afirmativa de Lacan de que “a responsabilidade, isto é, o castigo, é uma característica essencial da ideia de homem que prevalece numa dada sociedade” (Lacan, 1950a, p. 139).

Podemos dizer que a relação do crime com a responsabilidade se faz ao reconhecermos que o sujeito só será chamado a responder pelo que, do seu modo, escapa à lei, ou seja, cada um responde na sociedade que o acolhe pela expressão desse resíduo irreduzível do seu ser no seu humano.

A responsabilidade reintegra o inumano, esse resto, no sentido vivido atribuído ao laço social; ao responder pelo detalhe singular do seu “jeito de ser”, essa coisa indizível, que escapa aos modos consentidos de

sociabilidade, reedita-se o assentimento do sujeito ao laço social, seu laço ao Outro, às regras do Outro Social.

A resposta brasileira ao que escapa ao conjunto normativo

O Código Penal designa à sociedade brasileira o conjunto de normas que definem os diversos tipos de crimes e, caso sejam praticados, quais as consequências que quem o praticou terá que sofrer em suas relações com seus semelhantes no espaço público onde habita. Trata-se da resposta da sociedade brasileira para aqueles cujo ato foi designado como fora da lei.

No Código Penal Brasileiro, a todo crime corresponde uma pena específica. A pena é atribuída ao responsável pelo crime, seu autor, por meio da qual ele responde por seu ato publicamente. O Código Penal é construído em torno do conceito de responsabilidade. É uma resposta da sociedade à resposta do sujeito, que, por sua vez, o levava a responder por sua resposta diante da resposta do Outro social. Não preciso dizer muito para deixar clara a função de laço social em torno da responsabilidade. Trata-se de um laço ao Outro. Responsabilidade, afinal é isto: a condição humana de responder ao mundo público do Outro pelo ato que, da sua posição de sujeito, da sua condição singular, escapou à lei de uma dada ordem social.

Ao falar da desinserção social colocamos em relevo que em cada um há um resto que não se insere em nenhuma normatividade; eis o ponto que faz de todos anormais. Todo mundo delira, mas é justamente por esse pedaço que causa em cada um sua desinserção ao social que somos chamados a responder. Laurent, em conferência no Rio de Janeiro em 2008, afirma que o que designamos por laço social é da natureza do semblante, o consentimento do sujeito a uma subtração de seu gozo para fazer caber sua irregularidade constitutiva no mundo público do Outro.

Mas essa operação não se faz sem perturbação, sem tensão, sem a marca de um resto que não cessa de tentar não se inscrever. Lacan diz que “a responsabilidade corresponde à esperança, que palpita em todo ser condenado, de se integrar num sentido vivido” (Lacan, 1950b, 131). Trata-se de saber fazer com o que não se insere, de encontrar um modo de responder por isso causando um “a mais” de vida. A responsabilidade do sujeito corresponde à sua resposta diante desse desalojamento infinito. Construir uma resposta que tenha cabimento no social torna-se imprescindível. Contudo, em nossa sociedade, nem todos são considerados suficientemente humanos para responder por seus atos, por sua posição

singular. Verificamos uma exceção nos casos dos inimputáveis. Trata-se de uma exceção perigosa, como pretendo demonstrar.

Inimputabilidade: exceção perigosa

A “inimputabilidade” no Código Penal Brasileiro é especialmente entrelaçada aos casos de “doença mental”. Nesses casos, o indivíduo será considerado inimputável, ou seja, irresponsável juridicamente, em razão de sua “doença mental”. Isso quer dizer que, no entendimento do legislador, quando um crime é cometido em consequência de uma perturbação mental, o sujeito não terá como responder por seu ato.

Não é por acaso que somente a tais casos o Código Penal Brasileiro presume a periculosidade. Podemos, sim, presumir que o irresponsável, aquele que é considerado sem condições de responder por seu ato, é exilado e fixado a um predicativo – “perigoso” – que designa, por consequência, a condição desumana e, portanto, extremamente perigosa.

Ao alojar no saber psiquiátrico os atos desalojados do sentido, os atos fora de sentido, o texto legislativo se abre ao campo da exceção, patologizando o crime. A ciência psiquiátrica fornece ao processo penal um laudo sobre a incapacidade do acusado de responder pelo caráter ilícito de seu ato em razão de sua doença mental. A partir desse momento, o acusado entrará na categoria dos irresponsáveis, os inimputáveis. Ele recebe uma absolvição imprópria e uma sanção penal consistindo em medida de segurança por tempo indeterminado, o que corresponde a uma contradição em se tratando do Direito Penal Brasileiro, que não admite pena de prisão perpétua. Deve-se a isso a exceção desses casos em que a medida de segurança é mantida durante o tempo em que durar a periculosidade presumida do indivíduo.

Aos irresponsáveis não será atribuída a responsabilidade de ser autor do crime. Trata-se de um crime cuja autoria está comprometida em função da doença mental. Esse vazio de responsabilidade acompanha a suposição de um indivíduo intrinsecamente perigoso. Nesse momento, para o direito não existe um sujeito de direitos e deveres perante a lei; apenas se verifica a presença ou não da doença mental. E enquanto não cessar seu estado de exceção, os “perigosos” estarão sob a tutela do direito, em parceria direta com a psiquiatria. A forclusão do sujeito pela ciência é a responsável pela produção de teorias que sustentam que o “irresponsável doente mental e perigoso” seja exilado nos hospitais psiquiátricos judiciários até que cesse sua periculosidade.

Resumindo, eis o cenário que se apresenta a partir desse estado de exceção: no Código Penal Brasileiro, a periculosidade é atribuída a qualquer um que não seja considerado responsável por seus atos em razão de sua doença mental. A desresponsabilização do sujeito tem por consequência lhe destinar uma existência desumana.

Nós não consentimos à tese de que existam sujeitos intrinsecamente perigosos e afirmamos que aprisioná-los nesse estado de exceção é o que se apresenta como extremamente perigoso. Pois a lógica aqui é aquela da segregação. Descortinar as coordenadas subjetivas de um crime não é razão para desumanizar o criminoso.

Sem a responsabilidade, o sujeito não existe. O predicado generalizado de periculosidade atribuído àqueles considerados inimputáveis quando cometeram seus crimes sequestra a condição de sujeito daquele que, pela via do crime, apresenta sua condição singular. Infelizmente, descartar o perigoso tem sido uma tese muito atual. A solução de aprisionar nos manicômios judiciários ou penitenciárias especializados, a fim de isolar aqueles que escapam aos dispositivos de controle, pode conduzir ao pior. No lugar de encontrar um modo de enredar esses sujeitos a um sentido social, onde cada um busca se ajeitar com o que em si não encontra inserção no Outro social, a saber sua singular exceção, o que tem sido proposto é justamente a redução do sujeito à condição de dejetivo. Dito de outra forma, as respostas de sujeito são ignoradas pelas práticas institucionais, fabricando no coração do tecido social um lugar de segregação. A experiência analítica ensina que dizer não à segregação é acolher o traço de cada um que surge da marca de sua desinserção original.

Sabemos que nos atos cometidos por sujeitos psicóticos verifica-se a procura de uma solução extrema para dar um ponto de basta à angústia insuportável. Clinicamente, ali verificamos uma passagem ao ato; o sujeito respondeu a uma situação para ele vivida como muito perigosa: a passagem ao ato é uma resposta do sujeito à manifestação de angústia extrema em sua relação com o Outro ou mesmo na relação com seu semelhante.

Juridicamente, entretanto, o psicótico será considerado ele mesmo perigoso e, portanto, irresponsável em razão de sua perturbação mental. Para o direito, o indivíduo é intrinsecamente perigoso, absolutamente desgarrado da possibilidade de responder ao Outro; um indivíduo sem retorno, sem laço, desprovido de qualquer humanidade.

Nossa experiência clínica nos permite afirmar que podemos ler essa situação, o crime, a partir de outras coordenadas. O ato foi uma resposta a uma situação de tensão no laço do sujeito, momento de intensa angústia, na qual passar ao ato, desgarrar-se do Outro, foi uma solução extrema.

Após o ato, como efeito mesmo de sua condição humana, podemos esperar um retorno ao Outro, ainda que não mais do mesmo jeito. Sabemos que a passagem ao ato é uma morte do sujeito, puro ato, triunfo da pulsão de morte. Entretanto, a clínica com esses sujeitos assim o confirma – que se o ato é um suicídio do sujeito, após o ato nasce um novo sujeito, mas jamais do mesmo jeito. Trata-se de uma nova amarração.

Sabemos das consequências mortíferas para um sujeito de se fixar no estado de exceção. Orientados pelas coordenadas subjetivas em causa no caso a caso, afirmamos que existem outros modos de tratar a relação do sujeito com a lei. Aqui uma aposta se faz, dispensando o predicado da periculosidade para abrir espaço à singularidade do caso a caso, um por um, aberto aos modos, inéditos e plurais, com que cada um responde por sua condição singular, de sujeito a sujeito (Lacan, 2001).

É possível pensar a responsabilidade na psicose quando consentimos que somente se é responsável na medida de seu saber fazer. Cada um quando responde, o faz desse lugar, porque não ha Outro do Outro para pronunciar o último julgamento (Lacan, 1975-76, p 61). Contudo, com Lacan sabemos que todo ato tem o lugar de um dizer. “Isto quer dizer que não é suficiente que haja um fazer para que haja um ato, não é suficiente que haja movimento, ação, é necessário que haja também um dizer que enquadre e fixe este ato” (Miller, 2006, p.27).

A responsabilidade na medida de seu saber-fazer

Nos últimos dez anos, a experiência demonstra que é possível, mesmo nos casos mais difíceis, encontrar um modo de ligar o sujeito ao Outro. É um trabalho que encontra seu lugar no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) como órgão auxiliar dos juízes criminais. Sua experiência decorre da prática feita por vários. Encontra-se ligado à rede pública e municipal de saúde mental de Belo Horizonte, dentre outros setores assistenciais e comunitários. Chama-se PAI-PJ e quer dizer Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário. Tais pacientes são portadores de sofrimento mental e infratores, geralmente psicóticos, ainda que tenhamos recebido cada vez mais casos de neurose graves e toxicomanias.

O juiz encaminha ao PAI-PJ alguns sujeitos psicóticos que cometeram crimes visando a um acompanhamento até o fim do processo judicial. O serviço conta com dezenas de colaboradores – psicólogos, assistentes sociais e advogados – que têm a orientação lacaniana como bússola para a condução dos casos. Trata-se da clínica da psicose elucidada por Lacan, uma clínica orientada pelo real do sintoma, que oferece as coordenadas subjetivas de orientação caso a caso.

Isso exige dos operadores desta rede o esforço necessário para a construção do caso clínico na prática da supervisão, bem como na formação de sua análise pessoal. Trata-se, em cada caso, de acompanhar o sujeito psicótico em suas respostas diante do Outro da Justiça e da comunidade da qual participa. Nesse serviço, o acompanhamento é o eixo estratégico para a condução da direção do caso, orientado pela posição do sujeito.

O programa faz uma oferta de secretaria ao sujeito e ele pode dela se servir para construir seu laço social e, então, regular sua relação com os outros na medida de seu saber fazer. A orientação aqui é pensar a responsabilidade na medida do saber fazer. “O que é que é o saber fazer?” (Lacan, 1975-76, p. 61), interroga-nos Lacan. Vamos tentar nos aproximar de uma resposta a essa pergunta a partir de uma vinheta da prática.

R. recusava todo tipo de tratamento, argumentando que não tinha necessidade de se tratar por estar “em plena posse de suas faculdades mentais”. Lacan mesmo já nos disse, certa vez, que quando escutarmos alguém se dizendo completamente são de suas faculdades mentais, estaríamos diante de um paranoico. É o caso!

Angustiado e ameaçado ante a posição invasiva de sua mãe, foi pego pela polícia por ter tentado matá-la, assim como aos seus vizinhos, fazendo explodir um botijão de gás e colocando fogo em sua residência. Após o ato, R. é contido pela polícia e chega algemado ao Centro de Referência em Saúde Mental de Belo Horizonte (CERSAN). Foi considerado um sujeito extremamente perigoso, pois já havia passado ao ato algumas vezes e havia proferido numerosas ameaças à própria mãe. Permaneceu no CERSAN durante quinze dias, em hospitalidade noturna e, após esse período, foi proposto a ele retornar à sua residência e continuar o tratamento no modelo da “permanência dia”.

Isso tudo aconteceu enquanto tramitavam os procedimentos judiciais, antes mesmo de R. ser chamado para audiência. Porém, não retornou à residência de sua mãe, pois seu pai havia alugado um barracão, bem próximo do CERSAN, para que pudesse ser acudido pelo serviço e

permanecer longe da mãe. Contudo, R. se tranca em seu barracão e recusa todo e qualquer contato com outras pessoas, fosse de sua família ou dos auxiliares do serviço de saúde mental. Ele permanece trancado durante muitos dias, sem abrir a porta para ninguém. Nenhuma palavra, nenhuma resposta, nenhuma abertura ao mundo do Outro. A equipe do CERSAN, preocupada com o risco de uma nova passagem ao ato, comunica ao juiz o perigo daquela situação. O juiz encaminha o caso ao PAI-PJ, solicitando nosso acompanhamento, considerando o caso de altíssima periculosidade.

De fato, o direito intervém quando um assassinato, uma tentativa de homicídio, uma agressão corporal, um roubo, etc., perturbam a vida da cidade, perturbam a ordem social. Quando o inumano irrompe na cena pública, o direito é chamado. É assim nos dias que correm, ou melhor, na modernidade. O direito é hoje um dos recursos simbólicos de nossa época. No Estado moderno o conjunto de dispositivos normativos que compõem o discurso do direito é responsável pela regulação da vida social, na esfera pública. O direito apresenta a lei àqueles que passam ao ato fora da lei.

A introdução do direito com seus rituais e dispositivos pode representar a dimensão do Outro que apresenta a lei. Se a passagem ao ato é uma ruptura com o mundo público do Outro, uma ruptura do laço social, quando a passagem ao ato é um crime, o sujeito, mais cedo ou mais tarde, terá que se haver com esse Outro. Se o sujeito vai dele se servir, é no caso a caso que poderemos verificar a resposta do sujeito a esse encontro. Mas fato é que o Outro, representante da lei, se apresenta ao sujeito que fez um ato fora da lei. Na clínica da psicose, esse encontro tem consequências.

Não recuamos diante dos casos criminais endereçados pela Justiça, mas nos recusamos a oferecer uma resposta sobre a periculosidade ao oferecer um acompanhamento seguindo a pragmática do caso a caso. O que ensina o caso de R.?

O praticante responsável pelo acompanhamento de R. por meio do TJMG apresenta-se em sua residência. Quando anunciou que estava ali por causa de uma determinação do juiz, R. lhe abre a porta. Quando é convidado a ir ao PAI-PJ, responde: “Eu não tenho roupas para ir à Justiça, eu não tenho calça comprida. Para ir à Justiça eu tenho que ir arrumado”. R. começou a frequentar o PAI-PJ nos dias combinados. Ora sim, ora não. Lá ele reivindicava seus direitos. Carteira de identidade, de trabalho, de motorista. Direitos que, segundo ele, a mãe havia sequestrado dele, tratando-o como doente mental.

No PAI-PJ ele declara a quem o acompanha que deseja escrever sua defesa. Ele pretende entregá-la pessoalmente ao juiz porque conhece os seus direitos. Sua preocupação é que a verdade seja dita. R. começa a falar em sua defesa. No PAI-PJ, o acompanhamento o auxilia nessa construção. Lá ele se diz um homem com sensibilidades especiais. Ele escuta vozes que ninguém escuta e vê para além do que as pessoas veem. Por isso, a mãe acredita que se trata de um doente mental. “Ela me faz engolir medicamentos que me transformam num idiota na mão dos outros. Eles querem sequestrar a minha identidade”. A praticante acolhe seu sofrimento ao lhe dizer que “pode ser que as pessoas não tenham a capacidade de compreender a sua sensibilidade”. Isso o pacifica.

Em seguida, o psiquiatra do CERSAN informa que R. o procurou pedindo um medicamento, “muito levinho”, contra ansiedade e que o ajudasse a ter mais paciência com sua “pobre” mãe. No PAI-PJ ele diz que gostaria de ter uma audiência com o juiz, pois já estava pronto para falar sua verdade. R. procura fazer uso dos dispositivos jurídicos. Encontrar o Outro, na forma da lei, teve, em seu caso, uma função de grampo. R. pôde encontrar lugar no aparelho da linguagem, nos códigos do juiz, um ponto de conexão do seu modo singular de gozo com o mundo do Outro, afastando-o da solidão de seu gozo e reconectando-o ao mundo.

Esses dispositivos permitiram a R. que qualquer aspecto da sua posição fosse apresentado e regrado pelo Outro por meio da linguagem, podendo se servir desse falar ao Outro. Os praticantes, no PAI-PJ, no lugar de semblante de objeto, servem ao sujeito consentindo com os artifícios que ele inventa. Secretários do alienado, feito objeto, a serviço do sujeito que busca os meios de se inscrever no laço a um Outro que o suporte.

O ato jurídico como operador clínico: um artifício

No dia da audiência, R. se veste com roupas adequadas e, com seus meios, apresenta-se ao juiz para responder por seu ato. Ele responde a todas as questões. Mas, antes do fim da audiência, pede a palavra ao juiz e dita a seguinte frase: “Escreva aí: eu gozo plenamente de minhas faculdades mentais”. R., na medida de seu saber fazer, dá o seu testemunho, responde por sua posição e o assina.

Então?... “O que é o saber fazer?”, pergunta Lacan. Ele responde: “é a arte, o artifício, o que dá à arte seu valor de destaque, porque não há Outro do Outro para operar o último julgamento. Isto quer dizer que há qualquer coisa da qual podemos gozar.” (Lacan, 1975-76, p 61). No *Seminário 20*:

mais, ainda (1972-73), Lacan disse que o que é procurado, mais que qualquer outra coisa no testemunho jurídico, é o poder de julgar o que é do seu gozo. O objetivo é que o gozo se confesse justamente porque ele pode ser inconfessável. A verdade procurada é essa, a da relação com a lei que regra o gozo.

Depois da audiência, R. não mais falou de seu ato ou do juiz. Falava de seus projetos, de seus planos para o futuro. Atualmente, não deve mais nada à Justiça. Trabalha como garçom de um café, faz tratamento para o que chama "sua ansiedade" e se diz melhor. Vive um pouco distante de sua mãe e afirma que eles não falam a mesma língua.

R. encontrou, desse modo, uma forma singular de funcionamento para alojar a sua desinserção original, tornando suportável o convívio da sua "estrangeirise" no social.

Síntese

A política de "inclusão" tem sido o S1 que agencia o discurso ideológico, institucional, gerencial, no momento atual. Contudo, um certo embaraço perturba o debate político travado entre os partidários da *defesa social* e aqueles dos *direitos humanos*. Ele se instala no impasse que surge quando eclode a pergunta sobre a periculosidade do louco e do infrator em situação de crise, de grave sofrimento mental. Um sujeito assim seria portador do direito de usufruir das políticas públicas vigentes para todos ou, nesses casos, deve-se fazer valer o princípio da excepcionalidade, a saber, aplicar a exceção à regra?

Para a experiência analítica, cada caso é um caso, o universal é a singularidade do sujeito. Estamos orientados quando ao princípio da desinserção fundamental.

A política da psicanálise orienta-se pelas respostas do sujeito, do seu esforço em alojar o singular do gozo numa solução que lhe seja satisfatória, numa amarração que chamamos de laço social. Porém, quando essa amarra se torna frouxa isso é sinal da gravidade da angústia, índice da (des)inserção do sujeito decorrente da precariedade dos seus recursos de sociabilidade. Nesse caso, pode ocorrer a ruptura do laço social.

Este artigo pretendeu investigar como as práticas orientadas pela lógica da inserção nas políticas públicas, sejam elas criminais, sociais ou de saúde, convivem com a emergência da (des)inserção fundamental do sujeito no momento de "crise".

Verificamos que a oferta da psicanálise, dentre os vários discursos que cruzam este campo feito por muitos, pode causar a porosidade necessária na política para suportar o saber fazer do sujeito com o que em si não se insere na lógica do “para todos”.

A novidade é considerar a dimensão subjetiva inédita que se apresenta em cada caso, situação e lugar. É preciso estar atento à pragmática em jogo em cada caso. Isso requer a possibilidade de ofertar ao sujeito condições para que ele possa fazer uso do seu “saber fazer” com o gozo para montar, ao seu modo, um laço possível na cidade.

Em oposição à periculosidade, mantemos a ideia de responsabilidade, sem a qual, nos diz Lacan, “a experiência humana não comporta nenhum progresso” (Lacan, 1950b, 127). Não existe sujeito sem responsabilidade; a humanidade de sua condição humana advém de sua resposta ao pecado que o constitui, causa de seu estilo e desinserção original.

Para concluir, chamo o poeta: “Cada um sabe a dor e a delícia de ser o que é” (Caetano Veloso).

Nota

1. Outro Social: Conjunto de significantes e de objetos à disposição em determinada época, de onde as práticas culturais, sociais e institucionais montam seus discursos e obras a partir dos significantes mestres que agenciam sua experiência cotidiana, suas rotinas, seus produtos.

Referências bibliográficas

LACAN, J. (2001). *Autres écrits*. Paris: Seuil.

LACAN, J. (1966). *Écrits*. Paris: Seuil.

LACAN, J. (1950a) “Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia”, in LACAN, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 127-151.

LACAN, J. (1950b) “Premissas a todo desenvolvimento possível da criminologia”, in LACAN, J. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 127-131.

LACAN, J. (1962-63). *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LACAN, J. (1972-73). *O Seminário, livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1982.

LACAN, J. (1975-76) O seminário, livro 23: o sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MILLER, J.-A. (2006) "Jacques Lacan: remarques sur son concept de passage à l'acte" in Mental. Bruxelas: Nouvelle Ecole Lacanienne, v. 12, n. 17, 2006, n. 17, avril / 2006, p.27-34.

MILLER, J.-A. (2008) "Rien n'est plus humain que le crime", in Mental. Bruxelas: Nouvelle Ecole Lacanienne, n. 21, novembre / 2008, p. 32-45.

Resumos

Fundamental detachment and social bond

Talking about detachment, this article brings relevance to the fact that in each one of us there's a small piece that doesn't fit in any normativity; this is what makes us all abnormal. The whole world raves but that's exactly through this piece, that causes the social detachment in each one, that we are called to respond. This argument will be illustrated by an extracted vignette from the Minas Gerais state's Court of Appeal Program of integral attention to the court patient **experience**.

Key words: psychoanalysis, detachment, law, outlaw, social bond.

Désinsertion fondamentale et lien social

A propos de la désinsertion, cet article met en relief le fait que chaque sujet comporte un reste qui fuit toute tentative de normatisation ; c'est ce qui nous rend tous anormaux . Tout le monde délire, mais c'est de cette parcelle de désinsertion que nous sommes appelés a répondre. Cet argument sera illustré par un extrait de l'expérience dans le Programme d'Attention Intégrale au Patient Judiciaire de la Cour d'Appels de l'État de Minas gerais.

Mot clés: psychanalyse, désinsertion, loi, hors-la-loi, lien social.

Citação/Citation: BARROS-BRISSET, F.O. Desinserção fundamental e laço social. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 30/01/2010 / 01/30/2010.

Aceito/Accepted: 05/05/2010 / 05/05/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

A vizinhança e o mathema dos quatro discursos

José Luís Longo

Psicólogo

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e
Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço eletrônico: josellongo@yahoo.com.br

Marta Regina de Leão D'Agord

Psicóloga

Psicanalista

Doutora em Psicologia

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e
Institucional e do Departamento de Psicanálise e Psicopatologia do Instituto
de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Endereço Eletrônico: mdagord@terra.com.br

Resumo

O artigo faz uma discussão sobre o mathema dos quatro discursos de Lacan, desde o ponto de vista de sua formulação e operação. Ao considerar os quatro discursos situados no projeto de ciência que Lacan pretendia à psicanálise, tem-se como objetivo abordar o mathema dos discursos por sua estrutura, ou seja, pelas leis que organizam a sua operação. Partindo da função fundamental do sujeito lacaniano, $S1 \rightarrow S2$, chega-se aos elementos que compõem a estrutura matriz do mathema, o discurso do mestre, sendo essa uma estrutura que gira sobre outra estrutura, a dos lugares fixos do tetrápode. A seguir, num diálogo com a matemática (grupo de Klein) e a topologia (teoria dos grafos), analisa-se a operação um quarto de giro do mathema dos discursos. Conclui-se que a estrutura dos quatro discursos é topológica, homóloga a um grafo, sendo sua operação orientada.

Palavras-chave: psicanálise, quatro discursos, mathema, topologia, grupo de Klein

Introdução

A descoberta freudiana foi antes a função do inconsciente do que o inconsciente. Ora, função é um conceito matemático que designa uma operação de um elemento sobre outro elemento qualquer. Entre dois elementos está uma operação de transformação, tal como um significante

em relação a outro significante faz operar um saber no qual está implicado um sujeito.

Se Freud dialogava com a neurologia, era porque encontrava na articulação e na trama neuronal um suporte, uma ferramenta. Caberá a Lacan encontrar outra ferramenta, a articulação significante. Os quatro discursos são uma das realizações mais acabadas que o uso da ferramenta articulação significante permitiu a Lacan: um “discurso sem fala” (*un discours sans parole*) ou *mathema*, isto é, o que é passível de transmissão escrita ou o que pode ser universalmente lido.

Um discurso sem fala corresponde ao nível mais radical da articulação significante, cuja estrutura lógica mínima (sintaxe) é constituída por:

1. Diferença: nada fundamenta a função do significante senão ele ser uma diferença absoluta;
2. Repetição: os significantes funcionam numa articulação repetitiva.

É articulando a sintaxe da estrutura do significante com a série de Fibonacci, na qual a reunião de dois termos precedentes constitui o terceiro, que Lacan se propõe a interrogar a função do inconsciente. Se há função, há uma operação, uma transformação de uma verdade que não sabe de si (sintoma), à verdade com um saber a mais (o efeito do discurso analítico). Pois é a partir do que foi tomado do Outro que está a verdade.

O que é saber? Saber não é o que se aprende, mas o que se produz como um clarão. Essa expressão é assim exemplificada por Lacan: “quando alguém lhes apresenta coisas que são significantes e isso não lhes diz nada e vem um momento em que vocês se libertam, e de repente aquilo quer dizer alguma coisa” (Lacan, 1968-69, p.196).

O efeito de transformação por operação da função do inconsciente é a mudança de *posição do saber*: de saber com a verdade em relação a qual ele falta como saber à verdade como saber a mais.

É assim que Lacan inicia a formalização dos quatro discursos com cinco posições, a quinta é o efeito, a nomeação do discurso, no caso, o discurso analítico como a verdade com saber a mais. E aqui já pressupõe o trabalho penoso de análise. Por isso o título do *Seminário 16: de um Outro ao outro* (Lacan, 1968-1969), isto é, da posição de alienação em que se encontrava o saber, à posição de verdade com um saber a mais.

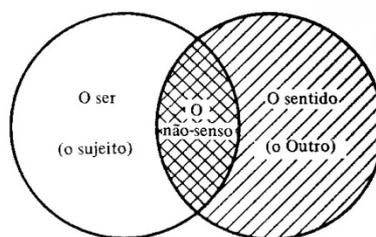
Lacan, por diversas vezes em sua obra, fala da experiência analítica como um recurso fundamental para seu processo de elaboração, descoberta, invenção. Dessa experiência, ele não estava isento:

“Pelo efeito de fala, o sujeito se realiza sempre no Outro, mas ele aí já não persegue mais que uma metade de si mesmo. Ele só achará seu desejo sempre mais dividido, pulverizado, na destacável metonímia da fala. O efeito de linguagem está o tempo todo misturado com o fato, que é o fundo da experiência analítica, de que o sujeito só é sujeito por ser assujeitamento ao campo do Outro, o sujeito provém de seu assujeitamento sincrônico a esse campo do Outro” (Lacan, 1964, p. 178).

O que temos então na experiência analítica é o encontro com essa divisão, a sujeição ao campo do Outro. É na experiência de análise que se pode passar ao discurso do psicanalista, um discurso onde, no lugar da verdade, está o saber, ou, mais precisamente, um saber. O artigo indefinido diz respeito à abertura de sentido: não encontramos o sentido, mas produzimos um, que, por algum tempo, tem efeito de verdade.

Lacan (1964) explica que a fundação do sujeito se dá por uma operação de união, que ele prefere chamar por um nome mais sugestivo: alienação. Trata-se da alienação do ser, ou, mais precisamente, do falasser¹, ao Outro.

“A alienação consiste nesse *vel* que – se a palavra *condenado* não suscita objeções da parte de vocês, eu a retomo – condena o sujeito a só aparecer nessa divisão que venho, me parece, de articular suficientemente ao dizer que se ele aparece de um lado como sentido, produzido pelo significante, do outro ele aparece como *afânise*” (Lacan, 1964, p. 199).



Portanto, é com a alienação ao Outro que se torna possível o saber. No discurso do psicanalista, essa alienação é saber, qualquer verdade não é mais que efeito, ou seja, não está garantida por um lastro de realidade que possa ser desvelado com o processo de análise. Lacan desamarra o par significante/significado, ou seja, não há nada embaixo da palavra. É com essa radical falta de lastro da realidade que Lacan articula ciência e psicanálise. Sobre isso, Iannini (2007) esclarece que

“A pergunta propriamente lacaniana não é 'que condições a psicanálise deve satisfazer para se transformar numa ciência?', mas, ao contrário, 'o que é uma ciência que inclua a psicanálise?'” (Iannini, 2007, p.74).

Lacan claramente descarta que a psicanálise poderia estar na ciência empírica:

“Essa noção [de ciência verdadeira] se degradou, como se sabe, na inversão positivista que, colocando as ciências do homem no coroamento do edifício das ciências experimentais, na verdade as subordinou a estas. Essa noção provém de uma visão errônea da história da ciência, baseada no prestígio de um desenvolvimento especializado dos experimentos” (Lacan, 1998a, p. 285).

Portanto, em psicanálise, não é possível uma experimentação, como nas ciências empíricas, na realidade, que garanta ou retifique a teoria. Justamente porque a experiência que conta na psicanálise é a experiência analítica, a qual, por sua vez, não oferece garantias da realidade, ou seja, por debaixo da fala não há nada.

No *Seminário 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (Lacan, 1964), há uma pergunta de F. Wahl: “A topologia, para o senhor [para Lacan], é um método de descoberta ou de exposição?” (Lacan, 1964, p. 89). Lacan responde: “É o referenciamento da topologia própria à nossa experiência de analista que pode ser retomada depois na perspectiva metafísica” (Lacan, 1964, p. 89). Na tradução para o português, o termo *referenciamento*, crucial para entender esta passagem, torna a resposta vaga, não explicitando o posicionamento de Lacan frente ao questionamento de Wahl. Por isso, recorreremos à mesma passagem, na edição francesa: “C'est le repérage de la topologie propre à notre expérience d'analyste.” (1973, p. 84). De nossa livre tradução a essa passagem: de *repérage*, temos que Lacan responde que ele usa a topologia como uma demarcação da própria experiência, ou seja, é a topologia que demarca a experiência, e não a experiência que demarca a topologia. Mas essa topologia é própria à experiência psicanalítica. Triska, sobre essa passagem da obra de Lacan, diz:

“O manejo da topologia (cortar, desenhar, colar) pode ser um método de exposição, mas, para Lacan tal abstração serve principalmente de método de pesquisa, de exploração do Real do psiquismo. Lidar com a topologia das superfícies, segundo as convenções estabelecidas pela mesma, é um contato com o

próprio Real; não uma teoria sobre o Real, mas seu próprio tecido estrutural. [...] A referência topológica não será compreendida como metafórica. Isso pode ser entendido se concordarmos que a topologia de Lacan não serve para significar uma outra coisa” (Triska, 2010, p. 53).

O que fica claro é que a descoberta se dá ao fazer operar as regras da topologia. Assim, se Lacan descarta a ciência empírica para um diálogo com a psicanálise, ele recorre à lógica e à matemática como campos nos quais a psicanálise faz suas descobertas. É dessa forma que Lacan (1969-70), posiciona-se frente à escrita dos discursos:

“Nesse nível de estrutura significante, só temos que conhecer a maneira pela qual isso [o mathema dos discursos] opera. Assim, temos a liberdade de ver no que dá isso se escrevermos as coisas dando a todo o sistema um quarto de giro.” (Lacan, 1969-70, p. 12)

Lacan, conhecendo como opera, faz operar – no caso dos discursos, a operação é o *quarto de giro* – para descobrir como fica após a operação; ou seja, no nível de estrutura significante é operar a própria estrutura que viabiliza “ver no que dá”. Considerando isso, este trabalho se propõe a um estudo sobre o mathema dos discursos, buscando entender as regras que organizam o seu funcionamento, a fim de, a partir disso, poder operá-lo.

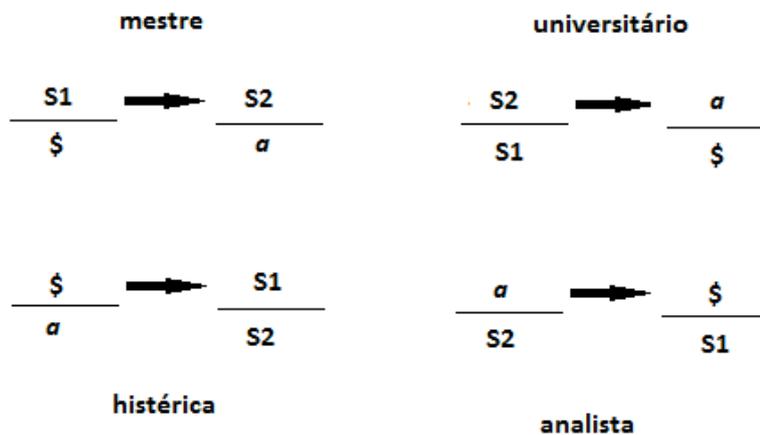
A estrutura dos discursos

No *Seminário 17: o avesso da psicanálise*, Lacan apresenta a estrutura dos quatro discursos. Essa estrutura conta com quatro lugares (*agente, verdade, trabalho e produção*), e por isso Lacan a chama de quadrípode. A disposição desses lugares é a seguinte (Lacan, 1969-70, p. 179):



Durante o *Seminário Je parle aux murs*, Lacan (1971-72) retomou a estrutura dos discursos, destacando que cada um desses lugares é fixo porque é um vértice. Lacan distribuiu, nestes quatro lugares, quatro elementos, S1 (significante mestre), S2 (saber), a (objeto a ou mais-de-gozar) e \$ (sujeito dividido). Os quatro elementos têm uma ordenação que não varia, equivalente à permutação circular na teoria dos grupos (Darmon,

2008). Dada a estrutura de quatro lugares fixos, sobre os quais se permutam circularmente os quatro elementos, Lacan escreve os quatro discursos: o do mestre, da histérica, do analista e do universitário (Lacan, 1969-70, p. 72):



Lacan descreve assim essa estrutura:

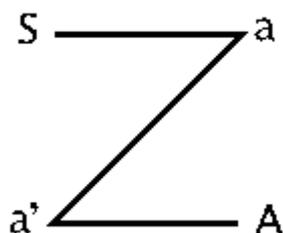
“A cadeia, a sucessão de letras dessa álgebra, não pode ser desarrumada, ao nos dedicarmos à operação de quarto de giro, iremos obter quatro estruturas, não mais, das quais a primeira lhes mostra de algum modo o ponto de partida. [...] um aparelho que [...] está inscrito naquilo que funciona como a realidade do discurso que já está no mundo e que o sustenta, pelo menos aquele que conhecemos. Não apenas já está inscrito, como faz parte de seus pilares. O que importa é a inscrição da cadeia simbólica, isto basta para que algo das relações constantes se manifeste” (Lacan, 1969-70, p. 13).

É da realidade do discurso que já está no mundo que Lacan constrói seus discursos, e nessa realidade há um vértice divergente onde está situada a verdade. Eidelsztein nos oferece a seguinte análise dessa questão:

“Primeramente, si se acepta que la verdad es una dimensión introducida en lo real por la palabra, hay que aceptar que toda palabra verdadera es mentirosa debido a que siendo que ella parece referirse a lo real, no hace otra cosa que oponerse y entramarse con otras palabras. Secundariamente, toda palabra es mentirosa en tanto que toda palabra verdadera, para postularse como verdadera, debe decir de sí misma que no es mentirosa, lo mismo que toda palabra mentirosa. [...] Éste es el problema:

como la verdad es una dimensión introducida en lo real por la palabra, es la palabra misma que debe garantizar la verdad [...]. Con lo cual no hay palabra que pueda evitar los efectos de la falta de verdad de la verdad" (Eidelsztein, 2008, p. 34).

Assim, o que ocorre é que $S1$ está sempre entre $S2$ e $\$$; $S2$ está sempre entre $S1$ e a ; a está sempre entre $S2$ e $\$$; essa ordem, como diz Lacan, não se altera. Temos, então, uma segunda estrutura, a de quatro letras, que "gira" sobre a primeira, de quatro lugares. Essa estrutura fixa já estava no esquema Z:



Nesse esquema, Lacan (1998b) propõe uma forma de relação do sujeito com a ordem simbólica e com o imaginário. S se dirige a a , imaginando estar em a' , contando com a alteridade radical do tesouro dos significantes. O que se passa é que na constituição de um falasser, um Outro ocupa o lugar de A .

O sujeito lacaniano, $\$$, fica entre S , a , a' e A . É esse sujeito que fica entre e que está alienado ao Outro que ocupa o lugar de A que salientamos aqui a fim de entender o mathema dos quatro discursos. É importante considerar a diferença entre "alienado a um Outro" e "alienado ao Outro". No caso de "um Outro", está em jogo um significante $S2$ que representa o Outro para um $S1$. No caso de "o Outro", trata-se do Outro como tesouro de significantes

Retomando os discursos. Encontramos, no andar superior do mathema do discurso do mestre, a relação $S1 \rightarrow S2$. Essa relação Lacan refere como

"relação fundamental, aquela que defini como sendo a de um significante com um outro significante. Donde resulta a emergência disso que chamamos sujeito – em virtude do significante que, no caso, funciona como representando esse sujeito junto a um outro significante" (Lacan, 1969-70, p. 11).

Portanto, há que se considerar que a escrita dos mathemas dos discursos parte desta relação fundamental $S1 \rightarrow S2$, que a relação da emergência de

um sujeito, como mostra o esquema Z, requer um Outro que ocupe o lugar de A, e a esse Outro se está alienado.

O que temos então é que a incidência de $S1$ em $S2$ funda o sujeito. É importante ressaltar que $S2$ é o significante que representa frente a $S1$ a bateria de significantes, $S2, S3, S4, S_n$. A ordenação que encontramos na representação de $S2$, a saber, 2, 3, 4, n, mais do que indicar que há mais coisas além de $S2$, mostra que existe uma ordenação na bateria de significantes. Ou seja, apresenta-se assim porque há, no campo do Outro, um ordenamento. Lacan coloca o campo do Outro como homólogo ao mercado, este último concernido à teoria da mais-valia de Marx:

“É preciso supor que no campo do Outro existe o mercado, que totaliza os méritos, os valores, que garante a organização das escolhas, das preferências, e que implica uma estrutura ordinal, ou até cardinal.” (Lacan, 1968-69, p. 18).

Se considerarmos isso, ao dizer que $S1$ incide em $S2$, fundando o sujeito, é dito também que $S1$ necessariamente incide em uma estrutura, e, por isso, por ser estrutura, tem suas regras às quais não é possível escapar. Ou seja, “o pensamento não é regulável a meu bel-prazer, acrescentemos ou não o *infelizmente*. Ele é regulado.” (Lacan, 1968-69, p. 13). Por esse ponto de vista, do sujeito estar na relação fundamental $S1 \rightarrow S2$, ou seja, estruturado, Lacan chama a atenção para o fato de não existir, nesse nível, o que chamamos de transgressão:

“O que a análise mostra [...] é precisamente isto, não se transgride nada. Entrar de fininho não é transgredir. Ver uma porta entreaberta não é transpô-la. [...] não se trata aqui de transgressão, mas antes de irrupção, queda no campo de algo que é da ordem do gozo – um bônus” (Lacan, 1969-70, p. 18)

O $S1$ incidir no campo do Outro, na bateria de significantes, é o que inaugura o sujeito nessas regras, nessa estrutura que é o saber, e com isso podemos considerar que desde o início está dada uma perda: é impossível fugir dessa regulação, de estar alienado a algo que não é ele mesmo, ao saber no campo do Outro. Lacan (1968-69), recorrendo à homologia da mais-valia, diz que nas leis do mercado, o sujeito do valor de troca é representado perante o sujeito do valor de uso, e que nessa brecha, estaria o que Marx chama de mais-valia, uma diferença que não se pode mais ser resgatada do mercado, uma perda. Na interpretação de Lacan:

“Existe um valor não remunerado naquilo que aparece como fruto do trabalho, porque o preço verdadeiro desse fruto está em seu

valor de uso. Esse trabalho não remunerado, embora pago de maneira justa em relação à consistência do mercado no funcionamento do sujeito capitalista, é a mais-valia." (Lacan, 1968-1969, p. 37).

O correlato disso, no nível do sujeito na psicanálise, consiste em que, ao incidir $S1$ em $S2$,

"[o sujeito] Já não é idêntico a si mesmo, daí por diante, o sujeito não goza mais. Perde-se alguma coisa que se chama o mais-de-gozar. Ele é estritamente correlato à entrada em jogo do que determina, a partir de então, tudo o que acontece com o pensamento" (Lacan, 1968-69, p. 21).

Lacan é explícito quanto ao caráter determinado do pensamento, que nessa determinação perde-se algo que não mais pode ser resgatado. No entanto, há que se relativizar que o sujeito deixe de gozar a partir do instante em que essa relação fundamental $S1 \rightarrow S2$ se estabelece. É impossível que ao se dar o $S1 \rightarrow S2$ o sujeito deixe de gozar, simplesmente porque não há sujeito antes disso. Em *Ulisses*, de James Joyce, o personagem Stephen Dedalus faz uma observação sobre Adão: "Antes da queda, Adão trepava, mas não gozava" (Joyce, 1983, pág. 60). Joyce remete à vida no paraíso, em que o mais-de-gozar não operaria, e, portanto, nada seria perdido. Evidentemente, não passa de um tempo mítico. Assim é o tempo de antes de $S1 \rightarrow S2$, mítico. A perda – o mais-de-gozar –, o sujeito (\$) e a incidência de $S1$ em $S2$ ($S1 \rightarrow S2$) são sincrônicos, ou seja, o paraíso surge quando o sujeito já está fora dele.

Magno (2007) recorre à expressão na língua francesa: *plus de jouir*, que comportaria duas traduções em certo sentido antagônicas: *gozar a mais* ou *falta a gozar*: temos o objeto paradoxal, porque causa o desejo, pede gozo a mais e, como cadente, é gozo a menos: exatamente o a diferente de si mesmo.

Há, portanto, algo que está perdido, o gozo completo do paraíso mítico, mas justamente por poder perdê-lo se ganha o gozo parcial, ainda que falte a gozar, o que Magno chama de bônus:

"Uma vez que falta-a-gozar, é preciso um movimento, pois não há trabalho a não ser na ordem significante em função do mais-gozar. A natureza não trabalha, ela é. Nós não somos, faltamos a ser. Então há mais trabalho, mais movimentos nas cadeias significantes, em função do mais-gozar: querer gozar mais e ficar

na falta a gozar. Esta é a *mais-valia* de Marx." (Magno, 2007, p. 87)

A operação $S1 \rightarrow S2$ implica uma diferença entre o sujeito e seu representante, $S1$, uma vez que é impossível ao sujeito estar reunido naquilo que lhe representa, o significante. Nesse sentido, Lacan (1968-69), na lição *Da mais-valia ao mais-de-gozar*, menciona o mito do *eu falo*. É mitológico não por conta do *falo*, mas pelo *eu*. Gilson (1994) faz uma relação de equivalência entre (1) a irrecuperabilidade do sentido como um irrecuperável do gozo e (2) um saber que me escapa, um saber do Inconsciente.

O tropeço, o irrecuperável do gozo, não concerne ao mitológico *eu falo*, porque nele quem fala não é o *eu*, que, acreditando no mito, tenta dominar aquilo que fala. Esse *eu*, segundo Lacan encontra consistência no Outro, o campo de $S2$:

"Que é o Outro? É o campo da verdade que defini como sendo o lugar em que o discurso do sujeito ganharia consistência, e onde ele se coloca para se oferecer a ser ou não refutado" (Lacan, 1968-69, p. 24).

Essa verdade é a verdade do sentido, aquela que tenta garantir o sentido do enunciado. Não passa de uma tentativa de fazer-se um, ou seja, de tentar circunscrever o sujeito – que é sempre entre dois – ao significante mestre. Apesar de ingênua, essa tentativa de consistência do *eu* é, segundo Lacan, necessária:

"O que ocorre é que é preciso que alguma coisa anuncie o sujeito antes de ele se agarrar ao *um Outro*. Essa alguma coisa está aí na condição mais simples, a do mesmo *um* unário a que, na hipótese estrita, reduzimos aquilo a que ele pode se agarrar no campo do Outro" (Lacan, 1968-69, p. 351).

Por essa necessidade Lacan inicia o *mathema* dos discursos com o discurso do mestre, em que parte da relação fundamental $S1 \rightarrow S2$, na qual opera necessariamente o mais-de-gozar, e também na qual é impossível ao sujeito deixar de estar dividido.

Lacan, portanto, parte do discurso do mestre porque nele está escrita a relação fundamental ($S1 \rightarrow S2$) da qual o sujeito ($\$$) e mais-de-gozar (a) são efeitos.

Podemos considerar então o discurso do mestre como a matriz dos discursos. Se considerarmos que é isso que está na lógica que organiza a

segunda estrutura (a estrutura dos elementos que gira sobre a estrutura fixa dos lugares), podemos inferir que não é possível uma alteração na ordem dos elementos; não seria possível, por exemplo, que no andar superior estivesse uma relação $S2 \rightarrow S1$, tampouco que $S1$ e $S2$ não estivessem em vizinhança, simplesmente porque o sujeito é fundado por $S1 \rightarrow S2$.

Acompanhando o desenrolar da formulação do mathema por Lacan, encontramos que é dessa matriz, $S1$ incidindo em $S2$, tendo como efeito $\$$ e a – que se forma a estrutura de elementos que por sua vez gira sobre uma outra estrutura, a dos lugares fixos – que Lacan formula os lugares do tetrápode. Portanto, Lacan vai dos elementos aos lugares, não dos lugares aos elementos. Isso situa a estrutura dos elementos como uma função que resulta na outra estrutura, a dos quatro lugares: *agente*, *verdade*, *trabalho* e *produção*. Os lugares são, então, decorrências da forma como opera a estrutura de elementos no discurso do mestre: uma tentativa de reunir-se no significante que lhe representa ($S1$), ou seja, de garantir o sentido do enunciado, uma fala sem lapsos, ou, como brinca Lacan (2008): “um corpo que obedece” (p. 354). Essa tentativa é de ocultar a verdade, que na verdade o corpo não obedece, e que a fala tem percalços, ou seja, que não é possível circunscrever o sujeito ao seu significante-mestre, ele está dividido entre $S1$ e $S2$. O lugar da *verdade*, então é o lugar do elemento $\$$. O saber, no campo do Outro, estruturado que é, tem suas regras, sendo impossível o gozo sem que se produza o mais-de-gozar – que é ao mesmo tempo falta-a-gozar e gozar-a-mais. Daí o lugar de *produção*. $S2$ trabalha, a serviço de $S1$, é pelo saber que se tenta a primazia do sentido do enunciado, dando consistência ao *eu falo*; disso depreende-se o lugar de *trabalho* – aquele que trabalha –, e do *agente* – aquele que agencia quem trabalha.

O giro dos elementos – um transformação topológica

Considerando que 1) no mathema dos discursos há uma estrutura fixa, a dos lugares, sobre a qual gira uma segunda estrutura, a dos elementos, e 2) considerando também que o discurso do mestre é de onde se parte para os demais discursos, pode haver um giro levógiro, à esquerda, ou um giro dextrógiro, à direita. Se os elementos forem girados em um quarto de volta, no sentido dextrógiro, passa-se do discurso do mestre ao discurso da histórica. Se for realizada novamente essa operação, passa-se do discurso da histórica ao discurso do analista. No entanto, se do discurso do mestre, o giro dos elementos for levógiro, passa-se ao discurso universitário.

A passagem de um discurso ao outro, no sentido levógiro ou dextrógiro, é referida por Lacan em diversos momentos de sua obra como “giro”. No entanto, o mathema dos discursos deixa claro que não há de fato um movimento que inicia em um ponto, percorre uma distância e termina em outro ponto, tal como os ponteiros de um relógio analógico.

Lacan apresenta o grupo de Klein partindo de três operações, a , b e c . O que Lacan (1966-67) diz sobre essas operações, é que elas são involutivas, ou seja, que se operar a duas vezes se tem ao final o estado inicial, o mesmo valendo para b e c . Assim, $aa=0$, $bb=0$, $cc=0$. Além disso, as operações também se caracterizam por $ab=c$, $ac=b$ e $bc=a$. Se considerarmos o grupo de Klein como operações sobre os objetos, podemos usar como imagem duas formas (quadrado e círculo) e duas cores (preto e branco) como objetos sobre os quais operar a , b e c . As operações, nesse caso, seriam a =troca forma, b =troca a cor e c =troca cor e forma. Daí o que temos é a seguinte situação:

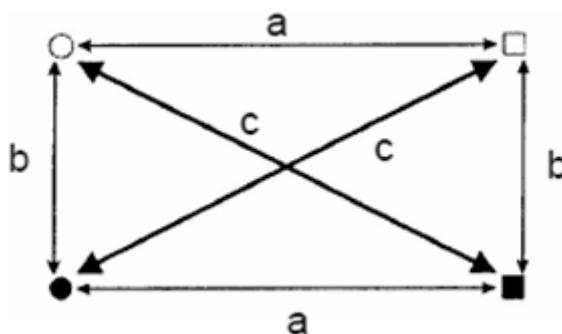


Figura 1: operações do grupo de Klein em cor e forma

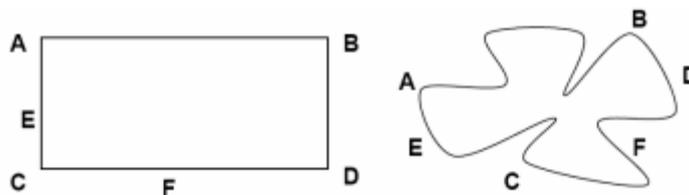
As operações a , b , c não fazem uma transformação gradual; o quadrado branco operado com b não fica preto aos poucos até que chegue a ser completamente preto. Ao contrário, a mudança é instantânea. O mesmo ocorre com os discursos: a passagem de um discurso ao outro é discreta, e por isso ao passar de um discurso a outro, não há esmaecimento do discurso que se está abandonando, acompanhado pelo surgimento gradual do discurso ao qual se está passando. Caso se tratasse disso, haveria diferenças quantitativas durante essa passagem, e com isso poderíamos conceber que um discurso fosse mais psicanalítico ou menos psicanalítico. No entanto, pela maneira como opera o mathema, ou se está em um discurso, ou se está em outro, é uma questão qualitativa, não quantitativa. A oposição entre qualitativo e quantitativo tem lugar na obra de Lacan, mais abaixo retomamos este aspecto.

A imagem que ilustra as operações a , b e c do grupo de Klein alterando cor e/ou forma pode ser sugestiva para uma aproximação com os discursos: além das transformações discretas de um estado a outro, ambos chegam a quatro diferentes possibilidades, e ao serem desenhados, ambos ficam com quatro vértices (vide as figuras 2 e 5). No entanto, não se trata de uma homologia. No grupo de Klein, com uma única operação c se chega ao mesmo estado que se forem realizadas outras duas operações consecutivas, ab . Já no caso dos discursos, os “giros” são sempre de um quarto de volta, ou seja, do discurso do mestre é impossível chegar com apenas uma transformação ao discurso do analista.

Logo, não há homologia entre o mathema dos quatro discursos e o grupo de Klein. Mas podemos encontrar uma homologia com um grafo orientado. Pois no mathema dos quatro discursos, as transformações são orientadas e o quarto de giro dos elementos sobre a estrutura dos vértices mostra quatro posições qualitativamente diferentes, quatro estados de um grafo, ou homologamente, quatro tempos de um percurso.

Ao optar pela topologia em detrimento do espaço euclidiano, Lacan se insere no âmbito das diferenças qualitativas, em vez das quantitativas. A topologia trabalha com as relações de vizinhança. As diferenças são qualitativas, isto é, aquelas marcadas pelas perdas de continuidade, ou seja, por alterações nas relações de vizinhança. Desconsidera-se a medida e a forma.

Assim, na topologia, um retângulo e uma figura amorfa, como nas figuras a seguir, apesar da diferença de formas e medidas, têm as mesmas propriedades qualitativas do ponto de vista topológico.



Isso ocorre porque o retângulo pode ser transformado na outra figura sem que se produza uma ruptura e sem que se modifique a vizinhança entre todos e quaisquer dos pontos da superfície. Se, em uma transformação, essas características são mantidas diz-se que se trata de uma transformação topológica (Alvarenga, s/d).

Retornando aos discursos. Considerando que 1) o mathema dos discursos não diz respeito a diferenças de forma ou de medidas, mas a diferenças qualitativas; 2) que a estrutura dos elementos ($S1$, $S2$, a e $\$$) tem sua

ordem constante, mesmo na transformação de um discurso ao outro, ou seja, que essa estrutura mantém sempre sua relação de vizinhança, podemos afirmar que a maneira como opera o mathema dos discursos é topológica.

Assim, o mathema dos quatro discursos é homólogo a um grafo que está sendo percorrido, e cada discurso é um tempo (momento, estado) de um percurso. Não há uma mudança qualitativa entre os quatro estados, mas cada um deles está inserido em uma mesma estrutura, a estrutura da falta a ser do sujeito, como perda de gozo entre dois significantes.

Notas

1. O neologismo *falasser* aparecerá, pela primeira vez, na lição de 17 de dezembro de 1974 do seminário inédito de Lacan RSI e, um ano depois, na conferência na Universidade de Columbia, "Le symptôme", publicada em *Scilicet* 6/7. Portanto, dez anos depois da concepção da operação de alienação inerente ao sujeito. O uso aqui de um termo que não havia sido cunhado por Lacan até então vem enfatizar que, quando nos referimos a sujeito, se trata de um ser que nasce na linguagem, ou seja, que não pode escapar à condição de não haver uma consistência do ser que não seja a materialidade da linguagem.

Referências bibliográficas

ALVARENGA, L. G. (s/d) Geometria & imagem. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/11599747/Geometria-Imagem>>. Acesso em: 15/07/2011.

DARMON, M. (2008) *Ensayos acerca de la topología lacaniana*. Buenos Aires: Letra Viva.

EIDELSZTEIN, A. (2008). *Las estructuras clínicas a partir de Lacan*. v. I. Buenos Aires: Letraviva.

GILSON, J. P. (1994) *La topologie de Lacan : une articulation de la cure psychoanalytique*. Montreal: Editions Balzac.

LACAN, J. (1964). *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1985.

LACAN, J. (1964). *Le Seminaire, livre XI: les quatre concepts fondamentaux de La psychanalyse*. Paris: Ed. du Seuil, 1973.

LACAN, J. (1966-1967). *O Seminário, livro 14: la Lógica del fantasma*. EFBA: Buenos Aires. Publicação não comercial. Ed., 2003.

LACAN, J. (1968-1969). *O Seminário: livro 16: de um Outro ao outro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 2008.

LACAN, J. (1969-1970). *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1992

LACAN, J. (1971-72). O Seminário, livro 19: je parle aux murs. Paris: Ed. Du Seuil, 2011.

LACAN, J. (1975). Conférences et entretiens dans des universités nord-américaines, in Scilicet, 6-7. Paris: Ed. du Seuil, 1976.

LACAN, J. (1998a). "Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise", in Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LACAN, J. (1998b). "De uma questão preliminar a todo tratamento da psicose", in Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MAGNO, M.D. (2007). Ad sorores quatuor, os 4 discursos de Lacan. Rio de Janeiro: NovaMente.

TRISKA, V. H. C. (2010). Verdade e técnica em psicanálise. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. RS.

Resumos

The neighbourhood and the mathema of four discourses

The article discusses Lacan's four discourses mathema, by the point of view of its formulation and operation. Taking the four discourses into the science project Lacan intended for psychoanalysis, the aim is to make an approach to discourse's mathema by its structure, in other words, by the laws which organize its operation. Starting from the fundamental function of lacanian's subject, $S1 \rightarrow S2$, the elements which compose the matrix structure of master's discourse's mathema are reached. This structure spins over another structure, the one of the tetrapodes fixed positions. Then, in a dialogue with maths (Klein group) and topology (graphs theory), the quarter spin operation of discourse's mathema is analysed. The conclusion is that the four discourse's structure is topological, homologous to a graph, whose operation is oriented.

Key words: psychoanalysis, four discourses, mathema, topology, Klein group.

Le voisinage et le mathème des quatre discours

Cet article traite du mathème des quatre discours de Lacan à travers l'analyse de sa formulation et de son opération. Par la considération des quatre discours situés dans le projet scientifique de lacan pour la psychanalyse, nous envisageons approcher le mathème des discours par sa structure, c'est à dire, par les lois qui organisent son opération. En partant de la fonction fondamentale du sujet lacanien, $S1 \rightarrow S2$, on arrive aux éléments qui composent la matrice du mathème, le discours du maître,

structure qui tourne par dessus une autre structure, celle des emplacements fixés du tétrapode. Ensuite, dans un dialogue avec les mathématiques (groupe de Klein) et la topologie (théorie des graphes) on analysera l'opération de quart de tour du mathème des discours. En conclusion, la structure des quatre discours est topologique, homologue à un graphe, et son opération est orientée.

Mot clés : psychanalyse, quatre discours, mathème, topologie, groupe de Klein

Citação/Citation: LONGO, J.L.; D'AGORD, M.R.L. A vizinhança e o matema dos quatro discursos. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 03/04/2010 / 04/03/2010.

Aceito/Accepted: 15/07/2010 / 07/15/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

A clínica psicanalítica em instituições públicas de saúde

Claudia Maria de Sousa Palma

Psicóloga
Psicanalista

Doutora em Saúde Mental pela F.M.U.S.P/ Campus Ribeirão Preto
Pós-Doutora pelo Laboratório de Psicopatologia Fundamental da UNICAMP
Profa. Adjunta do Departamento de Psicologia e Psicanálise da Universidade
Estadual de Londrina / PR
E-mail: cacaupalma@gmail.com

Resumo

Considerando a inserção da clínica psicanalítica no âmbito da saúde pública, o artigo problematiza os desdobramentos da não relação psicanálise-instituição, apontando para uma aproximação possível entre os dois campos. A partir das formulações freudianas sobre os desdobramentos, no coletivo, do caráter de exceção e do laço necessário entre pulsão e civilização, o trabalho propõe uma interlocução necessária entre psicanálise e instituição; assim, a especificidade do discurso analítico e as elaborações lacanianas sobre o gozo, bem como o lugar de ideal da instituição poderiam, numa perspectiva inclusiva, se somarem ao tratamento dos sintomas atuais.

Palavras-chave: clínica psicanalítica; instituição de saúde pública; psicanálise em instituição de saúde.

A clínica psicanalítica é constituída por uma metapsicologia e uma prática de intervenção psíquica que hoje se encontram bastante difundidas no âmbito da saúde pública, em seus diferentes níveis: primário (centros de saúde), secundário (hospitais) e terciário (hospitais gerais com centros de formação).

Ainda que haja particularidades na configuração institucional, nos diferentes níveis, todos os Serviços de Saúde oferecidos pelo Estado preconizam um tratamento que visa à saúde física e mental. Em seu funcionamento, eles dispõem de critérios que pertencem à ética do serviço dos bens, como a cura e a intervenção pedagógica (Lebrun, 2009), em que se trata de fazer o sujeito entrar na ordem estabelecida ao custo do silêncio dos elementos

tramados sob a incidência da pulsão de morte, do que não funciona segundo a ordem dirigida pela pulsão de vida.

Para tanto, a terapia ideal deve ser “rápida, confiável e não desagradável para o paciente” (Freud, 1917, p.524), aforisma médico que Freud resgata para situar a modalidade de tratamento cujo acento está na extirpação do sintoma, diferentemente da abordagem realizada na clínica analítica. Essa, com Lacan, solicita do analista uma posição de responsabilidade; é a posição mais responsável de todas, posto que ao analista confia-se a operação de uma conversão ética radical, aquela que introduz o sujeito na ordem do desejo e dos avatares pulsionais, na direção de uma responsabilização por essa posição, de sujeito (Lacan, 1965). Ou seja, uma ética que convida a uma operação com o que “não funciona” em contraponto a uma intervenção orientada a ceifar o sintoma.

Nesse sentido, o presente artigo pretende problematizar os desdobramentos da não relação entre psicanálise e instituição. Aponta para uma aproximação possível dos dois campos, considerando a inserção da clínica psicanalítica no âmbito da saúde pública. Para tanto, parte de uma diferença radical: a psicanálise contempla o tratamento da singularidade (inclusão do in-desejado), do pulsional. Em contrapartida, os dispositivos institucionais têm em suas iniciativas uma abordagem universal do sintoma (exclusão do pulsional, vivido à margem), sustentada na tentativa de objetificação e submissão do “pathos” à ordem da coletividade.

Apoiando-se nas formulações freudianas (1916) sobre os desdobramentos no coletivo do caráter de exceção e do laço necessário entre pulsão e civilização, o texto a seguir aponta para uma interlocução necessária entre psicanálise e instituição, em que a especificidade do discurso analítico e o lugar de ideal da instituição podem, em interlocução, somar suas abordagens ao tratamento das configurações clínicas atuais.

No que tange à clientela dos serviços, sobressaem configurações clínicas que apresentam uma forma peculiar de ordenação da satisfação pulsional, em que o sintoma falha na sua função primeva de enlaçar o sujeito ao Outro. Como consequência, há a promoção de manifestações sintomáticas – anorexias, toxicomanias, respostas psicossomáticas – em que o risco eminente para o sujeito e para o grupo social não podem ser desprezados. Elas convocam a uma extração radical do sintoma e desafiam a metapsicologia e a clínica, mas também os dispositivos institucionais sustentados nos preceitos reguladores de saúde, que não conseguem regular um modo de vida em que se destaca uma invasão pulsional. Isso

denota uma condição limite, onde sobressaem a desinserção afetiva e laboral.

Com efeito, a questão que aqui se apresenta concerne à inserção da clínica psicanalítica como modalidade de tratamento oferecida em instituições de saúde, considerando o atravessamento das demandas institucionais constituídas a partir de um trabalho entre vários (prática multiprofissional). Ou seja, os profissionais da saúde respondem a uma lógica de saúde cujo acento está em seguir os preceitos universais de qualidade de vida, os quais tendem a se opor à invasão pulsional, orientadora da clínica analítica.

Como desdobramento, seria possível estabelecer elementos de interlocução entre o discurso psicanalítico e o institucional? Como formalizar a especificidade de um tratamento, cuja operação incide sobre um sujeito, em conformidade com o desejo que o habita, sem transformar a clínica psicanalítica numa modalidade de oposição às práticas higienistas?

I - O campo psicanalítico no cenário institucional

Ao tratar de alguns tipos de caráter encontrados na clínica, Freud destaca a condição de exceção na qual o paciente se reconhece com direitos e privilégios em relação aos demais, dado um passado sofrido e desprivilegiado. Considera ser essa a condição especial que justificaria o estado de exceção, ou seja, o privilégio de não se encontrar com situações desagradáveis que impliquem frustração e mal-estar (Freud, 1916).

Na instituição não é pouco freqüente nos depararmos com uma posição de exceção para a psicanálise, no sentido de uma clínica que solicita o que os profissionais da saúde entendem como privilégios: atendimentos individuais previamente agendados, privacidade nos atendimentos, distanciamento da intervenção familiar, número significativamente menor de atendimentos, entre outros. Estes "privilégios" encontram sua justificativa nos fundamentos da psicanálise, que os toma como necessários ao encontro com a singularidade do sujeito. Contudo, são injustificáveis segundo os critérios institucionais de abordagem universal-cura do sintoma, em que sobressaem os dispositivos grupais e as atividades coletivas, orientadas por uma mesma finalidade interventiva, tais como abstinência para todos ou atividades lúdicas terapêuticas para todos.

Como conseqüência, um conflito se estabelece, pois a condição de exceção tende a despertar sentimentos hostis naqueles que convivem com as demandas de privilégio desse tipo de caráter. Freud, em 1916, sugere que a solução seja procurada:

“no fornecimento dos antecedentes secretos que despertem simpatia [...] e essa simpatia só pode basear-se na compreensão ou no sentimento de uma possível solidariedade [...] sentimento de solidariedade que compele nossa simpatia” (Freud, 1916,p.355).

Por conseguinte, a formalização dos elementos que justificam a diferença de princípios e procedimentos da clínica psicanalítica favoreceria o acolhimento da sua diferença. Trata-se de uma conclusão de certo modo simples, entretanto a especificidade do discurso psicanalítico promove dificuldades – ou, talvez, a impossibilidade?–relativas à “apreensão” dos “antecedentes secretos”.

Ao não se apresentar formalizada nem se diluir na estrutura institucional subsumindo-se aos códigos de conduta decorrentes de necessidades sociais básicas, a psicanálise na instituição pode se encontrar com uma posição de subversão ou mesmo de ejeção, destacando-se o passo de exclusão como um movimento facilmente dado (Lebrun, 2009). Nessa perspectiva, o desdobramento proposto por Freud no caráter de exceção se constitui como uma configuração possível à clínica desenvolvida em instituição, mas indesejável quando consideramos a ética analítica de abordagem à singularidade.

No que tange à operação analítica, ao ofertar a escuta e convidar o “maldito” à palavra operante, a clínica psicanalítica é qualificada de subversiva quando é cotejada com a perspectiva terapêutica das outras modalidades que compõem o campo terapêutico da saúde. Ou seja, os profissionais da saúde estão engajados em ofertar artifícios que ordenem o sujeito nos códigos de condutas sociais, nos quais ele possa se servir de meios para se distanciar o mais prontamente de situações conflitantes e/ou frustrantes, na exata medida em que essas situações lhe impeçam a operação sócio-afetiva e econômica preconizada pelo coletivo.

Como contraponto, a clínica psicanalítica opera com e na intensidade pulsional, em que as situações de frustração, desamparo e conflitos são enfrentamentos essenciais, pois é a partir do atravessamento da dificuldade em lidar com os aspectos afetivos, sociais e econômicos que um sujeito estabelece suas satisfações. Assim, a psicanálise subverte a perspectiva de silenciamento da angústia, preconizado por outras abordagens, que visam anulá-la seja por artifícios químicos, pedagógicos ou sociais. Com a psicanálise, é a partir do manejo com a angústia, formalizada no sintoma, e não de sua extração a priori, que o sujeito pode estabelecer formas de satisfação.

Ao dar voz ao mal-estar, a condição específica que justificaria a posição de exceção da psicanálise estaria, metaforicamente falando, como que no caminho, no percurso trilhado pela decisão de entrar nos desvios, nas ruelas, em meio à intenção de se delimitar a cidade. É uma perspectiva diferente da institucional que, na metáfora, aposta numa linha reta, desconsiderando que a cidade a ser delimitada está justamente no desenho geográfico do percurso.

Como então se manter nessa diferença, com a especificidade que ela contempla, sem confundir-se com o lugar de exceção que se recusa a conversar com a perspectiva higienista da equipe de saúde, ou com o lugar de reivindicação de uma condição especial na inserção na equipe?

1.1 A ordem institucional e o não-lugar da clínica psicanalítica

Em relação à ordem preconizada pela sociedade e por suas instituições, como via para a satisfação, Freud destaca, em 1930, que “os benefícios da ordem são incontestáveis. Ela capacita os homens a utilizarem o espaço e o tempo para seu melhor proveito, conservando ao mesmo tempo as forças psíquicas deles” (Freud, 1930,p.100). No mesmo trabalho, aponta que o termo “civilização” descreve a soma integral das realizações e regulamentos que distinguem nossas vidas das de nossos antepassados e que servem a dois intuitos: o de proteger os seres humanos contra a natureza e o de ajustar seus relacionamentos mútuos. Todavia, ele também constata o equilíbrio precário que mantém o ser humano em uma civilização destinada a protegê-lo; e que, paradoxalmente, ele pode destruí-la.

Pelo fato de restringir as pulsões sexuais e agressivas dos indivíduos, com o objetivo de manter a coesão da sociedade, a civilização entra em conflito com seus membros tomados individualmente. Nestes, os benefícios oferecidos pela civilização - ao custo da não efetivação pulsional - tendem a promover uma condição de revolta e um movimento de destruição da ordem social.

Como se pode perceber, o texto freudiano guarda uma contemporaneidade significativa se tomamos o estado atual da sociedade pós-moderna. Entretanto, o que é acentuado aqui é a ausência de relação entre a civilização e a pulsão. Problematizamos as demandas singulares do indivíduo e as necessidades coletivas para destacar a impossibilidade de domínio pleno dos artifícios civilizatórios sobre as solicitações pulsionais e, também, a impossibilidade de vida humana sob a égide do domínio

pulsional (Freud, 1930). Quando o horizonte é o estabelecimento da satisfação humana é preciso operar com ambas.

Com efeito, se no início do seu percurso teórico Freud acreditou na harmonia possível entre os registros do sujeito e do social, bem como na idéia que a psicanálise poderia oferecer uma resposta resolutiva ao mal-estar na civilização, em 1930 ele interroga tal possibilidade. Evidenciando a problemática do desamparo e a desarmonia inerente aos laços sociais do sujeito, considerou nesta ocasião os limites do tratamento simbólico da pulsão de morte.

Ainda nesse artigo, quando Freud discorre sobre a busca pela felicidade, ele a ancora em duas vias: a evitação de sofrimento e o encontro com o prazer.

“[...] essa empresa apresenta dois aspectos: uma meta positiva e uma meta negativa. Por um lado visa a uma ausência de sofrimento e desprazer; por outro, à experiência de intensos sentimentos de prazer. Em seu sentido mais restrito, a palavra felicidade só se relaciona a esses últimos. Em conformidade com essa dicotomia de objetivos, a atividade do homem se desenvolve em duas direções, segundo busque realizar um ou outro desses objetivos” (Freud, 1930, p.94).

Freud ressalta a desproporcionalidade entre ambas as vias. Isso se deve ao fato de que a própria constituição humana coloca obstáculos para a efetividade da felicidade pela via do prazer. O prazer implica uma descarga pulsional (pulsão de morte), logo requer a liberação (satisfação) de necessidades represadas em alto grau, daí sua manifestação episódica e repleta de vicissitudes. Já a infelicidade é muito mais predominante. Ela provém de três direções que ameaçam constantemente o homem: o próprio corpo, o mundo externo e o relacionamento com outros homens (Freud, 1930). Desse cenário, podemos retirar um movimento predominante pela busca de artifícios para evitação do sofrimento.

Os artifícios civilizatórios são produzidos para esse fim e a evitação do sofrimento ofertada como equivalente ao encontro com a felicidade. Tal perspectiva assume lugar predominante na ordem institucional, quando consideramos que a ordem espera curar o sofrimento, agindo sobre os comportamentos inadequados vinculados à saúde-doença. Nessa via, Freud nos adverte para o fato de que os métodos mais interessantes de evitação do sofrimento são os que procuram influenciar o nosso próprio organismo, posto que só sentimos o sofrimento como consequência de certos modos pelos quais nosso organismo está regulado (Freud, 1930).

Poderíamos até supor, a partir do supracitado, que os prescritores dos comportamentos vinculados à qualidade de vida apóiam-se na perspectiva freudiana quando essa destaca a relevância dos procedimentos reguladores do organismo para a evitação do sofrimento. Contudo, a constatação de Freud da presença de uma “tendência inata do organismo ao descuido, a irregularidade e a irresponsabilidade em seu trabalho” (Freud, 1930,p.113) interroga a equivalência entre hábitos saudáveis e felicidade, uma vez que a satisfação articula-se a vazão dessa tendência pulsional refratária às abordagens comportamental-pedagógicas.

A partir de tal evidência, Freud propõe uma clínica em que o circuito pulsional se inclui como elemento determinante ao tratamento na medida em que a sua satisfação equivale à felicidade. Nessa via, lembra que a satisfação que se origina dos impulsos mais grosseiros e primários (pulsão de morte, destrutividade, culpabilidade, masoquismo primário), logo os mais distantes da ordem social, é a que convulsiona o ser físico, assumindo um valor determinante (Freud, 1930). Assim, o programa de tornar-se feliz assume várias possibilidades, disponibilizadas pelos artifícios civilizatórios para a aproximação de sua consecução, ainda que se considere o impossível de sua conclusão. Para tanto, pode-se conceder prioridades quer ao aspecto positivo do objetivo, obter prazer, quer ao negativo, evitar o desprazer, lembrando que todo homem tem de descobrir por si mesmo de que modo ele pode encontrar os meios para fazer com o seu mais primitivo na direção do encontro com uma satisfação que se possa enlaçar com um amor e um trabalho, estabelecendo condições mais propícias ao viver.

Com efeito, esse trabalho propõe considerarmos a ordem institucional como estando representada pelas modalidades terapêuticas dos profissionais da saúde, que trabalham ancorados nos preceitos da qualidade de vida e da inibição das forças destrutivas da subjetividade. Logo, trata-se de uma oferta sob o aspecto negativo do objetivo de se alcançar a felicidade – evitar o sofrimento. Já a clínica psicanalítica é uma oferta de operação com o aspecto positivo, a operação com as demandas pulsionais. Portanto, são intervenções distintas. Mas o fato de que se dão sob vias diferentes não faz com que sejam excludentes. Ao contrário, elas se entrecruzam e sua operação simultânea pode ofertar recursos à efetividade do circuito do prazer, a partir da apropriação dos artifícios civilizatórios que sirvam ao sujeito, isto é, de uma experiência de satisfação que contemple uma parcela de segurança pela manutenção do vivente.

Para tanto, a clínica psicanalítica com Lacan, ao avançar sobre a intervenção no circuito pulsional, desloca-se de uma primazia do registro

simbólico, em que os conflitos se produzem sob a égide dos ideais paternos, para uma equivalência entre os registros do real, do simbólico e do imaginário, em que a compulsão ao gozo convoca o desenvolvimento de manobras clínicas no sentido de possibilitar uma ação sobre a especificidade do circuito pulsional. Especificidade traduzida por Lacan no registro do real como um estatuto de registro sem lei, cito: “o verdadeiro real implica a ausência de lei. O real não tem ordem” (Lacan, 1976, p. 133). Contudo, não quer dizer que não haja uma lei regendo o gozo, mas que essa lei não opera pela incidência do Nome-do-pai, ou seja, ordenada pelos ideais, mas adquire sua consistência a partir dos imperativos dos objetos autoeróticos. Logo, o “além do princípio do prazer” se estabelece como um ordenador fundamental à constituição do sujeito, regendo um fazer desmedido que busca uma satisfação incompreensível, pois sem sentido, insistente e impossível de se atingir. Um fazer, portanto, que os ordenadores simbólicos regido pelos ideais, a priori não conseguem barrar.

Essa abordagem permite extrair um sentido às dificuldades terapêuticas dos profissionais da saúde com as chamadas patologias do real, configurações marcadas por uma desinserção social, isto é, uma condição de não resposta à ordem civilizatória e/ou aos prescritores que regulam a saúde.

Ao se propor a uma terapêutica específica e não especial, a clínica psicanalítica se deslocaria da posição de exceção, tal qual descrita por Freud, para um lugar de “ao menos um”, como proposto por Lacan a partir de seus estudos com a topologia e a lógica.

Lebrun (2009) apresenta alguns elementos da lógica e seu estudo dos paradoxos para situar o desdobramento do lugar de ao-menos-um para um conjunto. Considerando o conceito de consistência na perspectiva matemática, ou seja, como ausência de contradição lógica interna, aquilo que interroga a consistência deve ficar fora a fim, inclusive, de sustentar a própria consistência produzindo, assim, um conjunto incompleto, mas consistente; diferente da perspectiva de entrada do elemento inconsistente à lógica, cuja produção seria um conjunto completo, mas inconsistente.

Na atualidade o que temos, segundo o autor, é uma estruturação do laço social completa e inconsistente, um sistema em que todos os lugares estão em igual paridade, predominando a horizontalidade. Um sistema que teoricamente favorece as diferenças e se estabelece pelo semblante da rede. No entanto, um problema se coloca pela crença de uma suposta completude associada a uma condição de liberação de toda incompletude, de todo lugar diferente, de toda chefia.

Podemos constatar desdobramentos dessa condição na dinâmica institucional, a partir da dificuldade dos profissionais em estabelecer as responsabilidades individuais, diluídas na rede, como também da equipe; dificuldade em encontrar um modo de fazer que prescindia do mando de um e, paralelamente, encontrar um lugar de alteridade estabelecida na autoridade dos saberes e não no autoritarismo do poder.

Sobre a função de uma diferença no coletivo, Freud em "Totem e tabu" (1913) cria o mito do pai da horda primitiva, ancestral da civilização que goza de todas as mulheres, numa condição de diferença radical em relação aos outros membros da horda. O seu extermínio funda um laço social pactuado, ou seja, originado da assunção do bem grupal ao custo da interdição ao desvario da pulsão.

Já num outro texto freudiano clássico sobre a organização dos grupos sociais surge outro pai, o varão Moisés (Freud, 1939), que ocupa uma posição de exceção, com um passado coberto de dificuldades e desamparo, porém sem a solicitação dos privilégios que o caráter apresenta e, também, sem a desconsideração ao outro em prol de uma satisfação plena.

Ao contrário do pai da horda primeva, Moisés se depara com muito trabalho, dificuldades e frustrações na sua saga para libertar o povo judeu e fornecer-lhe suas leis e religião (Freud, 1939). Trata-se, portanto, de uma exceção que não solicita privilégios e distanciamento do mal-estar. Entretanto, como propõe Lebrun (2009) em sua análise sobre as duas modalidades paternas, Moisés funciona como um "ao menos um" que opera sobre um grupo, no caso organizando a identidade dos judeus. Logo, como aquele que estabelece um conjunto incompleto- Moisés não pertencia ao grupo dos judeus sendo, inclusive, um egípcio-, mas consistente.

O avanço da trajetória lacaniana também apresenta a passagem de uma figura paterna consistente –onipotente- para aquela de um ao-menos-um, cuja função é propiciar, a partir de sua diferença, de sua exterioridade, uma organização e não apenas uma única organização. Tal avanço apresenta a pluralidade dos Nomes-do-pai, em que:

"O pai fundador da lei desaparece em favor de um traço diferencial, de um ao-menos-um, daquele sobre quem podemos nos apoiar para que possamos formar um grupo. É preciso, com efeito, ao-menos-um elemento que seja identificado como exterior a um conjunto para que esse conjunto possa se constituir" (Lebrun, 2009, p.97).

Nessa vertente, a clínica psicanalítica ofertada na instituição, isto é, reorientada pela clínica do real, convida o analista ao lugar que Lacan (1976), ao final de seu ensino, concebe como um *sinthoma*, isto é, um parceiro do sujeito na sustentação da crença no sintoma que traduz a particularidade do gozo. Ao operar desse lugar lógico, o analista, enquanto direção do tratamento, espera uma produção autoral do paciente sobre o mal-estar que o dirige ao Serviço. Um trabalho psíquico que possibilite a passagem de um estado de mal-estar paralizante para a experiência que solicita um fazer com o resto indecifrável. Resto que pode funcionar como o elemento (ao-menos-um) a oferecer a sustentação necessária à inserção de uma diferença no laço social.

Assim, se há um avanço metapsicológico sobre o inconsciente e suas formações, isso se desdobra numa reorientação da clínica, do sintoma como enigma decifrável ao *sinthoma* como resto indecifrável. Se para Freud, em análise terminável e interminável, o resto tangenciava um não resolvido da transferência, “uma pendência parcial” reveladora da impossibilidade de uma transformação completa, em que resíduos e fixações libidinais anteriores podem ser mantidos na configuração final (Freud, 1937, p. 261) promovendo, inclusive, um retorno à análise, como no caso do homem dos lobos; para Lacan, os restos não assumem a perspectiva de algo a ser inativado, ao contrário, compõem o mais fecundo na história humana.

A partir dessa perspectiva, não será esse o lugar –ao-menos-um- que também cabe ao analista frente ao conjunto dos profissionais da saúde? Lugar que se dirige para uma produção autoral do grupo que possa recolocar a pertinência dos dispositivos institucionais, não na direção de uma inativação do sintoma, mas ao tratamento “dos restos”, ou seja, na de uma operação com o mal-estar estrutural?

II - Os elementos que formalizam a clínica psicanalítica

II.1 - Sobre o dispositivo de tratamento

A clínica psicanalítica se configura num discurso específico, que para se constituir e operar requer um dispositivo. Do mesmo modo a subjetividade, sob a égide de determinada organização depende, com Freud, do ordenador edípico e, com Lacan, da inscrição do Nome-do-Pai, isto é, dispositivos que permitem uma determinada estrutura ao aparelho psíquico.

Dispositivo que encerra o que é relativo à disposição: prescreve, ordena, dispõe; um aparelho construído para se obter certo fim ou, ainda, assume o sentido de regra, norma, preceito (Houaiss e Villar, 2001). Sentidos do

termo que, na perspectiva das condições para um tratamento psíquico, convergem para a idéia de enquadramento, portanto algo mais formal, descritivo, cuja função é instaurar um tratamento, no caso o tratamento psicanalítico em diferença a outras terapêuticas.

Entretanto, como precisa Barros, há uma diferença entre um *dispositivo* - ou enquadramento, que o *Dicionário Internacional de Psicanálise* definiu como "o dispositivo formal e contratual necessário para que se instaure a situação que caracteriza um tratamento psicanalítico, por oposição às outras formas de psicoterapia", e um discurso. Enquanto o dispositivo diz respeito às condições para a instituição do laço social, o discurso para Lacan é o próprio laço social: no caso da análise, enquanto o dispositivo analítico visa dar condições a que uma análise aconteça, o discurso é a própria análise em marcha (Barros, 2010).

Desde os primórdios da psicanálise, a estabilidade do dispositivo analítico tem sido um quase equivalente da estabilidade do lugar e da função do psicanalista. Ou seja, o respeito às formas do dispositivo determina os limites da função do analista, que por sua vez se apóia na função transcendente do Nome-do-Pai. É a partir desta função transcendente que Freud enumerou certa vez as várias figuras que pode encarnar o analista, segundo os avatares da transferência: pai, educador, mestre (Barros, 2010).

Este procedimento requer a presença consistente do significante do Nome-do-Pai, cuja função é ordenar e de certa forma estabilizar a linguagem através do corte que promove a queda do objeto *a* e a condição de separação do gozo do *A*, fundando a estruturação do inconsciente que responde ao dispositivo analítico do deciframento simbólico. Portanto um dispositivo que requer a presença de outro dispositivo (Nome-do-Pai) para produzir o resultado esperado: interpretação do inconsciente.

Quando o significante do Nome-do-Pai não opera (psicose) ou mesmo vacila (sintomas contemporâneos), o sujeito rejeita de certa forma a linguagem e, com ela, o inconsciente freudiano, não dando lugar para a metáfora e a metonímia; tornando, linguagem e inconsciente, inconsistentes (LaSagna, 2010). Por conseguinte, a invenção de dispositivo(s) que, possam ordenar e, de algum modo, incidir na inconstância tanto da linguagem como do inconsciente nesses casos, é convocada. Ou seja, nessas configurações clínicas o dispositivo de tratamento assume um valor ainda maior que o discurso, considerando o inconsciente na perspectiva da clínica do real.

Logo, não há discurso sem um ou vários dispositivos. Se um elemento coloca em risco um discurso, os dispositivos são interrogados (Barros, 2010), condição que concerne tanto a estruturação da subjetividade, como podemos observar com as novas configurações clínicas que nos convocam a interrogar a consistência da metáfora paterna, como ao enquadre clínico, a partir da diferença necessária de enquadramento ao tratamento das psicoses e dos chamados sintomas contemporâneos.

Como situa Barros, não se trata de reduzir o tratamento ao dispositivo, chamando a atenção para o cuidado com a burocratização do dispositivo (Barros, 2010), configuração que impossibilitaria a razão da própria existência do dispositivo para a psicanálise: encontro com o inusitado da demanda pulsional. Mas se trata de interrogarmos sobre a construção de dispositivos estáveis quando a função do pai vacila, dispositivos compatíveis com um discurso que se estrutura a partir de uma perda.

Com efeito, a clínica psicanalítica desenvolvida nas instituições de saúde rapidamente depara-se com esse fato: a necessidade de um dispositivo que viabilize o tratamento psicanalítico num contexto – clínico e institucional – que não aquele em que o discurso psicanalítico foi originalmente estabelecido e, também, não seja subsumido a finalidade dos artificios institucionais, qual seja, extirpar o sintoma e tamponar a perda.

No que tange as terapêuticas propostas pelos profissionais da saúde, e ancoradas nos preceitos do discurso médico de cura, a terapia ideal comporta dispositivos que orientam uma intervenção breve, eficiente e indolor. Quanto mais rápida e eficaz, melhor para o paciente e para o Estado. Como desdobramento, torna-se evidente a necessidade de diferentes dispositivos clínicos para a consecução da clínica médica e da psicanalítica, posto que para a psicanálise não se trata de extirpar o sintoma, o que solicita um outro tempo, uma outra perspectiva de eficiência terapêutica e, também, uma necessidade de passagem pela dor.

II.2 - Sobre o método

A diferença na perspectiva da psicanálise leva Freud em 1917 a duas questões: as condições de um tratamento psicanalítico e os resultados que o método produz. O autor desaponta o leitor revelando que não irá abordar nenhum dos dois pontos, pois não é a intenção oferecer instruções práticas acerca de como efetuar uma psicanálise e, quanto aos resultados, Freud assinala que diversas razões o dissuadem a fazê-lo (Freud, 1917).

Interessante notarmos que as razões de Freud em 1917 ainda são utilizadas como posições para muitos profissionais que se propõem ao exercício da clínica psicanalítica no âmbito público. Ou seja, uma postura reticente frente a esses dois elementos: procedimento e resultado do método. Aspectos importantes à circunscrição do campo analítico na instituição.

Ainda sobre o procedimento na clínica, Freud no mesmo trabalho apresenta outro elemento importante à efetividade do tratamento, o valor das chamadas “condições favoráveis” aos casos de sucesso. Ele indica que a maior parte dos insucessos não foram devidos à falha do médico ou a escolha inadequada dos pacientes, mas sim as condições externas desfavoráveis, tratadas como resistências externas ao tratamento, como por exemplo a interferência de parentes. Essas resistências são emergentes das circunstâncias do paciente, de seu ambiente e, segundo o autor, são de pouco interesse teórico, mas de maior importância prática. Nesse momento, Freud traz como exemplo as condições de uma sala cirúrgica para o sucesso de uma cirurgia e interroga “[...] está-se precavido contra as resistências internas do paciente, que se sabe inevitáveis, mas como defender-se dessas resistências externas?” (Freud, 1917, p. 535).

Quanto à abordagem dos resultados de um tratamento analítico, o autor destaca fatores que influenciam os resultados como o *milieu* social do paciente ou mesmo cultural de sua família e que são inacessíveis ao analista. Também lembra que as estatísticas são carentes de valor se os itens nelas agrupados são por demais heterogêneos, como são os casos tomados em tratamento, impossíveis de comparação, em uma grande variedade de aspectos, o que impõe um limite significativo ao método psicanalítico quando avaliado por esses parâmetros.

No cenário da saúde se sobressaem elementos que cabem nessas considerações freudianas concernentes ao método e análise dos resultados, em que a falta das condições externas preconizadas para o sucesso da terapêutica, como privacidade, pagamento, divã, tempo prévio indeterminado, contrato analista-(instituição)-paciente, podem intervir como resistências externas que inviabilizam o tratamento analítico; assim como as condições sócio-culturais e econômicas de parte significativa dos pacientes que procuram o Serviço de saúde.

Nessa perspectiva, significativos trabalhos discutem a viabilidade da psicanálise em cenários distintos da criação original do método, apontando para a necessidade de novos dispositivos que favoreçam o estabelecimento do discurso psicanalítico. Tais estudos convergem para a pertinência do tratamento na instituição, apresentando as especificidades clínicas e os

respectivos dispositivos criados como, por exemplo, o manejo de sessões por semana e horários (Figueiredo, 1997); o dispositivo de pagamento simbólico e recursos ao estabelecimento da privacidade em atendimentos em enfermarias (Moretto, 2001); ou ainda dispositivos –entrevistas de passagem- que pretendem intervir no tempo de tratamento e na contingência de mudança de profissionais no cenário da saúde, como forma de viabilização à clínica psicanalítica (Bueno e Pereira, 2002).

Com efeito, o campo de investigação desses trabalhos circunscreve-se à entrada da psicanálise no cenário institucional. São abordadas as particularidades que o cenário impõe e as propostas de solução para a efetivação de uma oferta de tratamento psicanalítico, no sentido de se criar condições ao tratamento de uma variação clínica que não podem prescindir de um reconhecimento no contexto da metapsicologia psicanalítica.

Ou seja, as condições de aplicação do método em novos contextos e os dispositivos para tal efetivação, bem como as inovações que a clínica solicita a metapsicologia, não devem alterar os princípios que regem a prática analítica na direção do que se espera de um tratamento.

Tal diferença no exercício da clínica, acrescida da condição de inserção no cenário institucional, o qual preconiza o uso de resultados tanto na organização do Serviço, quanto na política de contratação, solicita ao campo analítico um posicionamento. Ainda que não se possa utilizar os parâmetros estatísticos na avaliação de uma experiência com o dispositivo analítico, como já assinalado por Freud, a inserção institucional solicita alguma formalização dos efeitos de uma experiência com a psicanálise, se essa pretende se manter na instituição.

De outra forma, a posição de exceção no que tange a esse elemento – avaliação de resultados- pode produzir um desserviço à clínica psicanalítica ao restringir seu campo de intervenção. A partir da especificidade da clínica psicanalítica, uma posição de implicação com as diretrizes institucionais, ao contrário, convida à produção de dispositivos que possam formalizar a diferença do campo analítico às terapêuticas que respondem a modalidade avaliativa problema-solução. Tal perspectiva se alinha ao que Lacan interroga sobre a psicanálise:

“O que é uma práxis? Parece-me duvidoso que este termo possa ser considerado como impróprio no que concerne à psicanálise. É o termo mais amplo para designar uma ação realizada pelo homem, qualquer que ela seja, que o põe em condição de tratar o real pelo simbólico. Que nisso ele encontre menos ou mais

imaginário tem aqui valor apenas secundário”(Lacan, 1964, p.14).

II.3 - Sobre o que se espera de um tratamento

No mesmo seminário, Lacan resgata uma resposta de Picasso, quando indagado sobre os motivos de sua produção artística, no sentido de onde buscava inspiração. Lacan toma emprestada a resposta do pintor para qualificar sua prática enquanto analista, “eu não procuro, acho” (Lacan, 1964, p.14). Tal qual o pintor, o “acho” situa-se num encontro, não com algo esquecido, atrás, mas com um inusitado, novo, nomeado por Lacan de encontro com o real.

Encontro que se recobre, no instante posterior, de um simbólico: Picasso com sua produção artística, o neurótico com sua mesmice sintomática, o sujeito em análise, se diferencia com a produção de um significante e/ou de um ato, inaugural, no sentido de um antes e um depois. Quando um analista oferta o dispositivo da palavra e, através da transferência, promove a abertura do inconsciente, perpassando por todas as vicissitudes que tal trabalho impõe, espera causar no paciente uma outra forma de se haver com o real, da incompletude, da não-garantia, da frustração, da morte (Lacan,1964).

Com o tratamento pretende-se uma experiência subjetiva que cause um reposicionamento no paciente frente à desordem de que se queixa; provenha essa das vicissitudes da existência, do próprio pensamento ou como consequência das dificuldades do sujeito em explorar a relação com o Outro. Espera-se uma nova orientação às decisões, aos atos e aos pensamentos, antes fixados em identificações mortificantes; portanto uma responsabilidade inédita, responsabilidade pelo modo de sofrer e de amar.

Para tanto, a operação com o sintoma é o campo do trabalho. Trabalho que Freud, no início de seu ensino, já delineava como complexo na medida em que não se restringia a uma suficiência de saber. Ou seja, a apreensão da doutrina freudiana pelos médicos e psiquiatras da época não era acompanhada pela aceitação do procedimento, cujo reconhecimento ainda não havia se estabelecido (Freud, 1905).

Como consequência dessa apropriação separada, encontramos incidências da teoria psicanalítica em diversos procedimentos clínicos que, inclusive, evidenciam contradições significativas aos fundamentos psicanalíticos como, por exemplo, a psicoterapia de orientação psicanalítica.

A especificidade da clínica psicanalítica, enquanto método de tratamento, está na operação com a trama sintomática, operação que não é simples de se estabelecer. Como destaca Freud: "o instrumento anímico não é assim tão fácil de tocar" (Freud, 1905, p.245). Trata-se, portanto, de um trabalho que possa tocá-lo ou, mais precisamente a partir dos avanços de Lacan, que possa produzir a música que é possível ao instrumento tocar.

Nessa perspectiva, o avanço da orientação lacaniana sobre a concepção de sintoma possibilita a entrada da clínica lacaniana nas instituições, em que o exercício da psicanálise aplicada – com seus dispositivos - faz-se sob a égide dos princípios que regem a prática analítica, e sempre a partir de uma reflexão consistente sobre as condições de sua aplicação (Miller, 2001).

III - À guisa de conclusão: psicanálise e instituição

Considerando os desdobramentos da clínica psicanalítica para a instituição e as consequências dos dispositivos de tratamento ordenados pelos princípios reguladores da instituição à clínica psicanalítica, pergunto: como pode um analista, a partir da especificidade de sua clínica, contribuir no tratamento de pacientes que fazem uso dos dispositivos institucionais? E, ainda: a psicanálise praticada na instituição pode acrescentar algo à clínica psicanalítica?

Com a psicanálise, sob a perspectiva do inconsciente interpretável, o tratamento pode ser formalizado da seguinte forma: a ordem edípica, ao instalar o recurso simbólico permite ao analista, a partir da transferência, operar com o sujeito suposto saber e com a interpretação, a fim de se obter uma elaboração de saber que produza uma transformação dos sintomas e, como efeito sobre o real –o indizível-, uma modificação do gozo na direção de um resto que aglutina o singular de cada um.

Tal tratamento oferecido pela palavra converte a queixa numa demanda, enlaçando o indizível e dirigindo ao Outro a palavra que falta. Para tanto, requer a inscrição do Nome-do-pai enquanto um aparelho que permite recuperar o princípio do prazer, ou seja, um dispositivo que concerne à redução do gozo, a adequação e vinculação do significante e do significado (Palomera, 2010).

Um dispositivo que opera sob a incidência da palavra do Outro na direção de um descolamento da condição de assujeitamento ao Outro. Com Freud, a operação com a palavra é o dispositivo para o tratamento psíquico de todo neurótico. Entretanto, é um dispositivo que adquire consistência a partir da especificidade de uma fala que transmite o inusitado da

experiência subjetiva singular, portanto não é uma operação com qualquer palavra, mas com aquela que porta a surpresa, o inesperado de um dizer sobre si. Ou seja, o dispositivo é universal, porém proveniente do particular, sublinhando-se sua incidência sobre o singular que aposta numa produção de efeitos sobre a satisfação pulsional.

Já na perspectiva dos dispositivos institucionais, uma das características do trabalho clínico ofertado em instituições públicas de saúde concerne à multiplicidade de dispositivos de tratamento (oficinas; atividades recreativas e laborais; grupos de acolhimento) ancorados numa perspectiva de cunho psicopedagógico.

A aplicação desses dispositivos não solicita especificidade do profissional, ou seja, as modalidades são ofertadas pelo conjunto de profissionais que compõem o Serviço de Saúde. Enquanto procedimento há um cardápio de opções a ser distribuído segundo a decisão da equipe, considerando a condição clínica do paciente, seus interesses e a disponibilidade de vagas dos dispositivos. Portanto, dispositivos construídos em anterioridade e “para todos”, cuja procedência está num universal que se dirige a uma experiência particular, no sentido da apropriação/uso do dispositivo.

Nessa vertente, os dispositivos pretendem oferecer um espaço para o sujeito se organizar psíquica e socialmente. O horizonte do trabalho é o desenvolvimento de habilidades e atitudes pertinentes ao estabelecimento de relacionamentos e de uma inserção laboral.

Com efeito, guardadas as diferenças entre a abordagem institucional e o dispositivo psicanalítico para o tratamento daquilo que não funciona na vida de um sujeito, ambos têm um acento importante no valor atribuído ao Outro como veículo do tratamento. Assim, as experiências com oficinas ou grupos terapêuticos, ao trazerem à cena um Outro que aprova (ou desaprova); ao buscarem a restituição das funções de síntese, organização e produção pela via da inflação dos aspectos identificatórios, ancorando-se em preceitos e modelos, trazem à cena da vida elementos “concretos” que acabam por acionar aspectos pulsionais. Esses se mostram relevantes ao trabalho do analista que, ao seguir a direção contrária, de desconstrução, subtração, promove uma outra condição à experiência com os dispositivos. Assim, a clínica psicanalítica pode beneficiar o sujeito neurótico ao servir-se dos dispositivos institucionais, e, também, pode ser beneficiada pelas experiências do sujeito com os artifícios institucionais.

Entretanto o dispositivo de abordagem ao sintoma ancorado no Outro encontra seu limite no que Freud formaliza como o masoquismo primordial e a pulsão de morte, isto é, um circuito não subsumido ao Outro, sem sentido e não simbolizável. Como consequência, aparece em Freud uma

disjunção entre o inconsciente e a pulsão, entre o descobrimento do sentido que desfaz o sintoma e a permanência do gozo que o mantém (Kruger, 1998). O avanço de Lacan está em incluir a determinação significativa em um circuito mais vasto, onde o gozo e a castração se encontrem implicados (Gorostiza, 1998).

Tal constatação, sobretudo clínica, em função da fixidez, padecimento, resistência e inércia do sintoma, traz à cena a relação do sujeito com o gozo, em que o sintoma ascende como um modo de gozo, para além do princípio do prazer, ou da condição de engendrar-se a uma significação operante no sintoma, de engendrar-se ao campo do Outro. Como resultante, aparece um movimento autoerótico, onde o sujeito prescinde do Outro, estabelecendo-se um modo de gozo autístico.

Esse funcionamento denuncia a ausência da metáfora como instrumento que barra o gozo. Assim, o limite a utilização do pensamento e do A, como vias à consistência, convoca o corpo como instrumento na obtenção de uma consistência. Por conseguinte, a identificação não se dá com o A – como na neurose- levando o sujeito a gozar com outro corpo, mas com o corpo próprio, em que se destaca uma manifestação errática no corpo, pois a única consistência do falasser –inconsciente real - é o corpo.

Com efeito, o tratamento analítico, nessa perspectiva, propõe-se a um saber-fazer com o próprio corpo e com a incidência do circuito do gozo na vida do sujeito. Ou seja, um deslocamento dos dispositivos fundantes, mas não dos princípios. Como consequência da operação com o próprio gozo, o sujeito pode servir-se do laço social.

Eis o campo da pulsão – inconsciente real - constituído em anterioridade ao campo que solicita interpretação, de onde deriva a impossibilidade da pulsão se dizer. Portanto, a re-orientação da clínica do real concerne na sua diferença a uma clínica que busca o sentido, o verdadeiro.

Com Lacan só é verdadeiro o que tem um sentido, sendo que o verdadeiro sobre o real é que o real não tem sentido algum e se encontra nos emaranhados do verdadeiro (Lacan, 1975,p.83). Do lado da verdade tem-se o prazer, diferentemente do lado do real que comporta o masoquismo, tomado como o ápice do gozo dado pelo real (Lacan, 1975, p.76).

Desse modo, se no tratamento freudiano o paciente era despertado por um saber que promovia prazer; com Lacan o que se espera é a modificação da relação do sujeito com seu gozo, com uma subtração de saber em prol de uma responsabilização. A ética da responsabilidade concerne aos efeitos, às consequências de um ato ou pensamento, pressupondo uma aposta e uma responsabilidade pelos riscos.

Esse avanço estabelece, por um lado, um campo clínico para a psicanálise nas instituições. Principalmente quando consideramos as dificuldades no tratamento das configurações clínicas mergulhadas na incidência da pulsão de morte, isto é, configurações que não apresentam recursos psíquicos para o aproveitamento imediato dos dispositivos institucionais. Mas, por outro lado, estabelece um campo delicado de interlocução com as modalidades de intervenção sustentadas no saber e na verdade.

Tomando a primeira direção, se o sentido não se constitui como um dispositivo esse o pensamento rateia frente ao real do gozo, podemos dizer que a psicanálise encontra elementos importantes para justificar os limites contundentes dos dispositivos institucionais, apoiados na lógica do sentido. Limites aplicáveis ao tratamento das patologias do real, quando a finalidade é ordenar o caos em que o sujeito se encontra, a partir de dispositivos que acionam o pensamento pela via do bem que é regido pelo coletivo.

Do mesmo modo que o dispositivo de palavra, estabelecido por Freud, não opera com a maioria dos pacientes recebidos nos diferentes Serviços de Saúde – toxicômanos, anoréxicos, melancólicos, psicossomáticos -, posto que esses não contam com o aparelhamento “decidido” do dispositivo do Nome-do-Pai ao manejo do gozo e do Outro.

Os dispositivos institucionais com sua efetividade marcadamente reduzida nessas configurações predominando, em muitos casos, o retorno ainda mais contundente do “pior”, isto é, um recrudescimento significativo dos sintomas ao invés da esperada solução, propõe a política de redução de danos em contraponto à política da cura, experimentada como impossível. Assim, nos casos de limite de funcionamento simbólico, torna-se necessário também uma re-orientação clínica na aplicação dos dispositivos institucionais.

Com efeito, a psicanálise assume um lugar relevante na medida em que dispõe de recursos para auxiliar o sujeito na apropriação de seu sintoma, visando um deslocamento do que se converteu em patológico à sua fonte, pathos, e convidando o sujeito a uma operação cuja aposta, como precisa Vieira, é de que:

“seja possível manter vivo o real, tal como ele se apresenta na experiência analítica, feito da certeza de que há vida, mesmo na ausência de um sentido principal; de que é possível, pelo bom uso do resto, fazer desse gozo opaco que nos funda movimento e abertura ao encontro. É nossa chance de felicidade, disse Lacan (1974), já que, sem ele, a esperança é nada” (Vieira, 2008, p. 140).

Desse modo, o discurso analítico inaugura uma nova forma de tratar o pior ou a pulsão de morte, ou o “isso”, ou ainda o fator quantitativo da pulsão, essa coisa tão íntima, todavia descabida, que não cabe no Eu, no Ideal, na lei do Pai (Fingermann, 2003).

O avanço de Lacan a partir de 1970 reduz o sintoma não à elucubração do inconsciente, mas à realidade do inconsciente. Assim, de uma posição indicativa “do que não vai bem”, a concepção sobre o sintoma é reorientada enquanto “do que permite ao sujeito fazer para a sua satisfação”, isto é, o *sinthoma* (Lacan, 1976, p. 134). Para tanto, um trabalho deve ser efetuado, tarefa singular à qual cabe ao analista ofertar, acompanhar e consentir.

Essa perspectiva clínica ofertada em instituições públicas de saúde pode causar um horror, se consideramos a direção do tratamento dado ao *pathos*, em que a voz é dada ao singular; e, muitas vezes, além da voz, também o movimento, tumultuando as agendas e os corredores da instituição. Ela também pode criar novas condições que, ao subtraírem a exclusão do singular dos dispositivos institucionais, vêm se somar à efetividade de um tratamento que não mais polarizaria singular e universal. Sua proposta é a de constituir um espaço de experiência e construção do singular, balizado pelos dispositivos psicanalíticos, com os elementos da cultura veiculados pela instituição, numa perspectiva “*unisingular*”.

O avanço de Lacan, cujo desdobramento clínico surge nos dispositivos de tempo variável de sessão e do ato analítico - como recursos ao tratamento do que “*não tem nome, nem nunca terá*” -, apontam para a necessidade de uma plasticidade dos dispositivos institucionais, associada a uma inclusão da categoria do possível para cada sujeito.

Tal qual a re-orientação da clínica que não pode se distanciar dos seus fundamentos, a re-orientação dos dispositivos institucionais também não pode prescindir do que é seu fundamento: a lei, a coletividade, a manutenção do agrupamento social. A questão é como criar dispositivos que ofereçam a condição de que o *sinthoma*, singularidade do sujeito, seja o elemento, - e não o ideal, inoperante, - de inserção no coletivo. Portanto, uma aposta na condição de que os dispositivos institucionais, concomitantes à intervenção analítica com a especificidade que porta seu discurso, possam intervir na direção de uma apropriação da solução singular produzida pelo sujeito.

E, ao operar nessa via, ainda, como precisamente interroga Coelho dos Santos: como levar em conta a singularidade sem reforçar a ideologia dos direitos de ser tratado como exceção? (Coelho dos Santos, 2010), não se

deve desviar da questão. Diretriz que concerne tanto a clínica psicanalítica quanto os dispositivos de tratamento ofertados pela instituição, quando consideramos os desdobramentos, para o sujeito e para o coletivo, do estabelecimento do caráter de exceção.

Ao invés de nos debruçarmos sobre os elementos que marcam a distância entre psicanálise e instituição, confluindo para a idéia de psicanálise ou instituição, esse trabalho propõe que se realize um exercício entre psicanálise e instituição. Desta forma, propõe a perspectiva de uma diferença que não se alinha com a exclusão, mas com a operação sobre ela, tal qual a clínica da atualidade nos convoca.

Referências bibliográficas

BARROS, R.R. (2010) "Do dispositivo ao discurso", inXIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano: o sintoma na clínica do delírio generalizado. São Paulo, novembro de 2010, conferência. Texto não publicado.

BUENO, D.S. e PEREIRA, M.E.C. (2002) "Sobre a situação analítica: a experiência da psicoterapia psicanalítica no Hospital Universitário da Unicamp", inRevista Pulsional.São Paulo: Escuta, n.15, vol. 157, 2002, p. 15-24.

COELHO DOS SANTOS, T. (2010) "Patologia da ética: covardia moral e direito de ser tratado como exceção", in Curinga. Belo Horizonte: EBP-MG, vol. 30, junho / 2010, p. 91-98.

FIGUEIREDO, A.C. (1997) Vastas confusões e atendimentos imperfeitos: a clínica psicanalítica no ambulatório público (2a ed.).Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

FINGERMANN, D.(2003) "A psicoterapia reconduz ao pior. A demanda e o ato", inO ato analítico. Salvador: Associação Científica Campo Psicanalítico, 2003, p.27-43.

FREUD, S. (1905). "Sobre a psicoterapia", inObras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, 1987,p.241-251.

Freud, S. (1913). "Totem e tabu", in Obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIII, 1987, p. 20-97.

FREUD, S. (1916). "Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico: as exceções", inObras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, vol. XIV, 1987,p.351-356.

FREUD, S. (1917). "Terapia analítica", inObras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago,vol. XVI, 1987, p. 523-540.

FREUD, S. (1930). "O mal-estar na civilização", inObras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago ,vol. XXI, 1987, p.81-171.

FREUD, S. (1939). "Moisés e o monoteísmo", inObras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago , vol. XXIII, 1987, p. 19-75.

- GOROSTIZA, L. (1998) "O sintoma como mensagem", in *O sintoma-charlatão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 95-100.
- HOUAISS, A. e VILLAR, M.S. (2001) *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia. Rio de Janeiro: Objetiva.
- KRUGER, F. (1998) "Gozar do sintoma", in *O sintoma-charlatão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, p. 101-109.
- LA SAGNA, P. (2010) "A alegria de viver", in *Curinga*. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise – Seção Minas, vol. 1, n. 30, junho de 2010, p.39-51.
- LACAN, J. (1964). "A excomunhão", in *O Seminário*, livro 11: os quatro conceitos fundamentais em psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 09-20.
- LACAN, J. (1965). "A ciência e a verdade", in *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998, p. 869-892.
- LACAN, J. (1976). "Do inconsciente ao real", in *O Seminário*, livro 23: o sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 125-135.
- LEBRUN, J-P. (2009) *Clínica da instituição: o que a psicanálise contribui para a vida coletiva*. Porto Alegre: CMC Editora.
- MILLER, J-A. (2001) "Psychanalyse pure, psychanalyse appliquée et psychotérapie", in *La cause freudienne*, *Revue de Psychanalyse*, n. 48, maio, 2001, p. 7-35.
- MORETTO, M.L.T. (2002) *O que pode um analista no hospital?* São Paulo: Casa do Psicólogo.
- PALOMERA, V. (2010) *Seminário da Seção Clínica de Barcelona: Lacan com Joyce (Jacques-Alain Miller)*, in *Correio*, *Revista da Escola Brasileira de Psicanálise*. São Paulo: EBP, n.65, abril de 2010, p. 55.
- VIEIRA, M.A. (2008) *Restos: uma introdução lacaniana ao objeto da psicanálise*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

Resumos

Psychoanalytic clinic in public healthcare institutions

Considering the practice of psychoanalytic clinic in public healthcare context, this article debates the repercussions of the non-relation between psychoanalysis and institution and tries to identify possibilities of approximation between these two fields. Based on freudian conceptualizations about the collective reverberations of the exception character and the required bound between civilization and drive, this work proposes a necessary dialogue between psychoanalysis and institution. In this inclusive perspective, the specificities of psychoanalytical discourse and Lacanian theorization about *jouissance* could articulate with the institutional expectations to contribute to contemporary symptoms treatment.

Key words: psychoanalytic clinic, public healthcare institutions, psychoanalysis and healthcare institutions.

La clinique psychanalytique dans des institutions publiques de santé

Considérant l'insertion de la clinique psychanalytique dans le domaine de la santé publique, l'article met en question les dédoublements de l'absence du rapport psychanalyse-institution, faisant le point pour l'approche possible entre ces deux champs. A partir des formulations freudiennes sur les dédoublements, dans le collectif, du caractère d'exception et du lien nécessaire entre pulsion et civilisation, le travail propose une interlocution essentielle entre psychanalyse et institution; la spécificité du discours analytique et les formulations de Lacan sur la jouissance, ainsi que le lieu idéal de l'institution pourraient, par le biais de l'inclusion, s'ajouter au traitement des symptômes actuels.

Mot clés: clinique psychanalytique; institution de santé publique; psychanalyse dans des institutions de santé.

Citação/Citation: PALMA, C.M.S. A clínica psicanalítica em instituições públicas de saúde. *Revista aSEPHallus*, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 28/04/2010 / 04/28/2010.

Aceito/Accepted: 14/07/2010 / 07/14/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which allows unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

O Homem dos Lobos: análise de um caso paradigmático de incerteza diagnóstica. Como o estudo do caso pode contribuir para o diagnóstico na clínica psicanalítica da atualidade?¹

Sabrina Gomes Camargo

Psicóloga

Especialista em Teoria da Clínica Psicanalítica – UFBA / BA

Mestre em Psicanálise – Universidade Paris 8 / França

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica / UFRJ

camargosabrina@uol.com.br

Resumo

O presente artigo é fruto de minha pesquisa de doutorado no programa de Pós-graduação em teoria psicanalítica, da UFRJ, sobre o diagnóstico em psicanálise a partir da leitura do caso freudiano do Homem dos Lobos. Numa época dominada pelas ciências cognitivas e neurofarmacológicas o olhar dirigido ao padecimento mental passa a ser padronizado ao desprover o sujeito de sua singularidade. Temos o apogeu de uma clínica sem sujeito que o exime de qualquer responsabilidade e implicação sobre seu adoecimento. Neste contexto, resgato o caso de Freud sobre o Homem dos Lobos através dos diferentes trabalhos propostos pelos analistas da Escola da Causa Freudiana de Paris. Parto de uma questão inicial a respeito da importância do diagnóstico na clínica psicanalítica e o que esta ferramenta diz, verdadeiramente, do sujeito para encerrar com uma proposta de leitura do caso a partir do terceiro ensino lacaniano, em fase inicial de pesquisa.

Palavras-chave: psicanálise, diagnóstico, Homem dos Lobos, Freud, Lacan, sujeito.

A minha pesquisa de doutorado parte do estudo do famoso caso freudiano do Homem dos Lobos, que, quase um século após sua publicação, parece ainda provocar inquietação. Se provoca inquietação, é bem verdade, estimula o debruçar ferrenho sobre ele e não é à toa que continua objeto de estudo de diversas pesquisas e tema de conferências. Ao partir de uma questão em minha dissertação de mestrado - "O que poderia se constituir como ponto de basta para os sujeitos fragmentados socialmente" -, deparei-me com este caso, sem saber

ao certo o que fazer com ele. Sabia que uma questão como essa não teria uma resposta universal, mas somente na clínica do caso a caso, na construção do caso clínico que eu poderia tentar cingí-la. Este ponto me fez levantar uma segunda questão relativa à peculiaridade do diagnóstico psicanalítico. O Homem dos Lobos coloca-se, para mim, como um caso paradigmático de incerteza diagnóstica. Sobre isso, podemos nos referir à excelente revisão bibliográfica realizada pelo psicanalista argentino Carlos Scars (2002) na qual ele sintetiza os principais estudos acerca do caso. O que é comum a todos: a discussão diagnóstica. Ouve-se falar em histeria, neurose obsessiva, paranóia, hipocondria e o que vai se interrogando em mim é: o que esta discussão diagnóstica realmente diz do Homem dos Lobos?

Um ponto que merece ser considerado é que a análise original realizada por Freud (1918 [1914]) é, por incrível que pareça, muito pouco abordada nas publicações e quando feita não condiz com a vastidão do estudo freudiano. Por outro lado, a análise dirigida por Ruth Mac Brunswick (1928, p. 268), esta sim parece ser a que verdadeiramente explica o caso e a que corresponde às expectativas da comunidade analítica, pois, enquanto a de Freud continua alvo de questionamentos, esta última parece silenciar até mesmo os pesquisadores mais afoitos. Ser enfática quanto a um diagnóstico além de dizer mais do próprio clínico e de suas conjecturas que do próprio paciente, ainda enquadra este último num rol, num denominador comum aos outros, incluindo-o num agrupamento que parece, temporariamente, ter efeitos terapêuticos sobre a angústia.

Não podemos nos esquecer da origem da formação de Freud, herdeiro da fina psiquiatria, cujo diagnóstico era parte da relação médico/paciente e como tal constituía-se como anterior à teoria. A teoria era construída simultaneamente à análise do caso e não anterior a ele. Hoje parte-se de manuais de CID 10 e DSM IV para diagnosticar como se os critérios diagnósticos fossem universais. O interesse maior é pela sistematização de doenças, pela descrição fenomenológica dos sinais e sintomas e não mais pela função deles e pelo que eles significam para um determinado paciente. É por isso que grande parte dos estudos dedicados ao Homem dos Lobos parte de uma superficialidade e não da verdadeira construção do caso clínico.

Todavia, acredito que um leitor pouco afeito à psicanálise poderia dizer que assim como a psiquiatria moderna sistematizou as doenças, também o fez a psicanálise ao diferenciar a neurose de uma psicose e de uma perversão. Não seriam elas também classificações fenomenológicas? É evidente na obra de Freud que, ao falar das estruturas clínicas, seu interesse maior não incidia sobre a descrição sintomatológica, mas sobre a função deste sintoma que, seja à

maneira neurótica, psicótica ou perversa, revela um modo de gozo peculiar do paciente e a partir do qual se torna possível dizer algo sobre ele.

Dentro de um espaço de análise, o paciente pode dirigir-se a um analista que, indo além da simples nomeação do seu sintoma, possibilitará que o imprevisível da fala apareça e que algo mais-além dos fenômenos possa se manifestar. Ao ocupar este lugar, o sujeito transferirá a este analista a repetição de seus protótipos infantis, suas ambivalências pulsionais, reatualizando a realidade do inconsciente. Ao enunciar a regra fundamental ao paciente, “diga tudo o que vier a cabeça”, o analista possibilita que o sujeito fale, tropece e emergja escapando do silêncio alienante para a produção de algo, de uma articulação qualquer que adquira historicidade e sentido. O sujeito não se dissolve, não se dilui entre outros, não é apenas uma categoria clínica, nem uma simples imagem computadorizada.

Com o progresso da ciência e o avanço dos exames de imagem, procura-se detectar a nível cerebral a localização da doença e suas conseqüências para o sujeito. Compreende-se que, da histeria à paranóia, tudo pode ser visto por imagens. Mapeando o funcionamento cerebral do indivíduo e qual sua área danosa, cria-se e desenvolve-se medicamentos mais eficazes para combater sua doença. Enquanto a indústria farmacológica movimenta uma soma enorme de recursos financeiros em prol da pesquisa e vendagem de fármacos modernos que gerem o mínimo de efeitos colaterais, o sujeito mantém-se refém de uma substância que ameniza temporariamente seus sintomas, calando-o provisoriamente e transmitindo a ilusória sensação de cura. O sujeito como efeito da articulação significativa não consegue se calar, e seu corpo continua emergindo de forma pontual através das manifestações do inconsciente. A dor não cessa, a tranqüilidade não volta e, por mais que os medicamentos tentem, a docilidade que promovem sobre o corpo é meramente instantânea.

Vive-se o momento da clínica da urgência, da procura desenfreada por tratamentos rápidos, por psicoterapias súbitas. Nesta torrente, as terapias cognitivas ganham força ao estabelecer limites de tempo de tratamento, promessas de melhora com garantia assegurada, técnicas para debelar qualquer mal, tal como num livro de receitas que, seguido minuciosamente passo a passo, permitiria chegar com êxito ao resultado final. Isso me faz pensar: se hoje o Homem dos Lobos procurasse tratamento, qual seria o seu diagnóstico? Quantos Homens dos Lobos não se calam ante os tratamentos da modernidade? E, atribuir-lhe um diagnóstico, teria qual finalidade?

Estes foram alguns dos questionamentos feitos ao longo do meu percurso e, neste processo de retorno a um caso clínico, compreendi que atribuir um diagnóstico ao Homem dos Lobos definitivamente não seria meu objetivo. Miller

(2008-09), em seu curso de orientação lacaniana proferido em Paris, comparou o diagnóstico psicanalítico à arte descrevendo este procedimento técnico como uma “coisa de fineza”. É dentro do dispositivo analítico, de um ambiente transferencial, que o sujeito, ao dirigir-se a um Outro que imagina supor um saber sobre ele, põe-se a articular seus significantes e a produzir sentido. Nisto revela a sua posição na fantasia, a complexa e intrincada rede que constitui seu romance familiar que só é possível de se manifestar se este sujeito se presta à tarefa de falar sobre o que lhe aflige. O analista, ao se abster da posição de crítico, deixa de lado seus juízos de valor e permite que a fala do paciente emergja e se articule. É somente dentro deste contexto que é possível enveredar-se na difícil tarefa de diagnosticar com o objetivo de estabelecer uma direção de tratamento. Sendo assim, somente Freud e Brunswick, poderiam arriscar-se no trabalho diagnóstico, enquanto todos os outros interessados no caso poderiam apenas criar suas conjecturas e suposições.

Analista fino e criterioso que foi, Freud conseguia apreender muito bem aquilo que seu paciente queria ou não dizer. E, no caso do Homem dos Lobos, ele trouxe um dado clínico que eu considero que muitos trabalhos que se propuseram analisar o caso deixaram de lado: a sua dissolução edipiana através de um Édipo invertido. Por outro lado, superestimaram a lembrança infantil da alucinação com o dedo cortado, para muitos, fator decisivo no que se refere à confirmação do diagnóstico. Acredito que este apreço deveu-se, em grande parte, aos estudos lacanianos que durante um bom tempo aproximaram este episódio a um fenômeno elementar decorrente da forclusão do Nome-do-Pai. A sensação de ter seu dedo preso por um pedaço de pele após fazer cortes numa casca de noqueira foi descrito por Freud como um mecanismo denominado *Verwerfung*. Para ele, a castração outrora rejeitada parece ser reconhecida, neste momento. Todavia, Lacan ao aproximar esta noção de *Verwerfung* da ausência de afirmação simbólica, ao afirmar que o que estava em jogo era a ausência de simbolização da castração e demonstrar que este episódio trouxe à tona efeitos de catástrofe subjetiva, mutismo e ausência de temporalidade proporcionou que muitos estudos abordassem esta cena como característica de um fenômeno elementar próprio da psicose.

Vale lembrar que, as poucas vezes em que Lacan mencionou o termo psicose com relação ao Homem dos Lobos, foi ao referir-se a imposição de um limite de tempo imbuído por Freud na análise e num outro momento ao falar de uma estrutura boderline (Lacan, 1962-63, p. 85-98). Contudo, foram afirmações sem maiores desenvolvimentos e o fato é que, ao traduzir *Verwerfung* pelo termo forclusão e utilizá-lo como mecanismo próprio e específico da psicose, o mesmo deixa de fazer qualquer menção ao Homem dos Lobos. Assim, ao articular a

foraclusão do Nome-do-Pai com a ausência de significação fálica toda e qualquer referência ao caso freudiano desaparece.

Maleval, num pequeno artigo datado de 1982, debruçou-se sobre o estudo do Homem dos Lobos com o intuito maior de analisar este episódio da alucinação. Ele observa que o conteúdo da alucinação é totalmente integrado na história do Homem dos Lobos trazendo suas próprias associações a esta cena, como histórias de pessoas que haviam nascido com seis dedos e tivera um deles decepado ou uma lembrança infantil de um canivete presenteado pelo tio. Para Maleval há uma integridade das cadeias associativas, existe uma correlação que não se harmoniza com a cisão no psiquismo característica de um mecanismo foraclusivo. Segundo ele, quando o temor da castração é mobilizado é possível o aparecimento de alucinações neuróticas, sem, contudo, caracterizar o encontro de Um Pai, mesmo quando ressurgem algo semelhante já sob análise de Brunswick com relação à idéia fixa de uma mutilação infligida sobre o nariz. Quanto a isso, Maleval também observa a presença de cadeia associativa quando, ao sonhar que estava na proa de um navio e que havia quebrado um espelho, o Homem dos Lobos confia à analista que proa em russo significava nariz, local em que começam suas perturbações. Ou seja, o elemento essencial do delírio – nariz - é metaforizado e não dissociado. E assim, o referido autor parece convicto quanto à estrutura neurótica do Homem dos Lobos.

Esta convicção não é partilhada por Aflalo (1999) que, em seu longo artigo, tenta por “a mais b” apresentar um percurso de análise que testemunhe a existência de uma psicose paranóica com traços hipocondríacos. Ela inicia o artigo pela análise freudiana e afirma que os sintomas prevalentes na infância, fóbicos e obsessivos, apresentavam atipias quanto ao estatuto do pai. O objeto da fobia era uma imagem evidenciando um fracasso na constituição do campo simbólico da realidade. A identificação estabelecida para com a mãe sobre o plano anal, segundo ela, é indicativa do não reconhecimento da castração. O conflito inconsciente entre tornar-se mulher e a recusa a abandonar a virilidade, para ela, são semelhantes ao fenômeno de empuxo-à-mulher, tal como ocorre no caso Schreber, demonstrando a dificuldade inerente ao psicótico em se inscrever na partilha dos sexos. Ao debruçar-se sobre a análise lacaniana, Aflalo focaliza-se no fenômeno clínico da alucinação do dedo cortado e nos trabalhos de Lacan a respeito do termo *Verwerfung*. Mesmo sabendo que com a formalização do termo foraclusão e sua associação à ausência do Nome-do-Pai Lacan deixa de referir-se ao Homem dos Lobos, Aflalo considera que é possível reconstruir indiretamente algumas suposições de que, no caso em questão, trata-se efetivamente da não simbolização da metáfora paterna. No final do artigo, ao tentar articular sua própria leitura do caso, Aflalo destaca quatro pontos principais de investigação:

no primeiro, com relação à vida amorosa do Homem dos Lobos, ela salienta o seu interesse pelas exposições anais das mulheres. A mulher aparece dicotomizada: objeto fetiche e objeto depreciado. Ao colocar-se de quatro, temos o objeto depreciado, todavia seu traseiro instaura-se como o objeto fetiche. Este funcionaria como um *quantum* de gozo. Ao fixar-se nele, de certa forma o sujeito impediria seu transbordamento pelo corpo. Para ela, o desencadeamento da hipocondria ocorre no momento em que o sujeito padece de gonorréia e tem verdadeiramente o órgão peniano atacado. Todavia, sintomas anteriores relativos a esta doença apareciam desde a fase infantil: a constipação intestinal identificada pelo fenômeno do véu. Este estatuto de conversão histérica conferido por Freud é para Aflalo de tal caráter tenaz que contraria a flexibilidade do clássico sintoma histérico. Já o fenômeno do véu exprime uma perda de realidade, atípico pela sua cronicidade e somente possível de se desfazer se um objeto estranho ao corpo fosse introduzido. A consequência desta introdução, ou seja a defecação, constitui-se para autora como uma reconciliação com a realidade perdida iniciada no momento em que o véu se desfaz. Ao relacionar fezes com bebê, Aflalo considera que o ato de defecar torna o Homem dos Lobos uma mãe conferindo à sua psicose relativa estabilidade. Ao fixar-se no traseiro e considerá-lo como significante particular da sexuação, o sujeito é o pai que faz existir a mulher como toda. Ao fazer isso, o traseiro deixaria de constituir-se enquanto objeto fetiche perverso, mas adquiriria o estatuto de pseudo-fetiche psicótico. Já o identificar-se à figura de Cristo propiciaria ao sujeito tornar-se um homem como o pai. Aflalo considera que, o episódio de 1908 (alucinação do dedo) produz um desencadeamento a partir de Φ_o , porém o desencadeamento da psicose teria ocorrido em 1926 (já sob análise de Brunswick) e corresponderia ao Nome-do-Pai foracluído, P_o . Ou seja, ela faz uma diferença entre a entrada na doença, o surgimento sintomático ainda quando criança e o desencadeamento da psicose propriamente dita. Para ela, a psicose do Homem dos Lobos constitui-se em dois tempos: o primeiro da forclusão do Nome-do-Pai e o segundo das suplências. O desencadeamento da psicose é datado por Brunswick e ocorre após a visita anual que Serguei faz a Freud para receber a doação de dinheiro. Ao ver o grave estado de saúde de Freud, recém-operado de uma cirurgia no maxilar, ele se aterrorizou com a idéia de que este pudesse morrer e ser seu herdeiro. A evocação da morte faz com que o gozo anal da doação recebida não possa mais ser simbolizado remetendo-se a corrente mais velha da libido, inacessível na transferência. Ao invés do pai castrado, Freud torna-se o pai gozador que impõe ao sujeito uma feminilização inaceitável. Esta recusa é compreendida como um sacrifício de gozo. Na forma hipocondríaca da psicose, este sacrifício adquire o valor de ameaça real a um novo órgão: o nariz. A hipocondria apresenta, portanto, a recusa do sujeito em se feminilizar como a mãe.

Jacques-Alain Miller (1988-89a), em seu curso de orientação lacaniana sobre a clínica diferencial das psicoses datado de 1988, dedicou algumas destas aulas a análise do caso do Homem dos Lobos seguindo por uma vertente outra à apresentada por Maleval e Aflalo. Miller parte da arquitetura tripla de posições frente à castração distinguindo a identificação à mãe que perpassa o plano imaginário da identificação paterna que estaria mais próxima ao registro simbólico. Diferente da leitura proposta por Aflalo, Miller observa que o fenômeno do véu não seria algo elementar da psicose e, assim como Freud o fez ao igualar fezes a bebê, ocultaria ao fundo o fantasma homossexual. Este fantasma homossexual é ativado no sonho com os lobos a partir do momento em que ele retrocede à cena primária de coito dos pais. Todavia, o narcisismo ameaçado instaura um sentimento de virilidade sucumbindo a homossexualidade à ação do recalque. Miller assinala três momentos de descontinuidade que promovem regressões do movimento libidinal do paciente. Com a sedução sofrida por parte da irmã, o garoto anteriormente dócil, torna-se cruel e a vida sexual que começava a ser regida pela zona genital retrocede para a sádico-anal. Neste primeiro momento iniciam os pensamentos da diferença sexual sem, contudo, haver certeza disso. No sonho, por outro lado, a castração deixa de ser imaginizada para se tornar uma realidade a partir do momento em que a posição da mulher na cena do coito corrobora sua condição de castrada. Enquanto na etapa anterior a ameaça de castração provinha das figuras femininas - irmã, babá -, nesta está fundamentalmente ligada ao pai. A sublimação religiosa põe fim à alteração de caráter e aos sintomas fóbicos, porém o pai continua como objeto sexual. O interesse em saber da existência de um traseiro em Cristo esconde uma atitude homossexual recalcada ao evidenciar seu interesse pela posição como a ocupada pela mãe na cena de coito. A promessa simbólica que deveria ser constituída neste momento não se sustenta diante da multiplicidade desordenada de figuras paternas revelando pais extremamente decadentes. Neste momento é importante ressaltar que o próprio pai do Homem dos Lobos encarnava a figura da decadência social, financeira, assolado por crises depressivas chegando a internar-se em sanatórios, diferentemente do pai de Schreber, médico reconhecido nacionalmente pela sua capacidade ortopédica de corrigir deformações do corpo. Miller chega a se questionar se, quanto ao Homem dos Lobos, a angústia de castração não seria aí o efeito da efetivação da promessa edípica. Todavia, parece concluir que a função simbólica desempenhada pelo pai do paciente não seria capaz de promover a pacificação e o temperamento desta angústia. A cada descontinuidade, o Homem dos Lobos revela um modo de relação ao pai que o coloca como objeto deste. Todavia, simultaneamente a isso, a identificação à mãe ainda persiste através das queixas relativas aos problemas intestinais de

evacuação. Miller aproxima estas duas identificações e propõe a leitura de que todo este contexto é revelador de uma posição homossexual inconsciente na qual a problemática genital traduziu-se pela via da analidade.

Sobre a arquitetura tripla de posições frente à castração, Miller comenta que, com a sedução, a postura inicial do Homem dos Lobos era de rejeição da castração. Com o sonho, há a convicção da realidade da castração com a coexistência de duas subcorrentes, uma de recusa, outra de aceitação. E, por fim, com a sublimação religiosa, é ativada uma terceira corrente mais antiga e que recusa a reconhecer a operação da castração. É exatamente o fato delas coexistirem que faz com que a virilidade que se instala no paciente seja uma virilidade de semblante. A identificação à mãe também é reveladora do movimento de correntes antinômicas, pois enquanto a identificação ao momento da cópula sucumbe ao recalçamento, a identificação pela via do intestino, não. Para Miller, esta identificação última está ligada ao mecanismo foraclusivo. Temos, portanto, um sujeito que revela diferentes posições subjetivas ante a castração. Se de um lado, o recalçamento promove o sucesso da virilidade; de outro, a ausência de um saber sobre o sexo indicaria aí uma não-simbolização da lei edípica? Penso que o próprio Miller não consegue fazer muitas afirmações do caso, parecendo, a cada nova descoberta, retroceder aos questionamentos anteriores. Fica a incerteza quanto à efetividade da função paterna, principalmente quando ele menciona após todo este percurso que ela poderia estar simbolizada e mesmo assim ser incapaz de impedir as distorções imaginárias. O narcisismo do órgão genital, o medo em perdê-lo, parece promover o recalçamento da posição homossexual passiva e a cada nova ameaça, gonorréia, espinhas no nariz, este medo da castração se reacende. Sendo assim, o que o caso revela é um desencadeamento pelo viés falico, viés do campo imaginário responsável pelos fenômenos do corpo e não pelo lado do Um pai. Como já esperado, Miller não menciona um diagnóstico, neste momento, ao Homem dos Lobos, porém o Instituto do Campo Freudiano da Argentina, quem primeiro compendiou esta conferência, inferiu que o mesmo estava inclinado a pensar num estado-limite, *boderline* para o paciente em questão. Esta suspensão do diagnóstico é retomada por Miller (2009) alguns anos depois ao abordar o tema da psicose ordinária. Além da crítica realizada ao termo *boderline*, ele ressalta que o termo psicose ordinária seria o mais apropriado para dar conta dos impasses atuais da clínica denominada como clínica dos pequenos indícios e das sutilezas. E é neste momento em que, numa nota de rodapé, ele menciona a hipótese de uma psicose ordinária para o Homem dos Lobos evidente no tratamento realizado por Brunswick. Fica a questão: o aparecimento destes fenômenos de corpo seria mesmo da ordem de uma psicose ou deveria ser posto no campo da esfera da análise?

Após debruçar-me sobre estes artigos, tentei realizar a minha própria leitura do caso, que considero em fase permanente de construção. Minha primeira tentativa de análise partiu de um conceito legado pelo próprio Freud acerca do Édipo invertido. Para alcançá-lo parti, tanto em Freud quanto em Lacan, do momento inicial de constituição do sujeito. Momento determinante, a passagem pelo complexo de Édipo possibilita a vivência de uma perda e o posicionamento do sujeito ante esta falta será fundamental na partilha dos sexos para sua inscrição enquanto homem ou mulher. Com seus artigos sobre a sexualidade infantil, Freud explora bastante este momento de descoberta das crianças, que passam de uma crença quanto ao estatuto universal do falo para em seguida depararem-se com o reconhecimento desta não universalidade. Esta falta, que anteriormente era apenas imaginarizada, torna-se real e precisa ser simbolizada. Vivenciar isto e situar-se em torno disto não é uma tarefa fácil e ao reprimir, desmentir ou foracluir, o sujeito procurará meios de se defender ante a perda decorrente deste trauma infantil. Trauma que provoca uma fragmentação da realidade independente do posicionamento do sujeito, é desta maneira que Freud observa. Todavia, ante uma realidade falha, o seu momento de reconstrução pode ser diferente. Enquanto na neurose, o sujeito por meio da fantasia, procura reestabelecer esta relação, na psicose a tentativa de reestabelecimento seria com a criação de uma nova realidade delirante que consistiria em preencher a fissura entre o eu e a realidade.

Contudo, neste processo de constituição, o sujeito não está só. Por outro lado, vive como numa espécie de triangulação desenhada por Lacan através dos seus esquemas, primeiramente o L, em seguida o R. Num primeiro momento, o sujeito constitui-se como objeto de desejo da mãe preso numa relação simbiótica e assujeitado ao desejo deste Outro. A instância paterna existe, porém de forma velada. Este período é importante para a criança que precisa deste suporte da mãe para sobreviver. Denominado alienação, o bebê liga-se a este Outro para se fazer representar. Com o desenvolvimento desta criança, a mãe precisa dirigir seu interesse para outras tarefas além do simples cuidar de um bebê. Na separação, o pai, mediado pela mãe, se introduz no plano imaginário de maneira privadora, como transmissor da lei permitindo que a criança entre na linguagem e passe a nomear seu próprio desejo. Este salto, conseqüentemente, apresenta um ganho e uma perda. Ao entrar no mundo simbólico, o sujeito é representado por um significante. Todavia, a inserção num mundo de linguagem priva o ser de uma relação direta com a vida orgânica, de ser o falo da mãe. Ao posicionar-se em relação ao desejo do Outro, ao perceber que não satisfaz o desejo da mãe e que ela deseja para além da criança, a percepção da falta poderá ser simbolizada. Isto que a mãe deseja, o pai pode lhe oferecer intervindo a nível simbólico como o detentor do falo. A criança o toma como suporte identificatório

do ideal do eu e leva adiante a promessa, a transmissão simbólica de um dia também deter o falo.

A presença do significante do Nome-do-Pai pacifica a lei permitindo que o desejo materno não se feche em si mesmo, mas que deslize pela cadeia significante. Ao organizar a subjetividade, barra o desejo da mãe, a sua vontade caprichosa e ilimitada introduzindo a criança no mundo dos símbolos ao transmitir a sua palavra. No entanto, se há uma falha na inscrição deste significante, os efeitos desta ausência de amarração serão verificados, sobretudo na maneira como o sujeito confere sentido a vida e na precariedade do seu reconhecimento corporal. Isso significa que, nesta fase do ensino lacaniano, falar da forclusão do significante do Nome-do-Pai (P_o) é remeter-se também a ausência de significação fálica (Φ_o). Este binarismo é bastante representativo do caso Schreber, característico de uma psicose clássica.

E o que dizer de uma dissolução edipiana através de um Édipo invertido? Isso delimitaria uma estrutura? Apesar de mencionar esta peculiaridade na saída do Édipo, o próprio Freud pouco se debruçou sobre este assunto. Não há nenhum artigo específico e as pinceladas que faz parecem datar do período relativo a segunda tópica, cujo caso da jovem homossexual (1920) é o mais representativo. O que Freud observa é a ambigüidade que leva uma criança a sentir ternura e afeto pelo genitor do mesmo sexo e uma hostilidade para com o genitor do sexo oposto. Isso indicaria uma possibilidade de simbolização da diferença sexual, o que lhe facultaria situar enquanto homem ou mulher na partilha sexual. Se para se inscrever na partilha dos sexos é imprescindível que o sujeito simbolize a lei, isto nos remeteria a colocar o Édipo invertido no quadro da neurose. Lacan se surpreende com o papel desconcertante desempenhado pela função do Édipo invertido observando que sua saída não possibilita uma identificação de cunho viril, mas apassivada. Para ele, identificar-se à posição feminina e fazer-se amar pelo pai coloca o sujeito numa situação onde deve, por um lado, lidar com o retorno constante da posição homossexual com relação ao pai e, por outro, recalcar esta posição devido a ameaça de castração que ela comporta. Sendo assim, na saída do Édipo, em consequência do recalque dos desejos edipianos, o sujeito constitui um ideal conforme seu sexo, que lhe permite desejar de acordo com seu tipo. É pela via da virilidade que o menino consegue dar seu desfecho final na trama edipiana. O pai é um símbolo, uma metáfora da exigência que pesa sobre todo ser humano de abandonar a mãe e eleger outro objeto de desejo.

Se é pela via da virilidade que o menino se assume no desfecho final da trama edipiana, o que dizer da virilidade assumida pelo Homem dos Lobos? Conforme percorremos a investigação de Miller, este sentimento de virilidade é muito mais

uma defesa diante do conflito com a libido genital narcísica. É uma maneira de posicionar-se ante a falta, de conservar o narcisismo do órgão ao assumir-se viril somente como uma manobra para manter-se afastado da homossexualidade. Isso explicaria a eleição de mulheres de nível social rebaixado numa posição peculiar, de cócoras cujo traseiro se destacaria. Com isso, partimos da hipótese de que eleger este objeto fetiche seria uma modalidade desta manobra ao permitir ao Homem dos Lobos fazer semblante de homem.

Desta maneira, recorreremos ao artigo freudiano sobre o fetichismo (1927) para tentar compreender esta manobra de defesa do Ego erguida contra a homossexualidade. Para Freud, o objeto fetiche caracteriza-se como um substituto do pênis da mulher, que outrora a criança acreditou possuir e que resiste em abandonar esta convicção. Como forma de defesa, o sujeito se recusa a tomar conhecimento da castração da mulher como tentativa de evitar a sua própria, desmentindo (*Verleugnung*) a sua falta e levando-o a crer que algo tomou o seu lugar. O fetiche ergue-se como uma proteção contra a ameaça de castração e, por outro lado, salva os homossexuais visto que com o substituto, dota as mulheres de características que as tornam toleráveis enquanto objetos sexuais, constituindo-se como a última saída encontrada pelo sujeito contra o homossexualismo. Esta leitura é oposta à realizada por Aflalo, segundo a qual, o fetiche do Homem dos Lobos é um pseudo-fetiche por caracterizar-se não como um substituto do pênis, mas como uma suplência diante da ausência de significação fálica cuja demonstração de sua análise foi mencionada anteriormente.

Tomar a parte do corpo da mulher como objeto fetiche nos remete à teoria da sexuação formulada por Lacan a partir do seu último ensino, na qual ser homem ou mulher estaria ligado muito mais a uma posição inconsciente que a uma questão meramente anatômica. A sexuação é fruto de um longo processo de constituição do sujeito que envolve não somente a simbolização do Nome-do-Pai como a constituição das identificações e ideais. Trata-se de algo problemático, por exemplo, na psicose visto que a forclusão do Nome-do-Pai e a ausência de inscrição simbólica da função fálica impede que haja algum tipo de inscrição do sujeito na partilha sexual.

Apesar da menção de Freud de que a anatomia seria o destino, a teoria da sexuação permite a Lacan demonstrar que não há um único fator determinante para a assunção do sexo de um sujeito. Isso justificaria compreender por que nem sempre uma pessoa nascida homem e assim nomeada identifica-se com seu nome e o seu sexo. Pensar numa posição inconsciente é fundamental e é o que possibilita ir além das teorias biológicas e de gênero. Sendo assim, a tipologia das características feminina e masculina apresentadas por Lacan (1972-73) e

retomadas por Miller (1997-98) transgride as existentes produzidas pela biologia e psicologia.

O desejo masculino é orientado pelo objeto mais-de-gozar como fetiche. Isso significa que a forma de expressão do amor masculino é articulada em torno de uma parte que, ao se destacar no todo, reveste a mulher encobrindo sua castração e servindo como objeto de gozo para a fantasia masculina. Esta forma de expressão do amor masculino tem em sua origem o apego ao falo como significante do desejo materno. Incapaz de apreender a mãe como não-toda o sujeito substitui esta incompletude por uma parte. Assim, para que o homem possa gozar, é imprescindível que a mulher esteja no lugar do significante fálico que a reveste e recobre sua condição de castrada. Desejar a mulher enquanto objeto a nos mostra que, ao contrário do feminino, o desejo do macho é delimitado pelo seu fantasma e que este se sustenta de semblantes.

O desejo feminino, por outro lado, é orientado pela forma erotomaniaca de amar. A sua lógica caracteriza-se por um amor sem limites, pelo gozo ilimitado próprio de uma estrutura não-toda formalizada pelo matema $S (\mathbb{A})$ que designa o significante da falta do Outro. Este \mathbb{A} seria o seu parceiro-sintoma. É uma lógica que funciona para além da lógica fálica. Para Coelho dos Santos (2006), a sexualização feminina tem duas vertentes conceituais: de reinvidicação e de repúdio à feminilidade. A primeira se coordena com o consentimento da mulher em colocar-se como objeto de desejo de um homem orientando-se de um lado, para o falo (Φ), e de outro para a busca a um Outro gozo, para além do fálico designado pelo $S (\mathbb{A})$ como furo no campo do Outro.

Se a clínica das estruturas é referenciada à lógica fálica, poderíamos situar o Homem dos Lobos na vertente que parte da inclassificabilidade decorrente de uma lógica feminina? Para isso, avanço neste mesmo matema representativo da lógica feminina, $S (\mathbb{A})$ e retomado por Miller (Miller et ali, 1999) no momento da Convenção de Antibes ao referenciá-lo à multiplicidade de Nomes-do-Pai. É sabido que desde o *Seminário 23*, intitulado *Le Sinthome* (1975-76), o pai simbólico deixa de ser privilegiado por Lacan em detrimento de algo que surge como invenção do sujeito capaz de manter seus laços sociais. Ao tomar o caso Joyce, Lacan nos mostra como, através de sua obra literária, ele conseguiu inscrever algo de outra ordem capaz de propiciar um modo de amarração ante sua fragmentação simbólica. Esta leitura, retomada por Miller em Antibes, cria uma nova categoria denominada psicose ordinária na qual se incluem as psicoses compensadas, não desencadeadas, medicadas e terapeutizadas, acolhendo as soluções encontradas pelos sujeitos diante da construção e manutenção dos laços sociais. Anteriormente descrita como raridade, Miller observa que estas psicoses mais modestas são cada vez mais freqüentes e mais delicadas, pois

seus sintomas mais discretos e menos exuberantes exigem muita fineza diagnóstica. Com isso, é posto em xeque o binarismo representativo de uma psicose clássica (P_0/Φ_0) para dar margem a outros arranjos que estabelecem singularidades com relação ao modo particular de gozar.

Estas formas particulares de gozo evidenciam modos privados de relação ao Outro e à linguagem, significações pessoais das mais variadas, revelando que o sujeito pode se servir de qualquer coisa para se organizar subjetivamente.

Quando Miller afirma que o caso do Homem dos Lobos revela as particularidades de uma clínica que não se absorve no significante. Seria ao significante do Nome-do-Pai que ele se remete? Se não se estrutura em torno deste significante poderíamos afirmar que este caso escaparia à clínica estrutural coordenada, por excelência, pela lógica fálica? Isso realmente seria dizer que o Homem dos Lobos situa-se na vertente que parte de uma inclassificabilidade decorrente de uma lógica feminina? Por fim, como coadunar esta leitura que parte da teoria da sexuação com a compreensão do conceito de psicose ordinária? Seria deslocar o Nome-do-Pai, enquanto único significante normalizador da subjetividade, para se pensar em algo em torno da relação do sujeito com as suas suplências? De que maneira deslocar o eixo dos diagnósticos baseados em estruturas poderia contribuir para a clínica psicanalítica atual? Como poderíamos situar este para além do Édipo no caso do Homem dos Lobos?

Notas

1. Este trabalho integra a pesquisa em curso da tese de doutorado em teoria psicanalítica, no PPGTP/IP/UFRJ, sob orientação da Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos.

Referências bibliográficas

AFLALO, A. (1999) "Réévaluation du cas de l'homme aux loups", in La Cause Freudienne. Paris: Navarin, n° 43, out/1999, p. 85-117.

BRUNSWICK, R.M. (1928) "En supplément à 'L'histoire d'une névrose infantile' de Freud", in L'homme aux loups par ses psychanalystes et par lui-même. Paris: Gallimard, 1981.

COELHO DOS SANTOS, T. (2006). "Final de análise como identificação ao sinthoma do homem". Trabalho apresentado na XVII Jornada Clínica da EBP-RJ – *Para que serve um Pai? Usos e versões*. Mimeo.

ESCARS, C.J. (2002) Los nombres de los lobos – Lecturas de un caso célebre. Argentina: Ediciones Imago Mundi.

FREUD, S. (1918 [1914]). "História de uma neurose infantil" ("O Homem dos Lobos"), in Obras Completas. Volume 14 (1917-1920). Tradução e notas Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 13-160.

FREUD, S. (1920). "A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher", in Obras Completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XVIII, p. 157-183.

FREUD, S. (1927). "Fetichismo", in Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1996, vol. XXI, p. 151-160.

LACAN, J. (1962-63). Le Séminaire. Livre 10: L'angoisse. Paris: Éditions Du Seuil, 2004.

LACAN, J. (1964). O Seminário. Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, J. (1972-73). O Seminário. Livro 20: mais, ainda. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008, 157p.

LACAN, J. (1975-76). O Seminário. Livro 23: o sintoma. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, 249p.

MALEVAL, J.-C. "Du rejet de la castration chez l'homme aux loups", in Actes de l'ECF, n° 2, 02/1982, p. 21-27.

MILLER, J.-A. (1988-89a) "L'orientation lacanienne: L'homme aux loups" (1^{er} partie). La Cause Freudienne. Nouvelle Revue de Psychanalyse. Paris: Navarin, n° 72, p.79-132, 2009.

MILLER, J.-A. (1988-89b) "L'orientation lacanienne: L'homme aux loups" (2^e partie), in La Cause Freudienne. Nouvelle Revue de Psychanalyse. Paris: Navarin, n. 73, p.64-117, 2010.

MILLER, J.-A. (1997-98) "Los seres sexuados", in El partenaire-síntoma. Buenos Aires: Paidós, 2008, p.277-301.

MILLER, J.-A. et *alli*. (1999). La psychose ordinaire - La covention d'Antibes. Paris: Le Paon, Agalma, Le Seuil.

MILLER, J.-A. (2008-09) Coisas de fineza em psicanálise. Seminário de Orientação Lacaniana. Inédito.

MILLER, J.-A. (2009) "Effet retour sur la psychose ordinaire", in Quarto. Revue de psychanalyse publiée à Bruxelles. Retour sur la psychose ordinaire. Ecole de la Cause Freudienne, n. 94-95, janvier 2009, p. 40-51.

Resumos

The Wolf Man: na analysis of a paradigm case of diagnosis uncertainty. How can the study of the case contribute to diagnosis in today's psychoanalytical clinic.

The following article is a result of my p.h.d research at the graduate program in psychoanalytical theory of the Federal University of Rio de Janeiro. It examines psychoanalytical diagnosis from the study of Freud's case of the Wolf Man. In an age ruled by cognitive and neuro-pharmacological sciences, the outlook on mental suffering tends to be standardized by stripping the subject of its singularity. We have the era of a clinic with no subject that exempts it of any responsibility or implication in its suffering. In this context, I bring back Freud's case of the Wolf Man through several projects developed by the analysts of the School of The Freudian Cause in Paris. I'll start with the initial questioning about the importance of diagnosis in psychoanalytic treatment and what it truly says about the subject, and I finish with a reading proposal of the case based on the third teaching of Lacan that is still in the process of research.

Key words: psychoanalysis, diagnosis, Wolf Man, Freud, Lacan, subject.

L'Homme aux Loups: l'analyse d'un cas paradigmatique d'incertitude de diagnostic. Comment l'étude de cas peut-elle donner une contribution au diagnostic dans la clinique psychanalytique actuelle?

L'article qui suit est le résultat de ma recherche doctoral dans le cadre du programme de troisième cycle en théorie psychanalytique de l'Université Fédérale de Rio de Janeiro. Il s'agit du diagnostic en psychanalyse par le biais de la lecture du cas de L'Homme aux Loups. Dans une époque dominée par les sciences cognitives et neuropharmacologiques le regard dirigé sur la souffrance mentale est standardisé par la séparation du sujet de sa singularité. Nous avons l'apogée d'une clinique sans sujet qui l'exempt de toute responsabilité ou implication par rapport à sa maladie. Dans ce contexte je reprends le cas de l'Homme aux Loups par le biais de plusieurs travaux proposés par les analystes de l'École de La Cause Freudienne. Mon point de départ est le questionnement de l'importance du diagnostic dans la clinique psychanalytique et ce que celle-ci peut véritablement avancer à propos du sujet. L'issue de ce travail est une proposition de lecture du cas, cadrée sur le troisième enseignement de Lacan qui est encore en processus de recherche.

Mot clés: psychanalyse, diagnostic, Homme aux loups, Freud, Lacan, sujet.

Citação/Citation: CAMARGO, S.G. O Homem dos Lobos: análise de um caso paradigmático de incerteza diagnóstica. Como o estudo do caso pode contribuir para o diagnóstico na clínica psicanalítica da atualidade? Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 07/02/2010 / 02/07/2010.

Aceito/Accepted: 13/03/2010 / 03/13/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

A desinserção do campo da subjetividade na experiência de trabalho de profissionais de saúde

Lúcia Helena Carvalho dos Santos Cunha

Psicanalista

Doutoranda em teoria psicanalítica pela UFRJ

Mestre em ciências, área de saúde mental, pela ENSP/FIOCRUZ/RJ

Professora Adjunta da UNIFESO, no Hospital das Clínicas de Teresópolis/RJ

Membro do Instituto Sephora de ensino e pesquisa de orientação

lacaniana/ISEPOL

e-mail: luciahelenacunha@gmail.com

Resumo

Considerando o sofrimento psíquico existente no campo de trabalho do profissional de saúde, a autora considera que as manifestações clínicas, descritas na literatura sobre a *síndrome de burnout*, indicam a desinserção da subjetividade e do inconsciente presente no discurso médico, uma réplica do discurso do mestre; e apresenta a pesquisa psicanalítica em andamento num hospital universitário como sua estratégia para examinar as possibilidades de introduzir, neste espaço de trabalho, o discurso psicanalítico como o avesso do discurso do mestre, dominante na ordem médica. Esse artigo visa propor uma leitura psicanalítica inédita desse sintoma contemporâneo, reinserindo a consideração pelo sujeito do inconsciente no campo de trabalho desse profissional.

Palavras-chave: psicanálise, desinserção, subjetividade, vida profissional, discurso médico, sintoma psicanalítico.

I - Introdução

Amar e trabalhar foram considerados por Freud como dois eixos básicos e necessários à satisfação subjetiva ao longo da vida; dificuldades ou impedimentos que se manifestam nessas atividades produzem sofrimento psíquico, justificando a escuta psicanalítica do arranjo sintomático em jogo nestas situações. Através dessa escuta, abre-se a possibilidade de se identificar a estrutura subjetiva e as modalidades de laço social que se

articulam no inconsciente, através de sua produção sintomática, manifesta nas relações amorosas e/ou profissionais dos indivíduos.

O mundo contemporâneo, entretanto, desconsidera a existência do sujeito do inconsciente. Caracterizado pelo ritmo acelerado de vida, imediatismo de resultados, oferta contínua e generalizada de objetos para o rápido consumo de uma sociedade impregnada pelos valores capitalistas, o mundo atual se volta para a produção de *gadgets* e para o incremento da tecnologia, impulsionando o progresso da ciência em detrimento da investigação da alma humana.

No campo profissional, a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho se faz em torno das expectativas de ganho salarial, por um lado, e de elevado nível de produtividade, por outro, havendo pouco espaço e investimento na pesquisa das condições de realização e satisfação subjetiva dos trabalhadores.

Com alguma frequência, a mídia vem veiculando notícias do aumento de suicídios de funcionários de algumas grandes empresas, como nos recentes casos de uma estatal francesa e de uma multinacional chinesa. Esses fatos, entre outros, denunciam a existência de intenso sofrimento psíquico nas relações de trabalho e vêm chamando a atenção de pesquisadores de diferentes campos de atuação, notadamente entre os que se voltam para as ciências humanas e para a saúde do trabalhador. No campo psicanalítico, entretanto, esse tema não tem sido abordado, o que justifica uma investigação clínica da psicanálise aplicada ao sofrimento subjetivo no campo profissional.

O objetivo deste artigo é examinar os efeitos da desconsideração ao sofrimento subjetivo existente de maneira acentuada na experiência profissional no campo da saúde, partindo da premissa que o sintoma de adoecimento profissional conhecido como *síndrome de burnout*, ou do *esgotamento profissional* pode ser considerado como indicativo da desinserção do campo da subjetividade nas experiências de trabalho contemporâneas.

Considerada como um transtorno mental e de comportamento associado ao trabalho, o *burnout* já é reconhecido no Brasil pelo Ministério do Trabalho (Decreto nº 3048, de 1999) e está presente em publicações, teses e dissertações cadastradas no banco da Capes e no CNPq, o que indica sua presença como objeto de estudo em nosso país. Convém salientar que a referida síndrome é considerada como resultante das dinâmicas entre organização e trabalhador, e não como uma manifestação subjetiva, ou

seja, um “transtorno de personalidade” (Carlotto et Câmara, 2008; Hallak et al, 2007; Neiva et al, 2006; Kompier et Kristensen, 2006).

Sua descrição e abordagem obedecem à lógica do discurso médico, que a maneira do discurso do mestre, exclui a consideração da subjetividade do paciente e também a do próprio médico, que deve se submeter ao discurso instaurado pela moderna medicina científica (Clavreuil, 1983 p. 224).

A noção de sintoma em psicanálise, entretanto, é bastante diferente da noção de sintoma em medicina. Desde Freud, o sintoma é lido como uma produção subjetiva, como uma manifestação do inconsciente (Freud, 1925 p.87). Miller destaca que, com Lacan, a noção de sintoma se torna equivalente à de discurso, como um aparelho que localiza o sujeito e seu gozo em meio aos significantes que presidem o seu laço social (Miller, 1998 p. 16). No campo médico, entretanto, o sintoma é tomado como um sinal, um signo da doença, como a forma visível da doença (Foucault, 1994 p.101) e não inclui o sujeito, que fica exilado do discurso médico.

Partirei da pesquisa que envolve a investigação do espaço profissional da instituição hospitalar enquanto meio de trabalho para profissionais de saúde. O desafio dessa pesquisa consiste em introduzir nessa instituição médica o discurso analítico, tal como proposto por Lacan, atravessando assim o discurso médico, predominante no campo hospitalar.

II – Do discurso médico ao discurso analítico:

Acompanhamos Jean Clavreuil (1983) em sua afirmação que “*não existe relação médico-paciente*” uma vez que o médico só fala enquanto lugar-tenente da ciência médica, e o paciente é considerado apenas como um corpo doente, objeto de intervenções e cuidados, totalmente submetido às determinações desse discurso.

Nos parágrafos abaixo, faço um exercício de articular o ensino de Lacan, formulado a partir de sua escrita sobre os discursos, à minha observação clínica obtida no campo de pesquisa. Começarei examinando o seminário em que Lacan apresenta sua formulação sobre os quatro discursos, *O avesso da psicanálise*, recortando passagens que orientam esse exercício.

II.1 -Observações a partir de O Seminário, livro 17:

Podemos, com Clavreuil, reconhecer que a ordem médica funciona conforme o discurso do mestre, “esse discurso que em sua essência dá primazia a tudo o que está no princípio”(Lacan, 1992, p. 76), sendo a

referência de um discurso, “aquilo que ele confessa querer dominar, querer amestrar” (Lacan, 1992, p. 65). Acompanhamos Lacan em sua formalização do discurso como sendo “um aparelho, a articulação significativa, cuja mera presença domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras” (Ibid,p. 158). Seguimos sua indicação para procurar a estrutura significativa em funcionamento na instituição médica hospitalar, estrutura determinante dos laços sociais que se estabelecem nesse campo de trabalho profissional. “O produto do discurso do mestre é a constituição de um objeto: a doença, para o discurso médico” (Clavreuil, p. 170).

$$\begin{array}{c} \underline{S1} \rightarrow \underline{S2} \\ \$ \quad a \\ \text{Discurso do mestre} \end{array}$$

O objeto surge enquanto um resultado do discurso do mestre e, no discurso médico, é a doença que é localizada a partir do saber médico (S2 sobre a, no quadrante à direita na formulação deste discurso), estando daí excluído o sujeito portador dessa doença (\$) no lugar da verdade, recalcada na estrutura desse discurso: S1 sobre \$, no quadrante à esquerda). Lemos em Lacan:

“Quaisquer que sejam os sinais, os significantes-mestres que vêm se colocar no lugar do agente, a produção não tem, em qualquer caso, relação alguma com a verdade. [...] Entre a existência de um mestre e a relação de uma produção com a verdade, não há como sair disso.” (Lacan, 1992, p.166)

Não há, no discurso do mestre, acesso ao que está no lugar da verdade (o sujeito dividido), a partir do lugar do produto. Há um obstáculo que impede tal passagem: a impotência da verdade. A verdade, segundo Lacan, deve ser pensada como disjunta em relação ao real, ao que é impossível, à castração - “[...] o que a verdade esconde, e que se chama castração” (Ibid,p.49).

A verdade desse discurso esconde a castração do mestre. E, no discurso médico, esconde a impossibilidade da ordem médica comandar a produção de um saber absoluto sobre a doença, excluindo dela seu sujeito. A verdade oculta do discurso médico está na castração do sujeito que sustenta o discurso: o médico. Castração velada pela estrutura do discurso.

É no discurso do mestre que o sujeito dividido aparece no lugar da verdade enquanto oculto, comprimido, mesmo que, enquanto verdade, aponte para o que não pode ser esquecido, como algo que “precisa ser desdobrado para ficar legível” (Lacan, 1992, p. 74). Nele, o significante mestre no lugar de agente convoca o saber para produzir um objeto de gozo, que permanece

impotente em se articular com o sujeito excluído, indicando um obstáculo à formulação do fantasma.

Assim, a impotência da verdade implica nesse fracasso em conjugar, no discurso do mestre, o mais-de-gozar ao sujeito; o produto do discurso à sua verdade. No discurso médico, não há lugar para o inconsciente, que se manifesta entre outras formas, no fantasma, na equação lacaniana que articula o sujeito ao objeto *a*. Esta transparece na linha de baixo dessa escrita, mas encontra o obstáculo desse fracasso.

A relação fantasmática entre o sujeito dividido e o objeto *a*, neste discurso, recebe a marca da impotência; enquanto que a relação de estrutura entre os significantes S1 e S2 aponta para o real da estrutura, que porta um impossível. Acompanhamos novamente as indicações de Lacan:

“[...] a fórmula definidora do discurso do mestre tem seu interesse por mostrar que ele é o único a tornar impossível essa articulação que apontamos em outro lugar como a fantasia, na medida em que é a relação do *a* com a divisão do sujeito. Em seu ponto de partida fundamental, o discurso do mestre exclui a fantasia. E é isso que faz dele, em seu fundamento, totalmente cego” (Lacan, 1992, p. 101).

A relação do mestre com o real é impossível. Governar, educar, analisar, são apontados por Freud como sendo da ordem da impossibilidade; donde o mestre S1 é, neste discurso, o agente da função impossível de submeter S2, o saber que se põe a trabalhar para fazer surgir um produto. O agente, segundo Lacan, “não é forçosamente aquele que faz, mas aquele a quem se faz agir” (Lacan, 1992, p. 161).

O discurso do mestre indica que S1 no lugar do agente é levado a agir, a se dirigir a S2, que se põe a trabalhar. Referindo-se à relação do mestre com o escravo, Lacan comenta que é impossível que haja um mestre que faça seu mundo funcionar (Ibid, p. 166): “Ele dá um sinal, o significante-mestre, e todo mundo corre”. Acionado pelos significantes mestres, o saber médico funciona, mas como escravo alienado; o saber acumulado pela ciência médica se restringe à doença, nada informando sobre a relação médico-paciente. No andar superior dos discursos, uma relação que Lacan define como sendo sempre da ordem do impossível.

O discurso médico, impondo enquanto impossível, uma autoridade absoluta ao saber científico, a quem se dirige, o faz produzir seu objeto, o paciente enquanto corpo a ser tratado, destituído de sua subjetividade. O laço social construído no discurso médico evidencia a exclusão da consideração à

subjetividade, seja do médico, seja do paciente. O propósito desse discurso é fazer o saber científico trabalhar para obter a satisfação da cura, de agir sobre o corpo doente, corpo em posição de objeto de cuidados.

II.2 - Observações a partir do seminário sobre o ato analítico:

Fazer aparecer o sujeito antes elidido pelo discurso médico, a partir da causa do seu desejo; essa é a função do ato analítico, examinado na leitura do capítulo 2 do *Seminário XV* (22 de novembro de 1967).

O ato interpretativo, que ilumina a formação inconsciente e o gozo em jogo, põe em cena o desejo do analista. Ao situá-lo enquanto objeto *a*, no lugar de agente do discurso psicanalítico, Lacan considera que o psicanalista não opera enquanto sujeito: "O psicanalista, na psicanálise, não é sujeito, e por situar seu ato pela topologia ideal do objeto *a*, deduz-se que é ao não pensar que ele opera" (Lacan, 2003, p. 373).

Resíduo da operação que um dia destituiu seu próprio analista da sua suposição de saber, o analista opera a partir do que lhe adveio em sua própria análise, o objeto causa de desejo, fazendo aparecer o desejo do analista. "O psicanalista se faz do objeto *a*. Ele se faz, entenda-se: faz-se produzir, do objeto *a*: com o objeto *a*" (Lacan, 2003, p. 375)

Em seu seminário de 1967-68, ainda inédito, Lacan examina o estatuto e a estrutura do ato analítico indicando que o analista é aquele que, ao final de sua análise, viveu a queda do suposto saber necessária ao advento do objeto *a*, podendo suportar não ser "nada mais do que este resto. Esse resto da coisa sabida que se chama o objeto '*a*'". (Lacan, aula de 10/01/1967). É deste lugar que ele opera como agente do discurso analítico, apagando sob a barra deste discurso o saber em lugar de verdade (S2); e se dirigindo ao sujeito dividido, que o discurso fará surgir o S1, significante que determina o sujeito. O produto do discurso analítico é a extração do significante mestre do sujeito, trabalho que, segundo Lacan, induz à castração. "O que afirmo, o que hoje vou anunciar de novo, é que o significante-mestre, ao ser emitido na direção dos meios do gozo que são aquilo que se chama o saber, não só induz, mas determina a castração" (LACAN, 1992, p. 83). E ainda: "A castração é a operação real introduzida pela ação do significante..." (Ibid., p. 121).

Trata-se, portanto, de colocar em funcionamento o discurso analítico para fazer surgir a dimensão da castração, através dos significantes mestres assim produzidos: desafio a ser enfrentado no campo da psicanálise aplicada, objeto de minha pesquisa.

III - Observações retiradas do campo de pesquisa: a escuta psicanalítica no hospital geral

A psicanálise aplicada no hospital geral, voltada para os profissionais de saúde, está por se construir: não há uma prática estabelecida que oriente essa experiência.

Esse campo vazio de referências, entretanto, é um campo conhecido da psicanálise, na medida em que indica a presença do real, bússola do psicanalista. Indica também a estrutura que sustenta o discurso do analista, que faz com que palavras sejam enunciadas ali onde o real do mal-estar produz o sintoma.

Fazer funcionar o discurso analítico no hospital geral exige a presença de um analista com sua formação teórica, clínica e analítica (tripé da análise pessoal, supervisão e estudo), como em toda e qualquer prática psicanalítica. E com a orientação lacaniana, a escuta analítica orientada para o real é o instrumento de trabalho.

Apresentarei agora a experiência de pesquisa que está em andamento num hospital universitário da região serrana, que se dispôs a desenvolver um programa de acompanhamento à saúde do trabalhador dessa instituição.

De uma maneira mais geral, o referido programa se propõe a criar novos espaços de fala, abertos aos funcionários do hospital em seus diferentes níveis que se interessem em realizar uma atividade de reflexão sobre a maneira como são enfrentados os impasses e dilemas laborais causadores de mal-estar. Como principal atividade, este programa promove a realização de encontros grupais com funcionários de diferentes setores hospitalares, que se declarem interessados em participar dos encontros que se realizam uma vez por semana, dentro do espaço e do horário de trabalho.

Os sujeitos abordam, nestes momentos em que surge uma oportunidade incomum para sua fala, as dificuldades enfrentadas no cotidiano hospitalar, encontrando nos espaços abertos pelo programa uma possibilidade de nomearem aquilo que lhes surge como o impossível a ser superado. Nos encontros grupais, abordam as situações profissionais que os afligem, seja do ponto de vista organizacional, seja no aspecto do relacionamento interpessoal, examinando situações setoriais e/ou institucionais que são vivenciados como fonte de desamparo.

A psicanalista acompanha, numa pesquisa exploratória, uma vez por semana, as atividades da clínica médica do hospital; e também participa de uma atividade acadêmica, periódica, proposta pelo professor médico que é responsável pelo setor e pela avaliação dos estudantes de medicina que realizam ali parte de seu internato.

Será relatado aqui um fragmento dessa atividade acadêmica, que nos servirá de referência para uma leitura psicanalítica dos aspectos problematizados pelos estudantes como relacionados ao mal-estar na atividade profissional, verificando a possibilidade de extrair, dessa leitura, condições para a aplicação do discurso psicanalítico à prática profissional na área hospitalar.

III.1 - Dramatizações e conversações sobre a ética médica

Ao investigar o sofrimento psíquico de uma coletividade de sujeitos em sua relação de trabalho neste hospital universitário, verifico que médicos em formação endereçam a seus mestres algumas questões que os angustiam, por se associarem a impasses que surgem diante da sexualidade e da morte.

São dilemas que afetam o objeto que causa o desejo dos profissionais de saúde de um modo geral: a manutenção e o prolongamento da vida, a superação da doença, razão de ser do funcionamento hospitalar.

A presença da psicanalista nestas conversações de trabalho impele à produção de uma palavra pela qual cada sujeito se responsabilize, sendo ainda uma experiência pouco usual neste ambiente de trabalho. Há de se considerar as características da própria ordem médica, que silencia as manifestações de subjetividade tanto de pacientes quanto de seus médicos e enfermeiros. A antiga tendência desses funcionários, a abdicar da realização de encontros e reuniões para examinar as fontes do mal-estar no trabalho, reflete essa norma que não costuma ser questionada no meio médico.

O convite para participar, como comentadora, de uma atividade acadêmica, que reúne internos de medicina com seus professores e com os demais membros da equipe de trabalho (chefes de enfermagem do setor e demais médicos da equipe), trouxe uma nova oportunidade de investigar esta realidade.

Situações desencadeadoras de sofrimento psíquico foram examinadas à luz dos depoimentos produzidos pelos estudantes que encenaram, através da

estratégia pedagógica da dramatização, algumas situações polêmicas, comuns à experiência da vida profissional dos médicos.

O objetivo acadêmico, de discutir a ética médica diante de situações geradoras de conflito e angústia para o profissional de saúde, cria então a oportunidade para uma escuta analítica, e uma possibilidade ímpar de aplicar o dispositivo da interpretação a uma cena onde médicos em formação falam, em associação livre, dos pensamentos que comandam suas ações, bem como dos obstáculos que encontram à realização de seu desejo profissional.

Orientados pelo professor a encenarem uma situação profissional onde a tomada de decisão dependeria da posição subjetiva de cada um deles, constato que os estudantes que passam pelo internato, sucessivamente, reproduzem quadros dramáticos que repetem algumas situações peculiares, tais como o pedido de jovens grávidas para realização de aborto; o risco de morte provocado pela proibição religiosa, expressa por familiares que são Testemunhas de Jeová, de promover transfusão de sangue; e pedidos de familiares para a realização da eutanásia em parentes com fase terminal de doença.

Invariavelmente, os estudantes escolhem debater situações onde se percebem confrontados com interdições provenientes do discurso jurídico e religioso, e diante de situações onde a sexualidade ou a morte se apresentam.

Na primeira dramatização que será relatada, os estudantes apresentaram um esquete em que uma jovem de dezessete anos procurava o médico com um pedido de aborto, sem o conhecimento da família, alegando ter sido estuprada numa festa, onde perdera completamente a consciência por abuso de drogas e álcool, o que a impedia de apontar quem seria o pai da criança. Alegava não poder recorrer à família bastante religiosa e, portanto, totalmente contrária à prática do aborto, por já estar firmemente decidida a se submeter a tal procedimento; e ainda avisava ao médico, responsabilizando-o pelas consequências, que estava disposta a recorrer a uma clínica clandestina se o aborto não fosse ali realizado, mesmo sabendo do risco de vida que correria neste caso.

A discussão da dramatização contou com a participação da maioria dos internos. O grupo discutiu os aspectos jurídicos da questão, propôs estratégias para driblar a proibição legal, preocupou-se com o risco de vida da adolescente, caso esta recorresse à alternativa clandestina. Perguntou-

se pela responsabilidade do médico, e pelos riscos de complicações se ele assumisse o aborto sem a autorização dos pais.

Entretanto, a hipótese de uma convocação dos pais, assim como o exame de algumas possibilidades como a de, por exemplo, entregar a criança para adoção, ou para ser cuidada pelas avós, não foram sequer considerados pelos estudantes.

Identificados à jovem, sonhou-se em poder violar os limites da profissão, transgredindo a lei e ocupando o lugar fantasmático da exceção à regra, embora um pequeno grupo tenha censurado essa posição. O sonho evidenciado é o de intervir sem nenhuma interdição, posse absoluta do corpo do outro, se assenhorear da vida e da morte.

Outras cenas, dramatizadas por diferentes grupos de estudantes, apresentam situações semelhantes, em que o médico se vê confrontado com interdições de natureza religiosa que tolhem sua liberdade de ação. Repetidamente, diferentes grupos de internos escolhem representar o impasse gerado pela recusa familiar à transfusão de sangue de pacientes que são Testemunhas de Jeová, mesmo quando tal impedimento leva o paciente à morte, como muitas vezes acontece.

Nessas situações, em especial, a crença religiosa se sobressai como uma obstrução à intervenção profissional do médico, gerada pela subjetividade do paciente, aspecto inadmissível para esmagadora maioria dos médicos que se confronta com este impasse. Casos verídicos ocorridos, em que os médicos mentiram aos familiares dizendo estar administrando soros avermelhados ao invés do sangue, foram comentados nas conversações que se seguiram à dramatização de cada cena, denunciando a recusa à limitação do exercício profissional neste caso.

Da mesma forma, relatos de julgamentos éticos em que médicos foram cassados ou absolvidos pelos comitês de ética, ou mesmo pelos conselhos regional e federal de medicina, fazem parte dos comentários que encerram os debates sobre o tema. Estupefatos, os profissionais de defrontam com situações onde sua determinação profissional esbarra em impedimentos oriundos de uma estranha liberdade de escolha de seus clientes, que questionam seu direito à ação.

III.2 -A interpretação

O fantasma é uma tela que protege o sujeito do encontro com a castração alimentando fantasias de onipotência, onividência, onipresença; e se manifesta nesse grupo através da fantasia de uma permissão ilimitada para intervir sobre o corpo do outro, trazendo assim a indicação do gozo em jogo.

A imposição ética acorda do sonho o médico e a paciente, e os traz para a realidade onde o imperativo real se faz presente, quer através da interdição da lei ou pela proibição religiosa, indicando a existência da castração, do real limite para a atuação profissional.

Este limite se apresenta igualmente nas dramatizações em que os estudantes se deparam com solicitações familiares para realizarem a eutanásia. Em um dos grupos, a cena trazida ao debate apresentava a mãe de um jovem paciente, acometido por uma doença fatal e em estado terminal, que entregava ao médico uma carta escrita pelo punho do paciente quando ainda lúcido, solicitando o desligamento das máquinas que o manteriam vivo, naquela circunstancia, prolongando artificialmente sua existência.

Diante da hipótese da manifestação de uma vontade subjetiva que contraria o desejo profissional do médico em manter a vida a todo custo, a plateia de estudantes se divide entre a determinação profissional de preservar a vida e contrariar o pedido do paciente e seus familiares; ou sucumbir ao que se apresenta como o impensável, mesmo quando inevitável: a morte de seu paciente. Invariavelmente, algum participante irá supor a mudança na escolha final do paciente naquele instante onde a comunicação não é mais possível, tentando a impor seu desejo profissional ao que foi escrito pelo paciente.

Mesmo quando autorizado legalmente a não realizar novos procedimentos que prolonguem inutilmente a vida já condenada, a ordem médica, representada pelo pensamento dos profissionais em formação, se divide entre recusar a perda do paciente ou se submeter ao aspecto implacável da morte.

O código de ética médica orienta e regula o ato médico, levando em consideração as injunções culturais e a ordem jurídica. O respeito à lei e à ordem social submete o profissional a interdições que muitas vezes contrariam seu desejo profissional e barram um gozo dele mesmo desconhecido, presente no fantasma de constituir uma exceção aos limites que acoçam os seres humanos.

A interpretação dessa recusa do real da castração aparece aqui como uma intervenção possível do psicanalista, que pode operar em um hospital geral servindo-se de sua formação para produzir um ato analítico equivalente ao que se dá numa sessão de psicanálise pura. O ato interpretativo produz o avessamento do discurso médico, colocando em cena o sujeito do inconsciente e sua fantasia.

IV – Observações finais

Talvez possamos tomar essas cenas, dramatizadas pelos estudantes, como pano de fundo para examinar outras situações protagonizadas pelos profissionais de saúde que trabalham no hospital, pesquisando o real em jogo, o gozo sintomático que se aninha nos momentos de impasse, produtores do mal estar laboral dos médicos na instituição hospitalar.

A orientação para o real indicada por Lacan aos psicanalistas se impõe como o tratamento de situações de vida, tanto no enquadramento clássico da chamada psicanálise pura quanto nas situações onde esta é aplicada a diferentes configurações, como no caso do sofrimento profissional existente em um hospital geral.

O desafio assumido pela pesquisa em andamento, de examinar as possibilidades de introduzir na instituição médica o discurso analítico e, assim, avessar o discurso dominante no campo hospitalar, encontrou na experiência de dramatização realizada pelos estudantes de medicina uma oportunidade ímpar para se aproximar de tal objetivo.

A formação médica prepara os estudantes para a intervenção clínica, mas não abre espaços suficientes para que a subjetividade dos pacientes e dos profissionais seja considerada. A escuta psicanalítica recupera essa dimensão, e ilumina a existência do fantasma e do inconsciente, foracuídos do discurso médico.

Com o discurso analítico, a estrutura do discurso do mestre é avessada. O lugar dominante, agente do discurso, é ocupado pelo objeto causa do desejo, que ao se dirigir ao sujeito dividido coloca em primeiro plano o mundo da fantasia inconsciente, operado pelo gozo. Lacan destaca a dimensão da entropia em jogo, que faz da perda de gozo produzida pela linguagem um mais-de-gozar a recuperar. Fomentar a fala dos sujeitos envolvidos na situação profissional permite a produção dos significantes mestres que os determinam, colocando em cena o real da castração.

O estudo dos seminários de Lacan sobre *O avesso da psicanálise* e sobre *O ato psicanalítico* favoreceu o avanço da pesquisa, evidenciando que não há

diferença entre a psicanálise pura e a psicanálise aplicada, uma vez que ambas pertencem à psicanálise verdadeira, que “tem seu fundamento na relação do homem com a fala” (Lacan, 2003, p. 173).

O *burnout*- tomado como um novo sintoma que se manifesta em tempos de excesso de consumo, de trabalho, de liberdade individual e de apostas na superação dos limites humanos - encontra, na fórmula lacaniana do fantasma, a leitura psicanalítica que ilumina a presença, no espaço hospitalar, do sujeito foracluído pela ciência médica e seu mundo inconsciente.

O gozo fantasmático de ocupar o lugar de exceção e se assenhorear do corpo do paciente, interditado pela ética médica, transparece nas condutas que ultrapassam esse umbral e colidem com outros discursos, como o religioso e o jurídico, ou mesmo com a escassez de recursos técnicos e financeiros que exaurem o corpo clínico profissional do hospital até o nível do esgotamento mental de alguns que recusam o impossível do real e o sintomatizam através da *síndrome do burnout*.

O sofrimento subjetivo, que é lido pela psicanálise sob a forma desse gozo fantasmático presente no campo profissional, pode ser então reinserido na consideração clínica através de sua referência ao campo do inconsciente, que situa o *burnout* como uma manifestação subjetiva e não mais como um sintoma médico.

Referências bibliográficas

CARLOTO, M. et CÂMARA, S. “ Análise da produção científica sobre a síndrome de *burnout* no Brasil”, inRevista PSICO, Canoas, v.39, n.2, p. 152-158. Abr./jun. 2008.

CLAVREUIL, J. (1983)A Ordem médica: poder e impotência do discurso médico. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

COELHO DOS SANTOS, T. (2006) Sinthoma: corpo e laço social. Rio de Janeiro: SEPHORA/UFRJ, 2006.

COELHO DOS SANTOS, T. (2008) “A Política do psicanalista: o saber da psicanálise entre ciência e religião”, in O all star na civilização. Revista de Estudos Lacanianos. Ano 1, n.1, jan./jun. 2008.

COELHO DOS SANTOS, T. et SANTIAGO, J. (2010) “O médico, o psicanalista e a histórica: a desinserção da psicanálise no discurso da medicina contemporânea”, inBIRMAN, J.; FORTES, I.; PERELSON, S. (Orgs.) Um

novo lance de dados: a psicanálise e a medicina na contemporaneidade. Rio de Janeiro: Cia de Freud, 2010.

FOUCAULT, M. (1980-94). O Nascimento da Clínica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1994.

FREUD, S. (1925-1926). "Inhibición, síntoma y angustia", in Obras completas Sigmund Freud. Buenos Aires: Amorrortu editores S.A., vol. XX, 1986, p. 73-16.

HALLAK et al (2007) "Síndrome de *burnout* ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos", in Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, 2007, vol. 34, n. 5.

KOMPIER, M.A.J. et KRISTENSEN, T.S. (2006) "As intervenções em estresse organizacional: considerações teóricas, metodológicas e práticas", in Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. São Paulo: USP, v. 6, dez. 2006.

LACAN, J. (1967-68) O Seminário, livro XV. (Notas de Curso). Seminário inédito. Traduzido de texto para circulação interna no "DISCURSO FREUDIANO", Instituição psicanalítica de Buenos Aires.

LACAN, J. (1969-70) O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1992.

LACAN, J. (1968) "O ato psicanalítico", in Outros Escritos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LACAN, J. (1958) "A psicanálise verdadeira e a falsa", in Outros Escritos, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MILLER, J-A. (1998) "O Sintoma como aparelho", in O sintoma-charlatão. Textos reunidos pela Fundação do Campo Freudiano, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998 (Campo Freudiano no Brasil).

NEIVA et al (2006) "*Burnout* e o suporte organizacional em profissionais de UTI neonatal", in Educação profissional: ciência e tecnologia. Brasília, vol. 1, n. 1, p. 27-37.

Resumos

The consequences of denying unconscious subjectivity in the work experience of health professionals

The author discusses the psychic suffering caused by work, and described by literature as the burnout found often among health professionals; and supposes that the lack of consideration for unconscious subjectivity is a cause for this illness, due to the way in which medical order deals with this subject, very similar to the master's speech. The author presents a research in progress at a university hospital, as a method to introduce a psychoanalytic speech, that is the opposite of the master's speech, predominant in the medical universe. This paper aims to present a psychoanalytic view that has never before been seen of this contemporary symptom, re-inserting the concern for the unconscious subject in the work field of the health professional.

Key words: psychoanalysis, subjectivity, work, burnout, medical order, psychoanalytic approach.

Les conséquences du déni de la subjectivité inconsciente dans l'expérience de travail des professionnels de la santé

Prenant en compte la souffrance psychique qui existe dans le champ de travail du professionnel de la santé, l'auteur considère que les manifestations cliniques décrites dans la littérature au sujet du syndrome de *burnout* indiquent la désinsertion de la subjectivité et de l'inconscient présente dans le discours médical, une réplique du discours du maître ; et présente la recherche psychanalytique en cours dans un hôpital universitaire comme étant sa stratégie pour examiner les possibilités d'introduire dans cet espace de travail le discours psychanalytique comme étant à l'opposé du discours du maître qui domine dans l'ordre médical. Cet article propose une lecture psychanalytique inédite de ce symptôme contemporain, en réinsérant la considération pour le sujet de l'inconscient dans le champ de travail de ce professionnel.

Mot clés: psychanalyse, subjectivité, travail, syndrome, ordre médical, approche psychanalytique.

Citação/Citation: CUNHA, L.H.S. A desinserção do campo da subjetividade na experiência de trabalho de profissionais de saúde. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 24/05/2010 / 05/24/2010.

Aceito/Accepted: 15/08/2010 / 08/15/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

As indicações freudianas para a formação dos analistas e a clínica com a população de baixa renda¹

Valeria Wanda da Silva Fonseca

Psicóloga clínica

Psicanalista

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica / UFRJ

Membro da Associação Núcleo Sephora de pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo

e-mail: valeriawanda@uol.com.br

Resumo

De Freud a Lacan há um consenso de que os limites e as possibilidades de intervenção da psicanálise no laço social são proporcionais à formação e à experiência dos analistas. A prática da psicanálise com brasileiros de baixa renda, pouco escolarizados e não familiarizados com o discurso psicanalítico coloca em questão esses limites. Por que Freud considerava que a população mais pobre deveria ser atendida por analistas mais experientes? A partir da teoria das pulsões, ele estabeleceu as relações entre o empobrecimento do eu e o empobrecimento econômico e social. O pacto civilizado decorre do modo como o eu realiza simultaneamente a satisfação pulsional e atende às exigências da realidade. Porém, a resultante desse processo é uma divisão constitucional do eu. Esse artigo retoma essa temática freudiana com o objetivo de resgatar as diretrizes necessárias à pesquisa sobre a expansão da psicanálise aplicada.

Palavras-chave: psicanálise aplicada, formação de analistas, população de baixa renda, pulsão, empobrecimento do eu.

A ampliação da clínica psicanalítica para abranger os diversos lugares de assistência pública e/ou ambulatorial abre espaços novos para acolher as urgências subjetivas decorrentes dos mais diversos níveis de sofrimento mental, que se alastram na contemporaneidade sem sentido. Entretanto, para que se possa trabalhar nestes novos espaços, faz-se necessário que a psicanálise aplicada seja fiel aos princípios da psicanálise pura e que cada experiência dessa expansão seja devidamente justificada. Seguimos, assim, o postulado freudiano de que a psicanálise vai além de um método terapêutico, pois propõe uma teoria da gênese e do funcionamento do psiquismo em geral.

Desde Freud até Lacan, há um consenso de que os limites e as possibilidades de intervenção da psicanálise no laço social são proporcionais à formação e à experiência dos analistas. Em meu projeto de pesquisa de doutorado (Fonseca, 2009) sobre “os efeitos subjetivos da pobreza”, constatei que Freud, até 1913, desconsiderava o tratamento psicanalítico aos pobres. Só a partir de 1917, já com a teorização sobre o narcisismo e as pulsões, ele modifica a afirmação anterior e registra concomitantemente suas preocupações com a doença psíquica que se alastrava como uma epidemia social – a miséria social e psíquica - e com a formação dos analistas para tal empreitada.

No Brasil, a oferta de dispositivos clínicos inspirados na psicanálise se dá em alguns poucos serviços públicos e/ou privados de caráter ambulatorial. Acredita-se que o desejo do psicanalista de participar da *polis*, divulgando e ampliando os espaços de intervenção da psicanálise na contemporaneidade, exige uma reflexão crítica os conceitos fundamentais para delimitar o que é essencial, isto é, a nossa prática.

A coincidência: os estudos sobre os efeitos subjetivos da pobreza e a formação dos analistas.

Neste trabalho, levantam-se as diretrizes freudianas para uma prática da psicanálise com brasileiros de baixa renda, com pouca escolaridade e não familiarizados com o discurso psicanalítico. Por que Freud considerava que a população mais pobre precisava ser atendida por analistas mais experientes?

O valor da psicanálise para Freud (1920) era o de ser um procedimento terapêutico que pode fornecer ajuda àqueles que sofrem em sua luta para atender às exigências da civilização.

“Esse auxílio deveria ser acessível também à grande multidão, demasiado pobre para reembolsar um analista por seu laborioso trabalho. Isso parece constituir uma necessidade social, particularmente em nossos tempos, quando os estratos intelectuais da população, sobremodo inclinados à neurose, estão mergulhando irresistivelmente na pobreza” (Freud, 1920, p. 357).

Inicialmente, em 1913, nas “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, Freud não era muito otimista quanto às indicações de tratamento psicanalítico para os pobres. Considerava que a maioria estava preocupada com as questões referentes à garantia da sobrevivência, sendo assim, menos susceptíveis a neuroses. Muitos dos que sucumbiam à

neurose resistiam a se livrar dela, na medida que obtinham um ganho secundário da doença. Ele observou que as neuroses, nesses casos, serviam para reivindicar a piedade do mundo, liberando-os da obrigação de superar a pobreza com o trabalho. Apenas poucos se interessavam pelo tratamento quando tinha acesso a ele.

Nesse momento, Freud era radicalmente contrário ao tratamento gratuito. O pagamento dos honorários do analista tem função reguladora da transferência tanto para o analista quanto para o paciente. A falta de pagamento tem consequências importantes: em relação ao paciente, aumenta suas resistências neuróticas ao tratamento; e, em relação ao analista, a prática filantrópica desinteressada desperta fantasias de sacrifício e de submissão. E mais, o analista corre o risco de os pacientes entenderem que ele não valoriza adequadamente seu trabalho. Freud adverte os analistas que, ao ocuparem-se das questões de honorários, devem considerar que as pessoas tratam as questões de dinheiro como as questões de sexo, ou seja, com incoerência, pudor e hipocrisia. O analista, ao conversar sobre pagamento, tempo de tratamento, prognóstico, regras da análise, entre outros temas, 'educa' o paciente para o convívio com a realidade externa.

Posteriormente, Freud muda radicalmente sua opinião sobre o tratamento dos pobres. Constatamos que depois do texto "Recomendações aos médicos que exercem a Psicanálise", só em "Luto e melancolia" (1917), ele estabelece as relações entre a pobreza, o empobrecimento do eu e a melancolia. Nesse intervalo, ele concebeu os estudos "Sobre o narcisismo..." (1915), "O inconsciente" (1915), "A pulsão e suas vicissitudes" (1915), entre outros da metapsicologia, que definitivamente mudaram a interpretação freudiana acerca da pobreza.

No V Congresso Psicanalítico Internacional (1918), em Budapeste, Freud declarou seu interesse de que a psicanálise pudesse beneficiar toda a sociedade humana. Fala da sua preocupação com a grande quantidade de *miséria neurótica* que existe no mundo e que, talvez, não precisasse existir. "As neuroses ameaçam a saúde pública não menos do que a tuberculose, que, como esta, também não podem ser deixadas aos cuidados impotentes de membros individuais da comunidade" (1919, p. 210).

A solução viria através da responsabilização do Estado e da sociedade sobre a necessidade urgente de o pobre ter direito a uma assistência à sua mente tanto quanto tem direito a uma cirurgia. Ele sugere que esses atendimentos aconteçam em *instituições ou clínicas de pacientes externos, para as quais serão designados analistas preparados,*

“[...] de modo que homens que de outra forma cederiam a bebida, mulheres que praticamente sucumbiriam ao seu fardo de privações, crianças para as quais não existe escolha a não ser o embrutecimento ou a neurose, possam se tornar capazes, pela análise, de resistência e de trabalho eficiente” (Freud, 1919, p. 210).

E acrescenta que tais tratamentos seriam gratuitos. Freud acreditava na aceitação e na validade das hipóteses psicológicas também para as pessoas pouco instruídas e simultaneamente declarou sua preocupação com a formação dos analistas e com os desvios da técnica por falta de domínio da doutrina da psicanálise. Talvez fosse necessário adaptar a técnica às novas condições,

“[...] no entanto, qualquer que seja a forma que essa psicoterapia para o povo possa assumir, quaisquer que sejam os elementos dos quais se componha, o seu ingrediente mais efetivo e mais importante continuará a ser, certamente, aquele tomado à *psicanálise estrita e não tendenciosa*” (Freud, 1919, p. 210, grifo meu).

Freud se afligia com temas tais como os efeitos da guerra, os quais queria estudar. Ainda no V Congresso, Freud falou sobre a psicanálise e as neuroses de guerra (1919) e registrou seu aborrecimento com os representantes oficiais dos mais altos escalões das potências centro-europeias que não criaram centros psicanalíticos nos quais médicos com formação analítica teriam tempo e oportunidade para estudar a natureza desses intrincados distúrbios - as neuroses de guerra - e também o efeito terapêutico exercido sobre eles pela psicanálise. Lamentou a perda da oportunidade para uma investigação completa dessas afecções e a possibilidade de demonstrar suas conexões com a teoria sexual das neuroses.

Em “Linhas de progresso na terapia analítica” (1919 [1918]), Freud voltou a afirmar que estávamos diante de um tipo de neurose extremamente grave – a miséria social e psíquica. A partir de então, a psicanálise teria condições de ser aplicada aos pobres. Entendemos que com a teoria das pulsões, ele modificou seu modo de pensar o processo de civilização. Passou a declarar a necessidade de expansão da psicanálise à população pobre e, assim, traçou os indicadores da psicanálise aplicada à terapêutica. Em Freud, há uma relação direta entre o empobrecimento do eu e o empobrecimento econômico e social. Entendemos que a divisão do eu é constitucional e as

consequências dessa divisão estão diretamente relacionadas com as condições individuais e sociais em que cada criança se organiza.

Esses estudos possibilitaram a compreensão dos processos de civilização. O pacto civilizado decorre do modo como o eu atende simultaneamente à satisfação pulsional e às exigências da realidade cujo processo resulta na divisão do eu. Essa divisão leva a um empobrecimento do eu, ou seja, à redução de recursos simbólicos para administrar a relação entre a satisfação pulsional e a realidade. Uma das consequências graves desse processo é a pobreza material.

Em 1920, Freud fez dois agradecimentos especiais aos analistas que tomaram a iniciativa de criar centros de atendimento em psicanálise e que puderam oferecer formação e atendimento aos pobres.

O primeiro foi uma homenagem póstuma ao Doutor Anton von Freund, que foi Secretário-Geral da Associação Psicanalítica Internacional desde o Congresso de Budapeste, em setembro de 1918. O seu falecimento em 20 de janeiro de 1920 interrompeu o trabalho de fundação do Instituto de Psicanálise em Budapeste, cuja finalidade seria o ensino e a prática da psicanálise em ambulatório.

O outro agradecimento foi dirigido ao amigo Max Eitingon, que criou a Policlínica Psicanalítica de Berlim, em março de 1920. Esta Policlínica tornou-se uma instituição de formação de analistas. A exigência de formação foi considerada como fundamental e “encarada como a única proteção possível contra o dano causado aos pacientes por pessoas ignorantes e não qualificadas, sejam leigas ou médicas” (1920-22, p. 358).

Em “A questão da análise leiga” (1926), Freud deixou claro que não se interessava em desenvolver mecanismos de avaliação, controle legal e criação de regulamentos sobre a autorização para os praticantes da psicanálise. “Sei que isto é uma questão de princípios”; e reforçou “a importância de se ter autoridades com as quais se possa aprender o que é a análise, que espécie de preparo se faz necessário para isso, e as possibilidades de instrução em análise terão de ser estimuladas” (Freud, 1926, p. 269-70). Ele resume a questão ao definir, no sentido jurídico, quem seria *charlatão*: “aquele que efetua um tratamento sem possuir conhecimento e capacidade necessária para tanto”. (1926, p.261).

A herança de Freud na obra de Lacan

Lacan herda a preocupação freudiana com a formação do analista e também expande a prática da psicanálise em hospitais, na França. Em 1964, na "Ata de fundação da Escola", Lacan indica que a diferença fundamental entre a psicanálise pura e a aplicada diz respeito à formação do analista (Lacan, 1971). Na "Proposição de 9 de outubro de 1967", acrescenta que a Escola deve garantir a formação daqueles que querem ser analistas. Afirma que o analista deve "tornar-se responsável pelo progresso da Escola, tornar-se psicanalista da própria experiência". (1967, p. 248).

Esse compromisso com a formação é de tal ordem que a ascensão aos lugares institucionais é decorrente dos níveis de envolvimento com a Escola. "O psicanalista só se autoriza por si mesmo" (1967, p. 248), e entre seus pares. Haveria um tempo para a psicanálise em intenção e um outro tempo para a psicanálise em extensão. Lacan, em *Televisão* (1973), adverte sobre o lugar do analista diferentemente do lugar dos trabalhadores sociais, aqueles que "escolheram carregar a miséria nos ombros". Explica: "carregar nos ombros as exigências do sintoma implica sempre se por a seu serviço. Ora, o sintoma deve, antes, ser posto a trabalhar pelo analista" (1973, p. 24).

Em suma, redobramos a nossa atenção na perseguição contemporânea de eliminar qualquer experiência de "sofrimento" e de busca por "cura rápida" da infelicidade.

A delicadeza deste tema apresentado está na exposição dos limites de ação do analista e da pesquisa em clínica. Os embates nesse campo têm como consequência a prática de uma psicanálise selvagem. Consideramos que um analista sabe da rapidez e eficácia terapêutica das intervenções. O desafio está em "permitir a um sujeito ter a experiência do inconsciente, para encontrar a lógica de suas decisões e de sua posição na vida, é assegurar-lhe a possibilidade de sair da repetição do pior" (Blanco, 2007). A um analista cabe transmitir à civilização o que a particularidade de cada um tem de interesse para todos. Particularmente, no que diz respeito à articulação entre normas e particularidades individuais (Laurent, 2007). Caso contrário, corre-se o risco de ocupar uma posição cínica, que abre espaço para se fazer qualquer coisa, de qualquer jeito, para qualquer pessoa.

Nota

1. Este texto é parte da minha pesquisa de doutoramento junto ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica na UFRJ, sob orientação da Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos, com o fomento da CAPES.

Referências bibliográficas

- COELHO DOS SANTOS, T. (2008) "Uma leitura politicamente incorreta da subjetividade do brasileiro", in: COELHO DOS SANTOS, T. e DECOURT, M. (Orgs.) A cabeça do Brasileiro no divã. Rio de Janeiro: Ed. Sephora.
- BLANCO, Manuel Fernández. (2007) "Cidadão-sintoma", in *Latusa digital*. Ano 4, nº 29 – julho de 2007. Disponível em www.latusa.com.br
- BROUSSE, Marie-Hélène. (2007) "Três pontos de ancoragem", in ASSOCIAÇÃO DO CAMPO FREUDIANO. *Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 22-26.
- FONSECA, V.W. (2009) "Psicanálise aplicada à pobreza como sintoma". Projeto de pesquisa de doutoramento apresentado ao Programa de pós-graduação em teoria psicanalítica/IP/UFRJ.
- FREUD, S. (1913) "Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise)", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XII, p. 163-187.
- FREUD, S. (1917) "Luto e melancolia", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIV, p. 271–291.
- FREUD, S. [1919 (1918)] "Linha de progresso na terapia psicanalítica", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVII, p. 199-211.
- FREUD, S. (1919) "Introdução à psicanálise e às neuroses de guerra", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVII p. 257-263.
- FREUD, S. (1920-22) "Prefácio ao relatório sobre a Policlínica Psicanalítica de Berlim (março de 1920 a junho de 1922), de Marx Eitingon", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XIX , p. 357-358.

FREUD, S. (1920) "Breves Escritos – Doutor Anton Von Freund", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XVIII, p. 321-332.

FREUD, S. (1926) "A questão da análise leiga", in Edição Standard Brasileira das Obras Completas de S. Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1976, v. XX, p. 205 – 293.

LACAN, J. (1998) Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

LACAN, J. (1971) "Ata de Fundação da Escola Freudiana de Paris", in Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 235-247.

LACAN, J. (1967) "Proposição de 9 de outubro de 1967", in Outros Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 248-264.

LACAN, J. (1969-70). O Seminário: livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

LACAN, J. (1973) Televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

LAURENT, E. (2007) A sociedade do sintoma: a psicanálise hoje. Rio de Janeiro: Contra Capa.

LAURENT, E. (2007) "Dois aspectos da torção entre sintoma e instituição", in ASSOCIAÇÃO DO CAMPO FREUDIANO. Pertinências da psicanálise aplicada: trabalhos da Escola da Causa Freudiana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007, p. 238- 249.

Resumos

Freud's guidelines for the education of analysts and the clinic for lower income population

From Freud to Lacan there is consensus that the limits and possibilities of psychoanalysis's intervention in the social ties are related to the education and the experience of the therapists. The practice of psychoanalysis with the brazilians that perceive the lowest incomes, have less education and are not familiar with the speech of psychoanalysis raises a question as to how far these limits go. Why did Freud believe that the poorer population should be treated by more experienced analysts? From the theory of drive, he has established the connections between the impoverishment of the self and socio-economical impoverishment. The pact of civilization is a consequence of the manner that the self fulfills his drive and answers to the expectations of society. However, this process results in a constitutional division of it. This article revisits this freudian theme with the purpose of retrieving the guidelines for the research on the expansion of applied psychoanalysis.

Key words: applied psychoanalysis, education of analysts, low income population, drive, impoverishment of the self.

Les indications freudiennes pour la formation des analystes et la clinique avec les pauvres

Entre Freud et Lacan, il y a consensus au sujet de la proportionalité entre les limites et possibilités de l'intervention de la psychanalyse dans le lien social et la formation et l'expérience des analystes. La pratique psychanalytique avec des brésiliens pauvres, peu scolarisés et non familiers du discours psychanalytique met ces limites en question. Pourquoi Freud considérerait-il que la population plus pauvre devrait-être traitée par des analystes plus expérimentés ? Prenant la théorie des pulsions comme fondement, il a établi les relations entre l'appauvrissement du moi et l'appauvrissement socio-économique. Le pacte de la civilisation est le résultat de la manière dont le sujet réalise au même temps la satisfaction pulsionnelle et les attentes du réel. Toutefois, le résultat de ce processus est un moi divisé dans sa constitution. Cet article reprend ce thème freudien avec le but de retrouver les directives nécessaires pour la recherche sur l'expansion de la psychanalyse appliquée.

Mot clés: psychanalyse appliquée, formation d'analystes, population pauvre, appauvrissement du moi

Citação/Citation: FONSECA, V.W.S. As indicações freudianas para a formação dos analistas e a clínica com a população de baixa renda. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 12/03/2010 / 03/12/2010.

Aceito/Accepted: 15/04/2010 / 04/15/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a [des]inserção

Tania Coelho dos Santos (PPGTP/UFRJ)

Jésus Santiago (PPGP/UFMG)

Histórico do grupo

Grande parte dos integrantes desse grupo obtiveram seus mestrados, doutorados e/ou pós-doutorados no 3ème cycle do Département de Psychanalyse de Paris VIII, fundado pelo Dr. Jacques Lacan, onde se ensina Teoria Psicanalítica. A metodologia de pesquisa em psicanálise é transmitida pela exposição às dificuldades da prática psicanalítica. Os projetos de pesquisa dos pós-graduandos são desenvolvidos nas seções clínicas (que funcionam em diferentes instituições públicas) onde aperfeiçoam sua prática psicanalítica sob supervisão de seus orientadores.

No Brasil, nossos laços de cooperação na pesquisa sobre a teoria e a clínica psicanalítica estreitaram-se graças à participação de alguns de nós na Escola Brasileira de Psicanálise e na Associação Mundial de Psicanálise. Os eventos promovidos por essas sociedades científicas nos proporcionaram a ocasião para muitos encontros, reuniões de trabalho e participação conjunta em debates públicos. A constituição desse grupo se caracteriza pelo fato de estarmos profundamente comprometidos com o ensino, a pesquisa e a extensão em programas de pós-graduação de universidades públicas e privadas.

Em 2003 nós nos reunimos num acordo - *Acordo internacional de pesquisa sobre Psicanálise pura e aplicada: o estatuto do sujeito e do Outro nos sintomas contemporâneos* - com esse Departamento de Paris VIII, coordenado pelos professores Serge Cottet e Tania Coelho dos Santos. Os primeiros momentos dessa cooperação ensejaram a publicação do livro: COELHO DOS SANTOS, T. (Org.) *Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada*. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa, 2005.

O resultado prático dessa aproximação entre docentes de diferentes instituições universitárias, por meio desse acordo, foi uma maior integração entre laboratórios registrados no Diretório Nacional de Grupos de pesquisa do CNPq. Foi por essa razão que Jésus Santiago (2006) esteve no PPGTP/UFRJ desenvolvendo uma pesquisa de pós-doutorado, sob a supervisão de Tania Coelho dos Santos. Depois dele, foi a vez de Márcia Rosa (2007) e Ana Lydia Santiago (2008) seguirem o mesmo caminho. Então, Rita Manso, que defendeu seu doutorado no PPGTP/UFRJ, veio nos encontrar. Analícea Calmon (2005) e Maria José Gontijo (2006), sob orientação de Tania Coelho, efetuaram seus doutorados na vigência desse acordo. Vale ressaltar que Ana Lydia e Maria José (PDEE/CAPES) estiveram em Paris durante um período de tempo sob a supervisão direta de Serge Cottet.

O estreitamento de nossa cooperação traduziu-se no crescimento expressivo da participação em exames de qualificação e bancas de mestrado e doutorado. Essa forma de interação representa um trabalho de colaboração e co-orientação de novos pesquisadores e docentes. Desde então, temos desenvolvido muitos debates acerca das práticas de psicanálise aplicada - no contexto particular da sociedade brasileira contemporânea - durante as plenárias e mesas redondas de diferentes eventos: jornadas, congressos nacionais e internacionais e outras modalidades de encontro científico. Dessa interlocução constante resultou a criação da Revista aSEPHallus, editada por Tania Coelho com um corpo editorial do qual fazem parte todos os integrantes desse GT.

A característica mais expressiva da coesão desse grupo é sua inclinação para a pesquisa/intervenção. Nesse aspecto, destacam-se dois eixos diretores de suas atuações. O primeiro, é o da pesquisa acerca dos novos sintomas da civilização contemporânea que se constituem sem a mediação do inconsciente recalcado. Diferentemente dos sintomas clássicos, que são formações do inconsciente e expressam o "retorno do recalcado" sob a forma de representações distorcidas, as atuações, as passagens ao ato e as compulsões predominam nos novos sintomas. O segundo, é a importância capital que concedemos à realidade brasileira na construção da reflexão científica. Embora o Brasil experimente os efeitos do avanço do capitalismo globalizado, não se deve generalizar o conhecimento psicanalítico sobre os novos sintomas. A desigualdade de renda e de acesso à escolarização nos obriga a um trabalho permanente de contextualização. Essa convergência de interesse em torno desses dois eixos nos levou a formalizar nossa rede universitária de pesquisa, por meio de um GT na última ANPEPP. Por ocasião do XII Simpósio, sustentamos a ideia de que a formação do

pesquisador em psicanálise aplicada seria beneficiada pela criação de mestrados profissionais. Essa posição não foi bem recebida naquele momento pela comissão científica do XII Simpósio da ANPEPP, mas, recentemente, a CAPES regulamentou essa modalidade de mestrado em nossa área. Pensávamos, há dois anos atrás, em desenvolver um mestrado interinstitucional. Em lugar dessa proposta mais ambiciosa e somente executável em longo prazo, decidimos que seria preciso, primeiro, criar Seções Clínicas nos diferentes programas de pós-graduação onde atuamos. Nos último dois anos começou a funcionar a primeira delas no PPGTP/UFRJ. O efeito das conversações clínicas que mantivemos nesse espaço traduziu-se na produção de uma coletânea de artigos intitulada *Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada* (Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2009). Essa coletânea apresenta um amplo espectro de pesquisas e intervenções psicanalíticas, além de uma experiência de inovação no ensino de graduação, graças à reorganização do Serviço de Psicologia Aplicada realizada na FUMEC (Sérgio Laia).

Durante essas conversações clínicas e outras reuniões de trabalho, pudemos avaliar a consistência e a efetividade da pesquisa em psicanálise aplicada nas diferentes interfaces com o direito, a educação, a medicina e o trabalho nas grandes corporações. Dessas diferentes experiências de pesquisa-intervenção pudemos extrair um novo significante para orientar a reorganização do novo GT: [des]inserção social. Avaliamos que diferentes campos da vida institucional do país (saúde, educação, cultura, lazer, direito) têm problematizado sua atuação com a preocupação - de forma mais ou menos explícita - com os efeitos de inclusão ou de exclusão de suas práticas sobre o sujeito. Surgiu, então, a seguinte pergunta: a ideologia que orienta as práticas institucionais no sentido de produzir a inclusão e evitar a marginalização social apoia-se em princípios compatíveis com a ética do psicanalista?

A resposta a essa questão nos levou a diferenciar nosso vocabulário. No lugar de nos servir dos termos usualmente convocados - inclusão e exclusão - partimos da perspectiva mais apropriada ao campo da psicanálise que considera que o sujeito é sempre singular e que sua inserção no laço social é sempre, mais ou menos, precária. Demarcamos assim nossa diferença com respeito às ideologias individualistas e igualitárias que - em nome dos direitos humanos - visam homogeneizar as necessidades e demandas do sujeito. Como o uso do termo *desinserção* não goza de uso consagrado na língua portuguesa, decidimos adotá-lo para problematizar o conceito psicanalítico de laço social. Ele está bem estabelecido no campo da medicina; por exemplo, no *Dicionário digital de*

termos médicos significa “desligamento cirúrgico de uma estrutura normal de aderência, seja um músculo, tensão ou ligamento”. Certo pesquisador da USP fala do surgimento da economia graças à sua *desinserção* de outros campos. Na educação esse termo é mencionado geralmente entre aspas. Nos estudos de sociologia do trabalho falam-se muito em inserção, *desinserção* e reinserção do trabalhador. No campo da psicanálise, esse termo começa a ser empregado para designar, por exemplo, os efeitos do desencadeamento de uma psicose nas relações com o ambiente social. Ao colocar o [des] entre colchetes pretendemos indicar que existe uma inquietação com o uso desse significante e não uma adoção clara e definitiva. Essa atitude inquieta nos permite interrogar o que entendemos por inserção e [des]inserção no laço social. Como distinguir a singularidade do sujeito, seu modo único de usufruir da vida, da noção de [des]inserção social? Quando é que podemos afirmar que um sintoma conecta (ou desconecta) o sujeito do laço social? Qual o estatuto próprio dessa noção no campo da psicanálise?

O novo GT vai dar ensejar um amplo espectro de pesquisas. Monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado em torno do tema da inserção e da [des]inserção social. Podemos antecipar que serão apresentados muitos trabalhos em eventos científicos que vão gerar uma grande quantidade de artigos em coautoria que serão publicados em coletâneas do GT ou em nas revistas científicas de psicologia bem avaliadas. Podemos prever que essa produção terá impacto inovador no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada. Acreditamos que já é hora de precisar o uso adequado dos termos inserção e [des]inserção no laço social, no campo da psicanálise, evitando a importação impensada e confusa do uso desse termos em outros campos do conhecimento. Esse esforço é essencial para manter a coerência e a coesão dos conceitos, além da orientação prática correta em psicanálise.

Objetivos e propostas: inserção e [des]inserção: discurso, laço social e sintoma

Na pesquisa em psicanálise aplicada desenvolvemos intervenções analíticas no âmbito de diferentes instituições de saúde pública, de educação e judiciárias. Partimos do princípio de que os impasses subjetivos que ameaçam a consistência e a permanência do laço social não são apenas o efeito do real incurável da pulsão. São a consequência do avanço do discurso do capitalismo e da ideologia individualista hiper-competitiva que a ele se associa. A formação de novos pesquisadores em psicanálise requer o

desenvolvimento de recursos teóricos e clínicos para intervir num amplo espectro de sintomas sociais. É preciso resistir às políticas que calam o mal-estar no sujeito por meio de medidas assistencialistas ou medicamentosas. A maior evidência, nos dias de hoje, da precariedade do laço social é o crescimento da violência. Alguns sintomas sociais são comumente, associados a ela: o fracasso escolar, a [des]responsabilização subjetiva, o desemprego, a pobreza, a desestruturação familiar, a adição às drogas e ao álcool, além do isolamento na loucura.

Para introduzir nossa perspectiva sobre a [des]inserção social, tomamos como orientação a formalização das teses clássicas do texto freudiano, "O mal-estar na civilização" (1930), que o psicanalista francês Jacques Lacan empreendeu em seu *Seminário 17: O avesso da psicanálise* (1969-70). Destacaremos, em nossa proposta de pesquisa, a relevância da inversão de perspectiva que Lacan operou sobre a seguinte hipótese freudiana: à medida que a civilização avança, aumentam os efeitos de recalçamento da sexualidade. Lacan questiona a tese de que as relações entre civilização e sexualidade, na modernidade, se reduzam à subtração da satisfação pulsional graças à identificação aos ideais. A lógica do capitalismo e do individualismo contemporâneos impele à *desidentificação* aos ideais e à exaltação dos objetos do consumo. Visam a produção de um excesso de gozo, de lucro, de mais-valia. Os sintomas clássicos, produtos da sociedade vitoriana, engendravam-se o recalque das pulsões sexuais e a adesão aos ideais monogâmicos da família. Os efeitos da liberação da sexualidade predomina a relação compulsiva aos objetos de prazer.

A estrutura do sintoma é, portanto, equivalente ao discurso da civilização. O laço social, por conseguinte, é idêntico ao discurso hegemônico de uma época ou, ao sintoma coletivo. Desde a intensificação dos processos de globalização da economia e da informação, o discurso do capitalismo mais contemporâneo alimenta a convicção de que nada mais é impossível. Incita à desorganização das funções paterna e materna, do lugar da criança como sujeito e da própria sexualidade. Em benefício de um individualismo selvagem, anuncia que tudo é possível, [des]inserindo o sujeito do discurso e do laço social. Dissolve, em nome de uma satisfação a qualquer custo, a conjunção contingente do desejo de um homem por uma mulher. Podemos reconhecer os efeitos desse discurso no âmbito da família. As crianças-sintoma da relação entre um homem e uma mulher, hoje, são educadas pela televisão ou pela internet. A mulher entrou no mercado de trabalho. Não tem mais tempo para cuidar das crianças. Observamos também uma tendência crescente no sentido de transformar todo tempo da vida em tempo útil, dedicado ao trabalho, a ganhar mais dinheiro para expandir o

poder de consumo. Ninguém hoje tem tempo para nada! O resultado dessa expansão do consumo é que no atual estágio do capitalismo vivemos uma inversão da relação entre oferta e procura. O desejo do homem é produzido no mercado, que lhe diz o que desejar, produzindo suas necessidades e levando-o a *consumir até consumir-se a si mesmo*. Os mestres da sociedade contemporânea - o mercado e a tecnologia - não parecem interessados nas singularidades dos sujeitos nem no que eles têm a dizer. Ela só precisa de consumidores vorazes e dóceis. Essa lógica implacável não cessa de produzir também exclusão, marginalização, depressão, precariedade subjetiva, pobreza e muitas outras figuras da [des]inserção no laço social.

Perspectivas psicanalíticas sobre a [des]inserção social: formação, produção e intervenções

Tania Coelho dos Santos (PPGTP/UFRJ) destaca que a “moral sexual civilizada”, comentada por Freud, era paradoxal. De um lado, o Estado moderno se apoia na ciência do direito natural. A concepção de homem do direito científico engendrou as grandes revoluções e a essência da Declaração dos direitos do Homem: “Todo homem nasce livre e igual”. Interroga essa falácia jurídica individualista, pois uma criança nunca é livre e igual a um adulto. Do mesmo modo, entre um homem e uma mulher existe sempre a diferença sexual. Paradoxalmente, cabe à família - que não pode ser igualitária - sob a autoridade do pai, a função de transmitir os direitos e deveres que conferem consistência e permanência ao laço social. O que Freud nomeou de “doença nervosa moderna” é o sintoma edipiano da família: o significante mestre, “pai”, na modernidade é uma figura em declínio e não está à altura de assegurar a adesão aos ideais da civilização pelo recalçamento das pulsões. Os laços sociais da família moderna - reduzida ao seu núcleo mínimo, edipiano - afrouxaram-se, em proveito do individualismo. A desestruturação da família contemporânea torna ainda mais difícil a transmissão dos ideais e a localização do objeto pulsional, necessária à inserção do sujeito na civilização.

Sérgio Augusto Chagas de Laia (FUMEC/MG) constata que, particularmente nas últimas décadas, nas famílias, dá-se uma crescente demissão do pai de suas funções e uma progressiva extensão do domínio materno. Essas mudanças têm produzido grandes alterações na função que Lacan, quanto à família, sublinhou em termos de transmissão de uma subjetividade e de um desejo que não seja anônimo. Podemos articular essas alterações com o que estudos, sociológicos clássicos e

contemporâneos, chamam de “anomia” e, que seria determinante da ascensão da violência praticada por jovens que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos. Se esta articulação é possível, como a psicanálise de orientação lacaniana se diferencia de uma perspectiva conservadora que defende a “família tradicional” como uma espécie de “guardiã da ordem social”? A resposta a essas perguntas será baseada em uma investigação empírica com jovens infratores.

Rita Maria Manso de Barros (PPGP/UERJ) verifica nas comunidades desfavorecidas, nas quais há um grande número de famílias monoparentais, que as crianças e os adolescentes ficam mais submetidos ao desejo da mãe. Na puberdade, o ato infracional e a gravidez precoce são respostas ao real da pulsão que os desligam prematuramente da escola e os [des]inserem do laço social. A pobreza é reproduzida por meio dessas más-escolhas e, em nossas intervenções na [des]inserção social, precisamos evitar dois riscos ideológicos: a) a reivindicação de que o sujeito seja tratado como exceção, que dá lugar ao assistencialismo; b) a lógica capitalista do mercado que comanda a inserção pela via do trabalho alienado e do consumo voraz.

Leny Magalhães Mrech (PPGE/USP) constata que, como na contemporaneidade temos a sociedade do excesso, vivemos globalmente o declínio da autoridade dos ideais. Os laços sociais entre as gerações tornam-se cada vez mais horizontalizados. Essas mudanças têm afetado as instituições educativas, transformando a relação da criança e do adolescente com o conhecimento. O saber foi reduzido ao diploma, uma mercadoria que se compra e se vende. Isso tem efeitos de [des]inserção simbólica tanto nos aprendizes quanto em seus mestres.

Ana Lydia Santiago (PPGE/UFMG), por solicitação da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e com o objetivo de propor ações em escolas dessa cidade que apresentavam Índice de Desenvolvimento Escolar Básico (IDEB) insuficiente e resultado muito baixo na Avaliação Censitária (Prova Brasil/INEP), propõe-se a verificar os efeitos da pesquisa-intervenção por meio de entrevistas clínicas junto a crianças com três anos de escolaridade e ainda não foram alfabetizadas. Trata-se de incidir sobre a inibição intelectual para inseri-los no mundo simbólico da leitura e da escrita.

Antônio Márcio Teixeira (PPGP/UFMG) propõe-se a estabelecer o estatuto da singularidade visado no tratamento psicanalítico, por oposição às terapêuticas normativas que almejam a conformação do sujeito a um tipo social reconhecido. Para isso é preciso distinguir inserção simbólica e inclusão social. É necessário restabelecer o estatuto das classificações diagnósticas. Os tipos diagnósticos da psicanálise devem ser pensados

como classes paradoxais (Ref.: J.-C. Milner), pois designam a maneira histórica, obsessiva ou psicótica do sujeito ser inagrupável e dessemelhante de qualquer outro. O processo analítico consiste na destituição de todo predicado pelo qual se designa o pertencimento do sujeito que resulta dessa experiência e que se define pela impossibilidade mesma de ser incluído em qualquer representação. Os termos diagnósticos devem ser pensados como “Tipo Ideal” (Ref.: Weber) e não a partir de práticas classificatórias.

Margarida Elia Assad (PPGL/UFPR) parte da crítica ao nominalismo como uma tentativa atual de solucionar a problemática entre o universal e o particular, apontando a contingência que essas categorias assumem no contemporâneo. Pretende problematizar o ato de nomear como uma forma que a sociedade contemporânea encontrou de produzir particularidades para limitar a expectativa de universalização do usufruto do corpo, produzidas pelo discurso científico. A prática da nomeação, da categorização dos sintomas (DSM, *bullyng*, os EMOs ou tatoos) promovem a [des]inserção dos sujeitos nomeados. O nominalismo, presente na exigência das categorizações científicas ou sociais, não reconhece que existe algo impossível de ser nomeado, intensificando os fenômenos de [des]inserção simbólica dos indivíduos.

Jésus Santiago (PPGP/UFMG) afirma que existe um fator segregativo inerente à nomeação pela linguagem. É preciso distingui-lo da tendência massificadora da civilização contemporânea, que engendra padrões universais e homogêneos de estilos de vida e modos de gozo. Quanto mais uma sociedade favorece os ideais de igualdade e de identificação em massa, mais cresce a tendência à delinquência própria aos ideais individualistas de ascensão social. Buscar eliminar esse fator segregativo da linguagem e da palavra é suprimir a experiência singular que envolve a existência de cada sujeito. Por essa razão, a psicanálise adverte quanto ao abuso da categoria dos direitos humanos nos discursos políticos da modernidade.

Maria José Gontijo Salum (PREPES/PUC-MG) sustenta que uma instituição que priva alguém da liberdade, separa da sociedade, por um período de tempo, os indivíduos sentenciados pela prática de crime. A [des]inserção da sociedade não é a mesma coisa que a [des]inserção do laço social. Será que, de um ponto de vista psicanalítico, numa instituição carcerária, produzem-se outras formas de laço social? Esta pesquisa interroga se a escuta da singularidade do sintoma - mais além dos aparelhos discursivos, das normas e de identificação ao grupo que ocorre nestes locais - pode produzir efeitos inéditos de inserção no laço social.

Fernanda Otoni de Barros-Brisset (PREPES/PUC-MG) observa que a política de inserção tem sido o significativo mestre que agencia o discurso ideológico, institucional, gerencial, nesse momento. No caso dos loucos infratores, no debate político travado entre os partidários da *defesa social* e aqueles dos *direitos humanos*, registramos apenas um consenso: a sua inserção nas políticas do SUS. Quando surge a pergunta sobre a periculosidade do louco infrator em crise, não há acordo se o SUS deve entrar nos manicômios judiciais ou se são os loucos quem devem sair. A política da psicanálise orienta-se pelas respostas de sujeito, seu esforço em alojar o singular do gozo numa solução que lhe seja satisfatória, numa amarração que chamamos de laço social. Esta pesquisa pretende investigar como as práticas orientadas pela lógica da inserção nas políticas públicas convivem com a emergência da [des]inserção fundamental do sujeito, no momento de "crise". Quer verificar se a oferta da psicanálise, dentre os vários discursos que cruzam este campo feito por muitos, pode causar a porosidade necessária na política, para secretariar o "saber fazer" do sujeito com o que em si não se insere na lógica do "para todos".

Marta Regina de Leão D'Agord (PPGPSI/UFRGS) propõe que existe um, o discurso da toxicomania. O discurso hegemônico que ordena o laço social faz com que o mundo funcione. Na estrutura dos quatro discursos, a toxicomania é um contraponto a esse discurso hegemônico. A droga - como um objeto *a*, é gozo *a* mais - e pode ocupar o lugar de agente do discurso (S1). A droga faz o sujeito (\$) produzir mandatos (S1). O produto dessa estrutura de discurso é o imperativo (S1): - Goza! Assim como no processo analítico, o saber é colocado no lugar da verdade, uma vez que é em função de uma insatisfação fundamental que o toxicômano busca a droga como mestre.

Analícea Calmon dos Santos (ETCP/UFBA) pensa que a toxicomania não é um discurso e sim uma das novas formas de sintoma. Em sua pesquisa, ela não considera que existe um discurso da toxicomania, pois considera que a drogadicção é um efeito do discurso do capitalismo. Interroga se o discurso analítico permite a inserção do toxicômano numa modalidade de laço social distinta do discurso do capitalista. Como a relação aos objetos da satisfação pulsional é plástica, ela aposta em três modalidades de retificação do toxicômano: a posição sujeito-objeto, o modo de gozo e a função do objeto droga. É preciso retificar a atuação e a passagem ao ato - que se dão sob o imperativo capitalista do gozo - para inseri-lo na ética do desejo.

Márcia Maria Rosa Vieira (UNIPAC/Ipatinga) investiga os efeitos de [des]inserção do pretense a-teoricismo do DSM-IV-TR e dos produtos das neurociências, que se traduzem em novas patologias (fobia social, transtorno do déficit de atenção e hiperatividade, transtorno de pânico, etc.) ou ainda um uso de entidades clínicas clássicas, que são reconfiguradas e desvinculadas de um debate causal, tal como os transtornos bipolares e o TOC (transtorno obsessivo compulsivo). No campo desses efeitos podemos interrogar também os usos e abusos de medicamentos. A [des]inserção subjetiva e social desse movimento biologizante acaba produzindo fenômenos de grupo ou de massa no campo da saúde pública e mental, tais como as manifestações epidêmicas: o TAB (transtorno afetivo bipolar), e o TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). Cabe perguntar se esses efeitos das neurociências, contribuem para a [des]inserção subjetiva no laço social e desresponsabilização do sujeito perante o desejo, o Outro e o usufruto do corpo.

Claudia Maria de Sousa Palma (PPGP/UFSM) sustenta que a inserção do sujeito no laço social depende do sintoma como meio de regulação do gozo. Os novos sintomas denotam que existe uma falha na mediação da linguagem, logo, a satisfação pulsional apresenta-se como ato, [des] inserida do discurso. No cenário público de saúde, com suas demandas e seus preceitos universais de qualidade de vida, é preciso evitar o risco de que os dispositivos que se apresentam como psicanalíticos (grupos, oficinas) nos hospitais gerais e nos Caps tentem produzir a reinserção do sujeito por meio da adequação à norma. A função terapêutica na psicanálise, diferentemente, apoia-se na singularidade do circuito pulsional, para reinserir o sujeito no discurso.

Avaliação dos resultados

A publicação da coletânea intitulada *Inovações no ensino de na pesquisa em psicanálise aplicada* traduziu com bastante fidelidade os resultados alcançados durante os primeiros dois anos de colaboração de nosso GT. Foi financiada com recursos do PROAP/CAPES (PPGTP/UFRJ), da FUMEC e do CNPq. Contamos com ela para subsidiar o ensino e a pesquisa em psicanálise aplicada. Sérgio Laia apresenta uma proposta inovadora de reestruturação do Serviço de Psicologia Aplicada da FUMEC efetuada por supervisores de diferentes formações clínico-profissionais: Análise Existencial, Gestalt, Psicanálise, Psicologia Humanista e Terapia Cognitivo-Comportamental. Antônio Teixeira e Márcia Rosa confrontam o uso da

classificação em psicanálise e na psiquiatria. O primeiro, traz uma justificativa nova para que se continue a fazer um recurso metodológico ao tipo clínico, mostrando que seu uso não é uma objeção ao alcance do caso único. A segunda, questiona a chamada “psiquiatria eclética”, para a qual é possível classificar com o DSM-IV e tratar com a psicanálise. Jesus Santiago demonstra a utilidade metodológica da apresentação de enfermos para o ensino, a pesquisa e o tratamento das psicoses. Tania Coelho dos Santos e Anderson Sant’Anna demonstram como os novos modelos de gestão, típicos das organizações contemporâneas, produzem novos sintomas na experiência subjetiva do trabalho. Ana Lydia Santiago revela a potência das conversações clínicas para dissolver os sintomas de fracasso escolar. O texto de Serge Cottet inaugura uma nova perspectiva acerca da clínica do ato criminoso e recorda a necessidade de reintroduzir na psicanálise o conceito de responsabilidade. Maria José esclarece que a psicanálise de orientação lacaniana permite classificar as abordagens do crime e do criminoso: algumas teorias criminológicas tomam a vertente nominalista do crime, outras a realista. Para Fernanda Otoni, a experiência clínica ensina que, diante de certas contingências, entrar com um processo na justiça, pode ser um recurso do sujeito para dar um tratamento ao mal-estar na “não relação sexual” das relações conjugais; o mau funcionamento que se engendra nas relações de parentesco, nas soluções de filiação, nos impasses da paternidade. E, finalmente, Leny Mrech traz elementos para reconsiderar a hipótese nostálgica de que haveria hoje mais mal-estar na civilização que outrora.

Vale destacar que a publicação de mais 4 números da Revista *aSEPHallus*, durante esse período, também permitiu que veiculássemos muitos artigos de nossa autoria ou de colaboradores próximos (mestrandos e doutorandos) sobre o tema. Convém incluir entre nossos resultados a estreita colaboração sob a forma de artigos e pareceres com a Revista *Cartas em psicanálise* que é editada pela Márcia Rosa (UNIPAC) e que é inteiramente dedicada ao tema da psicanálise aplicada. Ressaltamos também que Sérgio Laia, editor da Revista *Plural* (FUMEC), foi responsável pela publicação de um grande número de artigos sobre o mesmo tema produzidos pelos integrantes desse GT. Nesse período surgiu também a Revista *Estudos Lacanianos*, editada por Antônio Teixeira (PPGP/UFMG) e que conta a colaboração de alguns de nós no seu corpo editorial.

As Seções Clínicas, implantadas no PPGTP/UFRJ nos permitiram desenvolver a metodologia de trabalho baseada nas conversações. Com a experiência dessa atividade conjunta de pesquisa, vamos propor ao Diretor do Departamento de Psicanálise de Paris VIII, Prof. Dr. Gerard Miller, um novo

Acordo Internacional de pesquisa acerca das “Intervenções do analista na clínica lacaniana” problematizando seus recursos para tratar a precariedade simbólica na realidade brasileira e seus efeitos sobre a [des]inserção subjetiva. Participarão as seguintes instituições: PPGTP/UFRJ, UFMG-FAE, UFMG-FAFICH, FUMEC, UFPB, UFRGS, UFSM, UFBA, UERJ.

A expectativa de aumento da produção em coautoria nos levou a programar duas novas coletâneas de artigos:

1) COELHO DOS SANTOS, T. e SANTIAGO, J. (Orgs.) *Psicanálise aplicada ao laço social: debate sobre a [des] inserção*, coletânea de artigos

2) SANTIAGO, A. L. (Org) *Intervenção sobre a [des]inserção social na escola*. Coletânea de artigos. Belo Horizonte: Editora Scriptum, 2010 (no prelo)

A participação conjunta em outras coletâneas já se encontra em andamento, por exemplo: COELHO DOS SANTOS, T.; SANTIAGO, J. As infertilidades históricas e as novas técnicas de reprodução assistida, em BIRMAN, J. (Org.) *Psicanálise e Medicina*, PPGTP/UFRJ, Editora Mauad, 2010 (no prelo).

Entre as atividades mais produtivas, realizadas no âmbito de programas de pós-graduação, cabe ressaltar que Analícea Calmon e Maria José obtiveram seus doutorados e concluíram pesquisas relevantes no âmbito da psicanálise aplicada. Em particular, Maria José esteve em Paris VIII, sob a supervisão de Serge Cottet durante seu PDEE. Houve também as pesquisas de dois pós-doutorados, concluídas por Márcia Rosa e Ana Lydíia, respectivamente nos anos de 2007 e 2008, que ensejaram um grande número de publicações. Em seu retorno à Paris VIII, nesse período, Ana Lydíia pôde redimensionar sua pesquisa sobre a inibição intelectual e o fracasso escolar, também sob a supervisão de Serge Cottet.

No currículo resumido do GT, vale destacar a grande quantidade de coparticipações em mesas redondas e plenárias de eventos científicos. Também não foram poucos os eventos organizados em conjunto. A participação em jornadas e congressos nacionais e internacionais nos proporcionou a ocasião de realizar muitas reuniões de trabalho, aproveitando o intervalo entre as atividades oficiais. Graças a elas pudemos manter atualizado o debate sobre o tema da psicanálise aplicada. O benefício dessa convivência estreita se verifica no desdobramento da pesquisa em direção ao tema da inserção e da [des]inserção social do ponto de vista da psicanálise. Ele nasceu no processo de avaliação de nossas atividades de pesquisa.

Podemos antecipar que engajaremos muitos estudantes de pós-graduação nessa pesquisa e que isso se traduzirá na produção de monografias, dissertações e teses.

ANEXO I: Currículo resumido do Grupo nos últimos dois anos

- Coautoria do livro: *Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada*, Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, 2009, 190 páginas.
- Diretório nacional de grupos de pesquisa CNPq/Psicanálise aplicada ao laço social: Tania Coelho dos Santos (líder), Jésus Santiago, Ana Lydia, Márcia Rosa, Maria José, Analícea Calmon.
- Acordo Internacional de Pesquisa com Paris 8, Psicanálise pura e aplicada: Serge Cottet e Tania Coelho dos Santos (orientadores) Participaram diretamente: Ana Lydia Santiago (pós-doc), Maria José Gontijo (bolsa-sandwich/Capes).
- Conversações clínicas (6): atividade de pesquisa em psicanálise aplicada instituída no Núcleo Sephora de pesquisa, PPGTP/UFRJ. Participantes: Tania Coelho dos Santos, Sérgio Laia, Ana Lydia, Analícea, Maria José, Rita Manso (2008).
- Corpo Editorial da Revista aSEPHallus de orientação lacaniana do Núcleo Sephora de Pesquisa PPGTP/UFRJ.
- Co-coordenação dos Cursos de Especialização em Criminologia e em Psicologia Jurídica do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu Prepes/PUC-MG: Fernanda Otoni de Barros e Maria José Gontijo.
- Bancas de doutorado FE/UFMG Ana Lydia, Tania Coelho dos Santos e Leny Mrech (Nádia La Guardia).
- Qualificações de doutorado na FE/UFMG: Ana Lydia e Tania Coelho dos Santos (Renata Vasconcelos, Margareth Miranda e Tania Ferreira) (2008).
- Banca de doutorado no PPGTP/UFRJ Tania Coelho, Ana Lydia, Rita Manso et alli (Analícea Calmon).
- Banca de doutorado no PPGTP/UFRJ Tania Coelho e Ana Lydia et alli (Maria José Gontijo) 2009.
- Exame de Qualificação de doutorado Tania Coelho e Sérgio Laia et alli (Christiane Zeitoune) 2008.
- Banca de mestrado no PPGL/UFPA Margarida Assad e Sérgio Laia (Elisângela Barreto) e (Alice Tochetto) (2007/2008).
- Banca de mestrado no PPGP/UERJ Rita Manso e Tania Coelho (Vivian Ligeiro) 2009.

- Banca de mestrado no PPGP/UFMG Antônio Teixeira e Sérgio Laia (Nádia Laender).
- Banca de mestrado no PPGP/UFMG Ana Lydia e Sérgio Laia (Alvimar Rocha Maia).
- Banca de Mestrado no PPGP/UFMG Jésus Santiago e Antônio Teixeira (Sueli Burgarelli).
- Integrantes do Corpo editorial e pareceristas ad-hoc da Revista aSEPHallus do Núcleo Sephora de Pesquisa PPGTP/UFRJ.

Participação conjunta em eventos:

- Coparticipação em plenária sobre Ensino da psicanálise no Encontro Nacional do Campo Freudiano (2008) Tania Coelho e Antônio Teixeira.
- Coparticipação no Seminário Internacional da Associação Caraquenha de Psicanálise – “De l’inconsciente real en la experiência psicoanalítica”: Jésus Santiago e Ana Lydia Santiago, Venezuela, 2008.
- Coparticipação em plenária “O sujeito suposto saber” na XIII Jornada da EBP/MG: Tania Coelho e Sérgio Laia (2008).
- Coparticipação na Aula Inaugural do Curso de Psicanálise e Saúde Mental, sobre “Os desafios contemporâneos da clínica psicanalítica”: Ana Lydia Santiago e Margarida Assad (Paraíba, 2008).
- Coparticipação em mesa redonda promovida pelo NIPSE-Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Psicanálise e Educação FAE/UFMG, sobre “Criminalidade, violência e agressividade”: Ana Lydia, Tania Coelho e Leny Mrech (2009).
- Coparticipação em mesa redonda na Semana Interdisciplinar do Curso de Pedagogia e Psicologia da FUMEC, Ana Lydia Santiago e Sergio Laia (2009).
- Coparticipação nas Conferencias de Abertura do “Curso de Extensão no Âmbito das Ações de Políticas Sociais: sexualidade infantil e aprendizagem”, MEC/ULE-Escola Aberta/UFMG-NIPSE: Ana Lydia e Jésus Santiago (2009).
- Coparticipação em plenária sobre o “O analista e o semblante: conversação clínica” do VIII Congresso de Membros da Escola Brasileira de Psicanálise Jésus Santiago e Tania Coelho et alli (Florianópolis, 2009).
- Coparticipação na plenária sobre “Transtorno ou dor de existir” na XIV Jornada da EBP/MG Jésus Santiago, Antônio Teixeira et alli (2009).
- Coparticipação na plenária de abertura “Psicanálise e Estrutura” Tania Coelho e Rita Manso.
- Coparticipação na plenária sobre “O objeto a na clínica psicanalítica” VII Congresso de Membros da escola Brasileira de Psicanálise, (Rio de Janeiro, 2008) Ana Lydia e Tania Coelho.

- Coparticipação nas conversações clínicas “El partenaire síntoma e la pulsion”, no VI Congresso de la Asociación Mundial de Psicoanálisis, Buenos Aires, abril de 2008, Ana Lydia e Tania Coelho.
- Coparticipação nas reuniões plenárias sobre “Pragmática de la cura y su desarrollo a partir del objeto a”, Sérgio laia e Jesús Santiago, VI Congresso da Associação Mundial de Psicoanálisis, Buenos Aires, abril de 2008.
- Coparticipação no evento organizado pela École de la Cause Freudienne sobre “Les semblants e le sinthome”, Paris, Janeiro de 2009, Jesús Santiago, Ana Lydia e Tania Coelho.
- Coparticipação em plenária sobre a Sessões Clínica, na Jornada dos Institutos do Campo Freudiano, em Buenos Aires (2009): Ana Lydia Santiago e Sérgio Laia.

Organização de eventos:

- Rita Manso, Tania Coelho et alli V Simpósio e II Congresso Internacional da UERJ: Psicanálise e Estrutura (2008).
- Ana Lydia Santiago, Sérgio Laia, Antonio Marcio Teixeira, Jesús Santiago, Fernanda Otoni e Barros: XIII Jornada da EBP-MG “O tratamento do Sintoma: as novas formas do sujeito suposto saber” (2008).
- Maria José Gontijo e Ana Lydia Santiago: Apresentação de Pacientes no Centro de Referencia e Saúde Mental Região Noroeste (CERSAM-Noroeste), pelo Núcleo de Psicanálise e Direito do IPISM-MG e Secretaria Estadual de Defesa Social (2009).
- Jornada do Núcleo de Pesquisa Carrossel: Criança Adolescente e novas formas de laço social, Analícea Calmon e Ana Lydia (conferencista e debatedora).

Encontros e Reuniões de trabalho realizados (5):

- Abril de 2007 (Salvador) Março de 2008 (Rio de Janeiro) Abril de 2008 (Buenos Aires) setembro de 2008 (Belo Horizonte) Janeiro de 2009 (Paris) Maio de 2009 (Florianópolis) e outubro de 2009 (Belo Horizonte)

ANEXO II: Integrantes do grupo em Cursos de Pós Graduação em Psicologia ou de Ciências Afins (com áreas de concentração em psicologia e psicanálise) e cursos de especialização em psicanálise:

1. Tania Coelho dos Santos - Professora Associada II do Programa de Pós Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro - Bolsista de produtividade Científica nível 1 C.
2. Jésus Santiago - Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Psicologia: área de concentração em estudos psicanalíticos da Universidade Federal de Minas Gerais.
3. Ana Lydia Bezerra Santiago - Professora Adjunta do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação: setor de Psicologia e da Pós Graduação em Educação: conhecimento e inclusão da Universidade Federal de Minas Gerais.
4. Antônio Márcio Teixeira - Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Margarida Elia Assad - Professora do Programa de Pós Graduação em Letras: Linguagem e Cultura da Universidade Federal da Paraíba.
6. Rita Maria Manso de Barros - do Programa de Pós-graduação em Pesquisa e Clínica em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
7. Sérgio Augusto Chagas de Laia - Professor Titular IV do Curso de Especialização em Psicanálise: Teoria e Prática da Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC/MG).
8. Márcia Maria Vieira Rosa - Professora do Curso de Especialização em clínica psicanalítica da UNIPAC/Ipatinga.
9. Fernanda Otoni de Barros - Coordenadora do Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* – (PREPES) em Criminologia da PUC/MG.
10. Maria José Gontijo Salum - Coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica da PUC/MG.
11. Analícea Calmon Santos - Professora do Curso de Especialização em Teoria da clínica Psicanalítica da Universidade Federal da Bahia.
12. Márcia Regina Leão d'Agord - Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
13. Claudia Palma de Souza - Professora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria/Rio Grande do Sul.
14. Leny Magalhães Mrech - Livre-docente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo.

Psychoanalysis and the social bond: training, production and speeches on the [des] insertion

Psychanalyse et le lien social: formation, production et discours sur l'[dés]insertion

Citação/Citation: COELHO DOS SANTOS, T.; SANTIAGO, J. Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a [des]inserção. Revista aSEPHallus, Rio de Janeiro, vol. VI, n. 11, nov. 2010 / abr. 2011. Disponível em www.nucleosephora.com/asephallus

Editor do artigo: Tania Coelho dos Santos.

Recebido/Received: 09/01/2010 / 01/09/2010.

Aceito/Accepted: 15/04/2010 / 04/15/2010.

Copyright: © 2011 Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.

Relatório do GT/37: Psicanálise e laço social: formação, produção e intervenções sobre a desinserção social

Rapport du GT/37 : Psychanalyse et le lien social: formation, production et discours sur la desinsertion sociale

Report GT/37: Psychoanalysis and the social bond: training, production and speeches on the social desinsertion

Coordenadores: Tania Coelho dos Santos
Jésus Santiago

Presentes: Ana Lydia Santiago Antônio Márcio Teixeira, Analícea Calmon dos Santos, Cláudia Palma, Maria José Gontijo Salum, Rita Maria Manso de Barros, Sérgio Laia.

Membros inscritos: Margarida Elia Assad, Marta Regina D'Agord, Márcia Rosa Vieira, Leny Mrech, Fernanda Otoni Brisset.

I - Proposta de discussão

Durante essas conversações clínicas e outras reuniões de trabalho, pudemos avaliar a consistência e a efetividade da pesquisa em psicanálise aplicada nas diferentes interfaces com o direito, a educação, a medicina e o trabalho nas grandes corporações. Dessas diferentes experiências de pesquisa-intervenção pudemos extrair um novo significante para orientar a reorganização do novo GT: [des]inserção social. Avaliamos que diferentes campos da vida institucional do país (saúde, educação, cultura, lazer,

direito) têm problematizado sua atuação com a preocupação - de forma mais ou menos explícita - com os efeitos de inclusão ou de exclusão de suas práticas sobre o sujeito. Surgiu, então, a seguinte pergunta: a ideologia que orienta as práticas institucionais no sentido de produzir a inclusão e evitar a marginalização social apóia-se em princípios compatíveis com a ética do psicanalista?

A resposta a essa questão nos levou a diferenciar nosso vocabulário. No lugar de nos servir dos termos usualmente convocados - inclusão e exclusão -, partimos da perspectiva mais apropriada ao campo da psicanálise que considera que o sujeito é sempre singular e que sua inserção no laço social é sempre, mais ou menos, precária. Demarcamos assim nossa diferença com respeito às ideologias individualistas e igualitárias que - em nome dos direitos humanos - visam homogeneizar as necessidades e demandas do sujeito. Como o uso do termo *desinserção* não goza de uso consagrado na língua portuguesa, decidimos adotá-lo para problematizar o conceito psicanalítico de laço social. Ele está bem estabelecido no campo da medicina. Por exemplo, no *Dicionário digital de termos médicos* significa "Desligamento cirúrgico de uma estrutura anatômica de seu ponto normal de aderência, seja músculo, tendão ou ligamento". Certo pesquisador da USP fala do surgimento da economia graças à sua *desinserção* de outros campos. Na educação, esse termo é mencionado geralmente entre aspas. Nos estudos de sociologia do trabalho, fala-se muito em inserção, *desinserção* e reinserção do trabalhador. No campo da psicanálise, esse termo começa a ser empregado para designar, por exemplo, os efeitos do desencadeamento de uma psicose nas relações com o ambiente social. Ao colocar o [des] entre colchetes pretendemos indicar que existe uma inquietação com o uso desse significante e não uma adoção clara e definitiva. Essa atitude inquieta nos permite interrogar o que entendemos por inserção e [des]inserção no laço social. Como distinguir a singularidade do sujeito, seu modo único de usufruir da vida, da noção de [des]inserção social? Quando é que podemos afirmar que um sintoma conecta (ou desconecta) o sujeito do laço social? Qual o estatuto próprio dessa noção no campo da psicanálise?

O novo GT vai ensejar um amplo espectro de pesquisas. Monografias de especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado em torno do tema da inserção e da [des]inserção social. Podemos antecipar que serão apresentados muitos trabalhos em eventos científicos que vão gerar uma grande quantidade de artigos em coautoria que serão publicados em

coletâneas do GT ou em nas revistas científicas de psicologia bem avaliadas. Podemos prever que essa produção terá impacto inovador no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada. Acreditamos que já é hora de precisar o uso adequado dos termos *inserção* e *[des]inserção* no laço social, no campo da psicanálise, evitando a importação impensada e confusa do uso desse termos em outros campos do conhecimento. Esse esforço é essencial para manter a coerência e a coesão dos conceitos, além da orientação prática correta em psicanálise.

II - Problemática: o conceito de *desinserção*

Partimos de uma crítica da perspectiva orientada pelas ideologias individualistas igualitárias – que em nome dos direitos humanos – almejam promover a homogeneização dos laços sociais e das subjetividades, ditas excluídas, por meio de estratégias de inclusão. Partimos do princípio que toda e qualquer individualidade empírica é *desinserida* do laço social. Do ponto de vista da psicanálise freudiana, a identificação é o nome do processo por meio do qual um grupo elege um mesmo ideal do eu como referência. A identificação a um mesmo ideal coletivo insere o indivíduo num laço social. O conceito de identificação é equivalente ao que entendemos por *inserção*, pois diz respeito ao laço social enquanto uma formação de compromisso entre as aspirações individuais e as exigências coletivas. O conceito de *inserção* no laço social, no âmbito da psicanálise, tem uma afinidade de estrutura com o que é um sintoma.

O avanço do discurso do capitalismo e das ideologias individualistas e hipercompetitivas que a ele se associam conduziu ao enfraquecimento dos ideais do eu e à produção de novos sintomas e novos laços sociais, cuja estrutura não é mais a da solução de compromisso mencionada acima. Por quê? Os sintomas baseados na identificação ao ideal do eu exigiam dos indivíduos a renúncia a certas satisfações mais imediatas em benefício da conservação da família e da sobrevivência das gerações futuras.

A liberação da sexualidade na sociedade de consumo estimula a busca de uma satisfação mais urgente ao preço de menos sacrifício da satisfação de cada um. No lugar do ideal do eu, os novos laços sociais se constituem com base no usufruto de um mesmo objeto. Pode ser a criança (objeto dos pais), pode ser o álcool ou a droga nas toxicomanias (objeto das drogadições), pode ser o luto nas depressões (ideal como objeto perdido), pode ser ainda o objeto fascinante das compulsões. A precariedade dos

laços sociais nos novos sintomas é bastante evidente uma vez que mobiliza constantemente políticas públicas assistenciais e medicamentosas. Do ponto de vista do psicanalista, não se pode intervir diretamente sobre os novos sintomas visando dissolvê-los, pois entendemos que esses sintomas, embora se traduzam numa certa *desinserção* social, são a única forma que o sujeito encontra de conservar o laço com algum objeto. *Desinseridos* dos laços sociais fundados sobre o ideal do eu, estes indivíduos estão inseridos, entretanto, num laço com algum objeto de satisfação pulsional.

III - Metodologia: as vertentes da formação

Nossa orientação é pragmática. Ela nos exige estabelecer uma relação de necessidade entre a vertente de formação dos psicanalistas e a vertente de aplicação da psicanálise. A primeira, diz respeito diretamente aos efeitos de retificação das relações do sujeito com o inconsciente e com a pulsão por meio da experiência analítica. A segunda, concerne à invenção de dispositivos clínicos para a obtenção de efeitos terapêuticos e de novas formas de inserção social na psicanálise aplicada.

IV - Intervenções e produção científica

Na pesquisa em psicanálise aplicada, desenvolvemos intervenções analíticas no âmbito das diferentes instituições públicas de saúde, de educação e judiciárias. Para exercer a prática analítica hoje é preciso levar em conta que a *inserção* do sujeito no laço social não se faz mais, necessariamente, com base na relação ao ideal do eu. Verificamos que a lógica implacável das formações sociais contemporâneas não cessa de produzir *desinserção*, marginalização, precariedade simbólica, pobreza e muitas outras formas de fragilidade do laço social fundado no ideal do eu.

Por essa razão é preciso considerar a outra face desse mesmo processo que é a importância crescente do laço do sujeito com um objeto de satisfação. Em nossas intervenções, apostamos que é possível modificar o sintoma que *desinsere*, para levar o sujeito a inventar uma maneira de fazer dele uma forma de laço social que lhe permita *inserir-se*.

V - Plano de trabalho:

Publicações:

Nos próximos dois anos pretendemos organizar uma nova coletânea de artigos, sobre o tema "Psicanálise e laço social: inserção e desinserção".

Como o grupo reúne editores de quatro revistas científicas, serão organizados números especiais sobre esse tema nas revistas:

- aSEPHallus - Revista eletrônica do Núcleo Sephora de pesquisa (Tania Coelho dos Santos/UFRJ);
- Estudos Lacanianos (Antônio Teixeira/UFGM);
- Cartas de Psicanálise (Márcia Rosa Vieira/UFGM);
- Plural Revista de Psicologia (Sérgio Laia/FUMEC).

Organização de eventos:

Vamos organizar mesas redondas nos principais eventos científicos, enfatizando o debate de nosso tema do ponto de vista ético, político e internacional em congressos, jornadas, simpósios, encontros, etc...

1. Impacto de nossas pesquisas na desinserção social: Encontro americano do Campo freudiano – dias 11 e 12/6 de 2011;
2. Os efeitos da pesquisa universitária sobre a desinserção social: I Congresso latinoamericano de Psicanálise na Universidade - dias 3, 4 e 5/06/2011;
3. Fórum sobre o autismo na Argentina;
4. O sintoma: inserção e desinserção: Encontro nacional do Campo Freudiano - dias 19, 20/11/2010;
5. V Colóquio da residência em psicologia clínica e saúde mental, na Bahia, em 10/2010;
6. Jornada da Seção Minas Gerais: "O inconsciente: modo de inserção ou de desinserção do psicanalista?", em 10/2010.

Metamorfoses: família, escola e violência
Metamorphosis: family, school and violence
Métamorphoses: famille, école et violence

Ednei Soares

Psicanalista

Mestre em Psicologia / PUC-Minas

E-mail: edeoliveirajr@yahoo.com.br

Resenha do livro:

LAIA, Sérgio. (2007) *Metamorfosis de la familia*. Córdoba: CIEC. 75p.

Nos tempos em que as vacilações da ordem simbólica se tornam cada vez mais evidentes, enfrentamos novos modos de (des)organização da subjetividade e da cultura. No entanto, a psicanálise lacaniana se posiciona de forma a acolher as manifestações produzidas por essa desordem, o que lhe permite tecer considerações sobre as transformações nos arranjos familiares, nas formas de manifestação da violência e no papel de instituições como a escola. Tal é o desafio que *Metamorfosis de la familia*, de Sérgio Laia, se empenha.

Apesar do desafio, o texto de Sérgio Laia prova que Jacques Lacan é um interlocutor favorável em se tratando de discussões contemporâneas e das questões vinculadas ao modo como o século XX se configurou. A “mãe-lacaniana” (Laia, 2007, p.32) e a *père-version* exemplificam o potencial lacaniano de reflexão além da clínica, pois o ensino de Lacan entra em diálogo com a diversidade dos laços familiares atuais e com as reorganizações das funções e responsabilidades nos grupos familiares, assim como o lugar das crianças nessas novas configurações. *Metamorfosis de la familia* demonstra também que o pensamento de Lacan revigora a reflexão sobre os fenômenos sociais do século XXI e suas formas de apresentação, sendo a escola espaço privilegiado de presentificação dos efeitos das metamorfoses na violência e na família. Neste sentido, a noção de semblante e seu funcionamento são capazes de demonstrar como a

organização do espaço tem efeitos sobre a violência, assim como nas famílias.

A publicação argentina, constitui um dos títulos da Colección Grulla, uma publicação do CIEC – Centro de Investigación y Estudios Clínicos, fundação associada, por sua vez, ao Instituto do Campo Freudiano em Córdoba.

O título, *Metamorfoses da família*, se refere ao seminário internacional proferido por Sérgio Laia durante a VII Jornada do CIEC em 9 e 10 de Novembro de 2007. A publicação, composta por 75 páginas, inclui também a conferência do psicanalista na Universidade de Córdoba, “Violência escolar e familiar”, em 9 de novembro de 2007 e o texto anexo, “A lo largo e más allá del padre”, apresentado primeiramente na XII Jornada da Escola Brasileira de Psicanálise em 2005 e publicado na Revista *Opção Lacaniana*, número 47, de 2006.

Sérgio Laia é professor titular da Universidade FUMEC (Fundação Mineira de Educação e Cultura), doutor em letras pela Universidade Federal de Minas Gerais, psicanalista membro da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP) e membro da Associação Mundial de Psicanálise (AMP). Já foi, também, presidente da EBP e membro do Comitê de Ação da AMP.

Quanto à família, sabemos que o tema atraiu atenção de Lacan ao final da década de 1930, como é evidenciado especialmente nos “Complexos Familiares”, de 1938. A família configuraria, de forma longitudinal em Lacan, uma matriz sob a qual seriam efetivadas funções referentes à tarefa de moderação do gozo (via Nome-do-Pai) e aquela de desempenhar a própria transmissão da lei e da cultura. Entretanto, ao discutir sobre a família frente às intensas transformações dessa célula da sociedade, o autor não se limita a uma mera revisão sobre a família na obra de Lacan. Tampouco se trata de um Lacan nostálgico do pai e da Lei, mas de guiar-se pelo real da vida que aborda o que escapa. Mesmo trabalhando com conceitos como Nome-do-Pai e objeto *a*, a tônica das elaborações de Laia ganha maiores consequências no período do ensino de Lacan chamado de segunda clínica.

Ciente da precariedade que é derivada do declínio da função paterna, o autor dá visibilidade a fenômenos que expõem as casualidades do “Real sem lei”, seja nas novas organizações familiares, como também nas segregações sociais, nas atuações violentas, nos sintomas contemporâneos ou no apagamento da infância. Ou seja, diferente de um excessivo recenseamento sobre a presença da noção de família nos textos lacanianos, Sérgio Laia mostra as respostas da psicanálise lacaniana aos impasses contemporâneos.

Para isso, o autor trata dos temas em questão abordando dados da própria realidade brasileira. Por exemplo, ao elaborar sobre a presença da violência urbana, da violência escolar e da criminalidade, Laia o faz lançando mão de dados do CRISPI-UFMG (Centro de Estudos sobre Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais). Do mesmo modo, as incidências do “domínio materno” na constituição das famílias brasileiras atuais e suas consequências, são conjugadas e discutidas com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Em coexistência ao “domínio materno”, a “demissão paterna” nas famílias ganha visibilidade através do trabalho do PCCAAM (Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte).

As discussões feitas pelo autor, atreladas a essas fontes de dados, têm ganhado, aliás, interesse crescente pela ação lacaniana na cidade, uma vez que esta ação faz interface com programas de Controle de Homicídios, como o Fica-Vivo em Minas Gerais e o Projeto Digaí-Maré, no Rio de Janeiro. A atuação destes últimos é também fonte de interesse para o autor em *Metamorfosis de la familia*.

Se por um lado, Laia trabalha o termo metamorfose e sua relação com a família a partir da investigação antropológica de Maurice Goldelier, quem reintroduziu a pesquisa sobre a família neste campo (temática quase esquecida após 1949 com as *Estruturas Elementares do Parentesco*, de Claude Lévi-Strauss), por outro lado, o autor evoca o poema de Ovídio, *Metamorfose*, onde esta se articula com a dimensão do corpo. Segundo Sérgio Laia, “falar da metamorfose da família em uma perspectiva lacaniana nos leva a introduzir o corpo na família” (Laia, 2007, p.29), isto é, “na direção do que Lacan nos autoriza a chamar de sexuação das funções do pai, da mãe e do filho” (p.29). Num momento em que o simbólico não produz eficácia como antes, inserir o corpo nas metamorfoses familiares não se dá sem motivo, pois essa perspectiva nos permite pensar a dificuldade tão atual em definir as características do que é “ser homem” ou “ser mulher” (p.27-28) e suas incidências sobre a família.

Embora considere que a família nuclear “é instável, se modifica e se transforma como em uma metamorfose” (p.30), o autor recorda a faceta lacaniana da família como resíduo, resto inassimilável que corporifica o irreduzível da transmissão que é a da constituição do sujeito. A partir desse irreduzível, Lacan fez a articulação entre o “não-anonimato com a particularização das funções da mãe e do pai” (p.31). Em contrapartida, fenômenos como a violência urbana evidenciam o preço pago quando crianças são subjetivamente constituídas em um “anonimato do mundo”

(p.32), transpondo então a angústia do domínio materno para angústia do Outro social.

Face ao anonimato desorientador, a ação do analista revitaliza o que foi mortificado pela dimensão paterna fazendo valer nomeações como “ser mãe”, “ser filho” ou “ser pai” não como obrigações, mas possibilitando emergir daí algo do vivo, do subjetivo, do particular e permitindo intervenções criadoras de novos laços.

O desejo pelo parceiro-máquina

The desire for a partner-machine

Le désir d'un partenaire-machine

Erly Alexandrino da Silva Neto

Psicanalista

Mestrando do Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica/UFRJ

erlyneto@gmail.com

Resenha do livro:

MILLER, J.-A. *Perspectivas do Seminário 5 de Lacan*. Rio de Janeiro: Zorge Zahar. 1999, 117 p.

Perspectivas do Seminário 5 de Lacan é um livro de 117 páginas, que resulta de um seminário ministrado por Jacques-Alain Miller em Barcelona no ano de 1998. É um livro curto – com mais de uma década de idade e de pequeno porte – cuja facilidade de manuseio é inspiradora. Seu contexto pretérito não o faz menos imprescindível neste momento da psicanálise lacaniana. O texto funciona como uma espécie de pórtico dourado de entrada na psicanálise de Lacan justamente pelo clima alegre e esperançoso que se estabelece ao se entrar nela na perspectiva do novo. Explico: se a experiência clínica psicanalítica nos coloca às voltas com o mesmo, com o automatismo da repetição e nos empurra para o *working through* - a reelaboração - Lacan encontra na estrutura do *Witz* a possibilidade do novo, de algo novo no dizer.

É não só uma entrada na psicanálise lacaniana pela alegria da possibilidade do novo como é a entrada no "ano maravilhoso" dela: o ano do seminário sobre *As formações do inconsciente* (1957-58). Ano em que Lacan consegue formalizar e estruturar a lógica significante de tal maneira que ela possa responder aos problemas cruciais da psicanálise. O *Witz*, os lapsos, os sonhos, os *acting outs*, as fantasias, a regressão, a transferência: todas estas formações puderam ser reduzidas, com sucesso operativo, à sua lógica significante.

Esse sucesso inaudito na redução dos fenômenos clínicos a uma lógica, a uma estrutura, faz surgir um entusiasmo no seio do lacanismo que possibilitou, neste mesmo ano, o surgimento de escritos centrais no ensino de Lacan: "A instância da letra no inconsciente", "De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose", "A direção do tratamento e os princípios de seu poder" e "A significação do falo", dentre outros, são exemplos da fertilidade fruto deste entusiasmo. Não apenas são numerosos os trabalhos desse período, como são escritos portadores de uma consistência capital - no sentido mais imprescindível que uma *capita* pode assumir para um corpo - no campo da psicanálise de Lacan. São mesmo os escritos que podemos dizer constituintes de um momento clássico do lacanismo, fundadores de um ponto de vista, dito, clássico justamente por, ao se evocar a imagem mais difundida da psicanálise lacaniana é a eles que se reporta.

Desta feita, embarcar pelas perspectivas que nos são apresentadas durante esta leitura não é enveredar-se por vielas ou trilhas inexploradas da psicanálise, mas se deparar com a "via romana" mesma da psicanálise, onde um pequeno lampejo de esclarecimento ressoa como um enorme clarão retumbante.

Miller nos mostra que, para conseguir alçar vôo do terreno pantanoso no qual a psicanálise se encontrava, Lacan busca referências na lingüística e na antropologia estrutural, se alojando no que chama de um pequeno promontório conceitual neológico. Isso lhe permitiu abordar a experiência analítica não pelo viés da satisfação do gozo infantil, tal qual o fez Freud, mas pelo da insatisfação própria da linguagem, pelo que, na própria estrutura da linguagem, se mantém insatisfeito e busca se satisfazer no Outro simbólico enquanto lugar da linguagem.

Esse Outro que Lacan trabalha para estabelecer aqui, nos diz Miller, é o Outro abstrato da linguagem, do algoritmo, o lugar do simbólico que seria o parceiro-máquina do sujeito, no qual o sujeito do significante buscaria a única satisfação possível de ser atingida na linguagem: a do reconhecimento do próprio horizonte de seu desejo, presente em sua enunciação, pelo Outro. Segundo Miller, Lacan sonha encontrar esse Outro universal da linguagem, capaz de reconhecer e sancionar as formações neológicas do sujeito. Mas aqui se estabelece uma tensão: o único Outro capaz de reconhecer uma mensagem inédita ao código é o Outro próximo, "da paróquia", um Outro vivo e desejante e não o Outro universal do matema, deixando-nos na falta quanto à possibilidade de existência de um parceiro-máquina. Só temos o parceiro-sintoma.

Ainda que haja tensão entre o Outro universal e o Outro da paróquia (parceiro-máquina e, grosso modo, parceiro-sintoma), Lacan segue construindo o grafo do desejo, que nada mais é do que o estabelecimento da estrutura da linguagem tomada enquanto real, ou seja, da estrutura da relação do sujeito com o Outro. Esta construção, Miller nos diz, dá suporte a pelo menos duas empreitadas em Lacan: a própria criação de um Outro da psicanálise, de uma instituição psicanalítica, que possa reconhecer e sancionar o seu ensino, bem como a do estabelecimento da estrutura de funcionamento do ideal do eu como um significante neológico que surge a partir do terceiro tempo do Édipo e que poderia organizar a subjetivação do sujeito sob o signo do novo, da invenção. O sanção para ambos os neologismos - o ensino de Lacan e o advento do ideal do eu - viria através do recurso ao significante do Nome-do-pai, significante do Outro no Outro, que confere ao Outro sua autonomia em relação à Lei.

Após situar-nos em relação a essa construção de Lacan, Miller nos conduzirá à aplicação dela na análise de temas da literatura espanhola, nos três tempos do Édipo – exemplificados com a perversão de André Gide - e numa inestimável elucidação da estrutura do desejo histórico e obsessivo. Tudo isso conta com a sua astúcia corriqueira ao lidar com a topologia e os matemas de Lacan, nos demonstrando com as letrinhas e os esquemas a passagem das fórmulas imaginárias para o simbólico, o que é outra das grandes empresas deste seminário.

Por outro lado, e este é o motivo pelo qual se faz importante resgatar este livro de mais de uma década, é uma visada do período maravilhoso da clínica do significante que se encontra diretamente articulada às elaborações recentes de Miller sobre o “finalíssimo ensino de Lacan”¹. Segundo Miller, este ensino é muito mais obscuro e, mesmo, pessimista quanto à eficácia miraculosa do significante diante das coisas com as quais nos debatemos - cegos como morcegos, por vezes - na prática pedregosa da clínica psicanalítica, no que, ao tempo que nos sentimos tentados pela suntuosidade do templo que se desvela, após a passagem pelo pórtico dourado há um Miller desagradável que nos gralha: “mas não se deixem levar pelos olhos, os ídolos são de barro”, o Outro da fala não existe, há apenas o outro de fato.

¹ Este é o termo que Miller utiliza para se remeter aos seminários 24 - *L'insu que sait de l'une-bévue s'aile à mourre*, 25 - *O momento de concluir*, 26 - *A topologia e o tempo* e 27 - *Dissolução*. Usa o termo ultimíssimo ou finalíssimo para se referir a este momento do ensino de Lacan não só pela cronologia mas pelo teor das proposições do mestre que, segundo Miller, destrói muito de seu próprio esforço teórico anterior e se diz não lacaniano.

Nesta guia, então, ao fim de seu livro, vemos uma exposição organizada em forma de debate que nos conduz a discussões muito mais atuais na psicanálise sob a luz grandiosa de seus momentos áureos. Essa exposição nos permite ver com clareza não só o desenvolvimento que o lacanismo clássico passou ao longo de mais de duas décadas como também nos situa em um lugar privilegiado de retroação que nos permite ler o Lacan eufórico de sua invenção significativa do ponto onde ele conclui seu ensino. Termino lhes deixando com palavras de Miller que, creio, resumem bem este espírito:

"Expus o grande princípio de Lacan no Seminário. Diante de uma pergunta vocês respondem: "é um significante". O que é a fantasia? Respondem que é um significante [...] O que é um *acting out*? [...] é um significante [...] O que é a regressão? [...] A regressão é um significante. [...] Lacan aplica essa idéia de forma sistemática e afortunadamente a uma série de dados. Por outra parte é a forma de atuar sistemática que lhe permite encontrar o que não é significante. Assim inventa o objeto a. É por poder dizer que tudo é significante que tropeça em algo que absolutamente não o é. Trata-se de algo que resiste, apesar da máquina trituradora. Há uma dimensão da experiência, um elemento, que não permite ser reduzido ao significante. Isso levou Lacan a postular que nem tudo é significante. Ou seja, diz "não" ao esforço que ele mesmo havia feito nesta direção" (Miller, 1999, p. 110-111).

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Normas para Publicação de Trabalhos

I. Objetivo

A Revista eletrônica aSEPHallus é uma publicação temática, semestral, do Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Ela tem por finalidade publicar artigos originais, nacionais ou estrangeiros, tais como: relatos de pesquisa em psicanálise pura e aplicada, ensaios sobre a formação do psicanalista e do pesquisador em psicanálise, relatos de casos clínicos aprovados pelo comitê de ética da instituição de origem do pesquisador, resenhas e textos relativos à atualidade da teoria, clínica e política de orientação lacaniana.

Todos os manuscritos enviados para publicação devem seguir as normas e critérios de publicação descritos abaixo.

II. Critérios para publicação de contribuições

Os artigos teóricos ou clínicos, bem como ensaios ou resenhas e textos sobre a atualidade deverão ser inéditos e serão apreciados pelo Conselho Editorial, segundo o rigor epistemológico, a pertinência clínica e a relevância política para o ensino da psicanálise na universidade e a formação de psicanalistas. O Conselho poderá fazer uso de consultores *ad hoc* a seu critério. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos em um prazo médio de três meses.

Caso sejam recomendadas modificações no texto, o autor será notificado e encarregado de providenciá-las, devolvendo o trabalho reformulado no prazo máximo de quarenta e cinco dias.

III. Ineditismo do material e direitos autorais

A inclusão de um manuscrito na revista aSEPHallus implica a cessão imediata e sem ônus dos direitos de publicação nesta revista, a qual terá exclusividade de publicá-las em primeira mão. O autor continuará, no entanto, a deter os direitos autorais para publicá-lo posteriormente na íntegra ou reproduzi-lo parcialmente.

IV. Envio do material

O autor deverá enviar o trabalho preferencialmente pela Internet para o editor – Tania Coelho dos Santos - pelo seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br ou revista.asephallus@gmail.com

Ou, ainda, pelo correio convencional, também aos cuidados do editor:

Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de psicologia, UFRJ.

Avenida Pasteur, 250 - Fundos, Urca, Rio de Janeiro-RJ.

CEP: 22.290-902.

No caso de envio pelo correio convencional, deverá vir acompanhado de uma cópia impressa e a mesma versão gravada em CD.

Todos os artigos deverão ser acompanhados de uma carta de encaminhamento, assinada por um dos autores, atestando que o artigo é inédito e que não fere as normas éticas da profissão. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo dos seus artigos publicados.

Os autores serão imediatamente notificados, preferencialmente por e-mail, sobre o recebimento do manuscrito pelo Conselho Editorial.

Orientação para a organização do material:

Folha de rosto identificada – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português. Nome do(s) autor(es), seguido de créditos acadêmicos e profissionais. Endereços postal e eletrônico do(s) autor (es), números de telefone/fax.

Folha de rosto sem identificação – Título em português e título em inglês, compatível com o título em português.

Folha de resumo – Todos os originais devem conter uma página com dois resumos de mesmo teor, em português e inglês. Caso o manuscrito seja originário de outro idioma que não esses, deverá conter também o resumo na língua de origem. Os resumos devem apresentar os trabalhos com clareza, identificando seus objetivos, metodologia e conclusões. Devem conter entre 120 e 150 palavras. As palavras-chave, expressões que representam o assunto tratado no trabalho, devem ser de três a cinco, separadas por ponto-e-vírgula, nos idiomas dos resumos.

Texto – O texto deverá começar em nova página e o título do trabalho estar centrado no topo da mesma. As páginas deverão estar numeradas seqüencialmente. Cada subtítulo deverá ser separado do período anterior por um parágrafo apenas. O texto integral poderá ter o tamanho entre 10 e 30 laudas, espaçamento entre linhas simples, em letra do tipo Verdana, tamanho 11.

Quando o artigo for um relato de pesquisa, além das páginas de Rosto e Resumos, o texto deverá apresentar ainda Introdução, Metodologia, Resultados, Discussão e Referências. Outros subtítulos poderão ser acrescentados, se necessário. Do mesmo modo, em alguns casos, resultados da pesquisa e a discussão sobre eles poderão ser apresentados juntos, embora não recomendemos esta estratégia como regra geral.

Informe, no texto, a inserção de figuras e tabelas que deverão ser apresentadas em anexo.

Resenhas – Esta seção abrigará resenhas, revisões bibliográficas, resumos de dissertações de mestrado e teses de doutorado, além de outros relatos.

As resenhas não deverão ultrapassar o tamanho de 6 laudas, com espaçamento entre linhas simples, em letra do tipo Verdana, tamanho 11. Não necessitam vir acompanhadas de resumo e palavras-chave. No entanto, seu título deverá ser traduzido para a língua inglesa. É importante mencionar o título, o autor e todas as referências do livro resenhado, inclusive o número de páginas. No caso de utilização de citações e referências bibliográficas, as normas serão as mesmas usadas para os artigos.

As revisões bibliográficas, os resumos de dissertações de mestrado e de teses de doutorado e os outros tipos de relatos deverão seguir o padrão estabelecido acima para os textos.

Padrão das notas – As notas poderão ser utilizadas em número mínimo, quando forem indispensáveis. Elas serão indicadas por algarismo arábicos no corpo do texto utilizando o modo “sobrescrito” do Word e listadas ao final do texto, antes das Referências Bibliográficas, sob o título “Notas”.

Anexos – Figuras, grafos, desenhos, ilustrações, fórmulas, etc., poderão ser anexadas ao texto. Eles devem ser preparados de forma clara e precisa para a editoração, contendo todos os traços, sinais e barras devidamente dispostos.

V. Citações e referências no corpo do texto

Observe as normas de citação abaixo, dando crédito aos autores e às datas de publicação dos estudos referidos.

Citações

- Literais até 3 linhas: devem ser inseridas no parágrafo entre aspas duplas, sem alterações do tipo de letra, e acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.: Em 1892, Freud afirma que “transforma-se em trauma psíquico toda impressão que o sistema nervoso tem dificuldades em abolir por meio do pensar associativo ou da reação motora” (Freud, 1892, p. 216).

- Com mais de três linhas: devem ser colocadas em parágrafo diferenciado, alinhadas à direita, com recuo de três centímetros à esquerda, entre aspas duplas, em Verdana, tamanho 11. Também deverão ser acompanhadas do nome do autor, ano e página do trabalho de onde foi copiada.

Ex.: “O desenvolvimento do eu consiste num afastamento do narcisismo primário e dá margem a uma vigorosa tentativa de recuperação desse estado. Esse afastamento é ocasionado pelo deslocamento da libido em direção a um ideal do eu imposto de fora, sendo a satisfação provocada pela realização desse ideal” (Freud, 1914, p. 117).

- Artigo de mais de um autor:

Artigo com dois autores: cite os dois nomes sempre que o artigo for referido;

Ex: (Miller et Laurent, 1997)

Artigo com três a cinco autores: cite todos na primeira vez em que mencioná-lo; daí em diante use o sobrenome do primeiro autor seguido de *et al.* e da data. No entanto, na seção Referências bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

Ex.: (Sarter, Bernston e Cacioppo, 1996) e (Sarter et al, 1996).

Artigo com seis ou mais autores: cite apenas o sobrenome do primeiro autor, seguido de *et alli* e data. Porém, na seção Referências Bibliográficas, todos os nomes dos autores deverão ser relacionados.

- Referência a autor sem citação: deverá ser feita no corpo do texto, mencionando somente o sobrenome do autor, acrescido do ano da obra e da página, se houver citação literal do autor.

Ex.: (Freud, 1985), (Freud, 1920, p. 56).

- No caso de textos ou obras cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada, acrescentando a página, se houver citação literal do autor.

Ex.: (Freud, 1914/2004), (Freud, 1914/2004, p. 113).

- No caso de haver coincidência de datas de um texto ou obra, distinguir com letra (Freud, S., 1895a, 1895b...), respeitando a ordem de entrada no artigo.

- No caso de compilação de textos de um mesmo autor em uma obra, colocar o ano do texto seguido do ano da edição da obra utilizada, bem como da página, se houver citação literal do autor.

Ex.: (Lacan, [1965] 1996, p. 864).

- Citação secundária: trata-se da citação de um artigo mencionado em outra obra consultada, sem que o original tenha sido utilizado no texto.

Ex.: "Freud (1914, *apud* Eiguer, 1998)...". No entanto, na seção de Referências Bibliográficas, citar apenas a obra consultada (no caso, todas as informações sobre Eiguer, 1998).

VI. Referências Bibliográficas utilizadas

Devem ser colocadas ao final do texto e vir em ordem alfabética, começando pelo último nome do autor em maiúscula, seguido apenas das iniciais do nome ou do nome escrito somente com a primeira letra em maiúscula.

Ex.: FOULCAULT, M.

FREUD, Sigmund.

Referência a Livros – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do primeiro nome seguidas de ponto, ano em que foi escrito ou ano da edição entre parênteses, título em negrito. Cidade: editora, ano da edição (se não foi citado no início).

Ex.: LACAN, Jacques. (1969-70) O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1991.

CANGUILHEM, G. (1977). Ideologia e racionalidade nas ciências da vida. Lisboa: Edições 70.

Artigo de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, seguido de vírgula e da palavra In: (sem itálico) e o título do livro em negrito, nome do coordenador/organizador entre parênteses, cidade, editora, ano da edição.

Ex.: COTTET, S. "Efeitos terapêuticos na clínica psicanalítica hoje", in COELHO DOS SANTOS, T. (Org.) Efeitos terapêuticos na psicanálise aplicada, Rio de Janeiro: Contracapa, 2005, p. 11-40.

Apenas no caso de um artigo cuja edição seja importante, colocar o ano do texto ou da obra seguido do ano da edição utilizada.

Ex.: FREUD, S. (1914/2004). "A guisa de introdução ao narcisismo", in Obras completas de Sigmund Freud. Escritos sobre a psicologia do inconsciente – 1911-1915, Rio de Janeiro: Imago, vol. 1, p. 97-131.

Artigo de revistas – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor, ano da edição entre parênteses, título entre aspas, nome da revista em negrito, cidade: editora, número, volume (se tiver), ano, páginas (usar "p." para o singular e o plural).

Ex.: LACAN, J. (1967) "Proposição de 9 de outubro de 1967 – primeira versão", in Opção Lacaniana, São Paulo: Eólia, n. 16, 1996, p. 5-12.

Se a revista for paginada por fascículo, incluir o número do fascículo, entre parênteses, sem sublinhar, após o número do volume.

Artigo de revista no prelo – sobrenome do autor em caixa alta, iniciais do autor. No lugar do ano, indicar que o artigo está no prelo. Incluir o nome do periódico em negrito, após o título do artigo. Não mencionar data e número do volume, fascículo ou páginas até que o artigo seja publicado.

Capítulo ou parte de livro – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano do capítulo ou da parte do livro entre parênteses, título da parte entre aspas, in autor ou organizador do livro em maiúscula, título do livro em negrito, cidade: editora, ano da publicação do livro, intervalo de páginas no qual o capítulo está publicado.

Ex.: LOPES, R.G. (2007) "Adotar ou tornar a parentalidade responsável?", in COELHO DOS SANTOS, T. A cabeça do brasileiro no divã. Rio de Janeiro: Sephora, 2008, p. 97-112.

Trabalho apresentado em congresso, mas não publicado:

Ex.: FERES-CARNEIRO, T. (1998, dezembro). A transformação das relações familiares no mundo contemporâneo. Trabalho apresentado no II Encontro sobre Direito de Família em Discussão, Rio de Janeiro, RJ.

Trabalho apresentado em congresso com resumo publicado em anais:

Ex.: RUDGE, A.M. (2000) Pressupostos da “nova” crítica à psicanálise, in Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.), Psicologia no Brasil: diversidade e desafios, XXX Reunião de Psicologia. Brasília: Universidade de Brasília, p. 27).

Teses ou dissertações não publicadas:

Ex.: ANTUNES, M.C.C. (2002). O discurso do analista e o campo da pulsão: da falta de gozo ao gozo com a falta. Tese de doutorado. Curso de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ.

Obras retiradas de meios eletrônicos (CD-ROM, disquetes, etc.) – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses, título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas à descrição física do meio eletrônico.

Ex.: KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (Ed.) Enciclopédia e dicionário digital 98. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

Obras consultadas on line – sobrenome em caixa alta, iniciais do nome do autor, ano da edição entre parênteses (se houver); título da obra em negrito, acrescidos das informações relativas ao endereço eletrônico apresentado entre os sinais <>, precedido da expressão Disponível em: e a data de acesso ao documento precedida da expressão Acesso em:

Ex.: ALVES, Castro. (2000) Navio negreiro [S.I]: Virtual Books. Disponível em <http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegreiro.htm>. Acesso em: 10/01/2002.

Comunicação pessoal - cite apenas no texto, dando o sobrenome e as iniciais do emissor e data. Não inclua nas referências.

Outros casos – deverão ser citados em conformidade com as normas da ABNT contidas na NBR 10520 e NBR 6023, de 29/09/2002.

VII. Procedimento referente à recepção de um manuscrito

A apreciação inicial estará a cargo do Conselho Editorial. Se estiver de acordo com as normas e for considerado como publicável pela revista aSEPHallus, será encaminhado para Consultores *ad hoc*. Estes recomendarão sua aceitação para publicação (eventualmente condicionada a modificações que visam melhorar a clareza e objetividade do texto) ou sua rejeição. Cabe ao Conselho Editorial a decisão final sobre a publicação

de um artigo. Esta decisão será comunicada ao autor, bem como a data em que será publicado.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de fazer pequenas modificações não substanciais no texto dos autores sempre que isso contribuir para agilizar o processo de submissão ou de publicação dos manuscritos. Os textos poderão sofrer correções gramaticais, adequações estilísticas e editoriais ou, ainda, inserção de notas - Notas de Redação (N.R.) ou Notas do tradutor (N.T.), no caso de textos traduzidos.

Os originais e o disquete e/ou CD enviados pelos autores não serão devolvidos.

VIII. Reformulação do manuscrito e processo para submissão final

Quando os manuscritos forem recomendados para aceitação com modificações, seus autores deverão enviá-lo reformulado para o editor, pela Internet, para o seguinte endereço eletrônico: taniacs@openlink.com.br ou revista.asephallus@gmail.com, acompanhado de um informe sobre as alterações realizadas.

Caso o autor não queira realizar as modificações sugeridas, deve justificar sua decisão. Esta mensagem e o manuscrito reformulado serão encaminhados a um dos Conselheiros Editoriais, juntamente com os pareceres dos consultores *ad hoc* e a versão original do manuscrito para uma avaliação final.

IX. Roteiro para a emissão de parecer Ad Hoc

Título do trabalho _____

O título é pertinente?

sim não sugestões _____

O resumo é adequado?

sim não sugestões _____

As palavras chave são adequadas?

sim não sugestões _____

A linguagem é clara e sem ambigüidades e jargões?

sim não sugestões _____

As articulações teórico-clínicas são precisas?

sim não sugestões _____

A revisão da literatura é suficiente e as referências corretas?

sim não sugestões _____

A metodologia de investigação é adequada ao objeto?

sim não sugestões _____

As conclusões são pertinentes e bem fundamentadas?

sim não sugestões _____

O trabalho está de acordo com as normas da nossa publicação?

sim não

O trabalho é original ou relevante?

sim não justifique seu parecer _____

O trabalho deve ser:

aceito aceito com reformulações recusado

Justificativa do parecer _____